

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Comunicação e Expressão
Programa de Pós-Graduação em Literatura

VANESSA GANDRA DUTRA MARTINS

PEDRO E LUÍSA
Construções de si: a escrita epistolar de D. Pedro II e da
Condessa de Barral

Florianópolis
2009

VANESSA GANDRA DUTRA MARTINS

PEDRO E LUÍSA
Construções de si: a escrita epistolar de D. Pedro II e da
Condessa de Barral.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura – área de concentração em Teoria Literária da Universidade Federal de Santa Catarina, na área de História e Memória, como exigência para a obtenção do grau de doutor.

Orientadora: *Prof^a Dr^a. Tânia Regina Oliveira Ramos*

Florianópolis, 2009

RESUMO

Este trabalho procura fazer uma reflexão crítica sobre a correspondência mantida entre D. Pedro II e a condessa de Barral nos anos de 1859-1890.

A correspondência entre os dois se caracteriza como um gênero híbrido, diários-cartas/cartas-diários, literatura de viagens, autobiografia, narrativa romanesca, notícia, variedades e crônica de costumes.

Trata-se de um estudo que enfoca e questiona a maneira como os sujeitos se colocaram na correspondência, já que transgrediram a tradição de seu grupo social e sua época; e procura analisar as singularidades dos discursos que esses personagens elaboraram através do diálogo epistolar.

Parte-se da compreensão de que as interpretações sobre a correspondência foram fortemente influenciadas pela predominância de um discurso histórico marcado pelo paradigma científico moderno, que além de perpetuar a separação entre sexualidade e afetividade, privilegiou a racionalidade em detrimento dos sentimentos, do imaginário social e das sensibilidades. Em decorrência dessa mentalidade cientificista, as relações paralelas ao estudo das instituições formais, como a amizade, o amor, o erotismo, por exemplo, foram negligenciadas. E muito mais do que negligenciada, a amizade entre homens e mulheres foi alvo de uma longa e negativa tradição filosófica que influencia até hoje muitas interpretações das relações entre os sexos.

Investiga a relação entre a correspondência e as biografias produzidas, procura analisar as relações entre a escrita epistolar, a construção e a transformação de si, mostrando as singularidades do vínculo criado por eles ao mesmo tempo em que discute as possibilidades e limites das questões do erotismo, do amor e da amizade no quadro de suas significações históricas e culturais, como produtos sociais e discursivos que são.

Palavras-chave: Correspondência, Cartas, Sexualidade, Amizade, Biografias, Século XIX.

ABSTRACT

This thesis attempts to make a critical reflection on the correspondence maintained between D. Pedro II and Countess of Barral in the years of 1859-1890. The correspondence between the two is characterized as a hybrid genre, diary-letters/letter-diaries, travel literature, autobiography, Romanesque narrative, news, varieties and chronicles of customs. This is a study that focuses on and questions the way the subjects are placed in correspondence, as they transgressed beyond the tradition of their social group and their time, and to analyze the singularities of the speeches that these people developed through the epistolary dialogue.

It is the understanding that the interpretations of the correspondence was strongly influenced by the predominance of a historical discourse marked by the modern scientific paradigm, which not only perpetuated the separation between sexuality and affection, but also focused on rationality at the expense of feelings, the social imaginary and of sensitivities. As a result of this scientific mentality, relations parallel to the study of formal institutions, such as friendship, love, eroticism, for example, were neglected. And more than neglected, friendship between men and women was the target of a long and negative philosophical tradition that influences to this day many interpretations of gender relations.

Investigates the relation between the correspondence and the biographies produced, and attempts to analyze the relations between the epistolary writing, the construction and transformation of self, showing the uniqueness of the relationship established by them while at the same time discussing the possibilities and limits of the issues of eroticism, of love and friendship in the context of its historical and cultural significance, as products that are social and discursive.

Keywords: Correspondence, Letters, Sexuality, Friendship, Biographies, Nineteenth century.

A Oswaldo Gennari Filho, grande e eterno amigo, com perplexidade ainda, amor e um enorme sentimento de gratidão pela amizade vivida.

minha saudade
saúda tua ida
mesmo sabendo
que uma vinda
só é possível
noutra vida
aqui, no reino
do escuro
e do silêncio
minha saudade
absurda e muda
procura às cegas
te trazer à luz
ali, onde
nem mesmo você
sabe mais
talvez, enfim
nos espere
o esquecimento
aí, ainda assim
minha saudade te saúda
e se despede
de mim.

Alice Ruiz

A Odilon Maia Martins Filho e Andrea Dutra
Soncini por tudo que puderam e souberam fazer,
minha mais profunda admiração.

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles, que de alguma maneira, tornaram possível a realização desta tese.

- À Prof^a Dra. Tânia Regina Oliveira Ramos, pela orientação, compreensão e amizade;
- A Universidade Federal de Santa Catarina e especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira e Teoria Literária, celeiro de pessoas talentosas, pela acolhida afetuosa e pela oportunidade;
- À Elba Maria Ribeiro, pelo carinho e pela competência em resolver, lembrar, avisar e convocar;
- Aos profs. (as) Drs. (as) Alai Garcia e Pedro Souza, pelas sugestões apresentadas no exame de qualificação;
- Aos profs. (as) Drs. (as) César Aparecido Nunes (UNICAMP), Zahidé Lupinacci Muzart (UFSC), Maria Teresa Santos Cunha (UDESC) e Christianne Coelho de Souza Reinish Coelho pela participação na banca de defesa da tese.
- Aos amigos, Fernando e Nereu Bahia, Rolando Castello Junior, Olavo Kucker Arantes, Paulo Bernardi, Clóvis Werner, Percy Weiss e Oswaldo Gennari Filho, por terem me ensinado, ao longo da vida, que boas amizades não têm forma pré-definida, prazo de validade, manual de instruções e talvez não transcendam a identidade de gênero, mas criam alternativas singulares de convivência;
- Às amigas: Nazaré Schmaniak, Sônia Küster e Tane Coelho, pela participação ampla e irrestrita em tudo apesar da distância;
- À família Gennari, especialmente Paula e Fabiana e Guto Marialva pelo carinho, generosidade e compaixão com que me acolheram em um dos momentos mais tristes de nossas vidas;
- Aos de casa: Meu marido, Nado, (Arnaldo Neto de Oliveira Martins) por tanto e por tudo que é possível agradecer; meu pai, Julio Basadona Dutra e minha mãe, Iolanda Gandra Dutra pela presença e incentivo constantes; minha filha Jade Martins Lenhart, pelas conversas e correções; meu genro Felipe Lenhart, pelo empréstimo dos livros; e meu irmão, Sílvio Gandra Dutra, por ter me ensinado a eternidade e a transcendência do amor;
- À Bebel Nóbrega Wolf pela amizade incondicional, Diego Fontoura e Maycon Bettoni pela contribuição desprendida;
- Aos amigos da espiritualidade: com humildade e o desejo sincero de não ter cometido nenhum deslize maior.

SUMÁRIO

ENCONTROS SILENCIOSOS DE PAPEL.....	1
 CAPÍTULO I	
PEDRO E LUÍSA: ENTRE SILÊNCIOS E RUMORES	8
A LUÍSA QUE SE TRANSFORMOU EM CONDESSA DE BARRAL	8
PEDRO: O IMPERADOR MENINO DE BARBAS BRANCAS	12
SILENCIOSAS MULHERES?	19
LITERATURAS POSSÍVEIS	26
CARTAS: O ESPAÇO SILENCIOSO DE PRAZER	32
NOS DOMÍNIOS RUIDOSOS DE EROS	34
AMIZADES IMPOSSÍVEIS?	45
RUMORES	58
 CAPÍTULO II	
UMA CORRESPONDÊNCIA DO SÉCULO XIX	76
A MODERNIDADE E A REPRESSÃO DA SEXUALIDADE	78
ALGUMAS NOTAS SOBRE A SEXUALIDADE FEMININA NO BRASIL OITOCENTISTA	90
BREVES RUMORES SOBRE O ADULTÉRIO FEMININO ENTRE AS MULHERES DA ELITE BRASILEIRA	98
A CONDESSA DE BARRAL: DA IDADE DE OURO DA ALTA BURGUESIA À COMUNA DE PARIS	102
 CAPÍTULO III	
CARTAS COMO PRÁTICA DE SI: A ALMA, O CORPO E OS DIAS	113
OS <i>HYPOMNEMATA</i>	115
OFERECER-SE AO OLHAR DO OUTRO	121
A <i>CONSOLATIO</i>	123
PRINCÍPIO REATIVADOR	126
O CORPO	135
OS LAZERES	140
OS DIAS	143
O CARINHO	148
 CAPÍTULO IV	
CARTAS AMBÍGUAS	152
ONDAS DE AMOR, AMIZADE E EROTISMO	157
PALAVRAS À DERIVA	176
“O OUTRO ESTÁ DOENDO EM MIM”	192
<i>MAÎTRESSE-EM-TITRE</i>	208
 CAPÍTULO V	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	230
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	237

ENCONTROS SILENCIOSOS DE PAPEL

*“Você está tão longe que às vezes
penso que nem existo”¹.
Paulo Leminski*

D. Pedro II e a condessa de Barral – a brasileira Luísa Margarida Portugal de Barros - foram protagonistas de uma sólida e polêmica amizade ou romance que se estendeu por quarenta longos anos. Vinte deles dedicados à correspondência (1869 a 1891)² e rendeu quatro mil laudas, em vinte e nove cadernetas, com textos escritos em português e francês. A condessa de Barral em Paris e D. Pedro II no Brasil. Ambos casados conheceram-se quando a condessa se tornou dama de companhia da princesa D. Francisca, irmã do Imperador, em 1843, na França.

A troca de correspondência é por si uma história interessante, que traz consigo um enorme volume de material contendo as mais variadas impressões tanto do imperador quanto da condessa sobre o Brasil, as diversas viagens, o cotidiano, a política européia e brasileira, a vida nas cortes brasileiras e francesas. Porém, tal enredo é, sobretudo, uma narrativa muito rica sobre a sexualidade e seus inúmeros desdobramentos como o amor, a amizade entre homens e mulheres, o erotismo, e o falar de si entre duas pessoas no Brasil oitocentista . E indica que os dois construíram laços afetivos intensos e duradouros.

¹ LEMINSKI, Paulo. *La vie em close*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

² Há uma enorme divergência de autores quanto às datas de início e término da correspondência. Nádia Batela Gotlib afirma que a correspondência iniciou em 1869 e terminou em 1885.

Ver: GALVÃO, Walnice Nogueira e GOTLIB, Nádia Batela. (org.) *Prezado senhor, Prezada senhora*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

Raimundo Magalhães Júnior, atribui o início ao ano de 1865 e o fim em 1891. Ver: MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S/A, 1956.

O livro publicado pelo Arquivo Nacional em 1977 apresenta a correspondência com início em 1859 e o fim em 1890. Ver: DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977. E o Museu Imperial de Petrópolis, Rio de Janeiro, afirma ter nomeado de Coleção Barral –Monteferrat, a correspondência nos anos de 1865 a 1881.

A correspondência entre os dois se caracteriza como um gênero híbrido, diários-cartas/cartas-diários, literatura de viagens, autobiografia, narrativa romanesca, notícia, variedades e crônica de costumes. As cartas diárias eram escritas em cadernetas compradas pela condessa na livraria Chartier, em Paris, e o navio a vapor se encarregava de trazê-las de um lugar para o outro.

Assim que o imperador recebia o pacote e fazia a leitura, anotava ao lado do texto dela as suas impressões e comentários. Segue-se novo intervalo: o diário inicia seu caminho de volta e recebe os comentários da condessa aos comentários do imperador.

Parte da correspondência encontra-se no Arquivo Grão Pará, do Museu Imperial, em Petrópolis, de propriedade de D. Pedro Carlos de Orléans e Bragança. Em razão da mudança do Arquivo Histórico para outro



Museu Imperial – Petrópolis - RJ³

prédio a correspondência não pode ser reproduzida e se encontrava (no ano de 2006) no depósito do Museu Imperial, desde o ano de 1999. A arquivista do museu informou que a Coleção intitulada Barral Monteferrat (sigla: DBM) se constitui de apenas 32 cartas escritas apenas por D. Pedro II. Há muito desencontro de informações sobre a correspondência e uma dificuldade maior ainda para conseguir uma permissão de D. Pedro Carlos para consultar o seu acervo particular.

A outra parte da correspondência está envolta em mais polêmicas. Alguns autores informam que ela foi extraviada, outros afirmam que foi vendida e o Museu Imperial divulga em sua página eletrônica, que recebeu as cartas de um descendente da condessa de Barral, na década de 1950. Presume-se que a condessa e o imperador tinham um pacto de queimar as cartas assim que fossem lidas. O imperador faz menção ao pacto em uma das suas cartas, mas

³ Disponível na Internet via [www](http://www.museuimperial.gov.br). Url: www.museuimperial.gov.br. Arquivo capturado em setembro de 2008.

a julgar pelo número existente de cartas, parece que o pacto não foi inteiramente cumprido pelos dois.

Diante da dificuldade, optou-se por trabalhar com as cartas que já haviam sido publicadas pelo Arquivo Nacional e o Ministério da Justiça, em 1977, em forma de livro e intitulado: *Condessa de Barral: Cartas a suas majestades – 1859-1890* e com o livro de Raimundo Magalhães Júnior intitulado *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada*, publicado pela Civilização Brasileira, em 1956.

No primeiro livro, encontra-se 124 cartas escritas pela condessa de Barral, sendo que 47 são endereçadas à imperatriz, 7 para o casal (imperatriz/imperador), 70 para o imperador e 5 constituem respostas do imperador para a condessa, do gênero diário comentado. Além das cartas, ao final do livro, foram anexados alguns artigos: *Sociedade baiana em 1859*, *Famílias de Pernambuco*, *Anotações sobre a viagem dos imperadores à Europa em 1871 e 1872* e *A condessa de Barral e Pedra Branca*, da autoria do Chevalier de Saint-Georges. No segundo livro encontra-se 149 cartas escritas por D. Pedro II e endereçadas exclusivamente à condessa de Barral.

Entre os tantos desencontros de respostas das cartas destaca-se duas observações: enquanto Magalhães Jr. encontrou intensa e “emotiva” correspondência do imperador para a condessa no ano de 1880, nada foi encontrado de respostas da parte dela, o que pode indicar a queima das mesmas por ele. Por outro lado, há outra sequência intensa e “emotiva” de cartas escritas pela condessa, no ano de 1888, para o imperador e nenhuma resposta dele, que pode indicar que ela também queimava algumas.

De qualquer maneira, pode-se afirmar que houve muita interferência de terceiros na correspondência, seja na seleção para publicação ou no armazenamento dentro do Arquivo. É

evidente que elas não se apresentam agora como foram escritas pelos dois senão as respostas que faltam não representariam um corte brusco em uma conversa íntima e reveladora.

Escolheu-se trabalhar com 224 cartas que totalizam as escritas pelos dois, sendo que 149 foram endereçadas à condessa e escritas pelo imperador, 70 endereçadas ao imperador e escritas pela condessa de Barral e mais os 5 comentários registrados pelo imperador no diário dos dois.

A escolha pelo tema está associada ao interesse mais amplo sobre história e sexualidade. O interesse maior na correspondência partiu da observação de que tanto o imperador quanto a condessa, através de suas escritas, transgrediam o comportamento habitual da corte.

Diante de aspectos cultivados zelosamente pelos membros das cortes e apontados por Elias⁴, como: o olhar impenetrável; a dissimulação dos maus serviços, o sorriso aos seus inimigos, o domínio do próprio humor, o disfarce de suas paixões, e o extremo controle sobre os seus sentimentos, entre inúmeros outros, a correspondência se apresenta absurdamente destoante da conduta costumeira da corte que procurou homogeneizar os modos de viver, sentir e amar. Ao mesmo tempo, os vínculos estabelecidos entre a condessa e o imperador, também escaparam da tendência geral que regia as relações entre os sexos durante o século XIX, principalmente entre a nobreza, cujo casamento por conveniência ocupava o primeiro plano.

A partir daí questiona-se nesta tese: De que a maneira os sujeitos se colocaram na correspondência, já que transgrediram a tradição de seu grupo social e sua época? Quais as singularidades dos discursos que esses personagens elaboraram através do diálogo epistolar? De que era composto o vínculo que construíram através da correspondência? Pode-se

⁴ ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 121.

caracterizar a correspondência como um espaço de autonomia, liberdade e transformação de si?

Em parte por terem construído um vínculo incomum ao século XIX, esse vínculo costuma ainda hoje ser reinterpretado como um romance clandestino. Mas essas reinterpretações não se pautam na escrita epistolar entre os personagens de D. Pedro II e da Condessa de Barral, que era desconhecida na época, mas com certeza, em artigos publicados nos jornais republicanos, que procuravam atingir a monarquia através do comportamento considerado “impróprio” do imperador. O vínculo que vem sendo rotulado de antiético e imoral desde o século XIX, acaba ganhando uma dimensão singular no espaço privado, onde os personagens reescrevem os seus lugares, refazem imagens idealizadas, rompem com diversas tradições e nos levam a discutir as nossas próprias crenças.

A partir da reflexão sobre o vínculo construído no diálogo epistolar entre o imperador e a condessa, questiona-se também: De que maneira o discurso externo à correspondência influenciava o diálogo epistolar de nossos personagens? Quais os limites e as possibilidades do vínculo à distância criado entre eles? Que forma eles deram, na correspondência, para esse vínculo construído ao longo dos anos? Ele teria, no diálogo epistolar, o mesmo formato dado por alguns críticos republicanos da época e por muitos dos intérpretes da atualidade?

Nesse sentido, esta pesquisa procura fazer uma reflexão crítica sobre a correspondência entre D. Pedro II e a condessa de Barral como um espaço aberto, sem forma pré – definida, com limites e possibilidades próprios, que pode se converter em espaço libertário para a constituição de si e do relacionamento homem-mulher.

Assim, inicio o *primeiro capítulo* apresentando os nossos personagens, condessa de Barral e D. Pedro II. Em seguida recorro ao conceito de *gênero* utilizado na História e na Literatura, sintonizado com a crise de paradigmas em que se encontra a *historiografia literária* e que tornou possível o desenvolvimento de pesquisas sobre mulheres. Em seguida, aborda-se o

objeto-carta, tema principal da pesquisa e a *sexualidade humana* a partir de uma concepção histórico-social, onde ela é vista como uma dimensão do ser dentro de uma sociedade, não estando separada da afetividade e nem exclusivamente focada na genitalidade.

Como se sabe, a predominância de um discurso histórico marcado pelo paradigma científico moderno além de perpetuar a separação entre sexualidade e afetividade, privilegiou a racionalidade em detrimento dos sentimentos, do imaginário social e das sensibilidades. Em decorrência dessa mentalidade cientificista, as relações paralelas ao estudo das instituições formais, como a amizade, por exemplo, foram negligenciadas⁵. E muito mais do que negligenciada, a amizade entre homens e mulheres foi alvo de uma longa e negativa tradição filosófica que influencia até hoje muitas interpretações das relações entre os sexos, assim, nossos personagens também foram fortemente marcados por ela.

Recorrendo aos conceitos de *biografia* de Pierre Bourdieu, de *visibilidade do sujeito*, de Spivak, de *identidade e experiência*, de Joan Scott, de *acontecimento traumático*, de Jelin e do entendimento de Foucault sobre a *ordem do discurso*, que supõe a sua produção, controle, organização e redistribuição dentro de uma sociedade discute-se como foram feitas, até agora, algumas citações históricas, jornalísticas e literárias sobre a condessa de Barral e sua correspondência com o imperador.

Por se tratar de dois personagens históricos e não ficcionais, o *segundo capítulo* centra-se em desvendar de maneira crítica um pouco do tempo em que viveram e construíram o diálogo epistolar. Isso inclui um afastamento da historiografia política tradicional e trás para o cenário do século XIX impressões, experiências vividas, imagens e lugares registrados pelos próprios personagens.

⁵ IONTA, Marilda Aparecida. *As cores da amizade na escrita epistolar de Anita Malfatti, Oneida Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade*. Campinas, São Paulo: 2004. (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, p. 6.

O terceiro e quarto capítulos centram-se na análise das cartas. Sendo que o *terceiro*, ao tentar responder a questão de como a condessa e o imperador se constituíram como sujeitos éticos mediante o vínculo criado entre eles, procura analisar as relações entre a escrita epistolar, a construção e a transformação de si.

O *quarto capítulo*, ao se ocupar das ambigüidades que vão surgindo ao longo dos anos no conteúdo das cartas da condessa de Barral e de D. Pedro II, procura mostrar as singularidades do vínculo criado por eles ao mesmo tempo em que discute as possibilidades e limites das questões do erotismo, do amor e da amizade no quadro de suas significações históricas e culturais, como produtos sociais e discursivos que são.

CAPÍTULO I

PEDRO E LUÍSA: ENTRE SILÊNCIOS E RUMORES

A Luísa que se transformou em condessa de Barral

“Saí da sala de tocar, dançar, conversar com senhoras e homens e vai brincar com a ‘poupée’, quando lhe falamos em negócio de casamento, ri ou corre e diz, deixem-me brincar enquanto é tempo disso.”⁶

Domingos Borges de Barros

Segundo Carvalho⁷, Luísa Margarida Portugal de Barros, Condessa de Barral e de Pedra Branca, nasceu na Bahia, em 13 de abril de 1816. Filha de Domingos Borges de Barros e Maria do Carmo Gouveia Portugal. Ele, poeta e político que ocupou cargos no exterior, primeiro representando a Bahia nas Cortes Portuguesas, mesmo antes da independência do Brasil, depois na França onde trabalhou pelo reconhecimento da independência e recebeu por isso o título de Barão de Pedra Branca em 1825, logo depois elevado para Visconde.



Viscondes de Pedra Branca e sua filha Luísa Margarida, futura Condessa de Barral⁸

⁶ Carta de Domingos Borges de Barros a Miguel de Calmon justificando o pouco interesse da condessa de Barral pelo casamento. Ver: DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005, p.220.

⁷ CARVALHO, Áurea. *A condessa de Barral*. [on line] Disponível na Internet via [www. URL: http://www.correiodabahia.com.br](http://www.correiodabahia.com.br). 2004. Arquivo capturado em outubro de 2004.

⁸ Retrato de Domingos Antonio de Sequeira, Paris. Disponível na Internet via [www. URL: http://www.fundacaooscaramericano.org.br](http://www.fundacaooscaramericano.org.br). Arquivo capturado em setembro de 2008.

Em 1831 Luísa Margarida perdeu a mãe e em 1833 continuou morando na França com o pai. Prometida em casamento para o diplomata brasileiro Marquês de Abrantes, vinte anos mais velho que ela, Luísa Margarida opôs-se aos planos do pai e se casou, em 19 de abril de 1837, com o seu escolhido, o Chevalier de Barral, filho do Conde de Barral e Marquês de Monferrat, ou Montferratos (segundo outros autores) com quem veio à Bahia passar uma temporada em 1839.

Nesta mesma época ocorreu o casamento de Francisca, irmã de D. Pedro II, com o Príncipe de Joinville. Por causa disso, ela deveria, portanto, viver na Corte do marido, em Paris.



Conde de Barral ⁹

Francisca não dominava o idioma francês e chamou, para lhe servir de dama de



A Condessa de Barral em sua residência, em Paris ¹⁰

honra, a Condessa de Barral. A Condessa se destacava na Corte de Luís Felipe por possuir um salão à rua D'Anjou, em Paris, freqüentado por intelectuais e artistas, inclusive Chopin, e que já fora comparado ao salão de Madame de Sèigné. Alguns anos mais tarde, veio a ser a primeira brasileira a ser nomeada dama do Paço da corte francesa pelo rei Luís Felipe.

Em 1847 a então Viscondessa de Barral e o marido foram passar uma curta temporada de visita ao pai, na Bahia, mas a deposição de Luís Felipe obrigou os Barral a uma permanência maior. No Brasil, engravidou pela primeira vez aos 38 anos, e seu filho Horace Dominique nasceu em 17 de fevereiro de 1854. Domingos Borges de Barros, o Visconde da

⁹ Fotografia de Carneiro e Smith – Rio de Janeiro. In: De Barral, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977.

¹⁰ PINHO, Wanderley. *Salões e damas do segundo reinado*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1956. .

Pedra Branca, conviveu pouco com o único neto e veio a falecer no ano seguinte a 20 de março.

Nesta época o Imperador procurava alguém que se encarregasse da educação de suas filhas, as princesas Isabel e Leopoldina, preparando-as, uma para o papel de Imperatriz e ambas para futuros casamentos com príncipes estrangeiros, acostumados às Cortes mais exigentes.



Princesas Isabel, sentada, e Leopoldina ¹¹

Em 1856, Luísa Margarida recebeu uma carta do mordomo da Casa Imperial, em que D. Pedro a convidava para assumir, na Corte, a função de aia das princesas Isabel e Leopoldina, então com 10 e 9 anos, respectivamente. Barral procurou saber dos detalhes que envolveriam a sua nova função.

Sendo casada e tendo família, não poderia permanecer no Paço de São Cristóvão, precisaria ter à disposição uma residência mobiliada e carro para seu transporte. Além disso, deveria deixar seus engenhos e suas propriedades da Bahia, entregues com temor, a



Paço de São Cristóvão ¹²

mãos inexperientes, que certamente lhe ocasionariam prejuízo. Era necessário saber como seria sua posição na Corte. Que tipo de tratamento teria nos dias comuns e nos dias de gala? Quais seriam as aulas que deveria ministrar às princesas? Quem seria a “institutrice” que acompanharia as princesas em sua ausência e de quem dependeria a mesma? E como seriam o cerimonial e a etiqueta a seguir?

¹¹ Disponível na Internet via [www](http://www.bairrodocatete.com.br). Url: <http://www.bairrodocatete.com.br>. Arquivo capturado em setembro de 2008.

¹² *Ibid.*

Foi-lhe respondido satisfatoriamente em todos os quesitos: ela seria nomeada Dama da Imperatriz, e tudo que se referisse à educação das princesas estaria sob sua responsabilidade e vigilância. Como já ficara estipulado anteriormente, ela receberia a quantia de 12.000 francos anuais e, depois de completa a educação das princesas, teria uma pensão vitalícia de 6.000 francos, alimentação custeada pelo imperador, um coche à sua disposição e educação para o seu filho. Quanto às lições, as princesas teriam mestres para diversas matérias podendo a preceptora e a “institutrice” ministrarem as aulas que quisessem desde que seguissem os métodos dos mestres¹³.

Em setembro de 1856, Barral assumiu o seu cargo junto às princesas e permaneceu até o casamento das mesmas, em 1864. Depois dos casamentos de Isabel e Leopoldina, Barral voltou a fixar residência na França, onde permaneciam os remanescentes da família de seu marido e suas propriedades.

A autora afirma que é a partir de 1856 que se inicia a longa correspondência entre Barral e D. Pedro II, permanecendo até 1881, com a morte dela.

Segundo Carvalho, havia uma combinação entre a condessa e o Imperador de que as cartas seriam queimadas. Para ela, da parte do Imperador parece que o pacto foi mantido (o número de cartas escritas pela condessa desmente por si esta afirmação da autora). Porém, Barral guardou a correspondência, bem como os diários que tinha o hábito de escrever e mandar para D. Pedro. Mais ou menos em 1940, há controvérsias com as informações do Museu Imperial, a correspondência chegou ao Museu Imperial, em Petrópolis, através de um certo Marquês, que se disse parente da condessa. O marquês alegou que a condessa pediu que as cartas fossem entregues ao Museu quando completassem 50 anos de sua morte.

¹³ Áurea Carvalho também atribui à Barral a autoria de um livro de História do Brasil e Portugal para ser utilizado nas aulas com as princesas, já que não havia um disponível na época. Infelizmente tanto o livro quanto qualquer comentário sobre ele não foram encontrados. Ver: CARVALHO, Áurea. *A condessa de Barral*. Op. Cit.

Pedro: O imperador menino de barbas brancas

*“D. Pedro II não nasceu, foi fundado; tornou-se patrimônio nacional. Já nasceu como um rei autóctone”¹⁴.
Lília Moritz Schwarcz*

Mais difícil que apresentar a condessa de Barral é tentar escrever um resumo breve sobre a vida de D. Pedro II. A melhor definição de D. Pedro II que já ouvi veio de uma criança do primeiro grau ao corrigir o colega que confundiu Pedro I com Pedro II. Disse o garoto: - você está confundindo, o *segundo* é aquele menino que tinha barbas brancas!



Dom Pedro menino
Armand Julien Pallière – 1830 ¹⁵

A criança estava apenas se referindo as imagens de D. Pedro II que costumam ser usadas nos livros de história. Geralmente elas são duas: uma quando assumiu o trono aos 14 anos, o que cria uma identificação imediata com a criança e a outra que representa o imperador bem mais velho de barbas brancas.

Enquanto o personagem da condessa oscila entre silêncio e apenas alguns rumores maldosos, o imperador está cercado por discursos acalorados, seja de oposição política ou não. Mas o que se encontra de semelhança entre os relatos sobre as suas vidas é o desfilar incessante de estereótipos de diversos tipos. Impossível se privar de comentários.

Segundo Vainfas¹⁶, D. Pedro II nasceu no Rio de Janeiro, a 2 de dezembro de 1825, no paço da Quinta da Boa Vista e recebeu o nome de Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo

¹⁴ SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 45.

¹⁵ MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o império. In: Mary Del Priore (Org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 172.

¹⁶ VAINFAS, Ronaldo (Org.) *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 198. Objetiva, 2002, p.198.

Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga. Foi o sétimo e último filho do imperador D. Pedro I com a imperatriz D. Leopoldina. De seus irmãos, somente as quatro meninas sobreviveram: Maria da Glória, Januária, Paula Mariana e Francisca. Os dois meninos, Miguel e João Carlos morreram antes de completar um ano de idade.

Segundo o visconde de Barbacena¹⁷, D. Pedro II era “um menino magrinho e muito amarelo”, que de vez em quando sofria de febres e ataques convulsivos.

Com a abdicação de seu pai em 7 de abril de 1831, foi Aclamado Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, aos cinco anos de idade. José Bonifácio foi o escolhido para a tutoria dos príncipes. E, segundo a Constituição, o Brasil deveria ser governado por uma Regência até que o herdeiro da Coroa completasse 18 anos.



Dom Pedro II com cinco anos ¹⁸

A infância de D. Pedro II é apontada por um grande número de biógrafos e historiadores como uma infância solitária, cercada de conveniências e extensa agenda de compromissos oficiais, sempre analisada a partir de uma perspectiva “burguesa”, que já possui um conceito construído e muito rígido de infância. Segundo esses mesmos historiadores e biógrafos, o negro Rafael, seu criado particular e a governanta Dadama exerceram uma espécie de compensação pela falta dos pais na sua infância. A maior parte dos relatos¹⁹ sobre ele tenta construir a imagem de “um pobre menino rico” e não levam em conta

¹⁷ VAINFAS, Ronaldo (Org.) *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 198. Objetiva, 2002, p.198.

¹⁸ Disponível na Internet via www. Url: <http://www.bairrodocatete.com.br>. Arquivo capturado em novembro de 2008.

¹⁹ Ver VAINFAS, Ronaldo (Org.) *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Op. Cit., p. 198. CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2007. CALMON, Pedro. *A vida de D. Pedro II: o rei filósofo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

as diferenças entre a educação da aristocracia e das outras classes, insistindo também no perfil solitário e triste.

Em 1833, José Bonifácio foi destituído do exercício da tutoria e designado o marquês de Itanhaém, conhecido por ser um homem pragmático, para quem os mestres de D. Pedro II deveriam se preocupar com o ensino de “conhecimentos úteis e reais das coisas, sem gastarem tempo com palavras e palavrões, que ostentam uma erudição estéril e prejudicial²⁰.”

Mesmo assim D. Pedro II teve uma educação refinada e sólida base intelectual, que ele continuou a cultivar ao longo de toda a sua vida.

Sua jornada diária iniciava-se às 7h e terminava às 22h, quando deveria dormir. As refeições eram realizadas na presença de um médico; os banhos deveriam ser de água fria; visitas e passeios nos jardins, sempre com hora marcada e folguedos e representações no teatrinho do Paço, junto com as irmãs e outras crianças que freqüentavam a Quinta da Boa Vista, sobretudo o seu melhor amigo, Luís Pedreira do Couto Ferraz, futuro visconde do Bom Retiro.

Por causa do Golpe parlamentar-palaciano em julho de 1840, sua maioridade foi antecipada e ele começou a reinar efetivamente aos 15 anos. Ao ser indagado se desejava assumir o governo, respondeu: “Quero já!”

Com a sua coroação, restabeleceu-se o Conselho de Estado, reforçou-se o organismo policial, votaram-se leis restritivas às liberdades individuais e o país assistiu ao avanço da tendência regressista, que desde 1837 vinha sendo ensaiada na Câmara, liderada por Bernardo Pereira de Vasconcelos, conforme Vainfas²¹.

Ao mesmo tempo era negociada uma noiva para o imperador pela diplomacia brasileira. Escolhida a princesa Teresa Cristina Maria de Bourbon e das Duas Sicílias, o casamento, por procuração, teve lugar em Nápoles, a 30 de maio de 1843.

²⁰ VAINFAS, Ronaldo (Org.) *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Op. Cit., p. 199.

²¹ *Ibid.*, p. 199.

Mais uma vez, um desfilar insistente de estereótipos é apresentado por biógrafos. Afirmando que ao avistar a princesa pela primeira vez, o imperador decepcionou-se com sua aparência física, que era diferente da apresentada pelo retrato que recebera e correu para os braços de Dadama exclamando que fora enganado.



Imperatriz Teresa Cristina-retrato de José Correia de Lima-1843, recebido por Dom Pedro antes do casamento²²

Outros biógrafos²³ e historiadores reproduzem os inacreditáveis adjetivos referentes à Teresa Cristina: que a futura imperatriz era mesmo muito feia, coxa e gorda. Preocupante reprodução de estereótipos quando pensamos nas crianças e adolescentes que consultam as biografias para as aulas de História.

Segue a história do “pobre menino rico”, solitário, triste, órfão e agora enganado por uma mulher que se assemelhava a uma bruxa.

Continuando, teria a “senhora” Dadama, (a bondosa mãe substituta, mais poderosa que a cultura aristocrática ocidental) o dissuadido da intenção de anular o enlace. Mas o “tempo” (o casamento era um negócio comum entre a aristocracia, só esses historiadores/biógrafos não sabem ainda) teria se encarregado de aproximá-lo da esposa e do “consórcio”. E com isso subestimam sem piedade a inteligência dos brasileiros²⁴.

Do seu casamento com Teresa Cristina nasceram os príncipes Afonso (1845-47), Isabel (1846-22), Leopoldina (1847-71) e Pedro Afonso (1848-50).

Ainda para Vainfas, foram as preocupações com a educação das princesas que acabariam por levá-lo ao encontro do grande amor de sua vida: a condessa de Barral. De todas

²² Lilia Moritz Schwarcz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. Op. Cit.

²³ Ver VAINFAS, Ronaldo (Org.) *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Op. Cit., p. p.198. CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2007. CALMON, Pedro. *A vida de D. Pedro II: o rei filósofo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca dos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²⁴ Ver VAINFAS, Ronaldo (Org.) *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Op. Cit., p. 199.

as interpretações sobre o relacionamento de D. Pedro II e a condessa de Barral, esta é, sem dúvida, a mais romântica e suave.

Famoso pela sua inquietação e curiosidade, D. Pedro II era patrono e freqüentador assíduo das sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, assistia

aos exames do Colégio Pedro II e participava da arguição de teses na Academia de Medicina e na Escola Politécnica. Destacou-se pelo amor e dedicação ao conhecimento.

Foi o primeiro brasileiro a ter assento no Instituto de França, distinguia-se nas rodas



Colégio Dom Pedro II – Rio de Janeiro ²⁵

literárias, associações científicas e exposições internacionais, além de estimular a vinda das missões estrangeiras, direcionadas para o estudo da geografia, geologia, hidrografia, história natural, antropologia, lingüística e arqueologia indígenas. Foi reconhecido por Charles Darwin, que disse: “O imperador fez tanto pela ciência que todo sábio lhe deve o maior respeito”. Ao mesmo tempo, o seu acentuado interesse pela ciência foi alvo freqüente de chacota nacional e até tema de desfiles das sociedades carnavalescas da época.

Sempre de sobrecasaca e guarda-chuva, dispensava o protocolo e gostava de conversar com as pessoas nas ruas do Rio de Janeiro. Deixou os políticos perplexos e agradou os súditos mais humildes, quando se apresentou como voluntário número um para a Guerra do Paraguai. E foi.

Joaquim Nabuco, no clássico *Um estadista do Império*, identificou seis fases distintas do longo reinado de D. Pedro II.

²⁵ Disponível na Internet via [www](http://www.bairrodocatete.com.br). Url: <http://www.bairrodocatete.com.br>. Arquivo capturado em novembro de 2008.

Na primeira fase, 1840-50, foi o período da consolidação da ordem interna, do fim das revoluções, do aperfeiçoamento do governo parlamentar com a criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros e da luta contra o tráfico negreiro.

No período de 1850 a 63 foi a época do equilíbrio na região platina, do advento da conciliação política, intentada pelo marquês de Paraná, dos empreendimentos industriais, das emissões bancárias, da construção das ferrovias e da crescente centralização de poder. Em 1864-70 foram os anos da Guerra do Paraguai, verdadeiro divisor de águas do II Reinado.

De 1870 a 79 foi o tempo do esforço em favor da emancipação gradual dos escravos, das reformas eleitorais, do lançamento do *Manifesto Republicano*, das viagens imperiais. No período de 1879 a 87 seria a fase marcada pela agitação abolicionista, a expansão cafeeira e o progresso rápido de São Paulo, a morte de antigos estadistas, a desestabilização acelerada do regime, a doença do imperador, o seu afastamento do Estado, o descontentamento do Exército, a abolição, a febre da bolsa de valores e a crescente onda de repulsa ao terceiro reinado.

Proclamada a República, D. Pedro II embarcou para a Europa, acompanhado da família imperial. Dirigiu-se, primeiro, para Portugal. Com a morte da imperatriz, na cidade do Porto, em dezembro de 1889, transferiu-se para a França, em Voiron, para a propriedade da condessa de Barral. Circulou por algumas localidades na França e faleceu em Paris, de pneumonia



Última foto da família imperial no Brasil—Otto Hess – 1889²⁶

²⁶ Disponível na Internet via [www](http://pr.wikipédia.org). Url: <http://pr.wikipédia.org>. Arquivo capturado em novembro de 2008.



A exilada família imperial na residência da condessa de Barral, em Voiron-Paris, 1890²⁷

aguda, a 5 de dezembro de 1891. O seu corpo foi trasladado para Lisboa e depositado no Panteão Real, na Igreja de São Vicente de Fora, onde ficou até 1920, quando foi repatriado para o Brasil. Seus restos mortais se encontram no mausoléu da catedral de Petrópolis, inaugurado por Getúlio Vargas em 1939.

Assim Machado de Assis definiu Dom Pedro II: “Um homem lhano, probo, instruído, patriota, que soube fazer do sólio uma poltrona, sem lhe diminuir a grandeza e a consideração²⁸.”

²⁷ SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. Op. Cit., p. 483.

²⁸ Ver: VAINFAS, Ronaldo (Org.) *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Op. Cit. p. 201.

Silenciosas mulheres?

“Os
dominados podem sempre esquivar-se, desviar
as proibições, preencher os vazios do poder, as
lacunas da História. Imagina-se, sabe-se que as
mulheres não deixaram de fazê-lo.
Frequentemente, também, elas fizeram de seu
silêncio uma arma.”²⁹ Michellé Perrot

Há bem pouco tempo atrás não se poderia escolher a vida de uma mulher, muito menos as suas cartas ou diários como objeto de pesquisa histórica, pois não teria relevância científica. E a história “esqueceu” as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento. Se hoje podem (mos) falar é porque alguma coisa mudou. Como o silêncio foi rompido?

Sabe-se que, desde que a história existe como disciplina científica, a partir do século XIX, o lugar das mulheres dependeu das representações dos homens, os quais foram, por muito tempo, os únicos historiadores³⁰. No século XIX, a construção do *métier do historiador* direcionava-se para o campo político, enquanto afazeres do Estado; somente os militares, os reis e os diplomatas apareciam na cena de uma história pública e nacional³¹.

Maria Odila Leite da Silva Dias aponta a *Escola dos Annales*, em especial Lucien Febvre e Marc Bloch, como os ampliadores das possibilidades para a história das mulheres, ao “desvencilhar a historiografia das idealidades abstratas e dos conceitos teóricos”³². O empenho daqueles autores em se voltarem para seres vivos e concretos, além da crítica da racionalidade e da cultura que se passou entre os anos de 1930 e 1960, proporcionou o

²⁹ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SPS.:EDUSC, 2005, p. 10.

³⁰ _____ et PAIRE, Alan. *Une histoire des femmes est-elle possible?* Paris/Marseilles: Rivages, 1984, p.35.

³¹ PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. *Revista Catarinense de História*. (2): 35. Florianópolis: UFSC, N°2, 1994.

³² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e Método dos estudos feministas: Perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA A. O.& BRUSCHINI, C. (ORG.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: FCC e Rosa dos Tempos, 1992, p.39.

desenvolvimento de conceitos capazes de relacionar o cotidiano dos seres individuais e concretos aos sistemas abstratos e aos processos históricos em que estavam inseridos.

Esta nova perspectiva proporcionou um campo fértil para o estudo da história das mulheres. Na França dos anos 30, o que predominava na historiografia eram as estruturas, as conjunturas, as categorias sociais e a luta de classes. Neste panorama, a dimensão sexual não era levada muito em conta, o que fez com que a história das mulheres surgisse junto com o movimento feminista. Ao mesmo tempo, uma série de fatores, de acordo com Michelle Perrot, tem favorecido esta história. Em primeiro lugar, o desenvolvimento de uma antropologia histórica que colocou o estudo da família e os papéis sexuais em primeiro plano nas suas preocupações. Além disso, aquilo que passou a se chamar *Nova História*, levando em conta as representações e as práticas cotidianas, assegurou, certamente, uma conjuntura mais aberta à escrita da história das mulheres³³.

Scott aponta os anos de 1960, nos Estados Unidos, e o ressurgimento do movimento feminista, na esteira do “movimento pelos direitos civis”, como responsáveis pelo fato de as mulheres tornarem-se um “grupo identificável³⁴”. Em 1969, por exemplo, as historiadoras do Comitê de Coordenação de Mulheres na Profissão Histórica denunciaram discriminações sexistas no interior da Associação Histórica Americana. Antes desta data, os protestos de negros, mulheres, judeus, católicos e outros *não-cavalheiros*, sempre sub-representados, não questionaram o conceito de *profissão de historiador*, e era o que ocorria com as mulheres do comitê, em 1969³⁵.

Na França, Michelle Perrot questionou o *lugar* da história das mulheres no interior da disciplina histórica e mostrou ainda como a história das mulheres percorreu diferentes caminhos. No início, eram preocupações com os fundamentos da dominação e da opressão,

³³ PERROT, M. et PAIRE, A. *Une histoire des femmes est-elle possible? Op. Cit.* p. 9.

³⁴ SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.) *Escrita da história*. São Paulo, UNESP, 1998, p. 67.

³⁵ *Ibid.*, p. 70.

magnetizados pelas imagens da mulher vítima, batida, enganada, humilhada, ou seja, a história da *desgraça feminina*³⁶. Deste tipo de história miserabilista, passou-se para outra que procurava dar visibilidade a mulheres guerreiras, rebeldes, ativas, tentando encontrar, inclusive uma certa *cultura feminina*. De uma forma ou de outra, tal tipo de história foi construída como *gueto* no interior da academia³⁷.

Este mesmo *gueto* *formou-se*, de acordo com Joan Scott, na historiografia dos Estados Unidos. Embora no *gueto*, a história que se passou a construir subverteu a história aceita. As mulheres reivindicavam que a vida privada tinha dimensão pública, política e que o *sujeito* da história não era uma figura universal. Portanto, embora *gueto* ou *suplemento*, esta história das mulheres passava a provocar reconceitualização³⁸.

Esta busca das historiadoras, tanto francesas como norte-americanas, de encontrar um *lugar* para as mulheres na história e por fim transformarem as mulheres em *categorias* separadas dos homens está inteiramente entrelaçada com os caminhos percorridos pelo movimento feminista³⁹.

Dentro deste contexto, Thomas Foster, analisando um trabalho de Julia Kristeva, aponta no movimento feminista três gerações, que se ligam ao percurso da história das mulheres e das relações de gênero⁴⁰.

A *primeira* geração de feministas procurou ganhar um lugar no tempo linear, visto como o tempo de projeto e de história. Esta geração rejeitava as características tradicionais femininas ou maternais, quando estas entravam em conflito com a meta de entrar na história. É o estágio marcado por um desejo de domínio, que pretende tomar o poder sem transformá-lo ou questioná-lo de modo adequado. Para Foster, embora tenha legado ganhos políticos

³⁶ SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.) *Escrita da história*. Op. Cit., p. 71-75.

³⁷ PERROT, M. et PAIRE, A. *Une histoire des femmes est-elle possible?* Op. Cit., p. 8.

³⁸ PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. *Revista Catarinense de História*. (2): 35. Florianópolis, UFSC, nº 2, p. 38.

³⁹ *Ibid.*, p.38.

⁴⁰ FOSTER, Thomas. History critical theory and women's social practices: "women's time and house keeping." *Signs*, Journal of women in culture and society, 1988, v.

imensos, esta geração não conseguiu ultrapassar a capacidade da cultura hegemônica de absorver e prosperar na contradição e no desafio. Esta primeira geração pode ser identificada como aquelas historiadoras que reivindicaram uma história que contemplasse as mulheres, sem, no entanto, questionar a forma como essa história era construída⁴¹.

A *segunda* geração apontada por Kristeva buscou a reafirmação da especificidade da psicologia feminina e suas percepções simbólicas. Esta geração rejeitou o tempo linear na historiografia, em favor de uma temporalidade monumental e cíclica, associada à subjetividade feminina e as práticas rituais religiosas marginalizadas, buscando apontar as diferenças. Esta geração era eminentemente separatista, podendo ser identificada com aquelas cujas historiadoras buscavam uma *cultura feminina* específica, separada de suas relações com os homens.⁴²

E a *terceira* geração do movimento feminista buscava aliar o ingresso na história e a afirmação das diferenças, e é justamente para trazer à luz as diferenças que as mulheres estariam exigindo seus direitos. Esta geração não divide as pessoas em vítimas e carrascos, mas declara que todos são *culpados*. Embora não rejeitem o reconhecimento da diferença, não se recusam a engajar-se na cultura dominante. Rejeitam as limitações simbólicas e materiais, em especial o confinamento no espaço doméstico, e a teleologia da maternidade, que produziu esta consciência feminina. Não desejando apenas inverter as hierarquias, quer subverter o conceito de hierarquia em si.

Para esta geração é necessário desconstruir os limites entre o público e o privado, revelando o exterior para o interior e vice-versa. É esta geração de historiadoras que está utilizando *gênero* como categoria de análise histórica. Importante frisar desde já que quando se refere neste trabalho ao termo *gênero*, remete-se diretamente à Guacira Louro. Segundo a autora:

⁴¹ PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. *Revista Catarinense de História. Op. Cit.*, p. 38.

⁴² *Ibid.*, p.28.

Gênero não pretende significar o mesmo que sexo, ou seja, enquanto sexo se refere à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado à sua construção social como sujeito masculino ou feminino. Não se trata mais de focalizar apenas as mulheres como objeto de estudo, mas sim os processos de formação da feminilidade e da masculinidade, ou os sujeitos femininos e masculinos em relação e na relação⁴³.

O conceito é *plural*, ou seja, haveria conceitos de feminino e de masculino, social e historicamente diversos. A idéia de pluralidade implicaria admitir não apenas que sociedades diferentes tenham diferentes concepções de homem e de mulher, como também que no interior de uma sociedade essas concepções sejam diversificadas conforme a classe, religião, a raça, a idade, etc. Além disso, esta abordagem permite que admitamos também que os conceitos de masculino e feminino se transformam ao longo do tempo.

A construção dos gêneros envolve o corpo, implica em corpos sexuados. A natureza também se transforma. Há a necessidade de resgatar a aliança biologia/história e não eliminá-la do campo social. Ao historicizar o biológico, é possível pensar nas profundas modificações dos hábitos alimentares, nas condições de vida ou em aparatos tecnológicos que, incorporando-se ao cotidiano de grande parte da humanidade, acabaram por alterar algumas de suas características, como média de vida, envelhecimento, capacidade motora, força muscular, forma de geração de filhos, etc. Portanto, é preciso evitar a polarização natural/social, compreendendo que o gênero também tem uma dimensão e expressão *biológica*.

Nesta linha de raciocínio, Guacira Louro lembra o artigo de Pierre Bourdieu, intitulado *A dominação masculina*, que fala de uma “somatização das relações de dominação”, com o objetivo de demonstrar o quanto se inscrevem nos corpos dos sujeitos dominados – no caso das mulheres – determinados gestos, posturas, disposições ou marcas da sua submissão. Bourdieu, diz que “o mundo social exerce uma espécie de golpe de força sobre os sujeitos e

⁴³ LOURO, Guacira. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, H. J. *et alii.* (org). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes médicas, 1996, p.3.

imprime em seus corpos não apenas um modo de estar e de ser, mas todo um *programa de percepção*”. Para ele, através de diversos processos de inculcação “se opera uma transformação durável dos corpos e da maneira usual de usá-los”.

Assim como a classe ou a raça, gênero é segundo Guacira Louro, mais do que uma identidade aprendida (é mais do que uma aprendizagem de papéis) sendo constituído e instituído pelas múltiplas instâncias e relações sociais, pelas instituições, símbolos, formas de organização social, discursos e doutrinas. Essas diversas instâncias sociais são instituídas pelos gêneros e também os instituem: elas são generificadas.

Joan Scott afirma que o termo *gênero* “faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas de reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens”⁴⁴. O termo *gênero*, além de um substituto para o termo *mulheres*, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro.

Para Scott, o uso do termo:

*Rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina. Em vez disso, o termo torna-se uma forma de indicar construções culturais – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. É uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado*⁴⁵.

Como afirma ainda Guacira Louro, “a pretensão não é anular ou *borrar* as diferenças entre os sujeitos, mas sim afirmar que tais diferenças têm sido usadas como justificativas para tratamentos desiguais, não equivalentes”. Segundo a pesquisadora, o reconhecimento da articulação de diversas categorias (classe, etnias, gênero, geração, orientação sexual,

⁴⁴ SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Jul/Dez.1995, p. 85.

⁴⁵ *Ibid*, p. 76.

religião...) nos conduz também a perceber e conceitualizar as relações de poder. Para sermos capazes de incorporar as complexas articulações que constituem os sujeitos - como homens e mulheres, brancos/as, negros/as, índios/as, orientais, adultos/as ou crianças, cristão-cristãs e muçulmanos/as, ricos/as e pobres - é preciso pensar o poder também como uma rede complexa, numa conceituação que se aproxime das proposições de Michel Foucault. É preciso pensar o poder muito mais como uma ação que é exercida constantemente entre os sujeitos e que supõe, intrinsecamente, formas de resistência e contestação, do que como algo que é possuído apenas por um pólo e que está ausente no outro. Não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social.

Embora Foucault tenha pretendido com seus estudos detectar a existência e explicitar as características de relações de poder que se diferenciam do Estado e seus aparelhos, isso não significa apenas querer situar o poder em outro lugar que não o Estado. Para ele, os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. O *poder* não existe, existem sim práticas ou relações de poder.

Literaturas possíveis

“A literatura, assim, em vez do delineamento tradicional a que se submetia, deve ser representativa dos mais diversos segmentos em que se pode decompor o tecido social, e não de uma suposta unidade nacional ou excelência estética correspondentes a interesses de certo grupo indevidamente autoproclamado guardião da vontade coletiva”⁴⁶.

Roberto Acízelo de Souza

Eduardo Coutinho⁴⁷ nos mostra a crise das correntes de pensamento em que se encontra a historiografia literária e a influência que vem recebendo do Desconstrutivismo, da Nova História, dos Estudos Culturais e Pós-Coloniais. Para o autor, a linearidade tradicional, baseada na progressão e no evolucionismo, está cedendo lugar a uma espécie de diálogo entre passado e presente. Além disso, as fronteiras rígidas entre os povos (representadas pela construção de nação) revelaram-se frágeis e amparadas por interesses hegemônicos, a noção de literariedade passou a ser repensada e a incluir o “registro popular” ou a “literatura oral” e a produção de grupos étnicos marginalizados, no âmbito da cultura em geral.

A História da Literatura não é mais o mero registro acumulativo de tudo o que se produziu, nem a simples compilação de temas ou formas, mas a reescritura constante de textos anteriores com o olhar do presente, inspirada na dialética designada por Fernand Braudel. Neste sentido, a literatura representada pelo cânone deixa de ser a única fonte de interesse e o foco desvia-se para o significado que alguns fatos ou eventos tiveram para determinado grupo ou sociedade.

⁴⁶ SOUZA, Roberto Acízelo de. A idéia de história da literatura: constituições e crises. In: MOREIRA, Maria Alice. *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.

⁴⁷ COUTINHO, Eduardo. Comparativismo e historiografia literária. In: MOREIRA, Maria Alice. *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003, p.16.

Regina Zilbermann⁴⁸ aponta o legado do Positivismo na crítica literária e o cientificismo como representante da modernidade de pensamento, posicionamento antimetafísico e antiteológico. Atitude de vanguarda, mas que não evitou o partidarismo nem conseguiu impedir a discussão e o ceticismo. De acordo com a autora, a história da literatura voltou-se para a observação da ação do meio, da época e do momento sobre o discurso poético, inspirada na estética positivista de H. Taine. Para ele, a produção do espírito humano, como as da Natureza, só pode explicar-se pelo meio que as produz.

Taine aplica seu princípio à história da arte, cujos períodos ele divide conforme uma linha evolutiva. Cada período supõe um começo incipiente, passa por um apogeu e desaba na decadência. Cada núcleo de ascensão e queda motiva um corte na cronologia, e a seqüência desses cortes forma a história. É ele quem define quais são as três fontes que contribuem para produzir o “estado moral elementar: a raça, o meio e o momento”. Raça é entendida por ele como “as disposições inatas e hereditárias que o homem traz consigo e que ordinariamente juntam-se a diferenças marcadas no temperamento e na estrutura do corpo”⁴⁹.

O vínculo entre a história da literatura e a ideologia nacionalista é também abordado por Roberto Acízelo de Souza como um fator importante na constituição da crise em que se encontra atualmente. Este vínculo constituiu “providência conceitual fundadora da disciplina que se define exatamente mediante assunção da concepção romântica de literatura como expressão de nacionalidade”⁵⁰. Desta maneira, cada nação se distinguiria por peculiaridades físico-geográficas e culturais, sendo a literatura especialmente sensível a tais peculiaridades. É daí, inclusive, que deriva sua condição de privilegiada parcela da cultura, funcionando à maneira de um espelho em que o espírito nacional pode mirar-se e reconhecer-se.

⁴⁸ ZILBERMANN, Regina. História da literatura brasileira. In: . In: MOREIRA, Maria Alice. *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003, p.117.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 128.

⁵⁰ SOUZA, Roberto Acízelo de. A idéia de história da literatura: constituições e crises. *Op. Cit.*, p.147.

Entre as subdivisões tradicionais da história nacional, a história da literatura foi a única que se instalou ao lado de uma história que se poderia qualificar como geral, nos currículos escolares, integrando os sistemas de educação cívica implantados nos vários estados nacionais modernos. Para Souza, os traços definidores da história da literatura consagrada no século XIX podem ser entendidos como:

Gênero do discurso vincula-se ao épico, por sua feição narrativa e por suas constitutivas motivações nacionalistas e patrióticas, propondo-se expor, como relato etiológico e teleológico, os esforços e realizações de um povo no sentido de construir uma cultura literária própria; ciência ou disciplina especializada, procura estabelecer seus métodos e técnicas – processando em solução eclética, elementos tomados à psicologia, à sociologia, à filologia, à crítica literária –, além de esforçar-se por delinear seu objeto, a literatura nacional; instituição, integra os sistemas de ensino dos diversos países, sob a forma de matéria obrigatória nos níveis médio e universitário, estabilizando, segundo um ponto de vista homogeneizante, um conjunto harmonioso de obras e autores considerados representativos da nacionalidade, um cânone de clássicos nacionais.⁵¹

A queda do prestígio deste tipo de história da literatura coincide com a ruína do paradigma do historicismo, iniciada já em fins do século XIX e aprofundada no início do século XX. Alguns fatores, para Souza,⁵² podem ser citados como decisivos na ruína dos antigos paradigmas: a definição do método fenomenológico na filosofia, seguida de suas aplicações no campo das ciências humanas; o surgimento do gestaltismo em psicologia; e o esboço do estruturalismo lingüístico na obra de Saussure, em cujas teses fundamentais figura não só a distinção entre sincronia e diacronia – em outros termos, entre história e sistema –, como também a concessão de primazia metodológica ao primeiro termo desta dicotomia. Ainda neste clima de ruína do paradigma historicista, Souza aponta duas ondas de contestação sucessivas e diferenciadas que precipitou a crise a história da literatura.

⁵¹ SOUZA, Roberto Acízelo de. A idéia de história da literatura: constituições e crises. *Op. Cit.*, p. 148.

⁵² *Ibid.*, p.149-150.

A primeira corresponde às três décadas iniciais do século XX, período no qual o campo dos estudos literários propiciou o surgimento de correntes cuja motivação básica era exatamente contestar os métodos e propósitos da história da literatura. Essas correntes confluíram para a constituição da disciplina novecentista que viria a chamar-se teoria da literatura, entre cujas proposições fundamentais se encontrava a denúncia do que passa então a ser considerado como a inconsistência básica da história da literatura em si mesma, ou sua condição história meramente externa da arte literária, interessada antes nas causas ou condicionamentos extrínsecos do seu objeto do que em sua dinâmica própria e exclusiva.

A segunda onda de contestação situa-se em meados dos anos 60 e define-se plenamente na década de 80, tendo seus efeitos prolongados desde então. Essa corrente partiu de uma espécie de reconhecimento do papel central desempenhado pela linguagem em todos os aspectos das atividades humanas, o que contribuiu para que as ciências sociais passassem a entender os fatos como construções lingüísticas, arranjos verbais e efeitos do discurso, e não coisas existentes em si mesmas.

Além das duas ondas de contestação citadas, Souza aponta projetos de revitalização ocorridos ao longo do século XX. O primeiro deles, nos anos 20, deve-se ao formalismo eslavo, que inicialmente investiu contra a história da literatura tradicional, partindo em seguida para uma transformação de seu conceito chave – linguagem literária como desautomatização de formas – no próprio princípio da dinâmica literária e da sua história, que concebeu não como tradição, mas como evolução definida sob a forma de substituição de sistemas.

Em seguida, no fim dos anos 60, a corrente de origem alemã, conhecida como estética da recepção ou do efeito investiu na restauração da dimensão histórica da literatura, propondo uma conciliação entre as reflexões marxista e formalista, mediante centramento numa

instância que teria sido negligenciada por ambas aquelas reflexões: o fator público, ou a recepção, e o efeito da literatura no chamado horizonte de expectativa.

Por fim, o autor aponta o novo historicismo, emergente nos Estados Unidos, no início da década de 80. Também chamada de materialismo cultural, esta corrente propõe o acesso ao passado como narração, em seus vestígios textuais; os períodos históricos como um jogo de forças contraditórias e em conflitos; a construção do passado a partir de interesses e situações do presente. Além disso, pretende levar em conta mais a textualidade da história e da literatura do que marcas essenciais capazes de estabelecer fronteiras nítidas entre os “grandes” textos “literários” e aqueles outros considerados “não – literários” e de interesse apenas documental.

Por outro lado, Nelson H. Vieira⁵³ propõe os conceitos de *hibridismo* e *alteridade* como estratégias para repensar a história da literatura. O autor parte da necessidade de se encontrar critérios culturais que representem honesta e democraticamente os vários Brasis ou as diversas culturas brasileiras (de etnias, raças, gêneros, classes, registros estéticos, etc.). Para o autor, pela ótica do hibridismo e da alteridade podemos repensar *como e por que* certas culturas ou obras estão incluídas ou excluídas da história literária, ou desvendar os mitos e as “verdades” ideológicas que os discursos de nacionalismo e pureza racial e étnica promoveram numa cultura híbrida como a brasileira. Vieira cita Canclini, para quem “estas dinâmicas híbridas seriam diferentes do sincretismo ou de conceitos parecidos porque muitas vezes estes não manifestam resistência alguma contra os procedimentos opressivos do Estado”.⁵⁴

Para Canclini, as culturas híbridas refutam a oposição clássica entre o moderno e o tradicional, o urbano e o rural, o sofisticado e o popular, o hegemônico e o subalterno para poderem incluir estes, e ao mesmo tempo expor outros traços ou facetas mais relevantes para a situação contemporânea. Para ele, o híbrido ultrapassa noções biológicas, étnicas e sexuais

⁵³ VIEIRA, Nelson H. Hibridismo e alteridade. In: MOREIRA, Maria Alice. *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003, p.95.

⁵⁴ *Ibid*, p. 95.

porque manifesta diversos modos de pensamento e de comportamento numa cultura. Na constante reestruturação global e reconversão cultural da atualidade, o híbrido serve para descrever descontinuidades culturais e desafiar discursos autoritários

A alteridade é entendida por Vieira como “o ponto de vista daquilo que é considerado outro ou diferente, aquilo que não representa o sujeito.”⁵⁵ Para ele, Haroldo de Campos articulou o enfoque da alteridade dentro do contexto cultural brasileiro e foi exemplificado por Flora Sussekind no contexto da história literária brasileira em seu livro *Tal Brasil, Qual Romance?* Neste contexto, a alteridade é, antes de tudo, um necessário exercício de autocrítica. O que leva o autor a afirmar que a literatura de autores como Jorge Amado, Rubem Fonseca, Roberto Drummond, Clarice Lispector, Sônia Coutinho, Adélia Prado, Sérgio Sant’Anna e Moacyr Scliar representariam um compromisso com a expressão da alteridade, do híbrido e do popular.

Diante de tal cenário, parece-me então que o termo *crise na história da literatura* não é adequado aos dias de hoje. Os rumos estão claros, as questões já estão colocadas, os cânones alternativos também estão sendo construídos e não é mais possível pensar em história ou Literatura a partir de uma perspectiva positivista apenas.

⁵⁵ VIEIRA, Nelson H. Híbridismo e alteridade. In: MOREIRA, Maria Alice. *Histórias da literatura: teorias, temas e autores. Op. Cit.*, p. 102.

Cartas: o espaço silencioso de prazer

*“Toda escrita é, de certa maneira, vontade de viver ou de sobreviver. Toda escrita é mensagem e mistério.”*⁵⁶
Michelle Perrot

A correspondência de Pedro II e a condessa também nos leva à tentativa de compreensão do objeto – carta. Segundo Camargo⁵⁷, a carta seria um enunciado, assim como o são uma palavra, oração ou texto. E pode ser entendida a partir da concepção de Bahktin⁵⁸, onde “todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão relacionadas com a utilização da língua [...], esta se efetua em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam duma ou doutra esfera da atividade humana”.

Cada enunciado, para Camargo, tomado em separado, é sempre individual e irrepetível, mas, na esfera (social) do uso da língua, elaboram-se tipos relativamente estáveis, ao que Bahktin denomina gêneros discursivos, tão ricos e diversos quanto às possibilidades da atividade humana são inesgotáveis e incluem indiferentemente: a curta réplica do diálogo cotidiano (com a diversidade que este pode apresentar conforme os temas, as situações e a composição de seus protagonistas), o relato familiar, *a carta* (com suas variadas formas), a ordem militar padronizada, em sua forma lacônica e em sua forma circunstanciada, o repertório bastante diversificado dos documentos oficiais (em sua maioria padronizados), o universo das declarações públicas (num sentido amplo, as sociais, as políticas).

Para Bahktin, há uma diferença essencial entre o gênero do discurso primário (simples) e o gênero do discurso secundário (complexo). O primeiro é constituído em

⁵⁶ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história. Op. Cit.*, p. 97.

⁵⁷ CAMARGO, M. R. M. Escreva-me urgente...Um estudo dos elos comunicativos na carta. In: Bastos, M. H. C./CUNHA, M. T. S./MIGNOT, A C. V. (org.) *Destino das letras: história, educação e escrita epistolar. Passo Fundo*: UPF, 2002, p.165.

⁵⁸ BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 277-326.

circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea, e o segundo, constituído pelo romance, teatro, discurso científico, discurso ideológico, etc.

Ao tentar definir e identificar a carta com relação ao estudo dos gêneros, Camargo⁵⁹ sugere que esta pode ser pensada como um gênero secundário porque, ao ser *escrita*, perde seu caráter de comunicação espontânea que constitui o gênero primário. Como escrita, perde em expressão gestual e interativa e ganha na sua capacidade de autonomia e distanciamento.

A carta demanda um distanciamento entre os interlocutores, que é espacial e temporal, e demanda ao mesmo tempo um distanciamento entre o autor e os acontecimentos a que a carta remete. Como *escrita*, sempre é um “sucesso”, um acontecimento que remete a outros acontecimentos sobre os quais reflete. Na carta, realizam-se projetos de dizer. Mas as cartas podem ser pensadas como gênero primário ao se constituírem em matéria-prima para um romance, como no caso da condessa e do imperador. O ato de escrever cartas pessoais/íntimas consiste, segundo Cunha⁶⁰ em:

Confrontar-se com códigos estabelecidos e, a partir deles, inventar/construir um lugar para si, através das palavras. Trocar cartas corresponder - se, escrever para alguém são formas de se expor, de compartilhar experiências, construir elos invisíveis e, muitas vezes, duradouros. A carta como uma prática de escrita, tanto fala de quem a escreve como revela sempre algo sobre quem a recebe, anunciando a intensidade do relacionamento entre os envolvidos, pois nunca se escreve senão para viver, a fim de fazer frente a uma situação, para explicar, justificar-se, informar, dirigir-se a, apelar, queixar-se, sofrer menos, fazer-se amar, dar-se prazer.

⁵⁹ CAMARGO, M. R. M. Escreva-me urgente...Um estudo dos elos comunicativos na carta. In: Bastos, M. H. C./CUNHA, M. T. S./MIGNOT, A C. V. (org.) *Destino das letras: história, educação e escrita epistolar. Op. Cit.*, p.165.

⁶⁰ CUNHA, Maria Teresa Santos. “Por hoje é só”...Cartas entre amigas. In: BASTOS, M. H. C./CUNHA, M.T.S./MIGNOT, M.C.V. (org.) *Destinos das letras – história, educação e escrita epistolar. Op. Cit.*, p. 166.

Nos domínios ruidosos de Eros

*“Foi realmente você
Quem vi,
Ou será esta alegria
Que ainda sinto
Apenas um sonho?”⁶¹
Mestre zen Ryokan a monja
Teishin*

Neste espaço subjetivo de papel e palavras criado para si e para o outro a sexualidade ocupa um ponto fundamental.

A sexualidade a que se refere é entendida como objeto que vem abandonando a hegemonia da Biologia e cujo enfoque acabou sendo ampliado, deixando de representar um fenômeno primordialmente “natural”, para antes ser produto de forças sociais e históricas, uma “unidade imaginária”. São as forças sociais que delimitam a forma da sexualidade. A fisiologia e a morfologia do organismo são o que estabelecem as precondições da sexualidade humana, mas a biologia não cria os padrões de nossa vida sexual; simplesmente condiciona e limita aquilo que é provável e aquilo que é possível. A sexualidade é objeto de intensa sociabilização e toda cultura define várias práticas como próprias e impróprias, morais e imorais, sadias e patológicas. Logo, ela só pode ser compreendida na trama das relações sociais e culturais de cada época, onde se deve explicitar seus determinantes econômicos, os modelos hegemônicos, decifrar seus eixos de sentido e desvendar as contradições dos códigos de poder que a envolvem.

Não existe, portanto, um antagonismo entre sexualidade e sociedade, como se tratasse de elementos biologicamente dissociados e resultantes de domínios separados da natureza. Há, sim, um conceito no sentido antropológico amplo, como dimensão ontológica essencial

⁶¹ SUDO, Philip Toshio. *Sexo Zen: o caminho da plenitude*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001, p. 81.

do ser humano, incorporando componentes biológicos, mas buscando atingir significações culturais e existenciais mais exigentes⁶².

*Tudo isso faz da sexualidade humana o que ela pode ser: uma descoberta, uma elaboração, uma busca. Um peso que a estrutura como um existencial, como uma dimensão do ser - no - mundo do homem, posto que não nos referimos a uma sexualidade animal, sem história e sem cultura, mas à sexualidade enquanto imersa na temporalidade, nela recebendo sua revelação vivencial, suas formalizações conceituais, sua expressão estética, seu tratamento moral e social.*⁶³

Maria Luísa Heilborn⁶⁴ afirma que o debate teórico em torno da sexualidade tem sido destacado pelo enfrentamento entre duas posições: o essencialismo e o construtivismo social. Para ela, “tal posição não possui uma distinção linear, travando-se em dois planos distintos: no primeiro há uma oposição simples entre as duas perspectivas. No segundo incluem-se variantes entre as diferentes modalidades de conceber o construtivismo social.”

O essencialismo defende a idéia de que há algo inerente à natureza humana inscrito nos corpos na forma de um instinto ou energia sexual que conduz as ações. A sexualidade, para esta concepção, seria resultado de um mecanismo fisiológico a serviço da reprodução da espécie ou da manifestação de uma pulsão psíquica em busca de sua manifestação.

O construtivismo social agrega uma série de abordagens que buscam problematizar a universalidade desse instinto sexual.

Para a autora⁶⁵, o foco da argumentação é o de que existem formas culturalmente específicas, que o olhar ocidental chamaria de sexualidade, que envolvem contatos corporais entre pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, ligados ou não à atividade reprodutiva,

⁶² NUNES, César Aparecido. *Filosofia, Sexualidade e Educação: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar*. Campinas: 1996. (Doutorado em Educação) – Área de Filosofia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

⁶³ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1985, p.57.

⁶⁴ HEILBORN, Maria Luísa. *Ciências Sociais e sexualidade*. Disponível na Internet via www. Url: [www.URL:http://sistema.clam.org.br/biblioteca/files/introducao_ciencias_sociais_e_sexualidade.pdf](http://sistema.clam.org.br/biblioteca/files/introducao_ciencias_sociais_e_sexualidade.pdf). Arquivo capturado em junho de 2008.

⁶⁵ *Ibid.*

que podem ter significados radicalmente distintos entre as culturas, ou mesmo entre grupos populacionais de uma determinada cultura. Portanto, os significados sexuais e, sobretudo, a própria noção de experiência ou comportamento sexual não seriam passíveis de generalização, dado que estão ancorados em teias de significados articuladas a outras modalidades de classificação, como o sistema de parentesco e de gênero, as classificações etárias, a estrutura de privilégios sociais e de distribuição de riqueza, etc.

Para as ciências sociais, continua Heilborn⁶⁶, caberia a identificação das articulações e nexos entre esses eixos de classificação social, na medida em que a sexualidade, como qualquer outro domínio da vida, depende de socialização, de aprendizagem de determinadas regras, de roteiros e cenários culturais para que a atividade sexual possa ser significada e exercida.

Não há, assim, uma razão universal pairando sobre as condutas e muito menos sobre os significados do que seja sexual. O sexual não se restringe à dimensão reprodutiva, tampouco à psíquica, estando impregnado de convenções culturais acerca do que consistem a excitação e a satisfação eróticas, construtos simbólicos que modelam as próprias sensações físicas⁶⁷.

Dentro de um dos dois desdobramentos do essencialismo, citados por Heilborn, encontra-se a teoria freudiana sobre a sexualidade, que na minha concepção, não deve ser reduzida à criação de uma pulsão psíquica em busca de extravasar-se.

Embora discordemos de muitas das posições adotadas por Freud, que não vem ao caso discutir neste momento, gostaríamos de destacar a sua importância na re-significação da sexualidade humana, afastando-a da genitalidade e aproximando-a de algo mais amplo como sendo qualquer forma de gratificação ou busca de prazer, que implica em linguagem, por esta

⁶⁶ GAGNON, J. & SIMON, W. *Sexual conduct: the social sources of human sexuality*. Chicago: Aldine, 1973.

⁶⁷ PARKER, Richard. Diversidade sexual, análise sexual e educação sobre Aids no Brasil. In: LOYOLA, M.A. (org.) *Aids e sexualidade: o ponto de vista das ciências humanas*. Rio de Janeiro, Relume Dumará: UERJ, 1994, p.141-159.

ser essencial para qualquer estruturação de um universo de representação e em toda regulação de um “princípio de prazer” e um “de realidade”⁶⁸.

Destaca-se ainda a preocupação de Freud em não menosprezar o papel da cultura, quando concebeu os modelos do aparelho psíquico, principalmente o superego. Este representa, para ele, a censura das pulsões que a sociedade e a cultura impõem ao id, impedindo-o de satisfazer plenamente os seus instintos e desejos. É a repressão, particularmente, a repressão sexual, manifesta-se à consciência indiretamente, sob forma da moral, como um conjunto de interdições e deveres, e por meio da educação, pela produção do "eu ideal", isto é, da pessoa moral, boa e virtuosa⁶⁹.

Apesar de colocar a sexualidade como a grande questão do humano na busca da unidade - desejo incestuoso - como origem da pulsão que nunca se realiza e é sempre parcial, está colocando o desejo sexual incestuoso e inconsciente como peça fundamental para compreendermos o nosso grande desejo de unidade “irrealizável” presente em nossa sexualidade como princípio de prazer e não como genitalidade.

Para Freud, é o desejo incestuoso que daria origem a toda a busca de unidade do ser humano com o que presumidamente pode lhe trazer prazer, mas o que o ser humano conseguirá fazer com o seu “princípio de prazer” depende de uma série de fatores, superego, inclusive e principalmente a sua cultura. Por isso defende-se a idéia de que não importa tanto se a sexualidade originou-se de uma pulsão ou não, já que ela depende de socialização, de aprendizagem de determinadas regras, de roteiros e cenários culturais para que possa existir, ser exercida e significada, mas nunca reduzida ao exercício da genitalidade ou da atividade sexual.

⁶⁸REBOUÇAS, Mônica. *Sobre a sexualidade em Freud*. Disponível na Internet via www. Url: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/cogito/v4/v4a04.pdf>. Arquivo capturado em junho de 2008.

⁶⁹Disponível na Internet via www. Url: <http://pt.wikipedia.org>. <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/cogito/v4/v4a04.pdf>. Arquivo capturado em junho de 2008.

Fausto-Sterling⁷⁰ aponta os estudos de Kinsey, na década de 50, principalmente a escala criada pelo mesmo, como perpetuadores da separação entre afetividade e sexualidade e sexualidade como uma característica individual, e não algo produzido dentro de relações em situações sociais específicas e em um determinado tempo histórico. E nos lembra que a escala linear de Kinsey ainda reina suprema no trabalho acadêmico, apesar dos recentes estudos sobre a história social da sexualidade humana mostrarem que a organização e expressão social dessa sexualidade não são atemporais nem universais.

Voltando ao construtivismo, Heilborn⁷¹ aponta dois desdobramentos assim classificados e aplicados à sexualidade por Carole Vance⁷²: o modelo de influência cultural, que parte de do pressuposto de que há uma “partilha fundamental entre corpo e razão na qual o corpo permanece como uma espécie de substrato ao qual a cultura se superpõe, alterando/modelando os comportamentos, as experiências e as significações relativas ao que chamamos de experiência sexual. Aceita-se que a sexualidade seja universal e biologicamente determinada, cabendo a cada sociedade conformar o impulso ou pulsão sexual.

E o segundo modelo⁷³ “mais enfático, postulando que o domínio do sexual, do erótico ou das sensações do corpo é puro efeito de construções culturais. Nesse sentido, é necessário identificar as mediações, os vínculos que, em cada momento histórico, definem o que seja sexual e de que modo tal significado se articula com as classificações de gênero, com a reprodução e com o sistema de parentesco. Não há, portanto, algo inerente à fisiologia ou à psique humanas que possa ser considerado um substrato universal sobre o qual a cultura opera, privilegiando-se o pressuposto da radical arbitrariedade do que venha a ser sexual.”

Heilborn chama a atenção para o fato de que a sexualidade possui vínculos, que a meu ver são inseparáveis, com a subjetividade e as relações de gênero.

⁷⁰ FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. *Cadernos Pagu* (17/18), 2001/02p.35.

⁷¹ HEILBORN, Maria Luísa. *Ciências Sociais e sexualidade*. Op. Cit.

⁷² Ver: VANCE, C. S. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. *Physis. Revista de Saúde Coletiva*.vol.5, nº1, p.7-31.IMS/UERJ: Relume-Dumará.

⁷³ HEILBORN, Maria Luísa. *Ciências Sociais e sexualidade*. Op. Cit.

Para a autora⁷⁴:

A sexualidade não tem o mesmo grau de importância para todos os sujeitos. Mais do que um recurso explicativo baseado em diferenças psicológicas, essa variação é efeito de processos sociais que se originam no valor que a sexualidade ocupa em determinados nichos sociais e nos roteiros específicos de socialização com que as pessoas se deparam. A cultura (em sentido lato) é a responsável pela transformação dos corpos em entidades sexuadas e socializadas, por intermédio de redes de significados que abarcam categorizações de gênero, de orientação sexual, de escolha de parceiros. Valores e práticas sociais modelam, orientam e esculpem desejos e modos de viver a sexualidade, dando origem a carreiras sexuais/amorosas.

O valor diferencial atribuído à sexualidade deve considerar que esta não é sinônimo de atividade sexual. O primeiro termo refere-se à construção histórica, na modernidade, de uma dimensão interna aos sujeitos (Vance, 1995), profundamente imbricada num modelo particular de construção da pessoa, no qual interiorização e individualização são traços modeladores da subjetividade. Mais do que uma entidade universal, a sexualidade é uma unidade ficcional (Weeks, 1986: 15), dependente de um determinado contexto cultural e historicamente instituída como um domínio portador de sentido em si mesmo (Foucault, 1977). Ainda que este tenha sido um movimento geral das sociedades modernas, certos segmentos sociais estão mais expostos à lógica cultural da modernidade, enquanto outros, como as classes trabalhadoras, compartilham distintamente desses códigos hegemônicos. Esse argumento pressupõe que culturas distintas coexistem em uma mesma sociedade e que certos segmentos sociais não esposam a ideologia dominante, a individualista. Tais grupos expressariam uma visão de mundo holista, na qual valores ligados à preeminência do todo, e não do indivíduo, seriam os estruturadores de sua lógica social. Assim, a sexualidade não se constituiria em domínio de significação isolada, estando sexo e prazer englobados por uma moralidade mais abrangente. Isso significa sustentar que, nesses segmentos, a sexualidade não se apresenta como referência básica para a definição identitária (contrastivamente aos segmentos modernos) e tampouco é objeto de um discurso específico, ou melhor, não se constitui como uma instância de exercício de apreensão racional, abstrata.

Considerando tais diferenças de contexto cultural, é ainda possível recuperar um percurso de experiências no âmbito dos afetos e contatos físicos com pessoas, designando-o pela expressão de carreiras sexuais/amorosas. O mérito desse procedimento é poder cotejar trajetórias e cenários sexuais distintos, seja pelo prisma de classe, seja pelo de gênero. O relato de vida coloca em relevo determinados eventos, entre eles a iniciação amorosa/sexual. O privilegiamento das circunstâncias e datas funciona como um catalisador de

⁷⁴HEILBORN, Maria Luísa. *A construção de si*. Disponível na Internet via [www. Url: http://sistema.clam.org.br/biblioteca/files/contrucao_de_si.pdf](http://www.clam.org.br/biblioteca/files/contrucao_de_si.pdf). Arquivo capturado em junho de 2008.

reminiscências que promove a rememoração da trajetória de vida nesse âmbito. A solicitação de um discurso sobre o primeiro relacionamento pode incorporar, segundo o sistema de relevância do entrevistado (Schutz, 1979), elementos que o informante considera significativos para a explicação desse evento. Lembranças anteriores, ligadas à familiaridade com o tema do sexo, à socialização do gênero e às redes sociais que abrigam essa trajetória, constituem aquilo que Simon e Gagnon (1973) denominam roteiros sexuais.

A sucessão de experiências, as datas e circunstâncias em que ocorrem, os intervalos entre elas e seus desdobramentos – em suma, o desenrolar dos eventos – traduzem-se em roteiros sexuais, delineados sobre um pano de fundo onde se combinam as diferentes marcas sociais que delimitam o campo de possibilidades dos indivíduos: origem e classe social, história familiar, etapa do ciclo de vida em que se encontram, as relações de gênero estatuídas no universo em que habitam. Todos esses elementos fornecem as balizas para o processo de modelação da subjetividade, entendido como as circunstâncias sociais e biográficas que ensinam o sentido do eu.

O sentido de moralidade merece ser esclarecido. Não se trata de afirmar que a sexualidade (dos setores classificados como modernos) desconhece regras (nesse sentido, isso também constitui uma moral). Entretanto, o uso do termo moralidade nos grupos populares conota uma dimensão mais englobante, apontando para uma articulação mais estreita entre valores relativos ao sexo, à família, ao gênero e à reciprocidade como forma relacional básica (Duarte, 1986a). Nesse plano, contrasta com o tipo ideal delineado para a sexualidade moderna, que confere um relevo significativo à atividade sexual, às sensações a ela conectadas e sobretudo à reflexão que a acompanha.

Da mesma maneira que a sexualidade possui vínculos com a subjetividade e com as relações de gênero, entendemos que ela também apresentou ligações, ao longo da história, com o amor. Isso, evidentemente, se nos aproximarmos da concepção de que o amor não é um sentimento em si, da mesma maneira que a sexualidade não é algo que nasce conosco independente da cultura.

Ana Sofia Antunes das Neves⁷⁵ nos lembra que:

As concepções sobre o amor são de extrema importância para a organização das várias culturas e sociedades porque implicitamente definem o que é apropriado e desejável nas relações entre os indivíduos. Especialmente nas sociedades ocidentais o amor tem sido

⁷⁵ NEVES, A. S. das. As mulheres e os discursos genderizados sobre o amor: a caminho do “amor confluyente” ou o retorno ao mito do “amor romântico.” *Revista de Estudos Feministas*. Vol.15, nº3, Florianópolis: UFSC, 2007.

entendido como basilar na interação social, sendo para alguns/as autores/as a chave de todas as escolhas humanas.

A dificuldade em observá-lo de um modo rigoroso e sistemático serviu durante décadas como argumento principal para que ele fosse nomeado de acientífico pelos/as investigadores/as. A sua introdução, como objeto científico, nas ciências sociais e humanas foi, por isso mesmo, relativamente tardia, segundo Neves. Primeiramente em 1944 quando Llewellyn Gross publicou uma das primeiras escalas de avaliação do romantismo, e mais tarde, em 1971 Ellen Bercheid e Elaine Walster realizaram a primeira revisão sistemática sobre o amor passional.

Nos últimos 40 anos, segundo Neves pelo fato de se ter começado a rejeitar a idéia da separação entre sujeito e objeto do conhecimento e da dicotomia entre estruturas e práticas, uma nova visão do conceito de amor emergiu. E assim, novas áreas no âmbito dos estudos sobre o amor parecem estar se afirmando com o aparecimento de linhas de pesquisa que procuram avaliar qual a influência que variáveis como o gênero, a classe social, a etnia ou a orientação sexual (só para citar alguns exemplos) tem na emergência de diferentes tipologias de amor.

Para Neves⁷⁶:

Atualmente, o amor não pode deixar de ser entendido no quadro das suas significações históricas e culturais, sabendo nós que aquilo que é percebido como uma manifestação de intimidade ou de amor pode variar em função do espaço e do tempo onde tal fenómeno está situado. Nesse sentido, para além de ser um conceito multidimensional, o amor é também um produto social e discursivo.

Tal como concluiu Sternberg, as histórias que construímos e que contamos sobre o amor fazem parte de uma matriz cultural e, nessa medida, são histórias únicas de um lugar e de uma época peculiar, acabando por ter uma função social reguladora. Não só controlam o curso das relações, como também ditam em que relações devemos investir. Bernadette Bawin-Legros viria a complementar essa concepção do amor concebendo-o para além da vertente narrativa ou histórica, acrescentando que ele encontra expressão em diferentes registos, um

⁷⁶ NEVES, A. S. das. As mulheres e os discursos genderizados sobre o amor: a caminho do “amor confluyente” ou o retorno ao mito do “amor romântico.” *Op. Cit.*

dos quais a intimidade e que, enquanto emoção, aparece como uma codificação concreta nas palavras, nos gestos e nas acções.

Para Foucault⁷⁷, existem historicamente dois grandes procedimentos para produzir a verdade do sexo. De um lado as sociedades como a China, o Japão, a Índia, as nações árabes - muçulmanas, que se dotaram de uma *ars erotica*, e de outro, a civilização ocidental que desenvolveu a *scientia sexualis*.

Na *ars erotica*, a verdade é extraída do próprio prazer, que é encarado como prática e recolhido como experiência; não é por referência a uma lei absoluta do permitido e do proibido nem a um critério de utilidade que o prazer é levado em consideração, mas em relação a si mesmo. Ele deve ser conhecido como prazer e, portanto, segundo sua intensidade, sua qualidade específica, sua duração, suas reverberações no corpo e na alma. Este saber deve recair, proporcionalmente, na própria prática sexual, para trabalhá-la como se fosse de dentro e ampliar seus efeitos. Dessa forma constitui-se um saber que deve permanecer secreto, não em função de uma suspeita de infâmia que marque seu objeto, porém pela necessidade de mantê-lo na maior discrição, pois segundo a tradição, perderia sua eficácia e sua virtude ao ser divulgado.

A relação com o mestre, detentor dos segredos é, portanto, fundamental; somente este pode transmiti-lo de modo esotérico e ao cabo de uma iniciação em que orienta, com saber e severidade sem falhas, o caminhar do discípulo. Os efeitos dessa arte devem transfigurar aquele sobre quem recaem seus privilégios: domínio absoluto do corpo, gozo excepcional, esquecimento do tempo e dos limites, elixir de longa vida, exílio da morte e de suas ameaças.

O Ocidente foi desenvolvendo procedimentos, no decorrer dos séculos, *para dizer a verdade do sexo*. Esses procedimentos se ordenam quanto ao essencial, em função de uma

⁷⁷ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1985, p. 57.

forma de poder-saber rigorosamente oposta à arte das iniciações e ao segredo magistral, que é a *confissão*.

Desde a Idade Média, as sociedades ocidentais colocaram a confissão entre os rituais mais importantes de que se espera a produção da verdade: a regulamentação do sacramento da penitência pelo Concílio de Latrão, em 1215; o desenvolvimento das técnicas de confissão que vêm em seguida; o recuo, na justiça criminal, dos processos acusatórios; o desaparecimento das provações de culpa - juramentos, duelos, julgamentos de Deus - e o desenvolvimento dos métodos de interrogatório e de inquérito; a importância cada vez maior ganha pela administração real na inculpação das infrações, a instauração dos tribunais de Inquisição, enfim, tudo isso contribui para conceder à confissão um papel central na ordem dos poderes civis e religiosos.

Para Foucault, além dos rituais probatórios, das cauções dadas pela autoridade da tradição, além dos testemunhos, e também dos procedimentos científicos de observação e de demonstração, a confissão passou a ser, no Ocidente, uma das técnicas mais altamente valorizadas para produzir a verdade. E permanece ainda hoje, a matriz geral que rege a produção do discurso verdadeiro sobre o sexo. Pertencemos segundo Foucault, a uma sociedade que articulou o difícil saber do sexo, não na transmissão do segredo, mas em torno da lenta ascensão da confiança. A instância de dominação da confissão não se encontra do lado de quem escuta e cala; não do lado do que sabe e responde, mas do que interroga e supostamente ignora. Esse discurso de verdade adquire efeito, não em quem o recebe, mas sim naquele de quem é extorquido.

Em ruptura com as tradições da *ars erotica*, Foucault percebeu que nossa sociedade constituiu uma *Scientia sexualis*⁷⁸. Passou a produzir discursos “verdadeiros” sobre o sexo, e isto, tentando ajustar, o antigo procedimento da confissão às regras do discurso científico. A

⁷⁸ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber. Op. Cit.*, p. 66.

Scientia sexualis, desenvolvida a partir do século XIX, guarda como núcleo o singular rito da confissão obrigatória e exaustiva, que constituiu, no Ocidente cristão, a primeira técnica para produzir a verdade do sexo. Desde o século XVI, este rito fora, pouco a pouco desvinculado do sacramento da penitência e, por intermédio da condução das almas e da direção espiritual – *ars artium* – emigrou para a pedagogia, para as relações entre adultos e crianças, para as relações familiares, a medicina e a psiquiatria. Há quase cento e cinquenta anos, um complexo dispositivo foi instaurado para produzir discursos verdadeiros sobre o sexo: um dispositivo que abarca amplamente a história, pois vincula a velha injunção da confissão aos métodos da escuta clínica. E através desse dispositivo pôde aparecer algo como a “sexualidade” enquanto verdade do sexo e de seus prazeres.

A “sexualidade” é o correlato dessa prática discursiva desenvolvida lentamente, que é a *scientia sexualis*. As características fundamentais dessa sexualidade não traduzem uma representação mais ou menos confundida pela ideologia ou desconhecimento induzido pelas interdições; corresponde às exigências funcionais do discurso que deve produzir sua verdade. No ponto de intersecção entre uma técnica de confissão e uma discursividade científica, lá onde foi preciso encontrar entre elas alguns grandes mecanismos de ajustamento - técnica de escuta, postulado de causalidade, princípio de latência, regra da interpretação, imperativo de medicalização - a sexualidade foi definida como sendo “por natureza”, um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando intervenções terapêuticas ou de normalização; um campo de significações a decifrar; um lugar de processos ocultos por mecanismos específicos; um foco de relações causais infinitas, uma palavra obscura que é preciso, ao mesmo tempo, desencavar e escutar. É a “economia” dos discursos, ou seja, sua tecnologia intrínseca, as necessidades de seu funcionamento, as táticas que instauram, os efeitos de poder que os sustentam e que veiculam o que determina as características fundamentais do que eles dizem.

Amizades impossíveis?

“Infelizmente é assim mesmo...ninguém compreende amizade entre homem e mulher que não tenha de qualquer coisa feia no meio, bestas!”⁷⁹
Mario de Andrade

Ao propor a longa relação de amizade entre o imperador e a condessa como mais uma questão a ser abordada, é inevitável o choque com uma série de crenças, difundidas no imaginário ocidental, que colocam em questão a possibilidade da existência da amizade entre homens e mulheres.

Essas crenças vinculam-se à tradição filosófica ocidental, desde Platão, em que se afirmava a incapacidade das mulheres para contraírem relações de amizade entre si e com o sexo oposto.

Para Marilda Ionta⁸⁰:

Essas crenças reincidentemente difundidas no imaginário social ocidental sustentam o credo dominante sobre a amizade em nossas sociedades. Elas associam a temática da amizade às questões de gênero ao propagar as seguintes concepções: 1- A amizade é uma prática e um tema masculino; ela é por excelência um assunto de homens; 2- As mulheres são incapazes do sentimento amistoso, pois elas só pensam em amor; e 3- nas sociedades pré-modernas, a polaridade sexual é irreconciliável; homens e mulheres vivem em mundos separados (feminino e masculino), não podem ser íntimos e nem amigos; por outro lado, nas sociedades industrializadas, as amizades mistas são vistas como suspeitas. Essas concepções formam uma espécie de repertório de saber sobre a amizade, amplamente consumido e difundido socialmente.

Segundo Vincent-Buffault⁸¹, no século XIX, por exemplo, Gustave Flaubert, escreve que as mulheres são inaptas para a verdadeira camaradagem, pois elas são românticas demais, sonham com o casamento e não conseguem se transformar em hermafroditas, isto é, femininas para os prazeres carnavais e masculinas para os laços de amizade.

⁷⁹ ANDRADE, Mário de. *Cartas a Anita Malfatti (1921-1939)*. Ed. Prep. Por Marta Rossetti Batista. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 63.

⁸⁰ IONTA, Marilda Aparecida. *As cores da amizade na escrita epistolar de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade*. Op. Cit.

⁸¹ VINCENT-BUFFAULT, Anne. *Da amizade. Uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

Para Ionta⁸², esses regimes se naturalizaram em nosso imaginário, ocasionando muitos outros que reafirmam estereótipos vinculados às noções de masculinidade e feminilidade, pois, de um lado, tornou-se comum idealizar a capacidade dos homens para a lealdade, a dedicação e, de outro, a de desvalorizar a amizade entre as mulheres, na medida em que se divulga a idéia de que as mulheres quando jovens rivalizam entre si para atrair a atenção masculina, e quando são casadas, dedicam-se às suas famílias, sendo absorvidas na cotidianidade da vida doméstica.

Nos discursos filosóficos, de Platão a Hegel não é possível falar em laços amistosos entre homens e mulheres, já que esse tipo de vínculo é considerado imperfeito e não se enquadra no que Aristóteles denominou *teleia-phia*, isto é, a amizade perfeita. E, conseqüentemente, são desprezíveis em relação aos laços tecidos entre os homens.

Para Aristóteles, a amizade perfeita caracteriza-se por uma relação de proximidade, de convivência, de confiança, de igualdade, de reciprocidade, de semelhança e de concórdia entre as pessoas. Em seu texto fundador sobre a amizade, a *teleia-phia* tem por base a excelência moral e só pode ocorrer entre pessoas boas e semelhantes⁸³.

Como as mulheres da Antiguidade grega viviam confinadas no espaço doméstico do *oikos*, estavam submetidas ao poder masculino, pois a família era o centro da mais severa desigualdade. Esse espaço privado, local de interação entre os sexos, é caracterizado por Hannah Arendt⁸⁴ como espaço de privação, isto é, marcado pela ausência de liberdade e de luta pela sobrevivência biológica. Para os gregos, o espaço privado não é o lugar de aconchego, de intimidade e de privacidade como é para os modernos.

Segundo Arendt, era a vitória sobre as necessidades da vida na família que possibilitava conquistar o espaço público, lugar por excelência da liberdade e dos homens. “A

⁸² IONTA, Marilda Aparecida. *As cores da amizade na escrita epistolar de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade. Op. Cit.*

⁸³ ARISTÓTELES. A amizade. In: *Ética a Nicômacos*.

⁸⁴ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 39.

esfera da *polis*, ao contrário [da família], era a esfera da liberdade, e se havia uma relação entre essas duas esferas era que a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade na *polis*.”⁸⁵

Nesse sentido, ao ocuparem o espaço da privação marcado pela ausência da liberdade, as mulheres também não tinham o acesso à amizade e nem ao amor.

Ionta nos lembra que Michel Foucault⁸⁶ ao analisar a erótica grega, em uma sociedade em que as relações entre os sexos eram regulamentadas por contrato ou pagamento, e a mulher encontrava-se em uma relação de domínio e submissão, não era possível desenvolver a arte erótica nas relações entre homens e mulheres. Isto porque esta arte caracterizada pela sedução, recusa e persuasão só poderia existir entre pessoas livres. Assim, na *polis* clássica, o baixo estatuto da mulher, sua reclusão na esfera privada levaram a concentrar a paixão e a ternura nas relações entre homens. O que teve como consequência o privilégio do culto da amizade e do amor masculinos.

Assim, a amizade tornou-se um assunto e uma prática de homens; constitutiva da virilidade, da cidadania, da ética e do cuidado de si, entre os gregos. Seu exercício realizou-se entre pessoas virtuosas em sua sabedoria, comando e governo e as mulheres estavam excluídas desse círculo social.

Embora a situação feminina e as relações entre os sexos, em nossa sociedade, tenham se modificado sensivelmente, em comparação à Antiguidade, a crença na incapacidade das mulheres para a amizade parece continuar a povoar nosso imaginário social. Contemporaneamente, o saber masculino continua a desprezar as amizades femininas porque acredita na idéia de que as mulheres são emocionais, expressivas demais para experimentar a profundidade da amizade⁸⁷.

⁸⁵ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Op. Cit., p. 41.

⁸⁶ FOUCAULT, Michel. *O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

⁸⁷ IONTA, Marilda Aparecida. *As cores da amizade na escrita epistolar de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade*. Op. Cit., p. 13.

Ionta nos lembra que Josepa Cuco Giner⁸⁸ sublinha que, de um modo geral, as ciências sociais se identificam com este traço androcêntrico, pois acabam por reafirmar que a amizade é um fenômeno essencialmente masculino, na medida em que sustentam que as mulheres não estabelecem vínculos fora do parentesco por causa de restrições morais impostas pela sociedade e em função das constrictões que sobre elas exerce o grupo doméstico. Como afirma essa autora, essa visão clássica da sociologia tem sido desconstruída pelos estudos feministas.

Essas concepções reproduzem, de certa forma, as máximas elaboradas, quase meio século atrás, por Montaigne (1533-1520). A propósito das mulheres e da amizade, este pensador afirmava que a afeição dos homens pelas mulheres, embora fosse uma livre escolha, não podia se comparar à eleição ocorrida na amizade. De um modo geral, em suas idéias, as mulheres não tinham condições de realizar as trocas fecundas provindas dos laços entre amigos, pois a alma feminina carecia do vigor indispensável para sustentar o abraço apertado do sentimento amistoso, de duração ilimitada, que tão fortemente une os homens entre si⁸⁹.

Em seu texto *Da amizade*⁹⁰, Montaigne escreve que, caso fosse possível formar com as mulheres uma relação de amizade, esta seria a amizade mais perfeita, porém, “não há exemplos de mulher que a tanto tenha chegado e, de comum acordo, todas as escolas filosóficas da antiguidade concluíram ser isso impossível.” Enfim, as mulheres estão geralmente destinadas ao amor pela condição de reprodução da espécie ou por obstáculos sociais e impedidas de ter acesso à amizade.

Para Montaigne, na amizade e no casamento a afeição e a livre escolha podem existir, porém os afetos da união entre homens e mulheres não podem ser comparados aos existentes na amizade entre os homens e muito menos podem substituí-la. Isso porque no casamento

⁸⁸ GINER, Josepa Cuco. *La amistad*. Barcelona: Icaria, 1995.

⁸⁹ IONTA, Marilda Aparecida. *As cores da amizade na escrita epistolar de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade*. Op. Cit., p. 14.

⁹⁰ MONTAIGNE. Da Amizade. In: *Ensaaios*. São Paulo: Abril Cultural, 1972, p. 93.

outras circunstâncias necessárias para a realização da amizade perfeita não são atendidas. Se, de um lado, há no matrimônio afeição e escolha, de outro, não há serenidade, temperança, pois o amor se caracteriza para ele por desejos violentos que sofrem interferências externas de toda ordem, definha-se, e sua duração indeterminada é imposta restringindo a liberdade. Além disso, escreve o filósofo, “A tanto se acrescenta não estarem, em geral, as mulheres em condições de participar de conversas e trocas de idéias, por assim dizer necessárias à prática dessas relações de ordem tão elevada que a amizade cria; a alma delas parece carecer de vigor indispensável para sustentar o abraço apertado desse sentimento de duração ilimitada e que tão fortemente nos une”⁹¹.

Para tornar as amizades masculinas perfeitas, *teleia-philía*, e inseri-las na ordem do sublime, Ionta⁹² nos lembra que foi necessário excluir as mulheres deste tipo de vínculo⁹³.

Como afirma Jacques Derrida⁹⁴, a exclusão das amizades femininas e da homossexualidade nos discursos canônicos sobre a amizade tem como contrapartida o culto da homossexualidade viril. O problema é então explicar a permanência histórica dessa representação, ou seja, a poderosa força desse cânone que até hoje exclui duplamente as mulheres da amizade, pois ela elide tanto os laços tecidos entre as mulheres quanto o que elas criam com o sexo oposto. Por que os discursos filosóficos que fertilizam o imaginário social insistem em não reconhecer as experiências femininas e heterossexuais nos laços amistosos?

Reconhecer as experiências femininas no campo da amizade seria admitir a capacidade das mulheres para a criação de relações intersubjetivas; seria reconhecê-las como iguais, pois o amigo é um outro eu, como nos ensina Aristóteles, em *Ética a Nicômacos*; seria incluí-las na ordem da igualdade, da sabedoria, do governo e do comando.

⁹¹ IONTA, Marilda Aparecida. *As cores da amizade na escrita epistolar de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade*. Op. Cit., p. 15.

⁹² *Ibid*, p. 15.

⁹³ DERRIDA, J. *Politiques de l'amitié*. Paris: Galilée, 1994

⁹⁴ *Ibid*.

Para Derrida⁹⁵, a exclusão do feminino na amizade é correlata a muitas outras estratégias que procuraram manter a dominação masculina e reservar o espaço público ao homem e o espaço doméstico à mulher. Os discursos filosóficos tradicionais alimentam um imaginário patriarcal sobre a amizade que associam diretamente o fenômeno da amizade à masculinidade. Isso se reproduz inclusive no interior dos campos científicos, uma vez que são os homens que constroem esse discurso e realizam as pesquisas sobre amizade. Nesse sentido, eles tendem a valorizar e dar visibilidade às práticas amistosas masculinas e desvalorizar e elidir as femininas.

Como nos demais campos de nossa cultura, os discursos ético-político-filosóficos da amizade estão embriagados de falocentrismo; o falo é o significante em torno do qual gravitam os conceitos, as interpretações e as experiências da amizade. Os diversos modelos de amizade conhecidos na historiografia são, antes de tudo, homofílicos, quer tratem da democracia ateniense, da relação de fidelidade da sociedade feudal ou, mais próximos de nós, dos laços amistosos que nascem da guerra social⁹⁶.

Portanto, a amizade é carregada de significações políticas; ela ilustra uma ordem social fundada no poder masculino, na veiculação de um modelo político democrático, isto é, uma sociedade de irmãos onde as irmãs estão excluídas.

Reconhecer a capacidade das mulheres para a amizade seria uma das maneiras de minar as bases do edifício falocêntrico de nossa cultura e suas propostas de gestão das populações⁹⁷.

Nietzsche⁹⁸ desafiou o discurso filosófico dominante e colocou o homem, a mulher e a amizade em uma outra perspectiva. Em *Assim falou Zaratustra*, mais especificamente, no

⁹⁵ DERRIDA, J. *Politiques de l'amitié*. Op. Cit.

⁹⁶ VINCENT-BUFFAULT, Anne. *Da amizade, Uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX*. Op. Cit.

⁹⁷ IONTA, Marilda Aparecida. *As cores da amizade na escrita epistolar de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade*. Op. Cit., p. 16.

⁹⁸ NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. São Paulo: Círculo do Livro, 1987, p. 72.

canto *Do amigo*, Nietzsche problematizou a capacidade humana para a amizade por meio de seu personagem. Para Zaratustra, ser capaz de amizade é saber reconhecer no amigo o inimigo que ele pode ser, uma vez que, “no amigo, deve-se, ainda, honrar o inimigo.” Assim, reconhecer no amigo o próprio inimigo é para o ele um sinal de liberdade. Essa virtude não pertence nem aos escravos e tampouco aos tiranos, pois eles não são suficientemente iguais e livres para alcançar essa liberdade. Dessa conclusão política, Zaratustra acessa à questão da mulher. Diz ele:

*Por demasiado tempo se escondeu na mulher um escravo e um tirano. Por isso a mulher não é ainda capaz de amizade: ela conhece somente o amor. No amor da mulher há iniquidade e cegueira com relação a tudo o que ela não ama. E também no amor consciente da mulher há ainda sempre agressão, tempestade e noite, ao lado da luz. A mulher não é ainda capaz de amizade: como gatas e passarinhos são ainda as mulheres. Ou no melhor dos casos, novilhas.*⁹⁹

Mas no *Canto do amigo*, Nietzsche se apropria de Zaratustra e elabora, a princípio, um julgamento político das mulheres bastante tradicional, pois elas são incapazes de amizade, de inimizade, de justiça, de respeito a tudo o que não amam. Nesse sentido, a mulher não é um homem, “como gatas e passarinhos são ainda as mulheres”; elas não fazem parte da humanidade, estão fora da lei no que se refere ao ato de amar, no melhor dos casos elas “são novilhas”, ou seja, procriam, e Zaratustra as reconhece como mães.

Entretanto, após essas afirmações sobre o sexo feminino, Nietzsche, por meio de uma inversão apostrófica, faz com que Zaratustra se volte para os homens para acusá-los. Dirigindo-se a eles, pergunta: “A mulher não é ainda capaz de amizade. Mas, vós, homens, dizei-me quem de vós é capaz de amizade?” E a seguir afirma: “Quanta pobreza, ó homens, quanta avareza existe em vossas almas! Na mesma medida com que vos entregais ao amigo, eu quero usar também com o meu inimigo, e nem por isso vou ficar mais pobre.” Assim, Zaratustra parece não ver nos homens, e tampouco nas mulheres, a capacidade de amar e

⁹⁹ NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. Op. Cit., p.73.

respeitar aqueles com os quais não se identificam. Neste caso, ambos estão no mesmo plano, são idênticos na avareza e em suas partes malditas. A incapacidade para o sentimento amistoso é comum aos gêneros, pois homens e mulheres igualmente não são generosos o bastante para darem-se uns aos outros; não possuem o “Dom” infinito da irreciprocidade, do dar sem receber que as relações de amizade requerem, segundo Nietzsche. Nesse sentido, pode-se dizer que ao tornar homens e mulheres incapazes de amizade, o filósofo acaba por macular o falo e borrar as amizades viris.

Como uma espécie de lamento, Zaratustra diz: “Se existe a camaradagem: que possa existir também a amizade!” Nietzsche utiliza-se de um discurso quase cristão, usando a noção de amor ao inimigo, dar sem receber, para se opor à herança aristotélica da amizade. Ele se lança contra a noção de amizade grega por excelência, fundada na igualdade, semelhança e reciprocidade. Zaratustra expõe no canto *Do amigo* as fragilidades da tradição discursiva aristotélica-ciceroniana da amizade, ao revelar a inexistência da amizade entre os homens.

No canto *Do amor ao próximo*, Nietzsche¹⁰⁰ irá contrapor a idéia de amor ao próximo à noção de amor ao distante, afastando-se, também, do discurso cristão da amizade. Ele propõe o amor ao outro sem as promessas de felicidade da vida eterna, a amar a vida e sem recompensas futuras, e isso, fala Zaratustra, não deixará os homens mais pobres, ao contrário criará amigos por vir, amor ao distante.

Para Francisco Ortega¹⁰¹, analisando a noção de amizade de Nietzsche, isso não quer dizer que se deva buscar na amizade o dissenso, o conflito, a irreciprocidade, mas que a lente para olhar a amizade oferecida por Nietzsche põe em questão nossas crenças no monopólio da transparência, do consenso, da identificação, da fusão, da extrema intimidade nas relações de amizade.

¹⁰⁰ PASSETTI, Edson. *Éticas dos amigos: invenções libertárias da vida*. São Paulo: Imaginário, 2003.

¹⁰¹ ORTEGA, Francisco. *Para uma política da Amizade: Arendt, Derrida, Foucault*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

Ainda para Ionta¹⁰², o resgate da filosofia nietzschiana da amizade pelos intelectuais franceses contemporâneos tem possibilitado pensar esse vínculo como um mecanismo de formação e transformação, em que o conflito e heterogeneidade desempenham um papel importante, não para reforçar nossa identidade, mas para transformá-la. Dessa forma, a amizade torna-se, na verdade, uma ascese, ou seja, uma atividade de autotransformação e aperfeiçoamento, tornando perfeitamente plausível as relações entre homens e mulheres e o estabelecimento de relações na diferença.

Pode-se afirmar, entretanto, sem muito risco de equívoco, que foram as próprias mulheres que demonstraram, particularmente, sua capacidade para a amizade. A despeito dos discursos filosóficos, os estudos feministas, intensificados a partir dos anos sessenta, descortinaram mediante pesquisas empíricas, nas releituras dos arquivos, um rico universo social tecido pelas mulheres e entre elas.

A autora nos lembra que a descoberta pela história das mulheres, das práticas de amizades femininas, cujo exemplo clássico foi o trabalho de Carroll Smith Rosenberg¹⁰³ de 1975, *The female world of love and ritual between women in nineteenthcentury America, Disorderly Conduct* deu visibilidade às formas de convívio entre as mulheres, apontando a criação de uma “cultura” feminina distinta da esfera de ação dos homens. Ao analisar a amizade feminina e suas relações com a cultura vitoriana, entre os fins do século XVIII e início do século XIX na América, a autora mostra a existência de um rico universo de relações tecido entre as mulheres de classe média. Esses vínculos assumem diversas faces:

¹⁰² IONTA, Marilda Aparecida. *As cores da amizade na escrita epistolar de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade. Op. Cit.*, p.19.

¹⁰³ SMITH-ROSENBERG, Caroll. *The female world of love and ritual: relations between women in nineteenth-century America, Disorderly Conduct. Visions of Gender in Victorian America*. Nova York/Oxford: Oxford University Press, 1986.

aparecem sob a forma de amor entre irmãs, da solidariedade entre as meninas adolescentes e mesmo de amor sensual entre mulheres¹⁰⁴.

Como afirma Rosenberg, as denominadas “amizades românticas” eram de certa forma estimuladas socialmente e faziam parte da educação sentimental das meninas na sociedade burguesa. Essa autorização cultural para o exercício do jogo amoroso nos elos entre amigas pode ser interpretada como exercício de poder sobre o corpo feminino. Isso porque se pressupunha, dessa forma, controlar os desejos eróticos das moças, dirigindo-as para ideais mais elevados. Contudo, a amizade feminina engendrava a tensão entre as fortes ligações estabelecidas entre as mulheres e os deveres familiares da reprodução e da maternidade exigidos pela cultura vitoriana. Assim, terminado o período escolar, era interdito a elas viverem com a amiga querida¹⁰⁵.

Por volta dos fins do século XIX, apareceram outras possibilidades de vida fora do circuito da domesticidade heterossexual. Com isso, algumas mulheres adquirem independência em relação a si, a seu corpo e a sua sexualidade, como indica o trabalho de Lillian Faderman¹⁰⁶.

De acordo com as pesquisas dessa autora, é possível observar que, entre “as gloriosas solteironas” do início do século XIX e as novas mulheres que apareceram no fim deste mesmo período, os “casamentos femininos” ou os denominados “casamentos de Boston” tornaram-se mais comuns. Além disso, chegaram mesmo a ser aceitos pelos setores mais elitistas da sociedade, o que não ocorria no interior da classe operária. Nesse segmento social, as mulheres ocultaram sistematicamente os casos de amor feminino¹⁰⁷.

¹⁰⁴ IONTA, Marilda Aparecida. *As cores da amizade na escrita epistolar de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade*. Op. Cit., p. 20.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 20.

¹⁰⁶ FADERMAN, Lillian. *Surpassing the love of men. Romantic friendship and love between women from the Renaissance to the present*. New York: Quill- William Morow, 1981.

¹⁰⁷ IONTA, Marilda Aparecida. *As cores da amizade na escrita epistolar de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade*. Op. Cit., p.21.

No final do século XIX, a intimidade física entre as mulheres não era associada à sexualidade ilícita. Por volta de 1880, os teóricos da medicina enquadraram a amiga romântica na categoria de “invertida sexual” feminina ou lésbica, promovendo um deslocamento no olhar sobre essas relações.

Essas investigações apontam, entre outras coisas que, apesar de não ser consideradas pelos discursos masculinos, as amizades femininas possuem uma história com temporalidades e deslocamentos próprios. Essas pesquisas podem ser tomadas como exemplos ilustres de um momento em que as mulheres, especialmente as acadêmicas, tomaram para si a tarefa de escrever sua própria história. Como disse Michelle Perrot, nesse período ocorreu uma reavaliação eufórica da história das mulheres e, ao mesmo tempo, descobriu-se o prazer da convivência feminina¹⁰⁸.

Nessa direção, e mais próxima de uma historiografia nacional, é possível encontrar em diversos estudos, as mulheres exibindo uma solidariedade atuante, sejam mulheres do povo, escravas, brancas pobres, trabalhadoras e prostitutas. Elas estão por toda parte, tecendo amizade e contraindo relações de ajuda mútua, prazer de convivência e criando estratégias de sobrevivência nas ruas, nos mercados, nos lavadouros, nas fábricas, nos conventos e nos bordéis. E evidentemente, não foram apenas as mulheres do povo que foram recuperadas pela historiografia, a imagem da mulher burguesa foi igualmente redefinida em suas atuações sócio-políticas e culturais¹⁰⁹.

Ionta¹¹⁰ também cita a investigações e publicações contemporâneas sobre as diversas produções materiais ou escritas nascidas no âmbito da vida privada, as denominadas por

¹⁰⁸ PERROT, Michelle. *Une histoire des femmes est-elle possible? Op. Cit.*

¹⁰⁹ MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995; BESSE, Susan. *Modernizando as desigualdades: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Edusp, 1990.

¹¹⁰ IONTA, Marilda Aparecida. *As cores da amizade na escrita epistolar de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade*. Op. Cit., p.23.

Lucia Helena Vianna¹¹¹ de “obras íntimas.” A autora entende por “obra íntima: o conjunto das produções nascidas no âmbito da vida privada, que tanto pode ser o espaço doméstico, que reúne em seu acervo um conjunto de objetos e práticas, como, por extensão pode nascer do território íntimo do sujeito, do campo de seus sentimentos, emoções e afetos, como também do mundo secreto de sua subjetividade¹¹²”, entre as quais se encontram as correspondências, indicam que as mulheres não apenas construíram laços entre si, mas teceram de forma lapidar relações com o sexo oposto. É o que sugerem, por exemplo, as cartas trocadas entre Cecília Meireles e Fernando Azevedo; a troca epistolar de Nísia Floresta com August Comte; a correspondência de Clarice Lispector com o escritor Fernando Sabino; o diálogo de Lou Andreas Salomé com Nietzsche e Freud; a correspondência de Hannah Arendt com Martin Heidegger; a rede intersubjetiva construída mediante as cartas por Teresa d’Ávila com diversos homens de seu tempo, em especial San Juan de La Cruz. Esses são apenas alguns exemplos dos laços construídos entre mulheres e homens.

Ainda que esses casos de troca epistolar se restrinjam ao mundo da arte e da cultura letrada, leiga e religiosa, suponho que as relações intersubjetivas entre os sexos, certamente, deveriam fazer parte da vida cotidiana de outros segmentos sociais.

Trabalhos de sociólogas contemporâneas têm relacionado as atuais mudanças no espaço público com os deslocamentos ocorridos nas amizades femininas e masculinas. Nestas pesquisas, o argumento utilizado é que, com a domesticação da vida comunitária, parece estar ocorrendo uma feminização no âmbito da sociabilidade e da amizade. As amizades masculinas adquirem novas tonalidades, pois se desenvolvem cada vez mais no espaço privado da casa e, por sua vez, as mulheres estão definindo mais os círculos de sociabilidades

¹¹¹ VIANNA, Lúcia Helena. Tinta e sangue: o diário de Frida Kahlo e os ‘Quadros’ de Clarice Lispector. In: *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, 11(1): pp.71-87, jan-jun, 2003.

¹¹² *Ibid.*, p. 82.

para si próprias e para seus parceiros. Nos últimos quarenta anos¹¹³, os estudos feministas- associados a outras vertentes teóricas, das quais se pode destacar a crítica pós- estruturalista, as teorias psicanalíticas, a Hermenêutica- têm contribuído sistematicamente para desconstruir, desnaturalizar e historicizar o pensamento social falocrático.

Essas análises críticas favorecem os ruídos dos contradiscursos; cada vez mais, eles estão se tornando vozes nítidas e criando possibilidades de trabalho com objetos até então negligenciados, como por exemplo, a amizade construída entre homens e mulheres.

Para Ionta¹¹⁴, o que se torna evidente na leitura da bibliografia sobre a questão da amizade entre os gêneros é que, quando o tema é a vida, a amizade deixa de ser uma metafísica discursiva, deixa-se de tratar da “Amizade” no singular, da *teleia-philia* masculina, em amizades idealizadas, para se tratar de amizades possíveis e no plural. Neste campo, o da prática intersubjetiva, os amigos interessam mais do que a idéia de amizade. É esta dimensão entre vidas que se cruzam e escapam às tentativas de generalizações da amizade que nos revela a correspondência entre a condessa de Barral e D. Pedro II.

Na modernidade, a amizade não é uma instituição, não está codificada, ela inventa lugares de encontros e de convivência. E, sendo assim, ela é absolutamente transgressora.

¹¹³ Ver: FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de Gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque.(org.) *Pós- modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, pp. 217-250. HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: *Revista de Estudos Feministas*, n. 1, 1993, pp.7-31. BUTLER, Judith. Fundamentos Contingentes: O feminismo e a questão do “pós-modernismo”. In: *Cadernos Pagu*, n. 11, 1998, pp.11-42.

¹¹⁴ IONTA, Marilda Aparecida. *As cores da amizade na escrita epistolar de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade*. Op. Cit., p. 25.

Rumores

*“Disfarça, tem gente olhando.
Uns, olham pro alto,
Cometas, luas, galáxias.
Outros, olham de banda,
Lunetas, luas, sintaxes.
De frente ou de lado,
Sempre tem gente olhando,
Olhando ou sendo olhado.”(...) ¹¹⁵
Paulo Leminski*

Tanto a figura do imperador quanto a da condessa, quanto à hipótese de um relacionamento clandestino entre os dois, suscita um grande discurso sobre a sexualidade, quando são reinterpretados por jornalistas, biógrafos e historiadores, e trazidos para o espaço público. Contrapondo a correspondência com o que é falado exhaustivamente sobre os dois, é possível extrair um discurso que funcionaria como um mecanismo social repressivo e que cumpriria com a tarefa de normatizar e disciplinar as condutas sexuais dos leitores.

Quando se fala em discursos, é no sentido que Foucault¹¹⁶ propõe em seu livro intitulado *A Ordem do Discurso*, que supõe que em toda a sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada e temível materialidade. Para o autor, existem procedimentos de controle e delimitação do discurso *internos* e *externos*. Os procedimentos externos dizem respeito à parte do discurso em que estão implicados poder e desejo.

Diante dos procedimentos de *exclusão* e *interdito* existentes numa sociedade como a nossa, que faz com que não possamos falar de tudo em qualquer circunstância, é construído um jogo de três interditos que se cruzam, se reforçam e se compensam: *o tabu do objeto, o ritual da circunstância e o direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala*. Estes três

¹¹⁵ LEMINSKI, Paulo. *La vie en close*. Op. Cit., p. 49.

¹¹⁶ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. [on line] Disponível na Internet via [www](http://alpha2.ubi.pt/~edcord/ordem.html). URL: <http://alpha2.ubi.pt/~edcord/ordem.html>. Arquivo capturado em 1º de setembro de 1999.

tipos de interditos se cruzam e formam uma rede complexa que se modifica continuamente.

Atualmente, as regiões onde a rede mais apertada e os “quadrados negros” mais se multiplicam são as áreas da sexualidade e as da política. É como se o discurso fosse um dos lugares onde estas áreas exercem, de maneira privilegiada, alguns dos seus mais temíveis poderes. Neste sentido, o discurso não é simplesmente o que se manifesta (ou esconde) o desejo; é também aquilo que é objeto do desejo. E porque o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas e os sistemas de dominação, mas aquilo pelo qual e com o que se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear – nos.

Para Foucault¹¹⁷, na virada do século XVI para o século XVII, sobretudo na Inglaterra, surgiu uma vontade de saber que concebia planos de objetos possíveis, observáveis, mensuráveis, classificáveis; uma vontade de saber que impunha ao sujeito que conhece uma certa posição, um certo olhar e uma certa função; uma vontade de saber que prescrevia o nível técnico onde os conhecimentos deveriam investir-se para serem verificáveis e úteis.

A vontade de verdade, tal como outros sistemas de exclusão, apóia numa base institucional: ela é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas como pedagogia, o sistema de livros, de edições, das bibliotecas, as sociedades de sábios do passado, os laboratórios atuais. Mas é também reconduzida, e de um modo mais profundo, pela maneira como o saber é disposto numa sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e atribuído.

Esta vontade de verdade, apoiada numa base e numa distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos, uma espécie de pressão e um certo poder de constrangimento. Torna-se fundamental pensar na maneira como as práticas econômicas, codificadas como preceitos ou receitas, eventualmente até como moral, procuraram, desde o século XVI, fundamentar-se, racionalizar-se e justificar-se numa teoria das riquezas e da

¹¹⁷ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Op. Cit.

produção. O sistema penal foi encontrar os seus alicerces ou a sua justificação, em primeiro lugar, numa teoria do direito e depois, a partir do século XIX, num saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se em nossa sociedade a própria palavra da lei só pudesse ter autoridade por intermédio de um discurso de verdade.

Nos procedimentos de controle e delimitação do discurso interno, são os próprios discursos a exercer o seu controle; funcionam enquanto princípios de classificação, ordenamento, distribuição, como se tratasse agora, de dominar outra dimensão do discurso: a do *conhecimento* e a do *acaso*. Pode-se suspeitar que há nas sociedades uma espécie de desnível entre os discursos.

Para se estudar os interditos que atingem o discurso da sexualidade seria necessário, para Foucault, analisar o conjunto dos discursos literários, religiosos ou éticos, biológicos e médicos, e jurídicos igualmente, discursos onde se trate da sexualidade, e onde ela se encontre nomeada, descrita, metaforizada, explicada, julgada. Dentro deste prisma, estamos muito longe de ter constituído um discurso unitário e regular sobre a sexualidade.

Este discurso envolve uma série de questões que devem ser melhor exploradas. Primeiramente ele configuraria uma reinterpretação de outras classes sociais da moralidade da aristocracia, que segundo Giddens¹¹⁸, era o único grupo onde a licenciosidade sexual era abertamente permitida entre as mulheres consideradas “respeitáveis.”

Depois, ele denunciaria uma mescla confusa entre o público e privado no Brasil. Onde haveria um autoritarismo generalizado, no qual os chefes de Estado se assemelhariam a *patres familiae* e os pais de família se assemelhariam a chefes de Estado e que atravessaria todas as instituições, segundo Chauí¹¹⁹. Utilizaria, desta forma, o mecanismo social da confissão, um dos pilares da repressão sexual no Ocidente.

¹¹⁸ GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993, p. 49

¹¹⁹ CHAUI, Marilena. *Repressão sexual: essa nossa (de) conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Em forma de pergunta ao imperador são feitas diversas indagações com o objetivo de que ele confesse o seu pecado e em outras charges, publicadas em jornais, a confissão está sempre presente como implantação invisível de ideal de vida e de perfeição, passando a determinar o conjunto da existência social. E as transgressões seriam a prova desta implantação das regras nas sociedades cristianizadas.

Há também toda uma discussão em torno da moral, do vício e da virtude. Em quadrinhas¹²⁰ como “*Onde estão as tuas virtudes, ó monarca? Não é por certo boa moral, trair a esposa com a Barral*” é perceptível a repressão sexual operando de modo duplo: criando um obstáculo ao vício – educação da vontade, que o imperador e a condessa não fizeram - e pela demonstração dele – o que eles também não fizeram, mas que a sociedade tem o “dever” de fazer, se incorrigível. No centro da disposição repressiva encontra-se, portanto, a corretiva e a edificante – impedir ou exhibir para exemplo. Há a necessidade de proteger os indivíduos contra o vício e proteger as instituições sociais contra os viciosos.

Por outro lado, também há a questão do fetiche público. As charges, mesmo condenando, chamando à confissão, tentando racionalizar e moralizar a atitude do imperador e da condessa, também se transformam em ideal social daquilo mesmo que a moral repressiva condena. Moralistas, elas também funcionam como um canal permitido que induz o público ao proibido – consentido, e gera lucro.

As poucas construções biográficas feitas da condessa de Barral são entendidas aqui como construções masculinas e fortemente tendenciosas. Ela recebe diversas citações em biografias de D. Pedro II, da Princesa Isabel, jornais da época e textos que se referem à monarquia brasileira.

Muito das insinuações irônicas se dão por ela revelar características bastante incomuns às mulheres da era vitoriana como: uma relação intensa, de “igual para igual” com o imperador;

¹²⁰CORREIO DA BAHIA. *Capitu do segundo reinado*. Disponível na internet via [www](http://www.correiodabahia.com.br/2002/01/26noticia.asp?link=not000045056.xm). Url: www.correiodabahia.com.br/2002/01/26noticia.asp?link=not000045056.xm. Arquivo capturado em setembro de 2004.

uma atuação política intencional, clara e firme; uma preocupação em participar pessoalmente na educação do filho, o que não condiz com o modelo dominante de mãe pertencente à nobreza na época vitoriana; uma preocupação igualmente significativa, bem como um certo empenho, quanto às estratégias para melhorar a saúde do filho Dominique; um desafio constante as regras disciplinares impostas às condutas no que se refere à sexualidade da época vitoriana; uma postura de trabalhadora bastante incomum às mulheres de sua classe social (cumpria trabalho assalariado em duas cortes, a brasileira e a francesa e administrava pessoalmente as fazendas na Bahia); mantinha diversas amizades com figuras masculinas, o que também não condiz com o modelo dominante de mulher daquela época; um empenho pessoal na produção e execução de projetos sociais que beneficiassem crianças, escravos e os empregados de suas fazendas inspirados em projetos franceses; uma influência muito decisiva na vida pessoal e nas ações políticas do imperador; um contínuo aperfeiçoamento de sua formação, como o estudo de diversos idiomas, o interesse por diversas culturas, a prática de esportes como a natação e a equitação e o amor pela arte que lhe levava a patrocinar e a se empenhar pessoalmente nas carreiras profissionais de músicos como Carlos Gomes.

No *site* do jornal Correio da Bahia¹²¹, existe uma seção de memória histórica que procura resgatar, através de diversos artigos, a trajetória dos personagens históricos baianos. A condessa de Barral é um desses personagens. Intitulado *Capitu do segundo reinado*, o primeiro artigo procura abordar a dúvida dos historiadores em relação à amizade da condessa com o imperador. As questões restringem-se a possibilidade de adultério: traiu ou não traiu o conde de Barral, como Capitu teria traído Bentinho, no romance *Dom Casmurro*, de Machado de Assis? E a “pobre” imperatriz, como reagia ao fascínio exercido pela condessa sobre o marido dela?

¹²¹CORREIO DA BAHIA. *Capitu do segundo reinado*. Op. Cit.

São, então, apresentadas as opiniões divididas: Dinah Silveira de Queiroz¹²² defende uma “amizade amorosa, muito em voga naquela época de tanto escrever cartas” e Raimundo Magalhães Jr.¹²³ tem a convicção de que “houve um amor real e uma união em longo período de adultério.” Neste triângulo, a imperatriz Tereza Cristina é vista por Wanderley Pinho como:

*alguém que não sofreu inteiramente quieta o ascendente que na família imperial veio exercer a fidalga baiana. Naquela alma triste e recolhida em si mesma, como se fora uma exilada e distante da vida – existência que se entristecia de renúncias, naquele coração que a bondade indulgente abafava toda reação, não medrou viroso o ciúme de senhora, esposa e mãe. Coitadinha da imperatriz, esmaecida por fora e murcha por dentro.*¹²⁴

Enquanto construção de uma vilã, que “perturbou” a ordem da família imperial, as narrativas sobre a condessa ampliam os seus poderes, através da sexualidade, e passam a sugerir uma certa “perturbação” da ordem política brasileira. Segundo Raimundo Magalhães Jr., as crônicas da época afirmavam que a condessa tinha mais poder do que os próprios partidos políticos (liberal e conservador), chegando, por vezes, a decidir a escolha dos senadores. “Ela fazia escolhas de caráter pessoal, ora entre os conservadores, ora entre os liberais, não pertencendo a qualquer dos dois partidos, mas tinha o seu formado por legionários e legionárias de ambos aqueles,” informa Wanderley Pinho¹²⁵.

No segundo artigo do Correio da Bahia, intitulado *Herança filantrópica*¹²⁶, é perceptível a tentativa do jornal no sentido de fazer uma abordagem do aspecto humanitário/caridoso da condessa. Com o objetivo de resgatar a história da Casa da Providência, fundada em 1854, para atender crianças e idosos carentes, surge a figura da condessa como tesoureira e

¹²² CORREIO DA BAHIA. *Capitu do segundo reinado. Op. Cit.*

¹²³ *Ibid.*

¹²⁴ *Ibid.*

¹²⁵ *Ibid.*

¹²⁶ CORREIO DA BAHIA. *Herança filantrópica*. Disponível na internet via www.correiodabahia.com.br/2002/01/26noticia.asp?link=not000045056.xm. Arquivo capturado em setembro de 2004.

encarregada de obter donativos, no Brasil e exterior para a associação que tinha como protetores oficiais a imperatriz Tereza Cristina e o imperador Pedro II. O jornal compara a condessa a uma irmã Dulce do período imperial e tenta defender a idéia entrevistando uma freira, misto de assistente social e administradora da Associação sobre a sua fundação. Segundo a freira: “Ao ouvir os primeiros rumores da abolição da escravatura, a condessa de Barral ficou preocupada com a sorte dos escravos, principalmente das crianças e dos idosos e resolveu criar a Associação das Senhoras de Caridade, nos moldes da existente na França.”

Ao ser questionada sobre o romance da condessa e o imperador, a freira desconversa: “Não acredito porque não tem nada escrito”. E o jornal conclui: “Misto de irmã Dulce e madame Sèvigné – cortesã e escritora francesa do século XVII, que deslumbrou o jovem Luís XIV com suas cartas de amor escritas para um oficial – a condessa de Barral foi mais do que uma sinhazinha, foi uma baiana arretada”.

Um outro artigo do mesmo jornal, *Salões parisienses*¹²⁷, procura resgatar a projeção internacional da condessa demonstrando, de forma não menos conservadora e partidária de uma concepção positivista da história, a condessa como heroína ilustre e romântica. A mesma concepção é perceptível no artigo *La comtesse de Barral et de Pedra Branca*, de autoria do cavaleiro de Saint- Georges:

Certa vez, ela estava em seu engenho, na Bahia, quando recebeu a notícia de que o pai estava mal. Era inverno. O percurso até a fazenda do pai demorava de 12 a 15 horas, por estradas lamacentas. Boa amazona, Luísa Margarida monta um cavalo e parte acompanhada por um escravo. Não podia perder o vapor de Santo Amaro, se não teria que esperar dias para a próxima viagem. A chuva cai por todo o trajeto. Os rios estão cheios. As águas levam a ponte sobre a qual se teria que passar. Nossa heroína (que me perdoe o termo, que eu creio aplica-se bem à circunstância), lembrou-se que era uma boa nadadora: “Os cavalos poderiam atravessar a nado?”, pergunta ao velho negro que a acompanha. “Sim, iaiá, mas sem montaria. “E você, pode atravessar

¹²⁷CORREIO DA BAHIA. *Salões parisienses*. Disponível na internet via [www](http://www.correiodabahia.com.br/2002/01/26noticia.asp?link=not000045056.xm). Url: www.correiodabahia.com.br/2002/01/26noticia.asp?link=not000045056.xm. Arquivo capturado em setembro de 2004.

*nadando e retomá-lo na outra margem? - Sim, iaiá! – “Pois, então, vamos lá.” – E tirando a saia de amazonas que amarra à sela, joga-se na torrente antes que seu companheiro, boquiaberto, pudesse retê-la. Algumas horas depois se encontrava à cabeceira de seu pai.*¹²⁸

Acredita-se que a construção do sujeito condessa, produzido por esses relatos, apresentados em pequenas partes neste trabalho é relevante na interpretação crítica da correspondência entre a própria condessa e imperador.

Leonor Arfuch¹²⁹ nos mostra que a biografia se move em um terreno indeciso entre o testemunho, a novela e o relato histórico e ajusta-se a uma cronologia e a investigação do tempo narrativo, a interpretação minuciosa de documentos e a figuração e espaços reservados aos que, teoricamente, só ele poderia advir. Inspirada na devoção do personagem institui naturalmente um herói ou heroína.

Para Arfuch:

*La biografía estará amenazada desde el origen por la tensión entre admiración y objetividad, entre una supuesta "verdad" a restaurar y el echo de que toda história es apenas una historia más a contar sobre um personaje. Sujeta al riesgo de tornarse en monumento, en ejercicio de erudición, en obsesión de archivo e empalagoso inventario de minimos accidentes "significativos" también puede transformarse em estilete contra su objeto.*¹³⁰

Arfuch fala sobre duas tipologias de biografias: a relação reverencial do biógrafo, cuja maneira de render tributo ao biografado se expressa as vezes "quantitativamente" em pesadas obras de vários volumes e contrariamente, as biografias que ridicularizam ou denigrem os seus sujeitos, apresentando - os em suas facetas mais íntimas e desagradáveis - Jeffrey Meyers sobre Scott Fitzgerald, por exemplo.

¹²⁸ CORREIO DA BAHIA. *Salões parisienses*. Op.Cit.

¹²⁹ ARFUCH, Leonor. *El espacio biográfico: dilemas de la subjetividad contemporánea*. Argentina: Fondo de cultura Económica, 2002, p.106.

¹³⁰ *Ibid*, p.107.

Arfuch¹³¹ cita Brenda Madox, autora de uma biografia de Yeats, que questiona o paradigma amor/ódio como "motor" da biografia e também o seu caráter de "gênero literário", para sugerir a idéia da biografia como "periodismo", mais a cerca de uma "notícia quente" do que de uma visão sacralizada e sujeita a outras motivações possíveis: a curiosidade, o desconhecimento, a análise distanciada, a posição "médica" no sentido de compaixão.

Há também, para a autora, exercícios de escritura que, sem abandonar o modelo de narração da vida de um personagem existente, se apartam da fidelidade histórica para dar lugar a novos híbridos, seriam as narrações noveladas em torno de personagens históricos bem conhecidos, sem pretensão de veracidade.

- Guardando as devidas proporções e não desprezando a época histórica em que foram produzidos, o artigo intitulado, *Salões parisienses*¹³², procura resgatar a projeção internacional da condessa demonstrando, de forma não menos conservadora e partidária de uma concepção positivista da história, a condessa como heroína ilustre e romântica.

Num outro artigo do mesmo jornal¹³³, Anna Amélia Vieira Nascimento, utiliza um episódio contado por Wanderley Pinho em um de seus livros: *Salões e damas do segundo reinado*, para dar início a uma breve biografia da Condessa de Barral.

Segundo a jornalista, "contam" que uma camarista que, vendo passar a condessa de Barral, comentou em tom melancólico, talvez irônico: "Como está envelhecida a condessa de Barral!" O imperador atalhou, rápido, quase indignado, como se houvesse sido ferido pela observação: "Saiba que uma mulher de espírito nunca envelhece."

Na mesma linha que tenta, desesperadamente, atribuir dons heróicos à condessa para justificar a biografia romanceada, Anna Amélia Vieira Nascimento "conta" como foi o pedido de casamento da condessa pelo futuro marido:

¹³¹ ARFUCH, Leonor. *El espacio biográfico: dilemas de la subjetividad contemporánea*. Op. Cit., p. 107.

¹³² CORREIO DA BAHIA. *Salões parisienses*. Op. Cit.

¹³³ NASCIMENTO, Anna A,V. *Uma mulher de espírito nunca envelhece!* Disponível na internet via WWW. Url: www.URL:www.correiodabahia.com.br/2002/01/26noticia.asp?link=not000045056.xml. Arquivo capturado em setembro de 2004.

Em 1835, Luísa Borges de Barros denunciava que pretendia ter o direito de escolher o seu futuro noivo. "Eu fui pedida em casamento por um simpático rapaz, que se tomou de uma bela paixão por mim". "Ele era francês e tinha os mais belos olhos do mundo". Explicou-lhe então ela, que não podia casar-se com o Calmon, seu prometido, porque desde cedo, vivendo na França, suas amizades, seus hábitos e relações tinham outras raízes. Do Brasil distanciara-se há vários anos. Suas preferências, seus gostos também. Pedra Branca (pai da condessa) sentiu muito a decisão da filha, mas civilizado e conhecedor dos encantos da França, teve o mérito de respeitar-lhe a vontade.¹³⁴

Tendo o mesmo amor redentor (primeiro pelo pai, depois pelo marido e o filho e por último, pelo imperador) como motor de algumas de suas biografias, a "condessa heroína" continua a ser construída sobre os mais diversos estereótipos.

A mesma jornalista relata:

No seu engenho São João, a condessa de Barral transformava-se em completa senhora de engenho. Era no ensino do catecismo aos escravos, na orientação dos trabalhos da costura, nos cuidados com a saúde dos servos; velava sobre as pequenas criações e, ao entardecer, ainda montava o cavalo. Com tantos predicados, tornara-se, sem dúvida, uma figura de destaque no império. Muitas razões assistiam, portanto, a Sua Majestade o Imperador D. Pedro II, quando insistiu no convite à condessa de Barral, em 1856, para que aceitasse as relevantes funções de aia e preceptora de suas filhas, a princesa Isabel, herdeira do trono, e a princesa Leopoldina.¹³⁵

Ao relatar sobre o pretenso "romance" entre o imperador e a condessa, a mesma jornalista, parece tomar um certo cuidado com o tema e tenta conferir uma aura mágica ao "amor" que existia entre os dois. Ao tentar fugir dos estereótipos de "amante", "manipuladora" "responsável pela tristeza da imperatriz", a jornalista cai nos estereótipos contrários de "mulher repleta de predicados", suave, boa, abnegada, companheira, cúmplice, discreta. Prossegue a jornalista:

Em diversas ocasiões, a correspondência do imperador com sua diletta amiga sugere algo mais. E assim, pelo resto de suas vidas, Barral e o imperador viveram uma discreta história de amor. Nem o tempo nem a distância os separaram. A Barral era nove anos mais idosa que o imperador, mas com suavidade conseguiu diluir os sentimentos daquele

¹³⁴ NASCIMENTO, Anna A.V. *Uma mulher de espírito nunca envelhece!* Op. Cit.

¹³⁵ *Ibid.*

*ser austero e solitário, preocupado com as razões de estado da corte do Brasil. Era sua confidente e sua cúmplice; e, como diziam na própria corte, a única pessoa que usava de ascendência sobre Sua Majestade.*¹³⁶

Dentro da construção heróica da condessa, nem mesmo a morte foi poupada. No mesmo artigo, a jornalista narra os últimos momentos da condessa:

*Proclamada a república, ambos (condessa e imperador) seguiram para o exílio. Quando fechou os olhos, no dia 11 de janeiro de 1891 (data diferente em quase todas as biografias), 11 meses antes do imperador, Barral tomou todas as providências para as exéquias que deviam celebrar sua morte; despediu-se como se partisse para uma viagem. Por fim, murmurou: 'Estou cansada; deixem-me dormir'. Foram suas últimas palavras.*¹³⁷

No mesmo artigo¹³⁸, o jornal cita algumas observações do Cavaleiro de Saint-Georges sobre a influência da condessa sobre a política do segundo reinado: "Poucas reformas foram votadas no parlamento que não tenham sido previamente discutidas no Campo de São Cristovão", este uma referência ao endereço da condessa.

Segue o jornal: Liberais eminentes, como os Zacarias, os Saraiva, os Dantas, os Paranaguá e outros lamentavam que Luísa Margarida não fosse homem (o que certamente desagradaria a D. Pedro II) para fazer dela presidente do Conselho.

Para Bourdieu¹³⁹, a história de vida é uma dessas noções do senso comum que entraram como contrabando no universo científico, e que partem do princípio de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma "intenção" subjetiva e objetiva, de um projeto: a noção sartreana de "projeto original" somente coloca de modo explícito o que está implícito nos "já", "desde então", "desde pequeno" etc. Essa vida seria organizada na biografia como uma história que transcorreria segundo uma ordem cronológica, que também seria lógica, onde haveria um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de

¹³⁶ NASCIMENTO, Anna A.V. *Uma mulher de espírito nunca envelhece! Op. Cit.*

¹³⁷ *Ibid.*

¹³⁸ *Ibid.*

¹³⁹ BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (62/63): 69-72, jun.1986., p.183-184.

princípio, de razão de ser, de causa primeira, até o seu término, que também é o objetivo. O sujeito e o objeto da biografia (o investigador e o investigado) têm, de certa forma, o mesmo interesse em aceitar o *postulado do sentido da existência narrada*.

Em alguns fragmentos biográficos da Condessa de Barral é perceptível a busca pelo sentido e a intenção do biógrafo na organização da cronologia de sua vida. Há no texto de Áurea Carvalho¹⁴⁰, além da preocupação na busca de sentido para a vida da condessa, uma “naturalização” dos eventos de sua vida, que irão levá-la também “naturalmente” a algum lugar (no caso, a admiração de Pedro II, ao seu trabalho de preceptora, etc.):

Luísa Margarida Portugal de Barros, a Condessa de Barral e de Pedra Branca, nasceu na Bahia, em 13 de Abril de 1816. Filha de Domingos Borges de Barros, poeta e político que ocupou cargos no exterior, primeiro representando a Bahia nas Cortes Portuguesas, mesmo antes da independência do Brasil, depois na França onde trabalhou pelo reconhecimento da independência e recebeu por isso o título de Barão de Pedra Branca em 1825, logo depois elevado para Visconde.

Embora fosse nomeado senador no Brasil ia-se deixando ficar em França. Havia, por certo, boas razões para isso e uma delas era certamente a filha que em Paris poderia cursar educandários bem superiores aos colégios para meninas do Rio de Janeiro de então, também a vida social no Brasil era acanhada e não se comparava a de Paris. Além disso, levava-a a viajar por outros países como a Suíça, Alemanha, Itália, etc, proporcionando-lhe o conhecimento de várias línguas.

Segundo Bourdieu¹⁴¹, há nas narrativas biográficas uma propensão a selecionar, em função de uma intenção global, certos acontecimentos considerados *significativos*, estabelecendo uma conexão entre eles para lhes dar coerência. A procura das *causas* e dos *fins* conta com a cumplicidade do biógrafo, que, a começar por suas disposições de profissional da interpretação, só pode ser levado a aceitar essa criação artificial de sentido.

Ainda no texto de Carvalho:

¹⁴⁰ CARVALHO, Áurea. *A condessa de Barral*. Op. Cit.

¹⁴¹ BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (62?63): Op. Cit., p.183-184.

Em 1831 Luísa Margarida perdeu a mãe e em 1833 continuou morando na França com o pai. Prometida em casamento para o Marquês de Abrantes, vinte anos mais velho que ela e radicado no Brasil, Luísa Margarida opôs-se aos planos do pai e casou-se com o seu escolhido, o Chevalier de Barral, filho do Conde de Barral e Marquês de Monferrat, com quem veio a Bahia passar uma temporada em 1839. Nesta mesma época ocorreu o casamento de Francisca, irmã de D. Pedro II, com o Príncipe de Joinville. Por causa disso, ela deveria, portanto, ir viver na Corte do marido, em Paris. Porém, Francisca não dominava o idioma francês e chamou a Condessa de Barral para lhe servir como dama de honra. A Condessa parece que se destacava na Corte de Luís Felipe por possuir um salão à rua D'Anjou, freqüentado por intelectuais e artistas, inclusive Chopin, e que já fora comparado ao salão de Madame de Sèigné. Alguns anos mais tarde, veio a ser a primeira brasileira a ser nomeada dama do Paço pelo rei Luís Felipe.

Em 1847 a então Viscondessa de Barral e o marido foram passar uma curta temporada de visita ao pai, na Bahia, mas a deposição de Luís Felipe obrigou os Barral a uma permanência maior. No Brasil, engravidou pela primeira vez aos 38 anos, e seu filho Horace Dominique nasceu em 17 de fevereiro de 1854. Domingos Borges de Barros, o Visconde da Pedra Branca conviveu pouco com o único neto e veio a falecer no ano seguinte a 20 de março.

Por esta época o Imperador procurava alguém que se encarregasse da educação de suas filhas Isabel e Leopoldina, preparando-as, uma para o papel de Imperatriz e ambas para futuros casamentos com príncipes estrangeiros, acostumados às Cortes mais exigentes.

Em 1856, Luísa Margarida recebeu uma carta do mordomo da Casa Imperial, em que D. Pedro a convidava para assumir, na Corte, a função de aia das princesas Isabel e Leopoldina, então com 10 e 9 anos, respectivamente. Barral procurou saber dos detalhes que envolveriam a sua nova função, pois sendo casada e tendo família, não poderia permanecer no Paço de São Cristóvão e precisaria ter à disposição uma residência mobiliada e carro para seu transporte. Além disso, devendo deixar seus engenhos e suas propriedades da Bahia entregues a mãos inexperientes que certamente lhe ocasionariam prejuízo, era necessário saber como seria sua posição na Corte, que tipo de tratamento teria nos dias comuns e nos dias de gala, quais seriam as aulas que deveria ministrar às princesas, quem seria a “institutrice” que acompanharia as princesas em sua ausência e de quem dependeria a mesma e como seriam o cerimonial e a etiqueta a seguir.

Foi-lhe respondido satisfatoriamente em todos os quesitos: ela seria nomeada Dama da Imperatriz, e tudo que se referisse à educação das princesas estaria sob sua responsabilidade e vigilância. Como já ficara estipulado anteriormente, ela receberia a quantia de 12.000 francos anuais e, depois de completa a educação das princesas, teria uma pensão vitalícia de 6.000 francos, alimentação custeada pelo imperador, um coche à sua disposição e educação para o seu filho. Quanto às lições, as princesas teriam mestres para diversas matérias podendo a preceptora e a “institutrice” ministrarem as aulas que quisessem desde que seguissem os métodos dos mestres. É interessante acrescentar que

Barral escreveu também um livro de História do Brasil e Portugal para ser utilizado nas aulas com as princesas, já que não havia um disponível na época.

*Em setembro de 1856, Barral assumiu o seu cargo junto às princesas e permaneceu até o casamento das mesmas, em 1864. Depois dos casamentos de Isabel e Leopoldina, Barral fixou residência na França, onde permaneciam os remanescentes da família de seu marido e suas propriedades. É a partir de 1856 que se inicia a longa correspondência entre Barral e D. Pedro II, permanecendo até 1881, com a morte dela. Havia uma combinação entre a condessa e o Imperador de que as cartas seriam queimadas. Da parte do Imperador parece que o pacto foi mantido, porém Barral guardou a correspondência, bem como os diários que tinha o hábito de escrever e mandar para D. Pedro. Mais ou menos em 1940, a correspondência chegou ao Museu Imperial, em Petrópolis, através de um certo Marquês, que se apresentou como um parente da condessa. O marquês alegou que a condessa pediu que as cartas fossem entregues ao Museu quando completassem 50 anos de sua morte.*¹⁴²

Nesta busca de sentido para a história da condessa de Barral é inevitável o confronto com diversas questões como a escrita masculina sobre a mulher, a tentativa de transformá-la em heroína inspirados pela visão positivista, resgatar a "dignidade social" que o título de condessa deveria lhe conferir apesar das acusações de amante ilícita, reforçar-lhe a bondade e seu amor de mãe, o próprio amor que ela sentia pelo imperador como redentor, acabam por denunciar concepções impregnadas de senso comum.

O texto de Áurea Carvalho¹⁴³ configuraria uma tentativa política de resgatar historicamente a figura da condessa. É clara a sua intenção quando inicia a biografia tomada pela indignação:

A condessa de Barral merece mais do que uma simples e fria menção nas biografias das princesas Izabel e Leopoldina como preceptora; também não deve haver espaço para risinhos maliciosos ou irônicos quando seu nome é associado ao do Imperador Pedro II. Ela merece muito mais do que isto; foi uma mulher nada vulgar, possuidora de uma inteligência aguda, de uma cultura muito superior à que possuíam as mulheres de sua época, mormente as brasileiras, e possuidora de qualidades invejáveis.

¹⁴² CARVALHO, Áurea. *A condessa de Barral*. Op. Cit.

¹⁴³ *Ibid.*

Mas ela procura dar sentido a sua personagem, reforçando os estereótipos de cultura (é inegável a importância que acaba transparecendo na "alta cultura da condessa"), na verdade, comum aos membros de sua classe social. Esta mesma "cultura", como algo espetacular, e superior às outras mulheres é que levaria a condessa a trabalhar de preceptora das filhas do imperador, dentre tantas outras nobres nas cortes, escolhida por critérios pessoais e não questionados. A condessa, para Carvalho, merece menção maior na História porque também poderia ser um personagem ilustre, incomum e superior a tantos outros. Mas é perceptível a tentativa de direcionar as aptidões da condessa para o campo profissional, longe de insinuações irônicas que a condição de suposta amante lhe conferia socialmente.

O olhar masculino de Raimundo Magalhães Junior sobre o fato de a condessa de Barral ter guardado a sua correspondência e mandado doá-la ao Museu Imperial 50 anos após a sua morte enxerga "um sentido" totalmente diferente de Carvalho. Para ele: "*Por vaidade de mulher, afeição ou coqueteria, a condessa não obedeceu, guardando as cartas em vários maços, que deixou com seus herdeiros com a instrução de que, 50 anos depois de sua morte, fossem doadas aos arquivos públicos*¹⁴⁴.

Diante de tantos olhares sobre a figura da condessa, de múltiplas interpretações e criações de sentido para a sua biografia, tanto o discurso ficcional quanto o histórico se apresentam como altamente frustrantes. E uma última questão torna-se fundamental: como podemos, então, escrever sobre a identidade sem essencializá-la? E como os historiadores podem construir, então, suas narrativas biográficas?

Para Spivak deveria ser possível para historiadores/as:

tornar visível a atribuição de posições do sujeito", não no sentido da capturar a realidade dos objetos vistos, mas de tentar compreender as operações dos complexos e mutáveis processos discursivos pelos quais identidades são atribuídas, resistidas ou abraçadas, e quais processos

¹⁴⁴ CARVALHO, Áurea. *A condessa de Barral*. Op. Cit.

*são ignorados e, de fato, conseguem seu efeito precisamente porque não são percebidos.*¹⁴⁵

Para se fazer isso, Scott afirma que:

*é preciso uma mudança de objeto, para um que aceite a emergência de conceitos e identidades como eventos históricos que precisam ser explicados. Isso não significa dizer que se deva desprezar os efeitos de tais conceitos e identidades, que não se deva explicar o comportamento em termos de operações. Significa, isto sim, supor que o surgimento de uma identidade não é inevitável ou determinado, não é algo que sempre esteve lá esperando para ser representado, muito menos algo que sempre irá existir na forma que lhe foi dada em um movimento político específico ou em um momento histórico particular.*¹⁴⁶

Para a autora:

*sujeitos são constituídos discursivamente, mas existem conflitos entre sistemas discursivos, contradições dentro de cada um deles, múltiplos sentidos possíveis para os conceitos que usam. E sujeitos têm agenciamento. Eles não são indivíduos unificados, autônomos, que exercem o livre arbítrio, mas, ao contrário, são sujeitos cujo agenciamento é criado através de situações e posições que lhe são conferidas. Ser um sujeito significa estar sujeito a condições de existências definidas, condições de designação de agentes e condições de exercício. Essas condições possibilitam escolhas, apesar de não serem ilimitadas. A experiência é um evento lingüístico (não acontece fora de significados estabelecidos), mas não está confinada a uma ordem fixa de significados. Já que o discurso é, por definição, compartilhado, a experiência é coletiva assim como individual. Experiência é uma história do sujeito. A linguagem é o local onde a história é encenada. A explicação histórica não pode, portanto separar as duas*¹⁴⁷.

Há, para Scott, a necessidade de historiadores/as analisarem a linguagem e não confrontar a História com a Literatura, trazendo o "literário" como uma nova possibilidade para analisar produções discursivas da realidade social e política como processos complexos e contraditórios.

O estudo da experiência deve questionar sua posição, segundo Scott:

¹⁴⁵ SCOTT, Joan W. Experiência. In: SILVA, A. L.; LAGO, M. C. S. e RAMOS, T. R. O. *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999, p. 42.

¹⁴⁶ *Ibid.*

¹⁴⁷ *Ibid.*

enquanto origem na narrativa histórica. Isso vai acontecer quando os/as historiadores/as tiverem como projeto não a reprodução e transmissão de um conhecimento ao qual se chegou pela experiência, mas sim a análise da produção desse conhecimento. Tal análise também não pode garantir a neutralidade do/a historiador/a, já que a escolha de que categoria historicizar é inevitavelmente política, necessariamente ligada à parte que cabe ao/a historiador/a na produção do conhecimento. Experiência é, nessa abordagem, não a origem de nossa explicação, mas aquilo que queremos explicar. Esse tipo de abordagem não desvaloriza a política ao negar a existência de sujeitos; ao invés, interroga os processos pelos quais sujeitos são criados, e, ao fazê-lo, reconfigura a história e o papel do/a historiador/a e abre novos caminhos para se pensar a mudança.¹⁴⁸

Elizabeth Jelin¹⁴⁹ nos lembra que a História, e por extensão, a investigação social, tem o papel de produzir conhecimento crítico que pode ter um sentido político. Para ela, tanto a linha positivista quanto a construtivista possui um discurso que tem como resposta final, “uma verdade”, e os temas de investigação que se aproximam de traumas e ambigüidades, silêncios e excessos, busca de objetividade, mas também compromisso e afeto, talvez necessitem de uma terceira posição, como a defendida por La Capra:

[...] la posición que defiende propone una concepción de la historia que involucra una tensión entre la reconstrucción objetiva (no objetivista) del pasado y un intercambio dialógico con él y con otros investigadores, en el que el conocimiento no entraña solamente el procesamiento de información sino también afectos, empatía y cuestiones de valor.¹⁵⁰

Acredita-se que as narrativas e interpretações da história da condessa de Barral sofrem o impacto dos traumas e ambigüidades, silêncios e excessos que o seu espaço saturado de sexualidade acabou lhe conferindo, tendo, portanto, algumas semelhanças com a posição que Jelin defende sobre a investigação do acontecimento traumático.

Por acontecimento traumático, Jelin entende aqueles eventos que, por sua intensidade, geram no sujeito uma incapacidade de responder, provocando transtornos diversos em seu funcionamento social. Acredita-se que, dependendo da época histórica, do lugar e da maneira

¹⁴⁸ SCOTT, Joan W. Experiência. In: SILVA, A. L.; LAGO, M. C. S. e RAMOS, T. R. O. *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Op. Cit., p. 42.

¹⁴⁹ JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Op. Cit., p. 67.

¹⁵⁰ *Ibid.*, p. 67.

como são levados à público, alguns eventos referentes a sexualidades - como aborto, pedofilia, adultério, homossexualismo, e tantos outros, também podem ser configurados como acontecimento traumático, tanto para quem sofre o trauma diretamente como para quem entra em contato com ele.

Os adultérios, ainda hoje, causam uma variedade enorme de reações, quando são flagrados e maior proporção alcançam quando se trata de personagens políticos. No que se refere a condessa é possível, através dessa concepção, arriscar que o fato dela ter pedido que sua correspondência só fosse entregue aos arquivos públicos 50 anos depois de sua morte, demonstre que tinha plena consciência disso. Talvez acreditasse que o acontecimento que não pudesse ser explicado imediatamente, poderia ser 50 anos depois. Mas os discursos das narrativas que entraram em contato com a figura da condessa e sua correspondência parecem ter absorvido os mecanismos de repressão da era vitoriana, parecem estar eles ainda traumatizados, transformando, como sugere Jelin, todos (aos quais me incluo) em perpetradores, colaboradores, testemunhas passivas, opositores, resistentes e quem nascer depois.

CAPÍTULO II

UMA CORRESPONDÊNCIA DO SÉCULO XIX

“(...) Nasci em sábado de aleluia quando as negras apregoavam nas ruas pastéis quentes para desenfartar da quaresma...Quando voltei para o Brasil principiaram outra vez os festejos nos meus engenhos com foguetes, zabumba, batuques, peru por cabeça, boi de espeto, saúdes dos lavradores descarregando na Senhora Dona¹⁵¹ e tudo quanto há de mais hospitaleiro e de mais cordial. Voltei para França, nunca mais soube quando eu fazia anos. Tornei ao Brasil, tornei a fazer anos, mas sem foguetes nem zabumbas, o Brasil se civilizava e as saúdes não descarregavam mais na senhora condessa, eu não era mais a Iaiá de todos, era Sá Condessa...!”

Condessa de Barral¹⁵²

Antes de qualquer abordagem que se possa fazer sobre a correspondência sentiu-se a necessidade de contextualizá-la historicamente, desvendar um pouco do tempo em que ela foi escrita e tentar apreender um pouco do cenário de onde ecoam as falas da condessa e do imperador.

¹⁵¹ Aproveitando para beber à saúde da aniversariante.

¹⁵² DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890. Op. Cit.*, p. 327.

O século XIX, para Michelle Perrot¹⁵³, é o século de famílias, de armários e de escrita pessoal. Imenso reservatório de correspondências, diários e autobiografias, o século XIX distinguiu claramente as esferas públicas e privadas. Possivelmente suas esferas não englobam exatamente a repartição dos sexos, mas sabemos que o mundo público, econômico e político era destinado ao homem.



Representação de mãe – Sec. XIX – Pierre August Renoir¹⁵⁴

As mulheres participavam dele como ornamentos, estritamente disciplinados pela moda, que codifica suas aparências, roupas e cuidados, principalmente para as mulheres burguesas cujo lazer ostentatório tem como função significar a fortuna e a posição de seu marido.

Circular sozinha pelas cidades era tão inusitado para uma mulher, que George Sand¹⁵⁵ o classificou como o próprio símbolo da liberdade: “Estar completamente sozinha e dizer a mim mesma: jantarei às 4h ou às 7h, segundo minha vontade; passarei



O Brasil elegante da rua do Ouvidor – H. Fleiuss -1862¹⁵⁶

pelo jardim de Luxemburgo para ir às Tulherias ao invés de passar pelos Champs Elysées, se tal for meu capricho, eis como divertir-me mais do que com as frivolidades dos homens e a rigidez dos salões.”

A construção do cenário do século XIX, no Brasil, com suas relações sociais características, onde a condessa de Barral e o imperador D. Pedro II estão inseridos, faz parte do que denominamos de modernidade

¹⁵³ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Op. Cit., p. 29-30.

¹⁵⁴ Disponível na Internet via www.malaspina.org. Arquivo capturado em novembro de 2008.

¹⁵⁵ SAND, George. *Correspondance*. Paris: Garnier, 1964, t. 1. (1812-1831). Editada por Georges Lubin, p. 887: carta n. 390, para sua mãe (31 de março de 1831)

¹⁵⁶ PINHO, Wanderley. *Salões e damas do segundo reinado*. Op. Cit., p. 240.

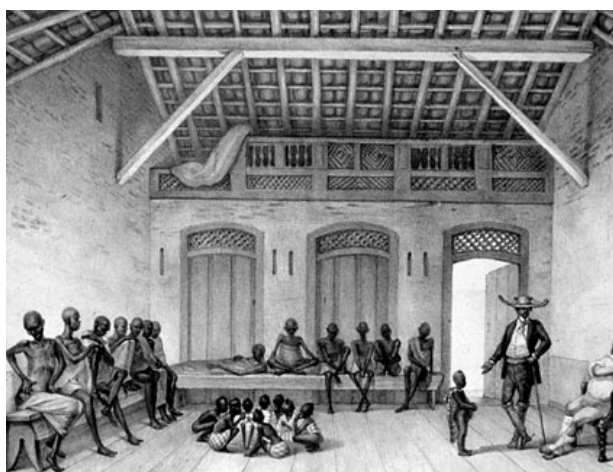
A modernidade e a repressão da sexualidade

“Com efeito, a repressão sexual será tanto mais eficaz quanto mais conseguir ocultar, dissimular e disfarçar o caráter sexual daquilo que está sendo reprimido(...)”¹⁵⁷
Marilena Chauí

A modernidade tem suas origens, no plano econômico, ligadas ao advento da máquina a vapor que impulsionou o capitalismo e, no plano das idéias, à Filosofia das Luzes que, difundida a partir do século XVIII, pregava o desenvolvimento moral e material do homem pelo conhecimento.

Segundo Vainfas¹⁵⁸, há muitas críticas de sociólogos à validade do conceito e seu emprego para definir as transformações sociais no Brasil do século XIX. Para estes, a palavra modernização sequer era usada no Brasil oitocentista com esse sentido. Mas o termo é utilizado para indicar as tentativas de incorporar as inovações do capitalismo industrial europeu da época e optamos por usá-lo.

Foi a partir de meados do século XIX que ocorreram as mudanças mais significativas, segundo Vainfas, a liberação de capitais do comércio negreiro, abolido em 1850, e a conseqüente possibilidade de investimentos em outros setores econômicos, principalmente na infraestrutura e no setor financeiro do Brasil.



Mercado da Rua do Valongo, Rio de Janeiro - J. B. Debret¹⁵⁹

¹⁵⁷ CHAUI, Marilena. *Repressão sexual: esta nossa (des)conhecida*. Op. Cit., p. 10.

¹⁵⁸ VAINFAS, Ronaldo (org.) *Dicionário do Brasil imperial*. Op. Cit., p. 537.

¹⁵⁹ Disponível na Internet via [www. Url: www.reporterbrasil.com.br](http://www.reporterbrasil.com.br). Arquivo capturado em novembro de 2008.

Para ele, a ferrovia foi o setor mais visível, uma vez que repercutiu no sistema de distribuição da produção e na mudança da paisagem rural, cortada por trilhos de ferro e pontilhada de estações em estilo europeu.

Ela encurtou distâncias, aumentou o conforto para os viajantes (que se deslocavam em lombos de burro ou a cavalo) e tornou o transporte de carga menos oneroso. Durante o Império a rede ferroviária não chegou a todas as províncias, mas no final, possuía aproximadamente dez mil quilômetros. Diziam que a “maria -fumaça” provocava mudanças por onde passava.



“Maria-Fumaça”¹⁶⁰

Outra mudança significativa nos meios de transporte, conforme Vainfas¹⁶¹ refere-se à ampliação do sistema de navios a vapor. O desenvolvimento desse meio de transporte, no Brasil oitocentista acabou representando um ponto fundamental para que as cartas de nossos personagens chegassem a seu destino.

A partir de 1830, organizaram-se companhias de navegação a vapor, com barcos vindos da Inglaterra (alguns com capacidade para 200 pessoas). Em 1834 foi inaugurada a primeira linha de paquetes a vapor ligando o Brasil à França.



Paquete a vapor¹⁶²

¹⁶⁰ Disponível na Internet via [www](http://www.fiema.com.br). Url: www.fiema.com.br. Arquivo capturado em novembro de 2008.

¹⁶¹ VAINFAS, Ronaldo (org.) *Dicionário do Brasil imperial*. Op. Cit., p. 537.

¹⁶² Disponível na Internet via www. Url: www.naviosenavegadores.blogspot.com. Arquivo capturado em novembro de 2008.

A partir de 1851, foram inauguradas linhas regulares de navios a vapor, para carga e passageiros, de cidades inglesas a portos brasileiros. Do porto inglês de Liverpool, partiam, no dia 24 de cada mês, paquetes que chegavam aos portos brasileiros no dia 21 do mês seguinte, e dali seguiam para a região do Prata Vainfas¹⁶³ nos conta que tamanha era a regularidade dos paquetes, com seu ciclo de 27 ou 28 dias, que a menstruação das mulheres da época recebeu o apelido de “paquete”.

Uma nova noção de tempo foi estimulada com os relógios chamados “cebolões” ou relógios de algibeira. Estes, junto dos paquetes britânicos, fez com que o tempo imperial entrasse em sincronia com o da modernidade européia. “Hora inglesa” e “palavra de inglês” tornaram-se expressões correntes entre os brasileiros da época.

O cenário urbano teve uma expansão significativa, cidades como o Rio de Janeiro e

Recife foram ampliadas por conta do incremento externo. Usava-se como meio de transporte particular, inicialmente, o cavalo e variados tipos de carros, dos mais simples, para apenas uma pessoa, como a rede



Voyage au Brésil: Retour d'un Propriétaire – 1816-1831¹⁶⁴

e a “cadeirinha”, transportadas por negros, até as carruagens mais sofisticadas, de quatro rodas, puxadas por cavalos, com portas e janelas ornamentadas com pinturas e estofadas. Mais tarde surgiram as *caleças* (do francês *calèches*) o *cab* francês, o *tílburi*, as *vitórias*, os *timons-balancés*, as *berlindas* e as *caleças ligeiras*.

Ainda na primeira metade do século XIX, instalaram-se linhas de transporte coletivo em várias cidades do Brasil, como as diligências e o ônibus de dois pavimentos,

¹⁶³ VAINFAS, Ronaldo (org.) *Dicionário do Brasil imperial*. Op. Cit., p. 538.

¹⁶⁴ Disponível na Internet via [www](http://www.proex.reitoria.unesp.br). Url: www.proex.reitoria.unesp.br. Arquivo capturado em novembro de 2008.

puxado por quatro cavalos. Criaram-se também as gôndolas – coches de quatro rodas, de um pavimento e bancos laterais, que se assemelhava com os barcos de Veneza. Em 1847 foi estabelecido no Rio de Janeiro os sentidos de mão e contramão nas ruas, uma novidade. Em 1868 foi inaugurado o sistema de bondes sobre trilhos, puxados por burros, com cerca de 30 lugares. Mais tarde os bondes passaram a subir ladeiras, atrelados a pequenas locomotivas a vapor.

Foram implantados outros melhoramentos, principalmente no Rio de Janeiro, como o calçamento das ruas com “pés-de-moleque” e a criação de serviços de limpeza pública. A distribuição de água, em geral, era feita por chafarizes e bicas espalhadas pelas cidades, e na década de 1880, passou-se a utilizar o ferro tanto na confecção de chafarizes como na canalização de água.

A medicina higienista estimulou a limpeza das ruas, procurando-se modos de lançar os dejetos humanos em lugares adequados, antes jogados indiscriminadamente nos mares, rios, córregos e lagos, tarefa quase sempre feita por escravos denominados “tigres”. O serviço de esgoto foi iniciado somente na década de 1860.

O gás canalizado foi instalado primeiro no Rio de Janeiro, na década de 1860, iluminando as ruas, os pontos comerciais e as residências, atraindo para os cafés, restaurantes e confeitarias uma população que só saía à noite para ir, muito de vez em quando, ao teatro e a casas particulares.

A luz elétrica foi introduzida ainda no Império, em Campos dos Goitacases, no Rio de Janeiro, em 1883. Mas só se disseminou no período republicano, a partir da construção, em 1889, da usina hidrelétrica Marmelos-Zero, a primeira de grande porte do país.



Rio de Janeiro – Século XIX¹⁶⁵

O telefone teve o primeiro aparelho instalado no palácio de São Cristóvão, em 1876, mas só foi difundido anos depois. Em 1873, inaugurou-se o cabo submarino que permitiu a conexão telegráfica de várias províncias do Brasil com o exterior.

A modernidade no ocidente foi também marcada por discursos que buscaram a



Representação de mãe amamentando-P. A. Renoir¹⁶⁶

definição da figura feminina e a construção do conceito de mulher – mãe. Essas tentativas de definir e conceituar a mulher, seu corpo, sua função, suas responsabilidades, e a ingênua crença de descobrir a sua verdadeira essência à luz da Biologia e da medicina estão inseridas num contexto maior, num grande ciclo da história do ocidente, que teria origem no

século XVII, estendendo-se até o século XX, e que Foucault¹⁶⁷ classificaria como um grande ciclo de Repressão Sexual.

Dentro desses discursos que enalteciam a maternidade destaca-se um trecho de uma pequena biografia da Condessa de Barral, escrita em 1891, pelo Cavaleiro de Saint-Georges:

[...] Desde então (após a morte do marido) a Sra. de Barral não teve outra ocupação e outra finalidade na vida que a educação de meu futuro Diretor (Horace Dominique de Barral, o filho da condessa).

¹⁶⁵ Disponível na Internet via [www](http://www.biblinotas.blogspot.com). Url: www.biblinotas.blogspot.com. Arquivo capturado em novembro de 2008.

¹⁶⁶ Disponível na Internet via [www](http://www.ibiblio.org). Url: www.ibiblio.org. Arquivo capturado em novembro de 2008.

¹⁶⁷ FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I - : *a vontade de saber*. Op. Cit., p. 11.

*[...] Por outro lado renunciou inteiramente ao mundo no sentido de que nunca mais foi a uma festa, a qualquer reunião mundana, deitando-se cedo e levantando-se às seis horas da manhã para acender ela mesma o fogo para o caro Dominique que começava a se fortificar, apesar de ainda continuar bem delicado e franzino. Fazia-o repassar as lições e depois de bem agasalhado mandava-o com o seu preceptor para o Liceu Bonaparte onde freqüentava o externato. Quando chovia ou nevava, a mãe preocupada com o desejo de protegê-lo e o medo de vê-lo gripar – se, mandava seu carro esperá-lo na esquina da rua do Havre e do Boulevard Haussmann. O jovem estudante voltava à casa sem resfriar-se mas sem ter aspecto de um frango molhado nem de um aristo o que ocorreria se tivesse tomado o carro à porta do colégio. A Sra. De Barral fazia muita questão da pequena artimanha de fazer o carro esperar a alguns passos do Liceu temendo que os colegas humilhassem o amor próprio do filho troçando de sua saúde, ou que ele ficasse envaidecido de ter um bom carro com cavalos fogosos e cocheiro de libré. Deste modo aparecia nos mínimos detalhes o tato e a delicadeza desta mulher verdadeiramente superior. Sua habitual energia nunca a abandonava. Aos 13 ou 14 anos seu querido filho teve uma terrível doença de olhos, da qual nunca se refez totalmente, os oculistas declararam que durante um ano ou dez meses, ele teria que abster-se completamente de ler e escrever sob pena de ficar cego. A Sra. De Barral não hesitou em seguir as prescrições dos médicos; porém não queria que ele perdesse um ou dois anos de estudo. Ficou estabelecido que o jovem estudante continuaria a freqüentar o Liceu Bonaparte. O professor da classe escrevia para ele os deveres que ditava para os outros alunos. Ao voltar para casa a mãe e o preceptor repetiam as lições até que ele as soubesse de cor, depois liam para ele o texto dos temas e das versões a fazer, procuravam no dicionário as palavras desconhecidas, escreviam no ditado as traduções latinas, gregas ou francesas. A Sra. De Barral não sabia grego; pôs-se resolutamente a aprender o alfabeto e pôde em pouco tempo ler e escrever corretamente esta língua sem compreendê-la na verdade; mas pouco lhe importava. O que lhe era preciso era poder fazer recitar a Ilíada ou a Odisséia e chegara a esse resultado. Quanto ao latim não havia mistério para ela e meu Diretor disse-me várias vezes que ela corrigia suas redações e seus discursos em retórica! Esta existência toda de dedicação maternal, que interrompiam todos os anos, durante dois e até três meses, belas viagens à Itália, Suíça, Inglaterra ou Alemanha, foi subitamente alterada pela guerra de 1870” [...]*¹⁶⁸

Este período da vida da condessa de Barral é considerado, pelo biógrafo e contemporâneo, como um período heróico. Percebe-se a tentativa dele de enquadrá-la na

¹⁶⁸ Disponível na Internet via [www:www.correiodabahia.com.br/2002/01/26noticia.asp?link=not000045056.xml](http://www.correiodabahia.com.br/2002/01/26noticia.asp?link=not000045056.xml), p.3. Arquivo capturado em Janeiro de 2008.

teia de discursos modernos sobre a maternidade, mas ao mesmo tempo revela a raridade da prática, a ponto de torná-la heróica, já que era comum na classe social da condessa os filhos serem entregues a uma preceptora que lhes cuidaria da educação em tempo integral. Como ela mesma foi das princesas Izabel e Leopoldina a ponto de morar com as meninas até se casarem, tornando a mãe uma figura secundária.

O imperador também era incomum no seu papel de pai moderno. Em carta de 1863, sua irmã Francisca comentava: [...] *“Acho que fazes bem em dar uma educação de homem a sua filha mais velha, sobretudo que é provável que venha a governar o país”* [...] ¹⁶⁹

Del Priore enfatiza que D. Pedro II assumiu a paternidade com um empenho incomum aos homens do século XIX. Fazia questão de assumir o encargo da educação das filhas, que em nada condizia com a função de imperador. Revelou em seu diário: “o estudo, a leitura e a educação de minhas filhas, que amo extremosamente, são meus principais divertimentos”. Tudo passava pela sua análise, desde a escolha da condessa de Barral para preceptora de suas filhas até o estabelecimento do *Regulamento que há de ser observado no quarto de minhas filhas, tanto por ellas como pelas creadas*, assinado por ele.

Neste regulamento, composto de 36 artigos, eram abordados desde os cuidados de higiene pessoal, a alimentação, passeios, horários de dormir, acordar e brincar até os valores morais e ensinamentos que deveriam ser aplicados:

Art.7º - governanta [...], dar-lhe-á bons conselhos e exemplos, explicar-lhe-á a razão porque lhe nega certas coisas, ou lhes a proíbe, não consentirá, que se lhe meta medos com coisa alguma só sim lhe infundirá temor de Deus, respeito, e amor a seu pai, e mãe, e humanidade para com seu próximo, não lhe deixando fazer mal, mesmo a animal algum, para que o seu coração não se endureça, ensina-lhe-há a rezar, a ouvir a missa, cozer, a bordar e a tudo

¹⁶⁹ DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002, p.152.

*convém que saiba tudo [...] Art.14º - Não consentirão que as Meninas conversem com pretos, ou pretas, nem que brinquem com molequinhos e cuidarão muito especialmente, que as Meninas não os vejam nus [...] Art. 15º - Quando as Meninas se vestirem, terão todo o cuidado, que ellas se não descomponhão fazendo-lhes conhecer que ellas não só devem ter pudor de si, mas vergonha de suas próprias criadas.*¹⁷⁰

D. Pedro II também determinava a disciplina de estudos das princesas. Iniciando-se às sete horas da manhã e estendendo-se às 21 horas, com aulas de inglês, francês, alemão, religião, física, botânica, grego, piano, literatura, latim e mais tarde fotografia.

Diante da tal rotina, sua irmã Francisca lhe escreveu:

*“Toma bem sentido de não cansar muito e que lhes falte recreação no meio do trabalho [...] Isto é muito importante para a sua saúde, que sem ela nada é possível fazer-se de verdadeiro trabalho intelectual.”*¹⁷¹

Voltando a Foucault, é ele quem nos demonstra que os ocidentais suportaram e sujeitaram-se por muito tempo a um regime vitoriano no campo da sexualidade.

Antes do início do século XVII ainda predominava uma certa franqueza em relação às práticas da sexualidade, os códigos eram flexíveis, se comparados aos do século XIX. Após um “rápido crepúsculo”, a sexualidade teria sido então encerrada, mudando-se para dentro de casa e confiscada pela família conjugal, reduzida à função de reprodução. É o casal legítimo e procriador que passa a impor a lei e o seu modelo.

Essa repressão ao sexo teria origem no século XVII, “após centenas de anos de arejamento e de expressão livre, faz-se com que coincida com o desenvolvimento do capitalismo, fazendo parte da ordem burguesa¹⁷²”. Para Foucault, “a causa do sexo – de

¹⁷⁰ DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil. Op. Cit.*, p.167.

¹⁷¹ *Ibid.*, p.164.

¹⁷² FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber. Op. Cit.*, p. 11.

sua liberdade, do seu conhecimento e do direito de falar dele – encontra-se com toda legitimidade, ligadas às honras de uma causa política”.

Pode se dizer que foi a primeira vez na história ocidental que o sexo deixou de ser objeto de um discurso estritamente moral, que pretendia simplesmente condenar, para se tornar objeto de discurso racional, objetivando gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazendo funcionar segundo um padrão. Logo, no mesmo século, o sexo passou a ser questão de “polícia”, no sentido de regular por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição.

É quando surge o que Foucault classifica como uma das grandes novidades nas técnicas de poder do século XVIII¹⁷³, “a população, como problema econômico e político”. Os governos passam a perceber que não tem que lidar apenas com sujeitos, nem mesmo com o “povo”, porém com uma população, com seus fenômenos específicos e suas variantes próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência de doenças, formas de alimentação e de habitat.

Todas essas variáveis situam-se no ponto de interseção entre os movimentos próprios à vida e os efeitos particulares das instituições. No centro deste problema econômico estaria o sexo. Daí a necessidade de analisar taxas de natalidade. Idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecundas e estéreis, a incidência das práticas contraceptivas, dos famosos “segredos funestos” que os demógrafos sabem já serem conhecidos no campo. É a primeira vez na História, “que uma sociedade afirma que seu futuro e sua fortuna estão ligados não somente ao número e a virtude dos cidadãos, não apenas às regras de casamentos e à organização familiar, mas à maneira como cada qual usa o seu sexo¹⁷⁴”.

¹⁷³ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Op. Cit., p. 29.

¹⁷⁴ *Ibid.*, 29.

Através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo. E surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico. “Aparecem também as campanhas sistemáticas que, à margem dos meios tradicionais (exortações morais e religiosas e medidas fiscais) tentam fazer do comportamento sexual dos casais uma conduta econômica e política deliberada”¹⁷⁵.

O Estado passa a tomar conhecimento, segundo Foucault, do sexo dos cidadãos, do uso que dele fazem e espera que cada um seja capaz de controlar a sua prática. O sexo situa-se, a partir desta época, entre o Estado e o indivíduo, tornando então objeto de disputa pública. (...) Toda uma teia de discursos de saberes, de análise e de injunções o investiram.

Foi nesse período, dentro dessa teia de discursos apontada por Foucault que surgiu a preocupação com o corpo, a sexualidade, a “função” da mulher moderna. Aos poucos foram sendo desenvolvidos no Ocidente uma série de dispositivos para dar sustentação à naturalidade da maternidade feminina.

No século XIX, desdobram-se as quatro grandes estratégias apontadas por Foucault: a histerização da mulher, sexualização da criança, especificação dos perversos, regulação das populações, passando todas por uma família que necessita ser encarada, não como poder de interdição e sim como fator capital de sexualização¹⁷⁶.

O dispositivo de *Histerização do corpo da mulher*: representa um tríplice processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado (qualificado e desqualificado) como *corpo integralmente saturado de sexualidade*, pelo qual este corpo foi integrado, sob efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas; pelo qual foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada

¹⁷⁵ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Op. Cit., p. 29.

¹⁷⁶ *Ibid.*, p. 29.

deve assegurar), *com o espaço familiar* (do qual deve ser elemento substancial e funcional) e *com a vida das crianças* (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação) a Mãe, com sua imagem em negativo que é a “mulher nervosa”, constitui a forma mais visível desta histerização”.

Charcot, médico citado na correspondência da condessa e do imperador, foi uma figura central, o mais notável “daqueles a quem as famílias assoberbadas por essa sexualidade que as saturava pediam arbitragem e cuidados¹⁷⁷”. Na verdade, a medicina chamava para junto de si, e de acordo com as regras de um saber específico, uma sexualidade com a qual ela própria incitara as famílias a se preocuparem como tarefa essencial e como perigo.

Várias vezes Charcot falou da dificuldade que as famílias possuíam em entregar-lhes seus doentes sexuais, da maneira como assediavam as casas de saúde onde o “doente” era mantido isolado, mas ele assegurava-lhes que não deviam inquietar-se porque era para torná-los indivíduos sexualmente integráveis no sistema da família que o terapeuta intervinha. Em *Leçons du Mardi*, de 1888, Charcot justificou o isolamento dos “doentes sexuais” da seguinte maneira: “Para bem tratar uma moça histérica não se pode deixá-la com seu pai e sua mãe, é necessário isolá-la numa casa de saúde...Sabeis quanto tempo choram, as moças bem educadas, por suas mães quando estas a deixam?...Tomemos a média; uma meia hora não é muito¹⁷⁸”.

A medicina das perversões e os programas de eugenia foram as duas grandes inovações da segunda metade do século XIX. Inovações, que segundo Foucault¹⁷⁹, se articulavam facilmente. De um lado, a teoria de “degenerescência” explicava de que maneira uma hereditariedade carregada de doenças diversas (orgânicas, funcionais ou

¹⁷⁷ FOUCAULT, Michel *História da sexualidade I: a vontade de saber. Op. Cit.*, p.152.

¹⁷⁸ *Ibid.*, p.152.

¹⁷⁹ *Ibid.*, p. 112.

psíquicas) acabava produzindo um “perverso sexual”. E também, de que modo uma perversão sexual induzia um esgotamento da descendência (filhos raquíticos e gerações futuras estéreis) De outro lado, a psiquiatria, a jurisprudência, a medicina legal, as instâncias de controle social, a vigilância das crianças perigosas, ou em perigo funcionaram muito tempo pelo sistema hereditariedade - perversão, produzindo um poder temível e longínquos efeitos.

Algumas notas sobre a sexualidade feminina no Brasil oitocentista

“Seja bela e cale a boca, aconselha-se às moças casadoiras, para que evitem dizer bobagens ou cometer indiscrições.”¹⁸⁰

Michelle Perrot

“(...)Parece que o noivo nunca tinha visto a noiva decotada e que ficou tão ravi (embevecido) que durante toda a Soirée manifestou essa admiração da maneira a mais expressiva. Feliz mortal! (...)”

Condessa de Barral¹⁸¹

Mary Del Priore afirma que o século XIX abriu-se com um suspiro romântico e fechou-se com o higienismo frio de confessores e médicos¹⁸². Século obcecado pelo sexo. Vigia a nudez, mas olhava pelos buracos da fechadura. Impunha regras ao casal, e justamente por isso liberava os bordéis.

Foi na segunda metade do século XIX que se elaborou um novo código amoroso, com a onipresença do amor romântico nos romances e em outras formas de escrita e leitura (abordaremos especificamente este tema no quarto e quinto capítulos).

O casamento era organizado de maneira rígida e predominava um ativo mercado matrimonial no qual as mulheres tinham que obedecer as vontades da família. Curtos noivados, cerimônias e comportamento conjugal extremamente discretos e o afastamento dos corpos era o esperado pela sociedade da época. Para a mulher, enrubescer era necessário para mostrar o seu nível de pudor. A burguesia emergente, nas grandes capitais, somada aos senhores de terras e entre eles a aristocracia rural, segundo

¹⁸⁰ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Op. Cit., p.10.

¹⁸¹ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890*. Op. Cit., p.169.

¹⁸² DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. Op. Cit., p. 220.

Del Priore¹⁸³ distinguia dois tipos de mulher: a respeitável, feita para o casamento, que não se amava, mas em quem se fazia filhos. E a prostituta, com quem tudo era permitido, principalmente o que era negado às esposas. Nas classes médias, apesar de não haver tantos interesses familiares se buscava um dote, mesmo que modesto.

Na base da pirâmide social não havia estratégias familiares. O concubinato continuava largamente disseminado e a união dos casais era sempre adiada em razão dos custos da cerimônia e dificuldades de moradia. Os adultérios masculinos eram comuns, pois o culto da pureza só acentuava a distância entre o marido e a mulher.

Já a mulher, depois de casada passava a pertencer somente a seu marido. Qualquer interpretação equivocada de condutas reais ou supostas era severamente punida, pois o peso da reputação era importantíssimo. Todo o assunto ligado ao sexo era deixado de lado. O sistema se auto - alimentava. A mãe instruía a filha nesse espírito e depois a entregava a um homem. Para a filha, uma união de interesses era a apoteose de sua boa educação. Centralizava – se o imaginário feminino na questão do pudor e eram prezadas a discrição, delicadeza e amabilidade. O corpo deveria ser protegido por laços, nós e botões e as mulheres conheciam mal o seu próprio corpo, bem como toda a evocação da feminilidade. O pudor obsessivo e a complexidade das roupas acabavam por fixar o olhar masculino nos ombros, no couro das botinas, na fineza dos pés, nos cabelos longos das mulheres.

Dentro do tema dos casamentos por interesse no século XIX, a condessa de Barral é citada¹⁸⁴ em um livro de História sob a alcunha de *Julie dos trópicos*, em alusão ao personagem e protagonista de *Nova Heloísa*, romance de Jean – Jacques Rousseau. O enredo focalizava o casamento típico da época e a heroína sonha desfazer-se do aristocrático senhor, candidato apresentado por seu pai para casar-se com um pobre e jovem professor. Rousseau lembrava que mais importante eram os compromissos sociais. E Julie nunca seria feliz

¹⁸³ DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil. Op. Cit.*, p. 221.

¹⁸⁴ Ver: DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil. Op. Cit.*, p. 220.

fazendo o seu pai infeliz. No final, Julie aceita o marido que lhe é proposto e compreende que é possível viver com alguém, para sempre, sem qualquer sentimento mais forte. O “lugar” do seu professor fica sendo a memória e a lembrança.

Mary Del Priore tenta mostrar que a condessa de Barral foi uma espécie de Julie, só que com final diferente. Prometida a Miguel Calmon du Pin e Almeida, futuro marquês de Abrantes, desde os 12 anos, desafiou o pai para casar-se com o nada pobre e muito menos “senhor de idade avançada” Eugéne de Barral.

Discordando da alcunha dada à condessa pela historiadora, a única semelhança que ela apresenta com a protagonista de Rousseau é o fato de ter sido prometida à alguém em casamento.

Por um trecho da carta do pai da condessa ao candidato a noivo (Miguel Calmon du Pin) pode-se compreender como era feita a negociação. Ele escreve de Paris, em 28 de setembro de 1828, dando notícias da “prometida”, que na época tinha 12 anos de idade:

[...] “Convém, para a demora, acabar a educação e esperar, como está convencionado, aquela a quem ela deve unir-se. Iaiá preenche o fim a que a propus, e é ganhar em conhecimento, em talentos, sem diminuir sua simplicidade, é mulher no corpo, na idade, no siso etc...é menina nos costumes. Sai da sala de tocar, dançar, conversar com senhoras e homens e vai brincar com a ‘poupée’, quando lhe falamos em negócio de casamento, ri ou corre e diz, deixem-me brincar enquanto é tempo disso.”¹⁸⁵

Em fevereiro de 1829, a futura condessa tinha 13 anos e o pai reescrevia a Calmon dizendo-lhe que mostrasse as cartas trocadas para os que duvidassem do casamento: “a fim de que vejam que é negócio antigo, decidido, e não um jogo em que se muda de parceiro, quando a partida não vai a contento do outro¹⁸⁶”.

¹⁸⁵ DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil. Op. Cit.*, p. 165.

¹⁸⁶ *Ibid.*, p. 165.



Retrato da condessa de Barral pintado por Winteerhalter, 1870¹⁸⁷



Retrato da condessa de Barral pintado por Vanacker sobre marfim em bracelete com caixa de ouro¹⁸⁸

Em 1836, já com 20 anos, a condessa escreve ao pai, de Boulogne, na França, contando:

“No inverno passado fui pedida em casamento por um belo rapaz que apaixonou - se por mim; para dizer-te a verdade (pois queres confidências) ele me agradava muito, mas o recusei. Era muito embaraçoso, aceitar na minha posição (afinal, estava noiva), mas me saí corretamente. Ele é francês e tem os mais belos olhos do mundo. Talvez eu tenha feito uma bobagem, mas tanto faz. Ele me garantiu que voltaria, assim que papai chegasse a Boulogne, para pedir novamente minha mão. Veremos. Você não o conhece e eu também não te direi seu nome.”

O pai escreve então ao pretendente Calmon:

[...] “sofri muito e sofro ainda, mas o pai é guarda e conselheiro da filha, deve arredar-lhe os tropeços e não a constranger para o ato de que depende todo o porvir dela. Vários pretendentes se apresentaram e dentre eles o preferido foi o visconde Eugênio de Barral, nome que lhe foi dado por seu padrinho, o príncipe Eugênio e a imperatriz Josefina; ele é sobrinho do marquês de Beauharnais ...tudo fala a seu favor, mas o Sr. Barral não é brasileiro.”¹⁸⁹

¹⁸⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. Op. Cit., p. 383.

¹⁸⁸ PINHO, Wanderley. *Salões e damas do segundo reinado*. Op. Cit.

¹⁸⁹ DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. Op. Cit., p. 166.

Algum tempo demais a condessa escreve: “*je l’aime bien e til est très bom garçon*”¹⁹⁰” e entrou para o pequeno rol das mulheres, de sua época, que fizeram valer a sua vontade. Mas não se pode deixar de destacar que o futuro conde não era exatamente um jovem pobre.

Após o casamento, no século XIX, a noite de núpcias representava uma espécie de prova, um momento rude da iniciação sexual feminina por um marido que só conhecia a relação sexual desprovida de qualquer sentimento. Del Priore¹⁹¹ afirma que a prática da viagem de lua-de-mel servia para poupar a família de um momento constrangedor.

O quarto do casal devia ser um santuário e a cama, o altar onde se celebrava a reprodução. O padre Lopes Gama¹⁹² falou sobre a cama de casal: “uma cama de casados era uma bisarma com tantos ramos entalhados, com tantos calungas, pássaros e anjos que era um pasmar”. Por cima dela, velava um crucifixo.

Os corpos deviam sempre estar cobertos e há registros orais de camisolas e calcinhas com aberturas na altura da vagina. A nudez completa só começa a ser praticada no início do século XX; antes era sempre associada ao sexo no bordel. As relações sexuais deviam ser praticadas no escuro e eram comuns as posições de missionário e da mulher ajoelhada e de costas, recomendada para a procriação. Os homens eram aconselhados por médicos ao uso parcimonioso do esperma, de acordo com a idade. As relações sexuais deviam ser breves, pois acreditava-se que isso ajudava na procriação e passaram a ser quantificadas já no século XIX, na Europa, inspiradas pelos tratados médicos que sugeriam que os homens contassem e anotassem em seus diários o número de vezes em que faziam sexo com suas esposas.

Segundo Jean – Louis Flandrin¹⁹³, a partir do século XIX o vocabulário sexual modifica-se e passa a pertencer ao campo da biologia e da medicina , havendo um duplo

¹⁹⁰ *Eu o amo e ele é um bom moço.*

¹⁹¹ DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil. Op. Cit.*, p. 177.

¹⁹² *Ibid.*, p.177.

¹⁹³ CHAUI, Marilena. *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida. Op. Cit.*, p.28.

deslocamento, da aberração pecaminosa, passou-se para a doença, palavras como ninfomania, erotomania, homossexualismo, masoquismo, sadismo, sadomasoquismo são exemplos da mudança. No caso dos textos literários o número de vocábulos para se referir à sexualidade diminuiu sensivelmente, como se houvesse uma retração da linguagem na invenção sexual e amorosa.

Uma vez casada a mulher deveria ser uma boa dona-de-casa e se esforçar no bom comando dos escravos empregados e na excelente educação dos filhos. Deveria conhecer e praticar todos os pontos de bordado e, entre as elites, cantar e tocar piano. Deveria também ser reservada em seu comportamento evitando expressar os sentimentos. As mulheres de moralidade suspeita precisavam ser evitadas e a fidelidade feminina era a grande virtude exigida.

A sexualidade feminina era considerada perigosa, no século XIX, e não devia ser confundida com sentimentos “honestos”, muito menos com o amor. Para Esquirol¹⁹⁴ “toda a mulher é feita para sentir, e sentir é quase histeria”.

A iniciação a práticas sexuais seguidas do abandono do amante levava à degeneração feminina. Acreditava-se que, uma vez conhecedora de atividades sexuais, as mulheres não podiam deixar de exercê-la. A paixão por outro homem que não o marido também era considerada histeria pelos médicos da época. Os remédios para tal histeria eram os mesmos de há 200 anos atrás: banho frio, exercícios, passeios a pé. Em casos extremos, os tratados médicos recomendavam a ablação do clitóris ou a cauterização da uretra.

Na cultura popular baiana, em 1843, as modinhas¹⁹⁵ ensinavam as mulheres a desconfiar de seus maridos:

Astuciosos

os homens são

¹⁹⁴ DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil. Op. Cit.*, p. 177.

¹⁹⁵ *Ibid.*, p.209.

Enganadores
Por condição
Os homens querem sempre enganar
Nós nos devemos
Acautelar
Juram constância
Até morrer
Mas enganar
É seu prazer
[...]
Quando dependem
São uns cordeiros
Logo se tornam
Lobos matreiros
[...]
Quando da noite
O sol raiar
Então firmeza
Lhes hão de achar
Já nem ao menos vergonha tem:
Quando isto ouvem
Riem-se bem.

Enquanto outras quadrinhas¹⁹⁶ como esta publicada no jornal *República*, de Santa Catarina, em 1892, preveniam sobre os perigos femininos:

¹⁹⁶ DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil. Op. Cit.*, p.180.

Deus criou o homem e ficou satisfeito

Então criou a mulher e sentiu-se remordido na sua santa consciência

E então disse:

A mulher será vaidosa, inconstante e pérfida

Enganará o homem e o homem será infeliz

Então criou o cão.

Breves rumores sobre o adultério feminino entre as mulheres da elite brasileira

“(...) Ora, realmente o Mamédio (Henrique Mamede Lins de Almeida, secretário da Legação do Brasil na Áustria) e aquele outro de Viena ambos amigados com mulheres perdidas, que o Mamédio apresentou a seu chefe como se fora casado etc. etc. serem preferidos sendo imorais e mais modernos na carreira?”¹⁹⁷
Condessa de Barral

Diante da rigidez do período é inevitável o questionamento sobre as resistências: seriam todas as mulheres tão obedientes aos costumes da época?

Talvez não seja necessário afirmar que durante o século XIX as infidelidades descontínuas e transitórias dos homens casados continuavam sem punição e eram tolerados os concubinatos de escravas com seus senhores, bem como o dos padres.

Segundo Del Priore¹⁹⁸ não existem estatísticas sobre o adultério no século XIX, mas é de se supor que as relações extraconjugais fossem comuns, porque perpetuavam - se como sobrevivência de doutrinas morais tradicionais. Para a autora, “fazia-se amor com a esposa quando se queria descendência; o restante do tempo era com a outra”. Evidentemente a fidelidade conjugal era sempre tarefa feminina e a infidelidade masculina representava um mal inevitável que cabia à mulher suportar.

As relações extraconjugais custavam caro para as mulheres de elite. Muitas delas foram mortas vítimas de crimes considerados em defesa da honra e cometidos pelo marido. Já entre as mulheres das classes desfavorecidas era comum a separação.

¹⁹⁷ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890. Op. Cit.*, p. 198.

¹⁹⁸ DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil. Op. Cit.*, p.187.

Del Priore¹⁹⁹ afirma que existem alguns registros de relações extraconjugais femininas:

Um certo memorialista (não citado pela autora) relatou alguns casos de “mulheres de altos personagens”, que eram marcadas por uma certa desenvoltura, não escapou; e ele explica: pois “não se querendo dar nunca por velhas”, tomavam por “afilhados, distintos mancebos provincianos a quem faziam a fortuna. Houve, conta-nos Afonso d’Albuquerque Melo, sinhás famosas por essa espécie de prestígio: o de namorar jovens. E ao médico Pires de Almeida de inventariar as traições: A marquesa de A. com Dr. A; A marquesa de O com seus próprios cocheiros.

O senador João Alfredo Correia de Oliveira comenta sobre a baronesa de Goiana:

[...] estava todo este período – o do casamento – a baronesa com seus ares de passividade e obediência, fez o que quis; e o barão. Com toda a sua autoridade e mando, com o poder que teve de imprimir a sua feição em quantos o cercavam, fez mais do que comprazer aos sentimentos de religião e caridade em que comungava com ela: submeteu-se aos hábitos que o contrariavam.²⁰⁰

Até mesmo alguns jornais falavam no tema:

Tendo chegado ao conhecimento do público que certas senhoras casadas se querem intitular virgens!! Sem o já poderem ser, de que é bem constante nesta corte do Rio de Janeiro [...], mas no caso de quererem ainda parecer ou fingirem que o sejam para certas pessoas, que sejam fáceis de se capacitarem de tais coisas se lhes aplica um novo remédio de cuja aplicação resulta um novo hímen sendo o seu preço, medíocre e o se uso fácilimo, o qual é composto de um emoliente etc.²⁰¹

O imperador também não escapou à regra. Wanderley Pinho também cita as cartas de abril de 1847 e abril de 1858 em que o “bisbilhoteiro” Otaviano (sem sobrenome citado) escreveu a Ourem e a Penedo (?): “Fala-se aqui nos salões em relações íntimas do Imperador

¹⁹⁹ DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil. Op. Cit.*, p. 187.

²⁰⁰ *Ibid.*, p.191.

²⁰¹ *Ibid.*, p.192.

(Pedro II) com a viúva Navarro. Os americanos riem-se. O nosso monarca já fez as pazes com a Mariquinhas Guedes, e continua no devaneio petropolitano²⁰²,”.

Segundo Del Priore, muitas mulheres encontravam maneiras alternativas de driblar a vigilância quando estavam interessadas em outro relacionamento. Outras, quando pegas, eram encaminhadas para conventos para que pudessem “expiar o mau passo”. Comenta um viajante alemão em visita ao Brasil:

*É singular como neste país o amor leva ao crime, geralmente cometido por mulheres. Os homens contentam-se em aferrolhá-las, quando não confiam mais na sua fidelidade. No mais é preciso não encarar a vida no convento no Brasil com a triste noção que dela se faz na Alemanha protestante. Aqui sua utilidade é evidente. Oferecem asilo seguro e decente a uma porção de pobres meninas que, sem isso, perderiam na barafunda de um mundo por demais sedutor [...]. Demais, creio que as mulheres meridionais se adaptam melhor à vida claustral do que no Setentrião. Esta opinião parece paradoxal, embora muita coisa milite em seu favor. A viva e ardente imaginação lhes permite trocar o sentimento de amor terreno pelo de amor celeste, dedicando-lhe toda a ternura de seu coração e todo o ardor de seu sangue. Isso não se pode dar com as mulheres nórdicas, acostumadas a meditar friamente sobre seu estado e a se sentirem desta forma infeliz [...] as meridionais, pelo contrário, entregam-se a doces ilusões da fantasia e acham tolerável uma vida que contradiz no mais alto grau seu temperamento e pendores.*²⁰³

A gravidez causada por uma relação extraconjugal era outro grande problema. Algumas mulheres abortavam sob os conselhos de conhecidas comadres. Tomava-se chá de alfazema adoçado com mel, feijão-preto com sal enquanto se estava de estômago vazio. Se nada funcionasse, muitas delas deixavam os seus filhos na roda dos expostos para serem recolhidos pelas freiras. A Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro recebeu 17 mil crianças entre 1859 e 1908.



Ilustração da roda dos expostos²⁰⁴

²⁰² PINHO, Wanderley. *Salões e damas do segundo reinado*. Op. Cit., p. 109.

²⁰³ DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. Op. Cit., p. 190

²⁰⁴ Disponível na Internet via [www](http://www.contextopolítico.blogspot.com). Url: www.contextopolítico.blogspot.com. Arquivo capturado em novembro de 2008.

Interessante o relato de outro viajante estrangeiro, Schlichthorst, chamando a atenção para outro fato:

*[...] apesar da tolerância dominante em matéria de ligações ilegítimas, desde que o Rio de Janeiro existe, nunca tenha acontecido uma mulher branca dar à luz uma criança de cor. As cariocas têm orgulho dessa tradição que seria prova de alto grau de pundonor feminino, se fosse integralmente verdadeira. Considero-a uma lenda pela seguinte razão: na Casa dos Expostos da cidade, encontram-se muitas crianças de cor, que não vejo como tenham ido parar ali, se não são infelizes rebentos de mulheres brancas com negros, porque os filhos das pretas têm valor real, e mesmo livres, em pouco ou nada incomodam suas mães, sendo demais o amor das africanas aos filhos; maior do que o das brancas. É porém muito compreensível que se sepultem no maior segredo casos de tal ordem, num país onde o marido é senhor absoluto de sua casa, nenhuma lei de polícia ou moral cerceia as suas ações e não se costuma dar pasto às crônicas maliciosas.*²⁰⁵

Como se vê o panorama da sexualidade no Brasil do século XIX não era nada animador. E cada vez mais consegue - se ter uma noção da dificuldade que significava o fato de uma mulher casada como a condessa de Barral, encontrar um espaço de transgressão para expressar afetividade através de uma correspondência íntima com um imperador, igualmente casado e que por ser uma pessoa pública, implicava em burlar uma vigilância maior ainda no vitoriano século XIX.

²⁰⁵ DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil. Op. Cit.*, p. 190.

A condessa de Barral: da idade de ouro da alta burguesia à comuna de Paris

*“Considerando que existem
grandes mansões
Enquanto os senhores nos
deixam sem teto
Nós decidimos: agora nelas
nos instalaremos
Porque em nossos buracos
não temos mais condições de
ficar.
Considerando que os
senhores nos ameaçam
Com fuzis e canhões
Nós decidimos: de agora em
diante
Temeremos mais a miséria
do que a morte.”
Bertold Brecht²⁰⁶*

A condessa de Barral teve uma educação católica e francesa. Morou em Paris quase toda a sua vida, com breves interrupções para viajar e passar temporadas na sua fazenda na Bahia.

Em Paris assistiu, aos 17 anos, a Revolução de 1830, ocasião em que a burguesia financeira depôs Carlos X e conduziu em seu lugar, Luís Felipe D’Orléans ao trono francês, governando de 1830 a 1848. Em 1839 a condessa, já casada com Conde Eugène de Barral foi eleita, pelo Rei Luís Felipe, dama do Paço, conforme já se falou

Durante o governo de Luís Felipe, teve início a chamada idade de ouro da alta burguesia, período em que o capitalismo francês apresentou grande desenvolvimento industrial e financeiro.

Considerado o rei burguês, Luís Felipe promoveu a abolição da censura à imprensa, para demonstrar que consentia com a liberdade social. Na verdade, Luís Felipe, auxiliado pelo seu ministro François Guizot, governou procurando harmonizar o apoio da burguesia liberal e

²⁰⁶ BRECHT, Leopoldo. Os dias de comuna. In: *Revista espaço acadêmico*. Nº 00, Maio de 2000.

a resistência conservadora. Seu principal objetivo era garantir uma ordem social interna que não atrapalhasse a liberdade econômica das classes dominantes.

Para garantir os interesses econômicos da alta burguesia industrial, a França desenvolveu uma política de expansão colonial em direção à África e à Oceania. Enquanto a alta burguesia concentrava riquezas em suas mãos, as classes populares, principalmente os operários, mergulhavam cada vez mais numa situação de miséria social absoluta.

Este período também foi classificado pelos pouquíssimos biógrafos da condessa de Barral como a sua era de ouro. O cavaleiro de Saint – Georges nos conta:

Foi o período mais brilhante da vida da Sra. de Barral, então na plenitude de sua mocidade, elegante, mundana, cortejada, mas, sempre preferindo a companhia dos leões da moda a dos artistas, dos músicos e dos sábios, para os quais o salão da rua d'Anjou (endereço da condessa, então viscondessa e do marido) tornara-se o ponto de encontro habitual. Tomava-se chá todas as tardes na rua d'Anjou. Muitas vezes a dona da casa, retida pelo serviço na corte, regressava tarde. Não importa, esperavam-na. O Sr. de Landresse, apelidado nessa reunião íntima, não sei porque, de coronel, servia o chá, sem esperar os donos da casa. O Sr. Planat de La Faye, antigo ajudante de ordens de Napoleão, contava mil episódios da corte imperial ou de suas longas campanhas. O Sr. Teixeira falava de sua viagem à Ásia Menor, viagem da qual trouxe com seus companheiros tantos tesouros da arte grega, entre os quais (se tenho boa lembrança) a Vênus de Milo, ou então, quando se estava cansado de conversar, Chopin tocava piano ou Lablache cantava alguma parte inédita da ópera de Rossini, que se ia representar nos Italiens. Sobre a mesa estavam sempre preparados lápis, tintas e papel e, conversando ou escutando as últimas composições do mestre polonês ou nova ária do mestre italiano, Franz e Hermann Winterhalter desenhavam o retrato das pessoas presentes e Carelli refazia algumas aquarelas, lembranças dos lugares mais pitorescos de sua incomparável baía de Nápoles.²⁰⁷

De 1830 a 1840, Luís Felipe enfrentou várias rebeliões dos legitimistas (favoráveis à volta dos Bourbons) e dos republicanos, inclusive bonapartistas liderados pelo futuro Napoleão III. Seu governo dominou a insurreição democrática de 5 e 6 de junho de 1832, a tentativa legitimista da duquesa de Berry, na Vendéia em 1832, as insurreições de Lyon e Paris em 1834, a insurreição de Barbes e de Blanqui em 1839 e duas tentativas de Luís Bonaparte,

²⁰⁷ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a suas majestades – 1859-1890. Op. Cit.*, p. 400.

em Estrasburgo em 1836 e Bolonha em 1840. O próprio rei escapou de diversos atentados (Fieschi em 1835). Os vários atentados que sofreu contra sua vida, fizeram com que ele aplicasse medidas severas e restritivas das liberdades.

O fato de o rei ter se enveredado e por tendências conservadoras tornou-o impopular com os crescentes ideais republicanos, liberais e socialistas. Os últimos anos de seu reinado se viram ofuscados pela corrupção política e pela passividade nos assuntos internacionais. Seu frágil pedestal régio era afetado pela sua ilegitimidade e pela não representatividade da massa total da nação francesa. Finalmente, perdeu o apoio tanto dos setores democráticos como dos reacionários.

A industrialização e o crescimento urbano deram novas características ao movimento republicano, e a crise econômica de 1846 precipitou a Revolução de fevereiro de 1848. O rei se viu obrigado a abdicar em favor de seu neto Filipe de Orléans, Conde de Paris e refugiou-se na Inglaterra. Os revolucionários, porém, negaram-se a reconhecer o sucessor e, no mesmo ano, proclamaram a II República da França (1848- 1852). Depois disso, houve eleições presidenciais, e a Constituição passou a estabelecer novos direitos. Exilado em Claremont, Surrey, Reino Unido, Luís Felipe morreu em agosto de 1850.

O cavaleiro de Saint-Georges²⁰⁸ relata a passagem da condessa pelo período:

1848 pôs fim bruscamente a todas as mundaneidades elegantes, como também às reuniões intelectuais da rua d'Anjou. Luís Felipe refugiara-se na Inglaterra, a República fora proclamada, as Tulherias invadidas pela população. Recebiam como governador improvisado um homem cujo nome aristocrático não impedira de bancar o sans-culotte, o conde de P. A princesa de Joinville, que se encontrava na Argélia, deixara, nos aposentos do pavilhão de Flora, seus objetos mais preciosos, como suas mais queridas lembranças. A Sra. de Barral resolveu ir reclamá-los, sem confiar a ninguém seu projeto, apresentou-se um dia corajosamente nas Tulherias, sozinha, sendo recebida pelo Sr. P., que, com a camisa de mangas arregaçadas, vasculhava todos os armários.

- Quem é a Senhora, cidadã, e o que deseja?

²⁰⁸ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a suas majestades – 1859-1890*. Op. Cit., p. 400.

- Antes de tudo, Sr. Conde, eu quero sentar-me, e puxando uma cadeira, sentou-se sem mais cerimônias. – Agora, acrescentou, eu sou a Viscondessa de Barral, dama de honra de Sua Alteza Real a Princesa de Joinville, princesa brasileira. Venho em nome do Imperador, seu augusto irmão, e no seu, reclamar tudo o que lhe pertence.

- E com que direito?

- Com que direito o senhor mesmo se apossa do que pertence a uma princesa estrangeira?

- Com o direito do mais forte. E com estas palavras o Sr. de P. fez menção de querer despedir a visitante.

Vendo que nada conseguiria, pediu ela que pelo menos a deixasse revr o pavilhão de Flora, onde passara com sua princesa dias tão felizes.

- Posso conceder-lhe, foi lhe respondido, mas, sobretudo, não tente levar nada.

A Sra. de Barral não o fez dizer duas vezes e subiu quase correndo aos aposentos da princesa. Qual não foi a sua dor e tristeza ao ver todos os móveis vasculhados e gavetas reviradas, os retratos reais com furos de baioneta espalhados pelo assoalho, vestidos, jóias, papéis. No meio do quarto um sapatinho de criança. Com os olhos cheios de lágrimas a Sra. de Barral abaixou-se para pegá-lo e voltando-se para o Sr. de P. que a seguira: - O Sr. me permite ao menos levar esta lembrança?

- Como resposta, o Sr. de P. foi fechar à chave as duas portas do aposento onde se encontrava e dirigindo-se à visitante, um pouco desconcertada e trêmula: A Sra. é uma orgulhosa comadre, diz-lhe ele, mas tem coragem. Bem, leve tudo o que quiser, mas que ninguém o saiba.

Desde esse momento, a Sra. de Barral voltou todos os dias às Tulherias com seu marido e levaram muitos objetos de valor, pelo preço e sobretudo pela lembrança. Uma vez levaram mesmo a ousadia ao ponto de retirar o retrato do Príncipe de Joinville e carregara-no a pé, debaixo do braço, até a rua d'Anjou, tendo o cuidado de encostar-se aos muros, a pintura voltada para o lado das casas e um lenço espetado sobre o rosto do príncipe para que o retrato não fosse reconhecido. Alguns dias depois reuniram-se à família d'Orléans na Inglaterra.

Em 1870, na Batalha de Sedan, deu-se a derrota final do exército francês, com o aprisionamento de Napoleão III, que comandava as tropas. O conflito iniciou depois dos sucessos de Bismarck, quando a França de Napoleão III ficou seriamente preocupada com o

crescente poderio alemão-prussiano, que abalava a liderança até então desenvolvida pelos franceses no continente europeu. Bismarck estava mesmo interessado em provocar uma guerra contra a França, pois assim estimularia o nacionalismo germânico dos Estados do Sul, que ainda não estavam unidos politicamente sob a influência prussiana.

A gota d'água que fez eclodir a guerra entre a França e Prússia foi a sucessão ao trono espanhol. A Prússia apresentou como candidato ao trono, o príncipe Leopoldo de Hohenzollern Sigmaringen, parente do rei prussiano Guilherme I. Napoleão III, sentindo-se pressionado pelo expansionismo prussiano, exigiu de Guilherme I a retirada da candidatura de Hohenzollern. Através de um telegrama maliciosamente divulgado por Bismarck, Guilherme I negou-se a atender às exigências de Napoleão III, utilizando palavras insultuosas ao imperador francês. Foi o suficiente para que Napoleão III declarasse guerra à Prússia, em 19 de Julho de 1870.

Com a derrota da França na Batalha de Sedan, em 1870, as forças políticas que se opunham a Napoleão III uniram-se para proclamar a terceira república francesa, formando um governo de defesa nacional. Entretanto, a mobilização das forças desse governo não conseguiu deter o avanço do exército prussiano, que dominou Paris em janeiro de 1871.

Em consequência da guerra, a França perdeu a região da Alsácia-Lorena, rica em minérios, e ainda foi obrigada a pagar uma pesada indenização de 5 bilhões de francos aos vencedores (Tratado de Frankfurt – 10 de maio de 1871). No embalo do momento de euforia nacional germânica, Bismarck promoveu a anexação final dos Estados alemães do sul²⁰⁹.

Mais uma vez é o Cavaleiro de Saint – Georges²¹⁰ que nos conta o cotidiano da Condessa de Barral, já viúva e com 53 anos, entre as mudanças políticas da França, no final do século XIX:

²⁰⁹ Ver: COTRIM, Gilberto. *História e consciência do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1995, p.320.

²¹⁰ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a suas majestades – 1859-1890. Op. Cit.*, p. 419 - 420.

Dominique, o filho da condessa, terminara o terceiro ano e antecipado um pouco as férias, partira em viagem à Escócia com sua mãe, quando se soube repentinamente das famosas conversações d'Ems entre o rei da Prússia e o Sr. Benedetti, às quais uma publicação recente deu nesses dias uma nova repercussão. Pouco depois arrebentava a guerra e foi em Obam que os viajantes receberam um despacho da princesa de Joinville anunciando-lhes a catástrofe de Sedan, a queda do império e a proclamação da república. Em sua cega confiança, confiança que, ai de nós! Partilhávamos quase todos em França, não contavam um só instante com a possibilidade do triunfo da Alemanha e muito menos a invasão de Paris. Haviam partido sem tomar qualquer precaução e se acharam assim em país estrangeiro, separados de qualquer comunicação com Paris, privados de seus rendimentos e numa situação que foi mesmo em certo momento bastante precária. Dominique suplicava a sua mãe deixá-lo voltar à França para apresentar-se ao serviço militar; mas a Sra. de Barral respondeu-lhe, com razão, que ele não tinha bastante saúde para resistir às fadigas da campanha e conquanto lhe custasse ter de opor-se a desejo mais generoso que razoável, a ele opôs um veto absoluto. Mãe e filho instalaram-se na cidade de Twickenham perto de Londres, a uma centena de metros de Mount-Lebanon-House, onde então residia a princesa de Joinville.

[...] Sobreveio o armistício: a Sra. de Barral, repito, tinha em Paris todos os seus documentos, todos os seus valores e todas as suas jóias. Ela quis saber o destino de tudo isso e resolveu voltar para Paris. Conseguindo, não sei como, um salvo – conduto e acompanhada de um diplomata brasileiro – João Artur de Sousa Correia – cuja mãe ficara retida em Paris durante o cerco, ela partiu. Tudo correu bem até Amiens; mas aí não mais havia trem de passageiro! Não se deixava que se dirigissem para Paris senão os trens de abastecimento. Havia justamente um na estação, carregado de bois, prestes a sair. Nossa intrépida viajante dirige-se ao maquinista, interessa-o em seu empreendimento e o decide a escondê-la, ela e seu companheiro, sob uma lona no vagão de lenha na locomotiva. O trem parte e ei-los a caminho de Paris. Em Saint Denis, porém, nova parada. A linha está ainda cortada; é preciso ganhar a cidade a pé. Escoltados por um chofer que leva suas malas, ela e o Sr. de S. C. põem-se bravamente em marcha e atingem a estação do Norte, seguindo a via férrea, em plena noite. Aí se separam e a Sra. de Barral vai repousar num pequeno hotel dos arredores, não tendo mais força para chegar a pé a seu apartamento. – Os carros, é claro, haviam se tornado coisa inincostrável e além do mais as ruas ainda não estavam de novo iluminadas, por falta de gás. – Indicam-lhe um quarto e ao instalá-lo o rapaz do hotel lhe diz, com certo orgulho, que ela vai ocupar o aposento onde Tropmann lavou as mãos após seus crimes. Por mais brava que fosse a Sra. de Barral confessou-nos no dia seguinte que esta confidência a impedira de fechar os olhos durante toda a noite.

No dia seguinte, com efeito, fomos chamados, meu irmão e eu, por ela e lembrar-me-ei sempre com reconhecimento do presunto que ela pusera

em sua mala para nós e do qual nos fez presente. Para esfomeados, que não conheciam, há meses, senão carne de cavalo e o horrível pão do cerco, era um regalo sem preço. Julguem se ele foi apreciado!

Antes de voltar à sua casa a Sra. de Barral já fizera uma visita da qual nada nos falou nesse dia, mas que soubemos depois. Fora levar para o Sr. Bocher duas cartas que estavam costuradas no forro de sua saia. Uma era do duque d'Aumale, a outra do príncipe de Joinville. Anunciavam ao Sr. Bocher a intenção dos príncipes de se candidatarem nas eleições que se iriam realizar para a Assembléia de Bourdeaux, um no Olse e outro no Haute – Marne, e indicavam-lhe as providências a tomar para esse efeito. Poucos dias depois a Sra. de Barral estava de volta a Twickenham e jogava sobre o leito de seu filho uma sacola atulhada de papéis e um rolo exclamando: Eis tua fortuna e eis o retrato de teu pai...e agora eu vou dormir.

Alcançada a unificação dos Estados alemães, Guilherme I foi proclamado imperador da Alemanha – kaiser - em janeiro de 1871. A Alemanha acelerou seu desenvolvimento industrial, tornando-se uma das mais poderosas potências econômicas européias. O crescimento da produção industrial alemã impôs a necessidade de ampliar seus mercados consumidores, levando a Alemanha a disputar regiões coloniais dominadas pela França.

Após a rendição francesa às tropas germânicas, estabeleceu-se na França um governo de caráter conservador, comandado por Thiers.

Submetidos à fome, à miséria e à humilhação, milhares de proletários, liderados por grupos da Internacional Socialista rebelaram-se e assumiram o controle de Paris, constituindo um governo popular. Thiers e os membros de seu governo fugiram para Versalhes, em 28 de março de 1871, a fim de reunir um exército para combater a insurreição proletário – socialista, que ficou conhecida como a Comuna de Paris.



Il Quarto Stato, quadro de Giuseppe Pellizza da Volpedo, 1901²¹¹

²¹¹ Disponível na Internet via [www. Url: www.pellizza.it/quarto.htm](http://www.pellizza.it/quarto.htm). Arquivo capturado em novembro de 2008.

Em abril de 1871, os líderes da Comuna divulgaram um manifesto contendo suas propostas políticas. O documento falava da criação de um Estado dos trabalhadores que seria formado por comunidades livres e autônomas. Esse estado se empenharia na implantação de um amplo conjunto de medidas sociais, tendo como objetivo melhorar as condições de vida dos trabalhadores em termos de alimentação, moradia, relações de trabalho e educação.

Mas o sonho da Comuna de Paris durou pouco. Em maio de 1871, o exército do governo de Thiers atacou violentamente a Comuna, sendo responsável pela sangrenta matança dos participantes da insurreição proletária. Mais de vinte mil pessoas foram mortas, enquanto outras tantas foram presas ou expulsas do país.

A Comuna de Paris foi considerada a primeira conquista do poder político pela classe operária e a primeira tentativa de criação de uma democracia socialista.

O Cavaleiro de Saint – Georges²¹² conta que voltando de uma viagem com a princesa Izabel e o conde D’Eu, seu marido, a condessa foi dormir em sua casa de Paris onde hospedou os príncipes. Foi alertada por amigos sobre a exaltação dos ânimos entre a população, e que a permanência em Paris ainda não era bem segura, especialmente para os príncipes.

Assim ele narra o episódio:

No dia seguinte, às 8 horas da manhã, um landau de aluguel estava à porta. A princesa – que ainda não conhecia Paris - tomou lugar com sua dama de honra, seu camarista e a Sra. de Barral. Dominique subiu na boléia como lacaios ou escudeiros. Percorreu-se os Campos Elíseos, dando uma olhada no Arco do Triunfo e na Avenida du Bois, atravessou-se a praça da Concórdia, seguiu-se pela rua de Rivoli, parando sucessivamente diante das Tulherias, do Palais Royal, do Louvre, do Hotel de Ville. Na praça havia muitos guardas nacionais e um movimento anormal de Dominique perguntou se era preciso voltar; hesitou – se; mas resolveu – se ir ainda ver a Conciergerie, a Sainte-Chapelle e Notre-Dame. Não se entrou senão nessa basílica e depois de curta oração decidiu-se voltar à casa. Passava do meio dia e desde muito o Conde d’Eu ia e vinha diante da porta onde estacionava um segundo landau. Apenas avistou os turistas, correu em sua direção e lhes disse que era preciso partir imediatamente para Versalhes.

²¹² DE BARRAL, Condessa. *Cartas a suas majestades – 1859-1890. Op. Cit.*, p. 419-420.

Com efeito, mal a Princesa saíra o Marquês de Beauvoir viera informar ao Príncipe que Paris estava em plena insurreição, que durante a noite os generais Clément Thomas e Lecomte tinham sido fuzilados pelos insurretos, que a tropa pactuara com estes últimos e lhes entregara os canhões de Montmartre, que já os federados eram senhores de todas as estações, em resumo que era preciso partir em carruagem sem perder um instante.

Assim foi dito, assim foi feito, o Conde d'Eu tomou o lugar da Sra. de Barral, os empregador se empilharam no segundo landau e partiu-se para Versalhes. No caminho, um dos cavalos da carruagem dos Príncipes, atrelados desde a manhã, caiu exausto; mas se estava fora de Paris. O acidente não teve assim qualquer consequência desagradável.

Quanto à Sra. de Barral, não houve o que lhe fizesse partir: Por minha fé não, respondeu ela, conheço as revoluções. Estive muito tempo ausente; não me mexo mais

Quinze dias depois, numa quinta – feira, o estudante prolongava o sono da manhã, aproveitando seu dia de folga; a Sra. de Barral dava não sei que ordens na sua antecâmara, quando subitamente tocaram à porta. A condessa mesma abre, um homem de sobrecasaca preta, com uma echarpe vermelha na cintura e seguido de meia dúzia de federados com a baioneta nos canos dos fuzis, irrompeu na sala:

- Cidadã Barral? Pergunta.

- Sou eu, Senhor.

- A Senhora está acusada de esconder aqui um surdo e seu irmão.

- Um surdo e seu irmão! Não compreendo.

- Compreende muito bem, a Senhora esconde aqui o Príncipe de Joinvillle e o Duque d'Aumale.

A Sra. de Barral protesta; mas vãmente.

- Vamos ver, retruca o homem da echarpe e exhibe uma ordem da Comuna de Paris ordenando – lhe fazer na casa da cidadã Barral uma visita domiciliar e busca das mais minuciosas.

- Procurem, senhores.

Imediatamente o membro da Comuna (pois era um deles que, por sinal, foi mais tarde fuzilado) seguido dos seis acólitos sempre armados e com o dedo no gatilho dos fuzis carregados, começa suas pesquisas abrindo todos os armários, remexendo todas as gavetas, olhando até debaixo das camas. A Sra. de Barral os deixa agir e os segue de quarto em quarto, calma, divertida mesmo. Chega – se enfim defronte do quarto de Dominique.

- Senhores, disse-lhes ela, neste quarto há uma criança que dorme, poderia assustar-se vendo entrar em seu quarto homens armados. Permitam-me preveni-lo e acordá-lo.

- Não, não! Responde o delegado; abre, entra e os seis homens se precipitam atrás dele, rodeiam o leito do jovem colegial que acorda com o barulho e se senta esfregando os olhos.

- Nada temas, meu filho! Diz a mãe ansiosa, tomam-te pelo Príncipe de Joinville.

- Eu! O Príncipe de Joinville! Responde o adolescente, ainda sonolento, tem graça. E desanda numa gostosa gargalhada.

- Os Senhores não se envergonham! Disse a mãe, de vir assim perturbar o repouso de uma velha senhora e de uma criança?

O delegado ficou meio encabulado; mas retomou logo seu aprumo:

- Os pássaros deixaram a gaiola, exclamou; mas não reentrarão sem serem presos. E para que não se possa preveni-los do que se passa, ninguém sairá desta casa até nova ordem. Eu vou colocar uma sentinela na porta, e se alguém tenta se evadir, ela terá o direito de atirar.

E o cidadão delegado virou os calcanhares levando um certo número de cartas que eram efetivamente de vários dos Príncipes de Orléans; mas não continham outra coisa que cumprimentos de amizade.

Desta vez, nossa respeitável amiga começou a inquietar-se. Falava-se já de pessoas retidas em Mazas como reféns e da incorporação forçada na Guarda Nacional, de todos os homens válidos qualquer que fosse sua idade. Dominique tinha dezesseis anos e as relações da Condessa com o Príncipes, que o delegado falava em fuzilar no pátio se os tivesse encontrando, seriam conhecidas de acordo com a correspondência apreendida. Que fazer?

Refletia ainda, quando um jovem primo brasileiro chegou para almoçar. – Deixava – se entrar quem quisesse, vê – se; mas não se deixava ninguém sair. Tinha - se, em uma palavra, montado o que os policiais chamam de ratoeira. – O visitante era um oficial brasileiro que, depois de cinco anos de campanha no Paraguai, viera recuperar sua saúde na Europa. Chegara a Paris pouco antes do cerco e, em vez de regressar, fora oferecer sua espada ao governador da praça. Aceito imediatamente, foi incorporado na Guarda Nacional o que lhes valeu boas relações com os futuros federados.

Nada tema, disse a sua parenta, eu me encarrego de fazê-la sair. Enchendo um saco com velhos jornais, espiou o momento em que a sentinela virava as costas para fingir sair pela porta da entrada de carros com aparente mistério e voluntário descuido. – Não se passe! Grita a sentinela, voltando – se com o barulho. – Sem responder, M. C... (Manuel Carneiro da Rocha) finge esconder o saco e apressa o passo. A sentinela faz outro tanto, M. C...se joga em um ônibus que passa. A sentinela grita ao condutor para parar; mas o condutor, que não era aparentemente a favor da Comuna e ao qual M. C. escorregava uma peça de cinco francos na mão, fez sinal de andar.

O federado sacou seu revólver e fez fogo sobre o ônibus mas, felizmente sem atingir ninguém.

Durante esse tempo, a Sra. de Barral e seu filho olhavam por uma janela do rés do chão o que ia se passar. Assim que viram o fugitivo e seu seguidor virar a esquina da Avenida Percier, saíram em traje de passeio, sem a menor valise e atravessando o Boulevard Haussmann dirigiram-se, com andar calmo e tranqüilo que não atraiu a atenção de ninguém, para a legação do Brasil. Muniram-se aí de um passaporte com nome falso e se dirigiram à estação de Saint Lazare onde puderam tomar o último trem que os federados deixaram sair para Versalhes.

Por seu lado, M. C. tinha retomado seu uniforme de guarda nacional, apresentara-se na praça Vendôme, aí obtivera um salvo – conduto, fazendo – se passar por um dos membros da Comuna, pudera, graças ao seu uniforme e um papel oficial qualquer, entrar no apartamento de sua parenta, reunira em sua valise alguns pertences, jóias, mesmo alguma prataria, depois se dirigira pela estação do Norte, para Saint – Denis. Aos membros da Comuna mostrou seu salvo – conduto, em caminho se desembaraçou de seu uniforme, aos prussianos exibiu um passaporte constando sua qualidade de oficial brasileiro, em Saint – Denis fretou um pequeno carro e às 10 horas da noite estava em Versalhes reunido àqueles aos quais assegurara a fuga e talvez salvara a vida com risco da própria”.

É interessante destacar que não existem cartas da condessa relatando os acontecimentos do período.

CAPÍTULO III

CARTAS COMO PRÁTICA DE SI: A ALMA, O CORPO E OS DIAS

“O autor de si próprio é o ser humano autêntico, aquele que faz da sua vida uma obra que exige permanentemente cumprimento”.

Michel Foucault²¹³

“Você então não examina essas coisas? Onde anda seu espírito justiceiro?”

Condessa de Barral²¹⁴

Dentre os inúmeros olhares possíveis à correspondência entre a condessa de Barral e D. Pedro II, um dos escolhidos foi a sua relação com a estética da existência conforme a concepção de Foucault.

Em sua estética da existência, Foucault se empenha em propor uma ética intelectual, a do desprendimento de si próprio como forma de auto-reconstrução incessante, uma arte de viver²¹⁵.

Seguindo uma linha que, dos estóicos, remonta às práticas socráticas da *epimeleia heauton*, do cuidado de si, Foucault sugere uma vida de autoria de si mesmo que é, ao mesmo tempo, uma forma de resistência às tecnologias modernas de produção da subjetividade do indivíduo e uma arte da conduta centrada na coincidência daquilo que diz: procura não só do dizer verdadeiro (na tradição metafísica), mas do ser verdadeiro enquanto sujeito de um saber e de um poder sobre si mesmo. O autor de si próprio é o ser humano autêntico, aquele que faz da sua vida uma obra que exige permanentemente cumprimento.

²¹³ FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Portugal: Passagens, 1992, p.34

²¹⁴ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890. Op. Cit.*, p. 198.

²¹⁵ FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Op. Cit., p. 34.

A escrita de si surge aqui, na relação com a correspondência de D. Pedro II e a condessa de Barral, como o escrever de dois indivíduos-autores que se oferecem ao olhar do outro como um exercício de autenticidade de quem prescreve a sua vida e encontra um modo de estar consigo e com o outro.

Para Foucault não se pode adquirir nenhuma técnica, aptidão profissional ou mesmo aprendizado na arte de viver sem a prática de exercícios²¹⁶. Este adestramento de si por si mesmo, a *askesis*, representa um dos princípios tradicionais considerados importantes desde a Antiguidade. Entre todas as formas que tomou este adestramento como as abstinências, as memorizações, o silêncio e escuta do outro, a escrita para si e para o outro só começou a ter relevância tardiamente.

Nos *Diálogos*, de Epícteto a escrita surge associada à meditação, mas Foucault²¹⁷ também percebe que ela pode estar associada ao exercício de pensamento de duas maneiras: *primeiro*, de uma forma linear, ela iria do trabalho de pensamento para o trabalho pela escrita e para o trabalho em realidade. *Segundo*, de forma circular, a meditação precederia as notas, as quais permitem a releitura que, por sua vez, relançariam a meditação. Mas de qualquer maneira, Foucault²¹⁸ defende a idéia de que: “a escrita constitui uma etapa essencial no processo para o qual tende toda a *askesis*: elaboração dos discursos recebidos e reconhecidos como verdadeiros em princípios racionais de ação. Como elemento do treino de si, a escrita tem uma função *etopoiética*: é um operador da transformação da verdade em *ethos*.” Esta escrita *etopoiética* estabeleceu-se no exterior de duas formas utilizadas com outros fins: os *hypomnemata* e a correspondência.

²¹⁶ FOUCAULT, Michel. *O que é um autor? Op. Cit.*, p. 132.

²¹⁷ *Ibid.*, p.133.

²¹⁸ *Ibid.*, p.134.

Os hypomnemata

“Recebi sua carta de New York com o mais vivo prazer. lhe agradeço a fineza de me ter escrito seu diário de bordo (...).”

*Condessa de Barral*²¹⁹

Os *hypomnemata*²²⁰ podiam ser livros de contabilidade, cadernos pessoais que serviam de agenda. Usados como livro de vida e guia de conduta, continham citações, fragmentos de obras, exemplos e ações de que se tinha sido testemunha ou cujo relato se tinha lido, reflexões ou debates que se tinha ouvido ou que tivessem vindo à memória. Serviam à releitura e à meditação interior formando uma matéria prima para a redação de tratados mais sistemáticos, nos quais eram fornecidos argumentos e meios para lutar contra os defeitos pessoais (cólera, inveja, tagarelice, bajulação) ou para ultrapassar alguma circunstância difícil (um luto, um exílio, a ruína, a desgraça).

Para Foucault, por mais pessoais que sejam, os *hipomnemata* não devem ser entendidos como diários íntimos ou relatos de experiências espirituais encontrados na literatura cristã, porque não constituem uma narrativa de si mesmo e não tem por objetivo trazer à luz as *arcana conscientiae*, oral ou escrita, possui valor de purificação²²¹. O movimento que visa efetuar é inverso deste: “trata-se não de perseguir o indizível, não de revelar o que está oculto, mas pelo contrário, de captar o já dito; reunir aquilo que se pôde ouvir ou ler, e isto com uma finalidade que não é nada menos que a constituição de si.”

Dentro dos *hypomnemata* e da correspondência, Foucault chama a atenção para a *parrhesía*, uma espécie de atitude ética e procedimento técnico no discurso do mestre, também, pode ser relacionada à forma como é construído o discurso do imperador para a condessa e vice e versa.

²¹⁹ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890. Op. Cit.*, p. 135.

²²⁰ FOUCAULT, Michel. *O que é um autor? Op. Cit.* p.135.

²²¹ *Ibid.*, p.137.

O termo *parrhesía* segundo Foucault ²²² se refere à:

“qualidade moral (não estamos nos referindo a nenhuma outra moral que não a contida no discurso das cartas. E a entendemos aqui com um compromisso com a verdade pessoal), à atitude moral, ao êthos, se quisermos, e de outro, ao procedimento técnico, à têkhne, que são necessários, indispensáveis para transmitir o discurso verdadeiro a quem dele precisa para a constituição de si mesmo como sujeito de soberania sobre si mesmo e sujeito de veridicção de si para si. A parrhesía é etimologicamente o tudo dizer. O que está em questão na parrhesía é a franqueza, a liberdade, a abertura, que fazem com que se diga o que se tem a dizer, de maneira como se tem vontade de dizer, quando se tem vontade de dizer e segundo a forma que se crê ser necessário dizer.”

E esta noção de *parrhesía* (libertas, franco-falar) teria dois adversários: o moral, que seria a lisonja, e o técnico, que seria a retórica. Estes adversários da *parrhesía* também estariam fortemente relacionados ao contexto social da vida privada do imperador e da condessa e teriam papel fundamental no fortalecimento e manutenção da correspondência entre os dois.

É indiscutível deixar de perceber o franco-falar no conteúdo do discurso dos dois, apesar das condições sociais adversas em que se encontravam: ela uma mulher casada, e de situação social inferior a dele e ele um homem casado, que além de estar numa situação social superior a sua, era o imperador de seu país. Como já destacamos, esta situação despertou diversas especulações e comentários condizentes com várias linhas teóricas e com a moral de não menos diversas épocas.

Acusada de lisonja para obter favores do imperador e poderes para interferir na política do país (abordaremos separadamente esta questão), de uma mestra na área da retórica para obter o que deseja, o que se percebe no discurso de suas cartas é a enorme abertura que tanto um quanto o outro possuíam para dizer o que tinham vontade de dizer, da maneira que

²²² FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.450

queriam. De assuntos referentes a dinheiro, a educação e saúde dos filhos, passando por discussões culturais, políticas, relatos de vivências pessoais que incluíam grandes alegrias até grandes sofrimentos, o discurso presente na correspondência dos dois transcende as análises encontradas e possui a *parrhesía* como principal componente.

Defende-se aqui a *parrhesía* como principal componente da correspondência entre os dois e os adversários da mesma (*parrhesía*) a retórica e a lisonja como componentes vistos principalmente na condessa de Barral por discursos externos (jornais e alguns autores) à correspondência. Seriam componentes das interpretações da correspondência.

O franco- falar que compõem a correspondência possui as mais diversas facetas. Na carta do dia 13 de outubro de 1880²²³, a condessa de Barral desnuda um pouco da tristeza que sente ao perceber a separação do único filho Dominique, que após concluir os estudos aguarda determinação de terceiros para se dirigir ao novo local de trabalho, o que inclui uma mudança de cidade e até mesmo de país. Na iminência de ficar sozinha aos sessenta e três anos ela escreve:

“Ando tão triste, que nem me conheço mais. Está decidido que meu filho não vai ficar em Roma, já o disse ao Encarregado de negócios e vai pedir 3 meses de licença prevenindo que é com o firme propósito de não voltar para Roma. (...) Mas tudo isso não se faz sem um grande déchirement (dilaceração) para meu coração e grande pesar de ver assim dizer dar ponta - pés no seu futuro tão bem encaminhado. Mas o que posso eu mais fazer. (...) Em todos os casos serei separada de meu filho porque ele nem pode ficar em Roma, nem quer ir a Paris o que eu compreendo. Irá pois para La Grande Garenne, mas eu sou agora muito velha para Diana caçadora e lá faz muito frio para mim.”

Em outros momentos, o franco-falar assume a faceta da ansiedade e do temor. Temor e ansiedade do imperador de que a condessa perca a sua autenticidade e distancie-se dele pelo

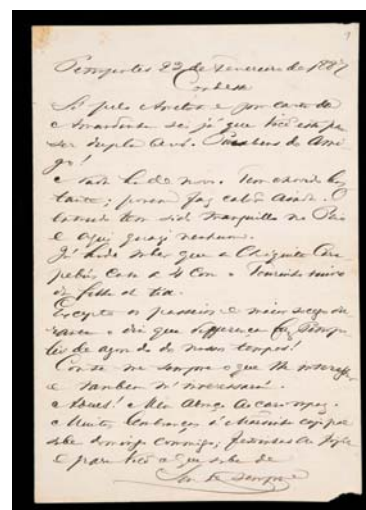
²²³ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890. Op. Cit.*, p.159.

idioma ou pelo não reconhecimento de sua amizade. Em carta de 10 de Março de 1866²²⁴, ele escreve:

“Ainda não posso dizer-lhe que sou avô; mas espero a cada hora. (...) Muito sinto que não me chegasse às mãos tudo que me mandou de curioso para ler. Porque é que m’escreveu em francês? Espero que não se vá estrangeirando e esqueça a língua do lugar onde nasceu. Não há publicações curiosas d’aqui para lhe mandar em troca, e as novidades são, para dizer a verdade, nenhuma. Já terá reconhecido que sou exato na minha correspondência, jamais pagando amizade com indiferença. Também não recebi a sua remessa literária, o que muito me agonia ainda. Adeus! Muitas e muitas lembranças ao Conde, lembranças a Mr. Koch²²⁵ a quem entregará o incluso e abraçe por mim o Dominique (filho da condessa) cujos estudos lhe peço que m’informe. Seu amigo, D. P. 2º”

Em outro momento, é perceptível a franqueza e a abertura da condessa de Barral no sentido de questionar o procedimento técnico que o imperador utiliza na educação de seus netos. A carta dela não está presente na correspondência, mas pela resposta do imperador percebe-se que ela lhe disse o que tinha vontade de dizer, sem reservas ou receio de despertar uma reação negativa do imperador.

Pela carta resposta dele pode-se perceber que o seu empenho na educação dos netos era o mesmo que o da educação das princesas, conforme já se abordou. O planejamento e a execução da educação das meninas, feitos pessoalmente por ele, e provavelmente inspirados na sua própria educação, já havia despertado reações em sua irmã Francisca e agora inquietavam a sua filha Isabel e a condessa.



Carta de D. Pedro II à condessa de Barral²²⁶

²²⁴ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada*. Op. Cit., p. 69.

²²⁵ Fernando Koch, lingüista alemão, de origem israelita e professor de sânscrito e hebraico de D. Pedro II.

²²⁶ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890*. Op. Cit.

É ela agora quem tenta trazer para a correspondência o questionamento da ação do imperador como um operador de transformação da verdade, não aceita conforme a sua resposta:

“Condessa
(...) Muito me afligem as nervosidades de Isabel; mas fique **tranqüila como eu, que não foi o estudo causa d’isto. Meus netos passeiam três vezes ao dia, e fazem todos os exercícios. Você parece às vezes exagerar certos sentimentos confiando pouco na direção alheia. O estudo nunca foi aqui excessivo, e a variedade é também descanso. Examine como se estuda por lá e diga-me depois se não tenho razão. É muito tarde já, e adeus com este abraço bem apertado! Mais uma palavra – Porque diz – me. Você Tudo lhe contarei, mas por ora fique isso só entre nós? Você sabe que não é preciso recomendar-me segredo a respeito do que você confia ao amigo. Adeus e tudo quanto Você desejar ao amigo! Seu e sempre seu D. P.**” ²²⁷

O exercício de autenticidade constante presente na correspondência atinge picos altos e desconcertantes para intrusos leitores da intimidade alheia como nós. E revelam, sem o mínimo pudor, que o modo encontrado pela condessa de Barral, de estar consigo e com o outro, é absolutamente incomum às mulheres da aristocracia do século XIX, educadas para não demonstrar seus sentimentos. A longa permanência do imperador na troca de correspondência indica a aceitação dessa franqueza e da forma com que a condessa expressa a sua franqueza.

Em carta de 18 de março de 1882²²⁸, a condessa dá vazão à sua indignação às críticas feitas pelo imperador referente à suas idéias sobre religião:

“Bom jantar, e boa gente. Recebi Sua carta acabada a 19 de fevereiro com seu repalão sobre minhas idéias religiosas que V. acha agora exageradas. Pois não sabe que até o Diabo depois de velho se fez frade? Antes exagerar no bem do que no mal – chupe! E se quiser Seu perdão peça perdão que talvez obtenha. Dia triste em que não estou para graças.” (...)

²²⁷ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada*. Op. Cit., p. 69.

²²⁸ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890*. Op. Cit.

A franqueza era aceita pelos dois, é o que indica a dinâmica da correspondência. No dia 21 do mesmo mês o ânimo da condessa de Barral²²⁹ já era outro. Diante da solidão e do aniversário de morte do pai e do marido, predominava a tristeza:

“Fui à missa por ser este ainda um outro tristíssimo aniversário para mim. Lá vão 14 anos que eu sou viúva e ontem fizeram 27 anos que perdi meu querido pai! Mande um telegrama a Dominique!...”

A prática de si a que Foucault se refere implicaria a leitura²³⁰, pois não é possível tudo tirar do fundo de si próprio nem armar-se por si só com os princípios de razão indispensáveis à conduta: guia ou exemplo, o auxílio dos outros é necessário. A escrita, como maneira de recolher a leitura feita e de nos recolhermos sobre ela, é um exercício de razão que se opõe ao grave defeito da *stultitia* (agitação do espírito, instabilidade da atenção, mudança das opiniões e das vontades e desvio do espírito para o futuro em busca de novidades) que a leitura infundável se arrisca a favorecer.

A escrita dos *hypomnemata*²³¹ é também uma prática regrada e voluntária de disparidade sem preocupação com a unidade doutrinal de uma escola. Seria como um:

exercício pessoal praticado por si e para si e uma arte da verdade contrastiva, ou uma maneira refletida de combinar a autoridade tradicional da coisa já dita com a singularidade das circunstâncias que determinam o seu uso. O contraste não excluiria a unificação. Mas esta não se realizaria na arte de compor um conjunto. A unidade deve estabelecer-se no próprio escritor, como resultado dos hypomnemata, da sua constituição (no próprio ato de escrever), da sua consulta (e das leituras e releituras). Aderindo aos pensamentos de outros e aprendendo a fazer os nossos próprios. O “corpo” que a escrita constituiria, transformaria a coisa vista ou ouvida em forças de sangue. Ela transforma-se no próprio escritor, num princípio de ação racional.

²²⁹ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890. Op. Cit.*, p. 197.

²³⁰ FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito. Op. Cit.*, p. 138.

²³¹ _____ *O que é um autor? Op. Cit.*, p. 140.

Oferecer-se ao olhar do outro

*“Nous vous prions de ne faire
tico-tico avec vos ongles.
Coupez-les très courts.”²³²
Condessa de Barral*

Esses cadernos de notas podem servir de matéria prima para textos que se enviam aos outros e o texto destinado ao outro também dá lugar ao exercício pessoal. Além da correspondência com a condessa de Barral, D. Pedro II mantinha uma correspondência ativa com diversas outras pessoas, inclusive a atriz Adelaide Ristori²³³, considerada a mais famosa atriz dramática da Itália e única rival de Sarah Bernhardt na cena européia na segunda metade do século XIX.

Mas nada se compara a que mantinha com a condessa de Barral. A correspondência com Ristori parece apoiar-se na paixão do imperador pelo teatro e na admiração pelo talento da atriz. Ela, por sua vez, também possuía grande admiração pelo imperador, mas sua maneira de se dirigir a ele era mais formal, muito polida e de acordo com as regras sociais do século XIX. Não transcendiam em absolutamente nada ao que se esperava de um relacionamento social da época.

D. Pedro II foi, sem dúvida, um adepto apaixonado dos *hypomnemata*. Anotava palestras que assistia, desenhava, fotografava e escrevia sobre as suas impressões de viagens²³⁴. Muitas dessas anotações eram transcritas para a condessa de Barral em suas cartas.

Da condessa pouco se sabe. Através de sua correspondência percebeu-se que possuía cadernos de contabilidade, onde calculava os seus gastos junto do filho Dominique, às vezes anotava os cardápios dos jantares que oferecia e uma vez apenas elaborou um roteiro de

²³² “Pedimos-lhe não fazer tico-tico com as unhas. Cortai-as bem curtas.” Ver: DE Barral, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890. Op. Cit.*, p. 118.

²³³ Ver: VANUCCI, Alessandra (Org.) Uma amizade revelada: correspondência entre o imperador D. Pedro II e Adelaide Ristori, a maior atriz de seu tempo. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2004.

²³⁴ Ver: PEDRO II, Imperador do Brasil, 1825-1891. *Viagens pelo Brasil: Bahia, Sergipe e Alagoas – 1859*. Rio de Janeiro: Bom Texto: Letras & Expressões, 2003.

viagem pela Europa especialmente para o imperador, quando este fez a sua primeira viagem. O seu mais famoso registro refere-se ao livro que escreveu sobre a História do Brasil para as princesas Izabel e Leopoldina, quando era preceptora e sentiu falta de material adequado para as suas aulas. Infelizmente nada se sabe sobre o paradeiro do livro e não se encontrou nenhum comentário na correspondência sobre o mesmo.

Para Foucault, a dupla função da carta, que enviada atua, em virtude do próprio gesto da escrita, sobre aquele que a envia, assim como atua, pela leitura e a releitura, sobre aquele que a recebe, em muito se assemelha aos *hipomnemata*.

A Consolatio

*“Aceite hoje minhas tristes
saudades meu senhor em
lembrança de sua querida
filha, que eu amei tanto, e
que me chamava seu
Bosomfriend!”*²³⁵
*Condessa de Barral*²³⁶

A carta é como uma exposição mútua através do ato de escrever, onde é possível fazer aparecer o seu próprio rosto perto do outro, como aponta Foucault²³⁷, e de se oferecer ao seu olhar através do que lhe é dito sobre si mesmo. É também uma narrativa de si e narrativa da relação consigo mesmo. Nela é possível destacar, segundo Foucault, dois elementos estratégicos: as interferências da alma e do corpo (as impressões mais do que as ações) e as atividades do lazer (mais do que os acontecimentos exteriores) e o corpo e os dias.

A carta que é enviada para auxiliar o seu correspondente – aconselhá-lo, exortá-lo, admoestá-lo, consolá-lo – constituiria uma maneira de se treinar: tal como os soldados se exercitam no manejo das armas em tempo de paz, também os conselhos que são dados aos outros na medida da urgência da sua situação constituiriam uma maneira de se preparar a si próprio para eventualidade semelhante.

O texto pertencente ao gênero da “consolação” ofereceria ao correspondente, segundo Foucault²³⁸, as armas “lógicas” com as quais lutar contra o desgosto. Desempenha o papel de princípio reativador tanto para quem a escreve como para quem ela é enviada: reativação de todas as razões que permitem ultrapassar o luto e persuadir - se que a morte não é uma desgraça (nem a alheia nem a própria). A *consolatio* que deve auxiliar e corrigir um, é, ao mesmo tempo, uma *praemeditatio* útil para o outro. A escrita que ajuda o destinatário, arma o escritor e eventualmente os terceiros que a leiam.

²³⁵ Amiga do peito.

²³⁶ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890. Op. Cit.*, p. 117.

²³⁷ FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*. São Paulo: 1983, p.156

²³⁸ _____ *O que é um autor? Op. Cit.*, p.147.

A *consolatio* se manifesta pela primeira vez na correspondência do imperador e da condessa, em 23 de abril de 1868²³⁹, por ocasião da morte do conde de Barral, marido da condessa e através da escrita do imperador:

“Condessa

Há certos desgostos que só o tempo pode minorar; contudo é dever do amigo dizer que os partilha. Ainda me custa a acreditar que não existe o bom do Conde, a quem tanto prezei, e, pedindo a Deus que dê forças à Condessa para continuar sua doce tarefa de educação de seu filho, a quem ainda mais estimo, se é possível, depois da perda que sofreu, não posso deixar de exprimir-lhe quanto desejaria que sua volta e a de seu filho à terra de seu nascimento, e onde tenho fé que um belo futuro espera a seu filho pudesse trazer-lhe o conforto na sua dor. Escuso manifestar-lhe o prazer que a todos causaria essa sua resolução” (...)

Em maio do mesmo ano uma nova carta²⁴⁰ do imperador sugere que ele pretende transcender a *consolatio* no sentido de oferecer as armas lógicas para que ela lute contra o desgosto. Ele tenta agora oferecer argumentos que lhe parecem lógicos e que tenham o poder de operar uma mudança em sua vida e na do filho Dominique. Ao mesmo tempo percebe-se que o seu desejo em operar uma mudança radical na vida da condessa a traga para perto de si.

“Condessa

Não sei como lhe agradeça a regularidade com que tem escrito a quem, aliás, tanto a estima e estimava o Conde, no meio do desgosto que lhe causou a morte d’ele. Contudo creio que me relevará o dar-lhe conselhos sobre o feiticeiro de seu filho, que naturalmente ainda mais prezo depois da perda de seu pai.

Dominique nasceu no Brasil, sua mãe e a família d’esta é brasileira, portanto chegando ele à maioridade, não declarará que prefere ser francês, o que aliás poderia fazer mesmo achando-se aqui. Tem talento, sua família é justa e geralmente estimada no Brasil; as carreiras têm menos concorrentes aqui; as qualidades de Dominique o tornarão decerto sempre digno de proteção que não lhe será negada, logo onde convirá mais que ele conclua sua educação? Aqui responderei eu, e no

²³⁹ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada*. Op. Cit., 134.

²⁴⁰ *Ibid.*, p. 135.

*Colégio de Pedro 2º- veja o que diz Agassiz²⁴¹ desse estabelecimento – a terá completa e inteiramente brasileira até entrar em qualquer das casas superiores. Que faria eu, pois, no caso da condessa? Voltaria ao Brasil no fim do curso de 1869 estaria Dominique preparado para entrar no Colégio de Pedro 2º no ano que o adiantamento de seus estudos permitisse. Julgo que poderia entrar para o 4º e só teria que cursar este; se a Condessa quisesse que ele fosse bacharel, que antes poderia ele estar habilitado para qualquer dos cursos superiores, parecendo-me o de engenharia mais útil ao Brasil e mais brilhante para quem preferisse a tudo o valor do próprio nascimento, e o de direito próprio para a política e a diplomacia. Não lhe escrevi mais cedo tão desenvolvidamente sobre este assunto porque também eu sentia vivamente a morte do excelente Conde, desejando que a franqueza de verdadeiro amigo com que lhe escrevo seja um consolo a seu sofrimento. (...) Creio que é uma carta sofrível; mas, se tivesse tempo, mais conversaria. Adeus!
Seu afeiçoado
D. P.”*

²⁴¹ Jean Louis Rodolphe Agassiz, naturalista e geólogo suíço, radicado nos Estados Unidos e professor da Universidade de Harvard. É colaborador do livro “Viagem ao Brasil” (1865-1866) juntamente com sua mulher Elizabeth Cabot Cary.

Princípio reativador

*“É lendo o que se escreve que
se ouve o que se diz.”²⁴²
Michel Foucault*

Após a carta de maio de 1868, Magalhães Junior nos conta que se seguem oito anos de silêncio epistolar. O Almanaque de Laemmert²⁴³ registra a presença da condessa de Barral no Brasil e, com certeza o convite do imperador teve influência nesta visita da Condessa de Barral. Diz o Barão de Loreto²⁴⁴ que após a morte do conde, a condessa dera instruções ao seu procurador para que fossem considerados livres todos os filhos nascidos de suas escravas. Antecipara-se, assim, de quatro anos à decretação da lei do ventre livre, de 28 de setembro de 1871. Infelizmente não se encontrou nenhum comentário da condessa ou do imperador sobre o episódio.

Sabe-se que, apesar da sugestão do imperador, a condessa de Barral não escolheu o Brasil para morar depois da morte do conde. Continuou em Paris e enfrentou os tumultos provocados por Napoleão III. Dentre o silêncio epistolar de oito anos há uma carta dirigida aos imperadores em que oferece notícias detalhadas de sua vida e parte, outra vez em busca da *consolatio*.

Magalhães Junior nos conta que após a rendição de Napoleão III, em Sedan, a 2 de setembro de 1870, o seu império entrou em decadência²⁴⁵. Quando o colocaram em liberdade, refugiou-se em Chislehurst, na Inglaterra, com a esposa. E os nobres, assustados com o rumo dos acontecimentos, trataram de atravessar o canal da Mancha, o mais depressa que puderam. A condessa de Barral, conforme comentado anteriormente, não foi exceção. Instalou-se na

²⁴² FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*. Op. Cit., p. 145.

²⁴³ Almanaque Laemmert- nome pelo qual ficou conhecido o *Almanaque administrativo, mercantil e industrial da corte e província do Rio de Janeiro*, editado pelos irmãos Laemmert. Nascido como uma folhinha literária em 1839, não demorou a cobrir notícias de todo o Império, e em 1875 contava com 1700 páginas.

²⁴⁴ Ver: BARÃO DE LORETO. *Notícia Biográfica sobre a Condessa de Barral e Pedra Branca*. Rio de Janeiro: Tip G. Leuzinger e filhos, 1891.

²⁴⁵ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada*. Op. Cit., p. 142.

Inglaterra, mas em 1871, quando os alemães ainda ocupavam a França, decidiu voltar. Ela mesma, em carta de fevereiro de 1871, conta o episódio que confere com o relato do Cavaleiro de Saint-Georges, comentado no capítulo anterior²⁴⁶:

“Para o imperador e a imperatriz

Sim, sou eu mesma, e escrevendo a V.V.M.M. de Paris, onde vim logo que isso me foi possível, por que sabe que hoje infelizmente sou ainda mais pai do que mãe de meu filho, e que não devia ‘negliger’ a menor ocasião de saber de nossos negócios. Vim, pois, de Londres no Domingo 5 deste mês às 8 h. da noite com o Sr. Correia ‘adido’ da Legação do Brasil e figurando sobre o seu passaporte de encarregado de despacho. Viagem de mar de 10 hs. – Dieppe ocupado pelos prussianos. Houve séria dificuldade em fazer compreender ao general Pietterskopv que era coisa diplomática. Ele dizia – ‘che n’entend rien a la politiké allez parler au machor’ Muller²⁴⁷. Este deu licença e nós partimos por um trem militar prussiano, com todo o material prussiano, Wagons de 3ª classe, e assim chegamos a Rouen, às 8 hs. da noite. No dia 7 seguimos para Amiens, lá tendo saído do carro para almoçar tomaram nossos lugares, e para seguir viagem entramos num wagon de bois e fizemos boas 2 horas de viagem sobre a palha. Em Grille pudemos comover lê ‘chauffer’ de outro trem de bois que nos tomou com ele no ‘fourgon du frein de la locomotive’²⁴⁸ e depois de mil paradas e dificuldades a La Chapelle St. Denis’, dentro das fortificações de Paris. Foi grande, muito grande a emoção. Eram 2 horas da madrugada, chuva à gamelas²⁴⁹ e lama digna de catolé de Sto. Amaro²⁵⁰. – Foi mister gramar a pé até Paris onde chegamos às 3. Dormimos num hotel porque não se podia achar quem carregasse bagagens e Paris estava no escuro. – Que tristeza! Que miséria! Que miséria! No dia 8 disse ali adeus ao Sr. Correia cada um tomou sua direção e eu fui antes de vir à minha casa entregar todas as cartas de que vinha encarregada. Era o famoso dia das eleições. – Tudo se passou sem barulho, mas creio que o partido democrático ‘rouge l’emportera’²⁵¹. Nem posso contar tudo quanto tenho feito! Parece incrível. Hoje estamos a 11 do mês e a lista ainda é tremenda. Achei aqui três correios do Brasil de julho e agosto que tanto cuidado me deram. Estou pois agora retrospectivamente em dia com os meus amigos e sei o que se passou em minha casa. Deus louvado, as bombas não vieram deste lado do Sena e os estragos mesmo na margem esquerda são comparativamente pequenos. Rombos no Pantheon, Inválidos, Sto. Súplice, Collège Henri IV e Biblioteca de Sta. Genoveva.

²⁴⁶ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890. Op. Cit.*, p. 71-72.

²⁴⁷ ...eu não entendo de política. Ide falar com o Major Muller. A condessa escreve em mau francês reproduzindo a péssima pronúncia do general Pietriskin que comandava o grupo militar da fronteira.

²⁴⁸ ...furgão de freios da locomotiva. Refere-se ao vagonete coberto, dos trens antigos que transportavam víveres e bagagens.

²⁴⁹ Expressão regional para indicar chuvas torrenciais.

²⁵⁰ Refere-se à estrada de Santo Amaro da Purificação na Bahia.

²⁵¹ ...o partido vermelho vencerá.

Lá fui ver o respeitável Mr. Ferdinand Denis que passou essa crise cruel no seu posto de honra perto dos tesouros da ciência com que ele se tinha posto na adega da Biblioteca e com bombeiros para apagar o incêndio caso lá se declarasse. Excelente digno homem. Quando outros se afligiam por interesses mesquinhos esse caráter tem a meus olhos muita grandeza – defender e querer morrer com seus manuscritos preciosos – c’est antique!”²⁵² (...)

Percebe-se nesta carta o princípio reativador de quem a escreve. Enquanto narra as atribulações vividas, a condessa reativa todas as razões que lhe permitem ultrapassar as intempéries e prosseguir com o que ela entende por dignidade. Ao mesmo tempo ela oferece aos imperadores as suas armas particulares para lutar contra eventuais e futuros contratempos, e oferece um olhar de si mesma reativado, onde os valores que mais preza são evidenciados como a coragem, o destemor, a fidelidade aos amigos, os deveres maternos, o amor à arte e a ciência e a admiração por quem tem coragem de defender e até morrer por seus manuscritos preciosos. É esse o sujeito que ela reconstrói permanentemente na correspondência.

No mesmo ano de 1871 adoece e morre subitamente, de febre tifóide, a princesa Leopoldina, em Viena onde morava com o marido e os quatro filhos. Filha do imperador e sua aluna por diversos anos, a condessa de Barral participou intensamente da infância e adolescência de Leopoldina e sua irmã Isabel. A sua convivência com as duas prolongou-se, inclusive depois do casamento das princesas e no nascimento de seus filhos.

Em carta de 12 de fevereiro de 1871²⁵³ a condessa de Barral faz a sua primeira *consolatio* extensiva a imperatriz:

“Acabo de receber a notícia fatal e com o coração partido da mais pungente dor me atiro nos braços da Imperatriz e aos pés de V.M.I. para chorar com ambos Nossa querida Filha pois só se eu perdesse meu filho poderia sentir maior pesar”. Nem peço desculpa, tudo é pouco para exprimir o que sinto dentro do coração! E eu que Lhes dei a notícia das melhores! Verdade é que o telegrama recebido a 3 dizia que ela tinha piorado no dia 1º mas que a 2 ia melhor! – Oh custa muito curvar a

²⁵² É antigo.

²⁵³ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890. Op. Cit.*, p.72.

cabeça diante de decreto que parece tão injusto. Uma menina e Mãe de 4 filhinhos²⁵⁴! É horrível – A notícia caiu sobre mim como um raio e da maneira a mais cruel! Mando o documento a VV.MM. que ainda terão dó de Sua própria criada que banhada em lágrimas Lhes beija a mão. C de Barral”

Em seguida a condessa escreve exclusivamente à imperatriz²⁵⁵ e oferece a transcrição de uma carta da princesa Clementina, sogra de Leopoldina, endereçada à Francisca, irmã do imperador, no seu próprio papel de carta, para que ela também se manifeste sobre a morte de Leopoldina e reforce a *consolatio*:

“Minha Imperatriz

De Paris escrevi a V.M.I. dando o primeiro gemido pela horrível notícia que recebi lá, e agora renovo o doloroso sacrifício de Londres onde cheguei a 15 deste mês. (fevereiro de 1871)

Como talvez ninguém dê a V.M.I. os detalhes que para mim, como Mãe foram facadas, mas ao mesmo tempo fonte de uma sorte de alívio pelas lágrimas que me fizeram derramar, aí lhe copio a carta que a Princesa Clementina (Clementina Carolina de Bourbon e Orléans, filha do Rei da França, Luís Felipe e sogra de Leopoldina) escreveu à Princesa de Joinville (D. Francisca, a mana Chica de D. Pedro II)”

A partir daqui segue-se a carta da princesa Clementina²⁵⁶:

“Que a vontade de Deus seja feita, minha boa Chica; mas o golpe é duro e nós estamos muito infelizes. O estado do meu pobre Gousty²⁵⁷ me corta o coração, soluça cada instante, não come, nem dorme, e é uma terrível mudança! Ela o amava tanto! E eram tão perfeitamente felizes juntos! Ver tanta felicidade destruída aos 25 anos é horrível²⁵⁸! E estas pobres crianças! – Eu te escrevi sábado, o dia de domingo e o de Segunda-feira.- foram calmos e tranqüilos. Ela não abria os olhos: mas ouvia o que se gritava ao ouvido, e certamente reconheceu a voz de Sua Irmã pois disse algumas palavras em Português. Segunda-feira à noite os médicos acharam uma melhora sensível, e nós recobramos a esperança. A noite foi calma: mas pela manhã, de terça-feira o peito foi tomado e às 10 horas os médicos declararam que não havia mais esperança, e

²⁵⁴ Os príncipes Pedro Augusto, Augusto Leopoldo, José Fernando e Luís Gastão.

²⁵⁵ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890. Op. Cit.*, p. 73.

²⁵⁶ Transcreveu-se a tradução feita por Magalhães Júnior, já que a carta original foi escrita em francês.

²⁵⁷ Era assim chamado, na intimidade, o príncipe Luís Augusto Maria Eudes de Saxe.

²⁵⁸ D. Luís Augusto Maria Eudes tinha 25 anos e Leopoldina, 23 anos.

entretanto eu ainda dela cuidei nesse longo dia passado junto de seu leito, vendo-a tão calma e tão pouco mudada: mas pelas 4 horas a respiração cessou, sem que se visse a menor contração na sua fisionomia. Ela estava mesmo bela nesse momento, e tinha uma expressão angélica. Agora está deitada num caixão vestida com uma roupa de seda branca, uma coroa branca e seu véu de casamento na cabeça. Está toda cercada de flores frescas, de coroas enviadas por todas as Princesas. Ela não mudou, faz bem olhá-la. Amanhã haverá cerimônia religiosa em casa e ela partirá para Coburgo onde nós todos a acompanharemos, inclusive Gastão e Isabel que são muito bons. Essa última está desolada.

Anunciam-me o Imperador, abraço-te reza por nós, temos disso muita necessidade.

Toda tua

Clementina

Sim, rezemos, rezemos muito.”

Continua a escrever a condessa de Barral:

“(...) Adeus minha Senhora, queira ler ao Imperador esta carta e pelo pensamento, permitir que aos pés de ambos chore a humilde e dedicadíssima criada.

Condessa de Barral”

Para Foucault, a escrita de si atenuaria os perigos da solidão, oferecendo aquilo que se fez ou se pensou a um olhar possível²⁵⁹. O texto que é destinado ao outro também permite o exercício pessoal. É lendo o que se escreve que se ouve o que se diz. A carta que se envia age, por meio do próprio gesto da escrita, sobre aquele que a envia, assim como, pela leitura e releitura, ela age sobre aquele que a recebe. Trata-se de constituir um *logos bioèthikos*, um equipamento de discursos auxiliares, capazes de levantar eles mesmos a voz e de fazer calar as paixões como um dono que, com uma palavra, acalma o rosnar dos cães. Trata-se não de buscar o indizível, não de revelar o oculto, não de dizer o não-dito, mas de captar, pelo contrário, o já dito: reunir o que se pôde ouvir ou ler, e isso com uma finalidade que nada mais é que a constituição de si apontada por Foucault.

²⁵⁹ FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos. Op. Cit.*, p.145.

Escreve a condessa, agora com a finalidade de expressar a alegria:

“Eu fiquei tão contente que meu filho Dominique, entre todas as classes de Paris e Versalhes, tirou o quarto lugar em grego, que nem sei como pude descer a escada do colégio²⁶⁰. Meu pensamento foi de Montmartre ao Brasil e V. havia de sentir passar o fluido pelo seu coração.”

Ele responde: *“Ah! Se senti! Você sabe que bem lhes quero!”*

E ela novamente: *Ah! se sei!*

Em outra ocasião a condessa registra os preparativos da sua viagem à Itália, nada de oculto a declarar, só compartilhar o trivial:

*“11h1/2 (...) Malas prontas. Cartas escritas. Bon soir.
(...) Já lhe dei conta da viagem e vou me deitar dando-lhe o bonjour porque é 1 hora menos 1/4.”*

Ele comenta: *“Quanto tempo rolará o mundo assim para dois amigos tão íntimos?”*

Em outros momentos encontra-se a expressão de indignação da condessa causada pela leitura de alguma matéria do Jornal O Corsário e a Gazeta da Tarde²⁶¹ que atacavam D. Pedro II e algumas pessoas que o cercavam. Na sua tentativa de acalmar o rosar dos cães e fazer calar as paixões negativas, aqui causadas pelos jornalistas, há sempre um lugar reservado para a reafirmação do carinho que tem pelo imperador e a reativação do



Jornal O Corsário²⁶²

sujeito/condessa. A impressão que se tem é de que sua peculiar ética, o franco-falar, é levado com muita seriedade no relacionamento/correspondência com o imperador, não importando, inclusive se ele discorda dela²⁶³:

²⁶⁰ GOTLIB, Nádia Batella. Correspondências: a condessa de Barral e o imperador D. Pedro II. In: GALVÃO, W. N. & GOTLIB, N. B. *Prezado senhor, Prezada senhora. Op. Cit.*, p. 227-240.

²⁶¹ Jornais republicanos. A Gazeta da Tarde, onde [José do] Patrocínio se distinguiu, era o órgão mais prestigioso do Abolicionismo. Os diretores do Jornal O Corsário, Julio de Vasconcelos e Manoel Teodoro Pimentel foram deportados para a Europa oito anos antes da proclamação da República.

²⁶² Disponível na Internet via www.observatoriodaimprensa.pt. Arquivo capturado em novembro de 2008

²⁶³ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890. Op. Cit.*, p. 209.

“Maio de 1882 – Já tardava que minha vez não chegasse, pois que liberdade da imprensa de nossa terra não respeita a ninguém. Apesar de não querer me afligir com semelhantes coisas devo-lhe confessar que sinto certa curiosidade em saber o papel que vão me fazer representar num nojento pasquim da ponta do Catete e o que virá depois desta frase= amanhã é o dia da Condessa! Quando dancei eu com V.M. na minha vida? Quem será o bicho peçonhento que escreve esses folhetins? Até agora eu tive invejosos, mas não pensava ter inimigos, o que mais sinto é a pena que V.M. naturalmente deve sentir vendo desrespeitar sua velha amiga! Mas quem se pode livrar de uma destas?

É um triste e amargo fruto de uma amizade de 20 anos e de uma lealdade a toda prova nem lhe quero mais falar nisso porque ninguém melhor de que V.M. me defenderá contra essas abomináveis calúnias – Os homens lançam ao desprezo calúnias, mas as mulheres não podem ter essa coragem principalmente quando são velhas e que coisas dessa natureza vêm ferir o pundonor de um filho!

(...) Quanto aos escandalosos feuilletons – Isso só se deveria levar a chicote, e se um dia não se punir severamente libelista não sei onde irá parar a realeza e a Sociedade brasileira (...)

Adeus meu Senhor, mas digam lá o que quiserem nunca alterarão os sentimentos de amizade e de dedicação que há tantos anos lhe consagra a Condessa de Barral”

Já o Imperador tenta acalmar as conseqüências “interiores” do “rosnar dos cães” do povo à medida em que conta as novidades da Revolta do Vintém²⁶⁴ para a Condessa e dá voz às suas reflexões²⁶⁵:

“1º de Janeiro de 1880 – Meia noite. Receba tudo o que também neste Novo Ano será de Você. Ainda! Boas Noites.

O dia foi de desordens e infelizmente durante quase 40 anos que não foi preciso empregar a força como tal contra o povo. Muito me aflige isso; mas que remédio. A lei deve ser respeitada. Creio que houve prudência da parte das autoridades. Receio que ainda dure a agitação por alguns dias (...)

2 – O dia foi melhor porque não houve mortes. Os diários lhe referirão tudo. Pelas horas a (sic) que principiaram as desordens vê-se que elas são feitas por gente jornaleira. Outros impostos (que) se criaram entram-lhe mais na bolsa; mas como não vêm quando os pagam não se incomodam. Talvez se deva, mesmo porque não seja preciso para equilibrar o orçamento, revogar o imposto de trânsito nos bonds; mas pelos meios legais. Há trabalhadores que pela facilidade de locomoção

²⁶⁴ A criação de um imposto de um vintém sobre os preços da passagem de bonde gerou um movimento popular conhecido como Revolta do Vintém.

²⁶⁵ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada*. Op. Cit., p. 303.

em bonds moram mais barato longe do centro da cidade, e se por comerem em casa que é mais barato pagarem pelo menos 4 passagens ainda vão 80 hrs., que em 26 dias úteis do mês importam em 2\$080 que fazem falta a um pobre. Por estas razões creio que as desordens não têm carácter político por ora. Eu necessariamente hei de ter andado à baila. Difícil é a posição de um monarca nesta época de transição. Muito poucas nações estão preparadas para o sistema de governo para que se caminha, e eu decerto poderia ser melhor e mais feliz presidente da república do que imperador constitucional. Não me iludo; porém não deixarei de cumprir como até aqui com meus deveres de monarca constitucional”.

A correspondência não deve ser encarada como um prolongamento da prática dos *hypomnemata*. Foucault²⁶⁶ a classifica como algo mais que um adestramento de si próprio pela escrita, por intermédio dos conselhos e opiniões que se dão ao outro: ela se constitui também de uma certa maneira que cada um tem de se manifestar a si próprio e aos outros. Ela tem o poder de fazer o escritor “presente” àquele a quem a se dirige. E o escritor não está presente apenas pelas informações que lhe dá acerca da sua vida, das suas atividades, dos seus sucessos e fracassos, das suas venturas e infortúnios, estaria presente de “uma espécie de presença imediata e quase física. A carta proporciona um tipo de face- a - face e uma reciprocidade que não se restringe ao simples conselho ou ajuda; é ela a do olhar e do exame.

A carta, continua Foucault, na sua qualidade de exercício, labora no sentido da subjetivação do discurso verdadeiro, da sua assimilação e da sua elaboração como “bem próprio”, constitui também ao mesmo tempo uma objetivação da alma. Por meio dela abre-se ao olhar dos outros e instala-se o correspondente no lugar do deus interior. O trabalho que a carta opera sobre o destinatário e escritor implica uma “introspecção” no sentido de uma decifração de si por si, mas principalmente como uma abertura de si mesmo que se dá ao outro.

²⁶⁶ FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Op. Cit., p. 149-150.

Há alguns pontos estratégicos, colocados por Foucault²⁶⁷, que com o correr do tempo vão tornar-se os objetos privilegiados do que se poderia chamar a escrita da relação de si: *as interferências da alma e do corpo* (mais as impressões que as ações) e os *lazer*es (mais do que acontecimentos externos); o corpo e os dias.

- a) As notícias da saúde, que fazem tradicionalmente parte da correspondência e ao poucos adquirem a dimensão de uma descrição detalhada das sensações corpóreas, das impressões de mal-estar, das diversas perturbações que se experimentou. Outras vezes se trata de relembrar os efeitos do corpo sobre a alma. A ação exercida pela alma em retorno, ou a cura do corpo pelos cuidados prestados à alma.
- b) A carta é também uma maneira de se apresentar ao correspondente no decorrer da sua vida cotidiana. Relatar o seu dia e não por causa da importância dos acontecimentos, mas justamente na medida em que eles nada têm para deixar de ser igual a todos os outros, atestando assim, a qualidade de um modo de ser. É como “viver sob o olhar de outrem sem nada ter a esconder”. Quando a carta faz a narrativa de um dia vulgar, nela evoca o muito útil hábito de “passar em revista o seu dia”, é o exame de consciência aos moldes dos pitagóricos, epicuristas e estóicos. Um exercício mental de memorização com o objetivo de se constituir como inspetor de si mesmo e avaliar as faltas comuns e reativar as regras de comportamento que é preciso ter sempre no espírito. Todo o conjunto de sutis informações sobre o corpo, a saúde, as sensações físicas, o regime e os sentimentos mostram a extrema acuidade de uma atenção vivamente concentrada em si próprio.

²⁶⁷ FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Op. Cit., p. 153-159.

O corpo

“(...) Pelo amor de Deus não coma tanto nem tão depressa senão essas indigestões podem nos ser fatais. E agora mortes repentinas estão à moda! (...)”²⁶⁸
Condessa de Barral

As notícias sobre a saúde de cada um e de outros são objetos privilegiados tanto nas cartas do imperador quanto nas da condessa.

Escreve o imperador²⁶⁹ sobre o seu mal-estar, enaltecendo os cuidados:

(...) “A saúde é boa apesar d’uma tosse manhosa que irei curando com pastilhas de Napé.” (..).

Em outros momentos²⁷⁰ é a saúde da condessa que lhe desperta preocupações:

(...)“Como estará de suas dores de cabeça? Espero que o pacote francês tenha trazido boas notícias”. (...) (...)“Muito triste fiquei com a notícia de sua moléstia. Trate bem de sua saúde que fazendo-o não pensa somente em si. (...)

(...) “Como vai dos seus incômodos? E o frio? Aqui tenho - o de 87° Fahrenheit e contudo goso de excelente saúde.”²⁷¹(...)

Em todas as situações ela parece sempre representar um treinamento de solidariedade e o cuidado de um bem muito precioso. Continua o imperador²⁷²:

(...) “Estimo que estejam todos bons como nós aqui. A minha defluxeira que atacou também os dentes só me aflige por não me permitir escrever-lhe mais.” (...)

(...) “Tomara que esta carta já a encontre livre dos incômodos do Conde que também muito me penalizaram.” (...)

²⁶⁸ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890. Op. Cit.*, p. 183.

²⁶⁹ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada. Op. Cit.*, p. 53.

²⁷⁰ *Ibid.*, p.51.

²⁷¹ *Ibid.*, p.68.

²⁷² *Ibid.*, p.85.

(...) *“Meu genro está quase bom d’uma forte constipação que teve; as outras saúdes são boas.”* (...)

(...) *“Estimo que sua viagem continue sempre com felicidade, e que as águas de Vichy aproveitassem aos doentes, ou, antes, aos sãos agora, como desejo.”* (...) ²⁷³

(...) *“Muito atarefado tenho andado e por isso serei curto. A doença do bom Koch muito tem me afligido; mas espero que o próximo vapor me traga notícias do seu completo restabelecimento. A gota do Conde continua teimosa, mas terá ele todo o cuidado com semelhante moléstia? Lembre-se dos que o estimam se não se lembrar de sua saúde.”* (...) ²⁷⁴

Em 1855 começava a se alastrar pela cidade do Rio de Janeiro a epidemia do cólera-morbo, tornando-se catastrófica dois meses depois e permanecendo até 1867.

Ao fazer um esboço das epidemias que atingiram o Rio de Janeiro no período de 1830 a 1870, Pedrosa²⁷⁵ afirmou: “nada foi mais mortífera do que esta epidemia. Nada foi mais pestilencial do que esta doença. Nada foi mais terrível do que este flagelo. A cronologia nosológica brasileira marcou esta epidemia com o apelido de peste.”

Em carta²⁷⁶ de fevereiro de 1867, D. Pedro II parecia preocupar-se mais com a guerra do Paraguai do que com o cólera:

“Tem havido casos de cólera ao menos na opinião de alguns, mas espero que não haja este flagelo mais; basta-nos a guerra que se complica por causa da revolução no interior da Confederação Argentina, que se não for prontamente abortada pode pôr-nos em graves embaraços.” (...)

É interessante a sua tranquilidade diante da epidemia, já que alguns historiadores atestam que desde novembro de 1866 até o mes de julho de 1867, Caxias organizou um corpo de saúde para dar assistência aos inúmeros feridos e combater a epidemia de cólera-morbo. Continua o imperador a oferecer notícias à condessa de Barral, em maio de 1867:

²⁷³ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada*. Op. Cit., p. 116.

²⁷⁴ *Ibid.*, p.118.

²⁷⁵ Ver: PEDROSA, Manuel Xavier Vasconcellos. *A Cólera Morbo e a Ordem da Rosa*. Anais do Congresso de História do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: 1984 - pág. 143.

²⁷⁶ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada*. Op. Cit., p. 99.

*(...)“As saúdes boas. A cólera vai desaparecendo. No exército causou muitas mortes sobretudo no 2º Corpo; mas ia diminuindo de acordo com a últimas notícias e todos estavam animados à espera de atacarem, o que não podia mais tardar.” (...)*²⁷⁷

Em carta de fevereiro de 1876, o imperador volta a mencionar outra epidemia, a de febre amarela que matou 18.485 pessoas.

Segundo Araújo²⁷⁸:

“a municipalidade estava inteiramente desarmada para enfrentar a grave situação. Não possuíam, nem ela nem o Governo Imperial, nenhum estabelecimento hospitalar para assistir os doentes pobres da comunidade e receber os infectados dos navios em quarentena no porto, e os que adoeciam em terra que, por contagiantes, não poderiam ser internados nos raros nosocômios de iniciativa privada em funcionamento.”

Diante do grave cenário, a tranquilidade aparente do imperador, em carta endereçada à condessa é constrangedora e revoltante para qualquer brasileiro (a) que a leia:

*(...)“ Amanhã volto para Friburgo. Que calor aqui. A febre amarela tem aumentado. Pôr este estado do Rio julgaram os doutores mais prudente que a imperatriz descesse o mais tarde possível.” (...)*²⁷⁹

Em carta de março de 1875²⁸⁰, a condessa de Barral demonstra preocupação com as freqüentes visitas do imperador às enfermarias em que se encontravam as vítimas de varíola, de cólera e de febre amarela:

(...) “Se eu devo poupar meus olhos não há razão para V. M. poupar os Seus. Como não há epidemia, porque vai visitar enfermarias? É escusado.” (...)

²⁷⁷ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada. Op. Cit.*, p. 104.

²⁷⁸ ARAÚJO, Achilles Ribeiro de. *A assistência médica hospitalar no Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: 1992, p. 21.

²⁷⁹ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada. Op. Cit.*, p. 160.

²⁸⁰ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890. Op. Cit.*, p.108.

Em 1876 a imperatriz Teresa Cristina é acometida por fortes nevralgias. O imperador dá notícias frequentemente de sua doença para a condessa de Barral²⁸¹:

(...) “A imperatriz teve dois dias de dolorosos sofrimentos. A nevralgia apareceu no pescoço e no couro cabeludo. Desapareceu quase instantaneamente com o cloral. Desde a noite de 20 que não têm as dores. Recebi telegrama ontem de que continuava a passar bem. Ela pediu-me que lhe dissesse que não lhe escrevia por esse motivo. Vi o Pedrinho mexer claramente um dos dedinhos da mão esquerda”. (...)

Nesta carta o imperador refere-se também ao seu neto Pedro de Alcântara, filho de Isabel e do conde d’Eu, que nasceu em 15 de outubro de 1875 com paralisia na mão esquerda. O filho de Isabel passa a ser preocupação constante dos dois na correspondência, mas os debates sobre tratamentos de saúde se intensificam nesse ano de 1875. O tema mais pulsante eram as instâncias hidroterápicas, em moda no século XIX. A condessa de Barral tenta ensinar ao imperador como introduzir a imperatriz na terapia ao estilo europeu²⁸²:

(...) “O estado de S. M. a Imperatriz perguntando onde Vossa Majestade pensa consultar um médico competente primeiramente para saber qual é o seu mal, e em seguida um especialista em águas para saber onde ela deve ir. Quem sabe mesmo se ela tem necessidade de águas ou de qualquer outro tratamento. Veja o que Schreiner (provavelmente um médico francês) proporia – Seria o de fazê-la vir a Bonn, por exemplo, onde devereis passar algumas horas em excelente médico de Viena em quem ele tem inteira confiança e que indicaria o especialista. Ele afirma que o Oesteriches é um ignorante e que a muitos surpreendeu...²⁸³ que ele foi.....chama-se Dr. Abeles (indicou, provavelmente o nome de outro médico). (...) Tudo isso se pode fazer consultando em Bruxelas ou na França mas dirigir-se sem mais nem menos para Gastein sem saber se é realmente o que convém parece imprudente. Tanto mais que Gastein goza sobretudo de reputação de ser proveitoso para homens esgotados, folgazões que desejam recobrar suas forças e não é o caso em questão.

(...) “Tomara que Sua M. a Imperatriz tire muito proveito da hidroterapia em Friburgo. O estabelecimento do Dr. Éboli é muito bom. As duchas estão aí aperfeiçoadas de maneira inteiramente original.”²⁸⁴

Com o correr do tempo, as debilidades físicas²⁸⁵ passam a ser também confessadas na correspondência. Escreve a condessa: “Não sou mais a valentona de há dois anos. Não posso

²⁸¹ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada*. Op. Ct., p. 159.

²⁸² DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890*. Op. Cit., p. 122-123.

²⁸³ Papel dilacerado e ilegível. Nota do Arquivo Histórico do Rio de Janeiro.

²⁸⁴ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890*. Op. Cit., p.124.

quase ler a caminho de ferro e não agüento mais caminhadas”, e ele responde carinhosamente: *“Também eu aos 53 anos fazer o que você faz!”*. (Ele tinha, na época, 44 e ela 53 anos e passou a escrever com letras “grossas”, gesto que ela agradece e entende como prova de compreensão dele, já que não mais enxerga tão bem...).

Além da amplitude de uma descrição detalhada das sensações corporais, das impressões de mal-estar e das diversas perturbações apontadas por Foucault²⁸⁶, também se encontra na correspondência a introdução dos conselhos de dieta considerados úteis para o correspondente, cujo objetivo é lembrar os efeitos do corpo na alma.

A condessa de Barral intercede²⁸⁷: *“Vou vendo que sua saúde tão boa vai também sofrendo alterações agora. Tome alguns purgantes. (...) V. está muito gordo. (...) Não leia depois da comida”*.

E reitera:

“Meu querido amigo, v. passa a metade da sua vida deitado, isso não pode nem deve ser bom para a saúde. Nem tanta atividade como a minha, nem tanta indolência como a sua. A cada instante v. vai para a sua chaise longue e está caindo de sono? Lembre-se do que tenho dito tantas vezes. Tenha dó de mim, cuide-me na sua saúde, durma que é mister dormir, coma mais devagar, ande mais a pé, não leia logo que sair da mesa que gozará de melhor saúde e poderá trabalhar com maior proveito.”

O imperador responde: *“Não é deitado, mas assentado em cadeira de balanço onde muitas vezes bem acordado.”*

²⁸⁵ GOTLIB, Nádia Batella. Correspondências: a condessa de Barral e o imperador D. Pedro II. In: GALVÃO, W. N. & GOTLIB, N. B. *Prezado senhor, Prezada senhora. Op. Cit.*, p. 227-240.

²⁸⁶ FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos. Op. Cit.*, p. 158.

²⁸⁷ GOTLIB, Nádia Batella. Correspondências: a condessa de Barral e o imperador D. Pedro II. In: GALVÃO, W. N. & GOTLIB, N. B. *Prezado senhor, Prezada senhora. Op. Cit.*, p. 7-240.

Os lazeres

*“Assim que tiver mais leituras do que possa ler, não se esqueça que não se alimenta só de pirão e tenha pena de seus amigos.”*²⁸⁸

Condessa de Barral

As narrativas sobre os lazeres como ponto estratégico da escrita da relação de si também estão presentes na correspondência entre a condessa e o imperador. Curiosa dinâmica da carta que está sempre a expressar mais as impressões que as ações, mais os lazeres do que os acontecimentos externos, conforme apontou Foucault. É interessante destacar que essa dinâmica, às vezes causa extremo desconforto no leitor intruso e talvez a sensação seja mais intensa por se tratar de dois personagens, cuja trajetória possui uma relação direta com a história do Brasil.

Voltando aos lazeres, eles constituem boa parte da correspondência. A agenda, tanto da condessa quanto do imperador é repleta e variada. Passam de inúmeras viagens pelo mundo, a festas, saraus, concertos musicais, apresentações teatrais e vão até as impressões e discussões sobre os livros que estão lendo no momento.

Alguns trechos da correspondência chamam a atenção pelo prazer que tanto um quanto o outro sentem diante de certos lazeres e pela forma que expressam essas impressões. Em carta/diário de abril de 1882 escreve a condessa²⁸⁹:

(...)“Cheguei a Paris às 11 h. da manhã com 24 horas de caminho de ferro o que é tremenda esfrega sobretudo porque a riviera di ponente é tão bonita que não se quer dormir e que vim sempre de óculos no nariz admirando, e de ventas dilatadas cheirando as belas flores.”(...)

Em outro momento, apesar de estar escrevendo sobre uma suposta ida à missa de Páscoa do mesmo ano de 1882, há muito prazer na descrição do evento:

²⁸⁸ DE BARRAL Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890. Op. Cit.*, p. 123.

²⁸⁹ *Ibid.*, p. 206.

(...)“O que não me impediu de ir comungar esta manhã das mãos do Santo Padre com toda a devoção de minha alma. É que sou bem uma filha de países quentes e do sol! Como eu gosto de tudo isso – Eu daria bastante para ser mesmo supersticiosa – Longe dos corações frios e das pessoas que querem saber mais do que convém! Como é bom crer!”(...) ²⁹⁰

Há espaço na sua narrativa para o prazer que sente em oferecer uma festa e compartilhar a lista de convidados e o cardápio com o imperador ²⁹¹:

(...)“5ª feira – 26/12/1878 – Eis o dia do famoso 1º jantar – tudo ferve em preparos. Os convidados são os seguintes: 2 Itajubás – 2 Pereira das Silva – 2 Araújo – 2 Nioacs (Pai e Filha) Rio Branco – Paranhos – Mr. Gavard – Marquesa d’Oraison – Conde Coonudit, Amélie Drummond. 2 de casa = 16

Menu.

Consommé à la Royale

Turbot sauce crevettes

Cuissot de chevreuil sauce chasseur et gelée de groseille

.....à la Toulouse

Punch à la Romaine

Faisans rotis

Pointes d’arpèges à la creme

Patê de foie gras – Salade

Camargo-gâteau mousseline

Dessert

Se fosse para V. haveria Canja e riz de veau e para mim farofa e beefes! – com molho de pimenta malagueta.” (...)

Há também as impressões da condessa de Barral sobre as leituras feitas:

18 de dezembro de 1878 – (...) “O Príncipe foi para sua caçada de Lobos e eu fiquei lendo o livro de Sarah Bernhardt à sua mana. Que composto de absurdidades! Que isto se vai vender e se tirar até 10 edições! Eu lho mandarei já que gosta tanto do teatro francês.” (...) L. (Luísa) ²⁹²

O imperador em uma longa viagem à Europa escreve de Viena, em março de 1877 ²⁹³:

²⁹⁰ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890. Op. Cit.*, p.204.

²⁹¹ *Ibid.*, p.154.

²⁹² *Ibid.*, p.148.

²⁹³ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada. Op. Cit.*, p. 241.

“(...) A Patti (cantora espanhola Adelina Juana Maria Patti, marquesa de Caux) canta admiravelmente; mas sua voz não é volumosa. É má atriz e parece mesmo incapaz de sentimentos apaixonados. Dá ares de Iaiazinha de Nicolau até no desengonçado do andar. A que fez de Ariace – Tribelli agradou-me muito. (...) Encontrei aqui a Liszt (Franz Liszt, pianista e compositor) e hei de ouvi-lo hoje.” (...)

No mesmo ano, escreve de Weimar tentando estabelecer uma conexão de impressões com a condessa²⁹⁴:

“(...) Acabo de assistir à representação da 1ª parte do Fausto no teatro que Goethe tanto celebrizou. Já visitei a casa que habitou Schiller até sua morte e acabarei de ver amanhã tudo o que esta cidade possui de interessante. Lembra-se de como olhei longamente para ela do vagon onde viajávamos juntos?” (...)

²⁹⁴ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890. Op. Cit.*, p. 245.

Os dias

“E assim mesmo lá foi Dom para o teatro. Eu vou me deitar com uma botija de água fervendo nos pés.”²⁹⁵
Condessa de Barral

Mas pode-se afirmar que a narrativa predominante na longa e intensa correspondência entre o imperador e a condessa constitui-se de relatos da vida cotidiana. Parece que a idéia de viver sob o olhar do outro sem ter nada a esconder representa o ponto principal, inclusive (e principalmente) se o cotidiano dos dois não se diferir em nada do cotidiano de qualquer outra pessoa.

Como percebeu Foucault, não é o acontecimento inédito e espetacular que é privilegiado e sim a expressão e reafirmação para o outro de um modo de ser. Neste sentido a concepção de Foucault sobre a dinâmica continua a nos “educar” o olhar, lembrando-nos que não encontraremos no espaço da carta o “sujeito político” do imperador, na concepção tradicional da história (por mais que ele mencione a sua posição política) e sim o sujeito Pedro que pouco se difere de qualquer outro.

O mesmo pode-se afirmar sobre a condessa de Barral, enquanto “passa a revista” no seu cotidiano comum à qualquer mulher de sua classe social, destacando mais as suas impressões do que sua excepcionalidade, evidencia e reafirma o sujeito Luíza ocupando-se de si própria.

Em carta/diário de 8 de janeiro de 1880, o imperador passa a revista na primeira quinzena do mês²⁹⁶:

*“Condessa
Agora estou muito cansado e encalorado. Adeus! Que saudade de tudo!
Boas Noites!”*

²⁹⁵ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890. Op. Cit.*, p. 151.

²⁹⁶ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada. Op. Cit.*, p. 305.

9- Nada de novo a não ser sua carta tão boa de 14 do passado. Como saborearíamos o jantarinho bem perto um do outro para conversarmos à nossa vontade! Saiba ao menos que seu amigo lhe quer sempre o mesmo e que suas cartas o alegram neste deserto que nem d'ele tem o sossego. Se confio que tudo se arranje é porque sei que faço o que devo para que isso se consiga, e tenho grande fé na justiça. Vivo aflito sobretudo; porque faltam-me os amigos, entre os quais prima Você, mas o estudo e a leitura e outras ocupações de espírito não me dão tempo para desesperar-me como outros. Esta é que é minha feliz natureza, e nada mais. Se me pusesse a fantasia livremente o que não posso realizar decerto que não teria resignação. Porém basta de desabafo, e venha tudo o que você quiser mandar-me. Como irá o seu calo? Quem me era estar aí para consolá-la da perninha estendida! Porque anda tudo tão disparatado neste mundo? Que fornalha está agora aqui. Adeus! E ainda adeus com boas noites de repetirem-se.

10 – O despacho foi 5ª feira e jantar não houve. Fui com Paranaguá visitar o laboratório pirotécnico do exército em Campinho e a escola de Tiro no Campo Grande. Tudo em ordem. Estava de volta antes das três da tarde. Muito calor; porém faz-me bem o movimento, e só me cansa verdadeiramente o que me preocupa. Vou ainda ler, embora a luz me aqueça demais. Adeus! Boas Noites como as de Atena! Onde será o meu cantinho em Roma?

11 – Conferência. Leitura e mais leitura. Vou agora ler deitado e à fresca se pode haver fresca com este calor. Boas Noites!

12 – 1ª prova do concurso de filosofia no Colégio de Pedro 2º. Li bastante. O Paris -Murcie podia ser melhor. E a discussão sobre a anistia? Clemenceau parece-me um novo Saint-Just. Adeus! Agora boas noites.

13 – 2ª prova do concurso. Ao Pedro só falta o exame de geometria. Tem tirado sempre e justamente distinção. Este ano que entra é o penúltimo do curso. Começa o grego. Li e estudei, e vou ainda ler até às – boas noites!

14 – 3ª prova do concurso. Que calor, espero nova trovoada. A de ontem foi boa. Deu bom estouro. Assim voltassem as trovoadas de d'antes! Chegou o Minho; porém só tive cartas de Paris de 22 de 10bro. Esta fica aberta até amanhã. Adeus! Boas noites!

15 – Já estou almoçado e de manhã tomei banho de mar. Vou para o concurso de filosofia. De noite tenho palestra no Colégio de Pedro 2º. Amanhã depois da missa da Ajuda vou até Sta. Cruz, e sábado antes das 11 ½ cá estou de novo para o despacho. Não há nada de interessante; mas há muito que refletir para que se proceda com juízo. Domingo já ouvira missa no Petrópolis que foi tão nosso e agora tantas saudades me causa.

Adeus! Encho o vazio d'estas páginas com tudo o que é seu apesar de todos os pesares. Que saudades! Não tive carta sua e todavia recebi-as de Paris com data de 22 e 23.

Todo seu
P.”

A condessa também “passa a revista”, mais detalhadamente na segunda quinzena do mês de abril de 1882²⁹⁷:

“5ª feira – 20 – Volto de um bom banho com farelo! E hoje vou entregar-me a contas com Dominique o que é uma tremenda maçada – Resulta desse trabalho que precisamos de 100.000 francos que devem sair de nosso capital, para liquidar muitas coisas e entre outras uma liaison com a qual se deve acabar e da qual se está farto + dessas coisas! (...)”

6ª feira – 21 – Hoje jantaram aqui as boas Japurás com os filhos do St. Georges e depois fui com elas au “Mond ou l’on s’ennule” camarote dado a elas por sua Mana Chica no teatro francês.

Sábado 22 – Recebi os jornais e cartas que contam o achado das jóias. Li tudo com muita atenção e a impressão de nojo que me ficou de tudo nem a sei exprimir a V.M. Longe de mim o pensamento que V.M. exercesse a menor influência sobre a marcha da polícia e da justiça, mas soltarem os acusados sobre os quais pesam suspeitas tão graves, pelo mero fato de se terem achado as jóias é uma flagrante imoralidade, e eu digo com não sei que jornal que na lama donde se tiraram os brilhantes, se enterrou a justiça. Quem me dera poder conversar disso tudo com meu amigo e Senhor para saber toda a verdade, mas essa ventura nunca terei. (...) Repito que fiquei com nojo de tudo isso porque nem espírito mostraram os ladrões e que o que mais admira é isso já não ter acontecido muitas vezes com o desleixo que reina em tudo na paço de V.M. É uma complacência que chega à tolice. Não é preciso tanta candura.

Domingo 23 – Faz um ano que o meu filho quebrou a clavícula! E anos que morreu Mr. Planat. Levei flores à sepultura dele e passei la soirée com nossa velha amiga que só faz votos para que o ou os ladrões sejam severamente punidos²⁹⁸.

2ª feira 24 – Nem sei por que continuo a falar nesse roubo, mas realmente não posso esquecer a audácia de quem o cometeu. (...)”

3ª feira 25 – Cruz de semelhante clima nem um só dia sem chuva desde que cheguei de Roma. Já estive em casa de dentista e agora vou sair porque à Iaia do Marquês de Funchal vou fazer meus negócios enquanto Deus faz lá os Seus (...)”

4ª feira 26 – Dei de jantar às Japurás e levei-as ao Palais Royal ver representar La Caprotte que muito me aborreceu apesar de ter fama de tanto espírito.

5ª feira 27 – Andei vendo os papéis para minha casinha não decidi ainda. Jantei chez Mme. Planat com Mme. Dusserech e de noite vieram

²⁹⁷ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890. Op. Cit.*, p.208.

²⁹⁸ Ela se refere ao episódio do roubo das jóias da Imperatriz Teresa Cristina, considerado por alguns historiadores, como o maior escândalo político da segunda metade do século XIX. O episódio inspirou Raul Pompéia a publicar *As Jóias da Coroa*, Artur Azevedo *Um roubo no Olimpo* e José do Patrocínio *A ponte do Catete*. Todos romances folhetins publicados em 1882. Ver: SIMÕES, R. J. *O escândalo do roubo das jóias: o Imperador e a Condessa de Barral em folhetins cariocas*. (Tese de doutorado) São Paulo: USP, 2001.

ainda 4 velhotas – Estou com dor de cabeça. 6ª feira – Marie Thérèse veio almoçar fui depois com ela ver papéis e nada decidi ainda. Já estou com os olhos cheios disso (...) Sábado 29 – Que chuva meu Deus! Nunca um raio de sol é terrível. Fui hoje à recepção de Mme. Benoit d'Azy das 5 às 7 e lá encontrei muita gente minha conhecida e ela sempre charmante fazendo otimamente as honras de sua casa e Paul também. Não sei se ele ainda toma banhos de enxofre, mas está muito nédio com aquela cara de carne nossa conhecida – Sofre dores o pobre homem. A Teresa muito bonita depois do casamento. A Claire muito feia e freira – Marie bonita, René prodigieux! Alfredo de Macedo passou la soirée comigo. Ele parte a 5 de maio para o Brasil. (...) Ainda um abraço neste cantinho.”

20 de xbr. 88. Château de Barral,
Voiron,
Isère.

Li' de vae este correo que Paulo
nos fez soffrer meu Simão, mas que
tambem mto gosto nos deu vindo V. M.
de restabelecido de sua gr^a molestia! Agora
trate de conservar-se por longos annos e
entre com o p^o de v^o no 1889!

Sua p^ota Maria D. Juvenia está de
cam^a ha 6 semanas tomada de rheumatismo
dos braços, das pernas e sem poder de
mover! Tenho mto pena d'ella; Tanto mais,
que um tumoral neuralgia tambem me
pegou no capetto e nao me larga mais.

Agradeço a V. M. as Saudades que
seu p^ota me faz sentir pelas cartas onde morou
em sua criad^a obago.

C. de Barral

Carta da condessa de Barral, em papel timbrado do castelo de Barral, a D. Pedro II - 1888²⁹⁹

²⁹⁹ De Barral, Condessa. *Cartas a Suas Majestades*, 1859-1890. Op. Cit.

E para finalizar, Foucault³⁰⁰ nos lembra das últimas linhas da carta. Para ele, elas mostram claramente como a carta se articula com a prática do exame de consciência: o dia termina, imediatamente antes de adormecer, com uma espécie de leitura do dia decorrido; nesse momento se desdobra em pensamento o rolo onde se encontram inscritas as atividades do dia e é este texto imaginário da memória que será reproduzido no dia seguinte, na carta dirigida àquele que é, ao mesmo tempo, mestre e amigo.

³⁰⁰ FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos. Op. Cit.*, p.159.

O carinho

“Recebi esta manhã 2 cartas suas cada qual mais amável e mais saudosa. Não as agradeço só com faísquinhos de amizade, mas com uma verdadeira explosão de gratidão.”³⁰¹

Condessa de Barral

Para o imperador, no silêncio e na privacidade do seu quarto particular, na maior parte das vezes, à luz de velas, as últimas linhas de suas cartas também se constituíam de reafirmação do carinho e da saudade que sentia³⁰²:

13/10/1879 – (...) “Depois d’amanhã enviarei carta maior. Adeus! Meu abraço a ambos, e tudo tudo de

Seu como sempre

P.

Já tinha fechado a carta, mas abro-a à pressa para meter um abraço pela sua boa carta de 22 do passado. Como é bom ter correspondente em tudo por tudo como Você! Adeus! Muito – Muito

Seu

P.”

11/5/1880 (...) “Nada e tudo para o ausente. Tem feito seu calor. Vou ainda ler e depois dormir e sonhar – como ontem! Boas noites – muito boas!” (...)

7/6/1880 (...) “Não se zangue comigo e console-me como quando me viu aflito na quarta-feira. Aperte a mão de

Seu amigo de sempre

D.P.

Ainda aqui lhe mando as minhas saudades – como brotam e rebrotam!”

³⁰¹ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890*. Op. Cit., p. 174.

³⁰² MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada*. Op. Cit., p. 336.

Às vezes algum acontecimento surgia após o fechamento da carta ou o imperador esquecia – se de “passá-lo em revista” antes, logo, fazia-o no pequeno espaço após as despedidas³⁰³:

“8/6/1880 – (...)10 h. Nada mais importante. Adeus! Vai carta, leva à Amiga tudo e tudo do
Amigo de sempre
D. P.
Os Amelots estiveram cá ontem às 3 ½. Como sempre – porém engordaram no Rio-da-Prata.”

Em outros momentos a despedida vinha acompanhada de desculpas por alguma eventualidade que considerava ofensivo ao outro³⁰⁴:

2/1/1881 – (...) “Que calor tem feito apesar da chuva! Os borões foram produzidos por bagas de suor. Esta carta vai pelo Douro amanhã de manhã. Espero subir para Petrópolis – ah se fosse o nosso! – a 17 ou 18. Adeus! Tudo – tudo de seu e sempre seu
P.”

A condessa de Barral parecia gostar de cumprir o protocolo nas saudações, no modo de se dirigir ao imperador e nas despedidas de suas cartas. Em grande parte da correspondência, por maior que fosse a intimidade, mantinha o tratamento de *Vossa Majestade* ou *Meu Senhor* e no final, arrematava a carta com *Sua criada obrigadíssima e dedicadíssima*.

Em carta de 3 de março de 1889 ela escreve³⁰⁵:

“Meu Senhor,
Imitando Seu laconismo direi a V. M. que as saudades são mato, e as saúdes melhores do que merecem a Deus.
(...) Tenho lido com nojo certos jornais de nossa pobre Terra e cada dia fico mais persuadida que mesmo nos jardins crescem cardos espinhosos que só comem os burros. – Pregue por muitos anos a peça a esses bobos de ir vivendo e conserve Sua serenidade invejável que eu sempre admirei tanto!
(...) Sua criada obrigadíssima e dedicadíssima, C. de Barral”

³⁰³ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada*. Op. Cit., p. 340.

³⁰⁴ *Ibid.*, p. 394.

³⁰⁵ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890*. Op. Cit., p.301.

Em maio de 1884 a condessa esquece um pouco o protocolo e também utiliza as últimas linhas para se desculpar:

(...) “ *Eu estava com muita vontade de escrever de outro modo, mas quando me ferve o sangue não posso.*
Adeus meu Senhor, torno a agradecer o telegrama de 17 de fevereiro, o de 13 de abril, e o de 21 de abril. Tenho vergonha de lhe custar tão caro!
Adeus
C. de Barral”³⁰⁶

Em outras cartas suas as despedidas também vinham acompanhadas da reativação do carinho que sentia pelo imperador³⁰⁷:

1/9/1883 – (...) “Adeus meu Senhor, logo que eu puder principiarei meu diário, por ora não me tem sido possível e os olhos não me ajudam.
Sua velha amiga e obrigada
Condessa de Barral
Confesse que passamos dias bem felizes devidos à confiante amizade que nos consagramos há tantos anos e que embora a manifestação dessa hoje outra, nem por isso é menos viva. Assim sinto eu, e se um dia o tornar a ver será como se o tivesse visto na véspera. Sempre com o mesmo prazer.”

Em uma de suas últimas cartas ao imperador que está exilado em Paris após a proclamação da república, a condessa de Barral parece “passar o passado em revista”. De Voiron³⁰⁸ ela escreve manifestando a sua alegria em saber que o imperador encontrou na literatura os amigos que lhe faltaram com a queda da monarquia. E comenta, feliz a participação do imperador no jantar anual do Hotel Continental, em Paris, onde se reuniam vários escritores franceses e estrangeiros. Do alto de sua empolgação ela exclamava: Esses amigos nunca abandonam “*Votre Majesté les a nommés*” *Les livres*³⁰⁹!!!

Ao se despedir, ela confessa³¹⁰:

“Se eu folhear esse livro do passado muito rirei e mais chorarei...portanto, adeus meu Senhor, quero só ler nesse livro o que diz

³⁰⁶ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890. Op. Cit.*, p.235.

³⁰⁷ *Ibid.*, p.227.

³⁰⁸ *Ibid.*, p.340.

³⁰⁹ “Vossa Majestade os chamou” Os livros!!

³¹⁰ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890. Op. Cit.*, p.340.

*respeito a saudosa recordação da grande amizade e gratidão que lhe
consagrou a
Condessa de Barral.”*

CAPÍTULO IV

CARTAS AMBÍGUAS

“Essa distância infinita, essa separação fundamental a partir da qual o que separa se torna relação”

Maurice Blanchot

Ao analisar o conjunto das cartas enviadas à condessa de Barral emerge o tom íntimo, delicado, cavalheiresco, sensível e cuidadoso que o imperador emprestava à sua relação com ela e muito se diferenciava da correspondência que mantinha com outras mulheres como a atriz italiana Adelaide Ristori³¹¹.

Através das formas de tratamento, como o chamamento, a despedida e a assinatura, pode-se exemplificar a diferença. Nas cartas endereçadas à Ristori percebe-se a preponderância da formalidade figurada na saudação das cartas, quando o imperador escolhia o tratamento “*Madama*”, ou “*Senhora*” no início da relação por correspondência, no ano de 1869 e onze anos depois ainda se dirigia a ela como “*Caríssima Senhora*” ou apenas “*Caríssima*”.



Adelaide Ristori– Atriz italiana³¹²

A mesma formalidade era mantida na despedida das cartas endereçadas, a Ristori, quando o imperador assinava “*O seu sincero admirador D. Pedro d’Alcantara*”, e vinte e dois anos depois, sempre após as recomendações “*à sua gentilíssima família*”, assinava como “*o Seu apegadíssimo Pedro d’Alcantara.*” Apesar de ter quebrado um pouco o protocolo

³¹¹ VANNUCCI, Alessandra (org.). *Uma amizade revelada: correspondência entre o imperador dom Pedro II e Adelaide Ristori, a maior atriz de seu tempo. Op. Cit.*,

³¹² Disponível na Internet via [www. Url: pt.wikipedia.org](http://www.pt.wikipedia.org). Arquivo capturado em novembro de 2008.

abolindo o título de nobreza, a afetividade que emprestou ao “*apegadíssimo*” possui um tom de “*consideração respeitosa*” e de amizade.

Adelaide Ristori não se furtou da sua condição de súdita nos 22 anos de correspondência e sempre manteve “*Majestade*” como saudação, e “*Devota e afeiçãoada Serva, Adelaide Ristori Del Grillo*” como assinatura.

Com a condessa de Barral, o chamamento nunca sofreu variação, da primeira carta do ano de 1865 à última, em 1881, o imperador sempre se dirigiu a ela por “*condessa*” apenas. E já nas primeiras cartas, no ano de 1865³¹³, despedia-se ao mesmo tempo em que procurava reafirmar uma amizade que já havia sido iniciada anteriormente: [...] “*trate-me sempre como me tratou quando a educação de minhas filhas nos tornou amigos de todos os dias*. E assinava: *Seu amigo muito afeiçãoado Pedro 2º.*”

Após 11 anos³¹⁴ de correspondência as “*saudades que vão se tornando mato*” ou o questionamento “*Quando escreverá a quem tem tantas e tantas saudades?*” passaram a figurar nas despedidas. E assinatura passou para *P.*, *Sempre seu P.*, ou *Seu e sempre seu P.*, *Todo seu P.*; *Seu e muito Seu P.*

Já a condessa de Barral, nos primeiros anos da correspondência, abria as cartas tratando o imperador de “*Meu Senhor*” e despedia-se com frases como: “*Sou de V.M. a mais humilde e ao mesmo tempo a mais soberba das criadas, Condessa de Barral.*” Com o passar dos anos, dependendo do seu estado de espírito do dia, podia variar a despedida com frases que iam de “*Beijo-lhe a mão assim mesmo com muita amizade*” ou “*Basta de seca (?) e aceite as respeitosas saudades de sua criada obrigadíssima*”, e ainda, “*Estou uma verdadeira ‘fée carabosse’* (alusão à fada malfazeja, velha, feia e corcunda, segundo a tradução de Hélió Viana), *mas sempre Sua criada amante e obrigadíssima, C. de Barral*”.

³¹³ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada*. Op. Cit., p.33.

³¹⁴ *Ibid.*, p. 198.

Por um período, mencionado nas cartas brevemente e destacado pelo Magalhães Junior³¹⁵, a condessa de Barral passou a usar o pseudônimo *Mme. Le Blanc* e D. Pedro II o de *Mr. Alcântara* ou *Mr. Gautier*.

Outra singularidade da correspondência seria a quantidade de cartas escritas pelos dois. No mês de janeiro de 1876³¹⁶, o imperador foi passar uma temporada em Friburgo, no Rio de Janeiro, e escreveu nove cartas para a condessa. E a partir do ano de 1880 a correspondência assume a forma de um diário onde os dois registram quase todos os seus movimentos.

A primeira carta escrita por D. Pedro II e endereçada à condessa de Barral está datada de 6 de abril de 1865³¹⁷, Nela presume-se que a condessa ainda não partira da Bahia em direção a França, com sua família. Aqui, o imperador manifesta a intenção de continuar, por carta, o vínculo de amizade já iniciado no Brasil dizendo:

Rio, 6 de abril de 1865

(...)Quando a condessa receber esta já se terá divertido em Paris d'onde espero que m'escreva regularmente pois que outro modo não tenho de conversar com quem sempre me tratou com tanta amizade. Conte com igual regularidade da minha parte embora muito menos interessantes deverá ser minhas cartas. Espero que antes de deixar o Brasil me dirija alguma carta, que virá pelo primeiro vapor que tocar Pernambuco.(...)

Informe-me da educação de Dominique, enfim, trate-me sempre como me tratou quando a educação de minhas filhas nos tornou amigos de todos os dias.

(...) Seu amigo muito afeiçoado,

Pedro 2^o

A resposta da condessa a essa carta, bem como outra do mesmo ano, infelizmente não se encontra no conjunto das cartas publicadas pelo Arquivo Nacional³¹⁸. A primeira carta

³¹⁵ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada*. Op. Cit., p. 299.

³¹⁶ *Ibid.*, p. 21.

³¹⁷ *Ibid.*, p. 33.

³¹⁸ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a suas majestades – 1859-1890*. Op. Cit.

endereçada exclusivamente ao imperador não está datada e não possui o local de origem. Pelo assunto, o Arquivo Nacional presumiu ser do ano de 1867.

Através dela não podemos calcular como a condessa de Barral respondeu as palavras de amizade do imperador, mas pelo seu tom natural e íntimo ao contar as últimas notícias podemos perceber que recebeu a proposta de amizade com muito boa vontade:

“Meu Senhor

Não tive a ventura de receber a carta que Vossa Majestade Imperial me faz a honra de escrever por todos os vapores, mas como ainda não vi os membros da comissão que vêm para a Exposição (Exposição Internacional de Paris, em 1867) ainda me acompanha a esperança que alguns deles seja o bom mensageiro de sua preciosa carta e fiada na pontual bondade de Vossa Majestade Imperial Lhe agradeço a fé que tenho na Sua grande condescendência. Desejo muito de poder dizer a Vossa Majestade Imperial que Seu Augusto Cunhado, o Senhor Príncipe de Joinville fica muito melhor da terrível queda de cavalo que deu correndo um veado perto de Brighton. A queda podia ter sido fatal porque foi sobre o pescoço, mas Deus louvado não houve fratura e o pescoço está apenas ainda teso (...).”

As cartas escritas pela condessa de Barral nos sete anos seguintes não foram encontradas nas correspondências publicadas, porém, nesse período percebe-se, por meio de citações e comentários, que a correspondência continuava de forma dinâmica e contínua. Pelas cartas do imperador, no período de 1867 a 1874, percebe-se que os dois foram construindo a amizade em torno de uma série de pontos que tinham em comum: o amor à literatura, e as artes, em geral, os amigos ou conhecidos, as viagens até então só feitas pela condessa, os familiares, a educação de Dominique. A paixão de D. Pedro II pelos livros era entendida e estimulada pela condessa, que lhe enviava constantemente novidades literárias, de Paris. Por outro lado, ele tinha receio de sobrecarregar a amiga com a repetida tarefa:

(...) “Obrigado pelas gulodices literárias (...)

A condessa que julgo é tão amiga do Conde de Jaubert veja se me manda o vocabulário do dialeto do Berry, que ele publicou e

*tanto louvou Littré na sua obra sobre a língua francesa.
Desculpe-me se a converti em minha livreira.”*³¹⁹

³¹⁹ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada. Op. Cit.*, p.76.

Ondas de amor, amizade e erotismo

“Vou agora me revestir de meu vestido suntuoso de damasco cor de castanha que me faz parecer com meu retrato velho de Duègne. O que não daria eu por ser sua vizinha de mesa!”³²⁰
Condessa de Barral

A partir de 1880 a correspondência se intensifica e se torna mais freqüente, assumindo a forma de diário. O imperador registra quase todos os seus movimentos, envia para a condessa de Barral, ela registra os seus e às vezes acrescenta comentários aos dele.

É também a partir desse ano que o diálogo epistolar da condessa e do imperador assume um tom ambíguo, parecendo emitir ondas de amor, amizade e erotismo, de forma muito mais intensa, trazendo para o interior das cartas gestos em que se fazem presente o corpo e a sensualidade. Ao mesmo tempo em que a ameaça do espectro do adultério ronda a relação dos dois.

Essas ondas de amor que permeiam a correspondência são entendidas a partir da concepção de Giddens³²¹. Para melhor trabalhar com o conceito, ele distingue o amor apaixonado do amor romântico, e caracteriza o primeiro como marcado por uma urgência que o coloca à parte das rotinas da vida cotidiana, com as quais ele tende a conflitar. O envolvimento com o outro é invasivo – tão forte que pode levar o indivíduo, ou ambos, a ignorar as suas obrigações habituais. O amor apaixonado tem uma qualidade de encantamento que pode ser religiosa em seu fervor e é especificamente perturbador das relações pessoais, em um sentido semelhante ao do carisma; arranca o indivíduo das atividades mundanas e gera uma propensão às opções radicais e aos sacrifícios. Sob esse

³²⁰ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890. Op. Cit.*, p. 194.

³²¹ Ver: GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: 1993, UNESP.

aspecto, o amor apaixonado representa um perigo para a ordem social. Sua qualidade de quebra de rotina e de dever que o colocou à parte das instituições existentes.

Giddens lembra que na Europa pré-moderna, a maior parte dos casamentos eram contraídos sobre o alicerce da situação econômica. Entre os mais pobres significava um meio de organizar o trabalho agrário. As diversas formas de afeição física eram raras entre os casais casados da França e Alemanha no século XVII.

Somente entre os grupos aristocráticos, a licenciosidade sexual era abertamente permitida entre as mulheres “respeitáveis”. A liberdade sexual acompanha o poder e é uma expressão do próprio poder; em certas épocas e locais. Nas camadas aristocráticas, as mulheres eram suficientemente liberadas das exigências da reprodução e do trabalho rotineiro para poderem buscar o seu prazer sexual independente. Evidentemente, enfatiza, isto jamais esteve relacionado ao casamento. Tanto que a maior parte das civilizações parece ter criado histórias e mitos que carregam a mensagem de que aqueles que buscam criar ligações permanentes devido a um amor apaixonado são condenados.

Giddens³²² cita um estudo de Niklas Luhmann³²³ onde a diferenciação entre a sexualidade “casta” do casamento e o caráter erótico ou apaixonado dos casos extraconjugais era absolutamente comum entre outras aristocracias, além da européia. Específica da Europa era a emergência dos ideais do amor intimamente relacionados aos valores morais da cristandade.

O amor romântico, que começou a marcar presença a partir do final do século XVIII, incorporou elementos do amor apaixonado, mas tornou-se distinto deste. O amor romântico introduziu a idéia de uma narrativa para uma vida individual – fórmula que estendeu radicalmente a reflexividade do amor sublime. Contar uma história é um dos sentidos do

³²² GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Op. Cit., p.50.

³²³ LHUMANN, Niklas. *Amor como paixão*. Lisboa: Difel, 1982.

“romance”, mas esta história tornava-se agora individualizada, inserindo o eu e o outro em uma narrativa pessoal, sem ligação particular com os processos sociais mais amplos.

O início do amor romântico coincidiu mais ou menos com a emergência da novela: a conexão era a forma narrativa recém-descoberta. Seus ideais inseriram-se diretamente nos laços emergentes entre a liberdade e a auto-realização.

Para Giddens³²⁴, o complexo de idéias associadas ao amor romântico pela primeira vez vinculou o amor com a liberdade, ambos considerados como estados normativamente desejáveis. O amor apaixonado tem sido sempre libertador, mas apenas no sentido de gerar uma quebra da rotina e do dever. E teria sido esta qualidade do *amour passion* que o colocou à parte das instituições existentes. Os ideais do amor romântico, ao contrário, inseriram-se diretamente nos laços emergentes entre a liberdade e a auto-realização.

Nas ligações de amor romântico³²⁵ o elemento do amor sublime tende a predominar sobre aquele do ardor sexual. O amor rompe com a sexualidade, embora a abarque; a virtude começa a assumir um novo sentido para ambos os sexos, não mais significando apenas inocência, mas qualidades de caráter que distinguem a outra pessoa como “especial”. Seria um processo de atração por alguém que pode tornar a vida de outro alguém mais “completa”. A meu ver, apesar de alguns rompantes de *amour passion*, é o amor romântico que predomina no diálogo epistolar entre a condessa e o imperador.

Quando o imperador comenta: “*Quanto tempo rolará o mundo assim para dois amigos tão íntimos,*” está distinguindo a condessa dos demais amigos e emprestando-lhe um significado especial.

Para a condessa de Barral, até mesmo o fato de não estar bem penteada, na hora em que escrevia a carta, é motivo para reafirmar a ligação “especial” dos dois. Afinal, como ela mesma diz: “*Não faz mal, já agradei a quem tinha de agradar.*” E o imperador comenta, ao

³²⁴ GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Op. Cit., p.50.

³²⁵ *ibid.*, p. 51.

lado: *“E sempre agrada na lembrança, não é verdade? V. gosta de mim de qualquer modo e eu também.”*

Com o correr do tempo, as debilidades físicas passam a ser também confessadas. Escreve a condessa, então com 53 anos: *“Não sou mais a valentona de há dois anos. Não posso quase ler a caminho de ferro e não agüento mais caminhadas”*, e ele, aos 44 anos, responde carinhosamente: *“Também eu aos 53 anos fazer o que você faz!”*

A partir desses comentários feitos pela condessa, sobre as deficiências físicas do momento, o imperador passou a escrever com letras “grossas”, gesto que ela agradece e entende como prova de compreensão dele. As brigas entre os dois, as diferenças, bem como os problemas de saúde, parecem não ter enfraquecido o diálogo epistolar em nenhum momento.

Escreve a condessa: *“O Luiz Carlos e Totônia são injustiçados. V. não escolhe Luiz Carlos e escolhe Cândido Borges”*. Por dias seguidos escreve sobre o assunto. Acusa o imperador de ingrato. E no meio da intriga parece ter acontecido algum evento em que a condessa enfrentou críticas ao imperador em público. Ela comenta: *“Eu que sinto em mim instinto de onça para avançar e arranhar quem ouse falar contra v. diante de mim, olhei para as minhas unhas e só as cravei em mim de raiva”*. E o imperador: *“É mau sentimento, mas nem por isso fico lhe querendo menos”*.

Só muitos dias mais tarde a raiva há de ser aplacada. *“Que tenho eu com senadores, não me dirá? Absolutamente nada, mas tudo tenho quando se trata de V. e V. nem pode imaginar a pena que ressenete da injustiça e ingratidão feita ao pobre Luiz Carlos”*. Ao tentar revidar, lança ameaça: deixar de ler as cartas do imperador. Mas logo desiste, ao reconhecer que esse esforço está acima das suas forças...

Ou ainda, irrita-se com a economia de palavras do imperador e não deixa de lhe exigir mais: *“É tão raro você contar outra coisa que ‘tomei banho, vi meus netos, li, tomei café’*.

Sem nenhuma censura, eu não chamaria isto de conversar com uma velha amiga". E o imperador, ao se dirigir a ela: "Estou muito cansado e atirar-me-ia já na cama se as saudades não exigissem que lhe desse as mais afetuosas boas noites. Adeus, cara amiga! Nada me interessa completamente longe de você. Adeus!"

Para Giddens³²⁶, o amor romântico tornou-se distinto do *amour passion*, embora ao mesmo tempo possuísse alguns resíduos dele. O *amour passion* jamais foi uma força social genérica da maneira que tem sido o amor romântico, desde o final do século XVIII até períodos relativamente recentes. Junto com outras mudanças sociais, a difusão de idéias de amor romântico estava profundamente envolvida com transições importantes que afetaram o casamento e também outros contextos da vida pessoal. O amor romântico presume algum grau de autoquestionamento: como eu me sinto em relação ao outro? Como o outro se sente a meu respeito? Será que os nossos sentimentos são "profundos" o suficiente para suportar um envolvimento prolongado?

Diferente do *amour passion*, que extirpa de modo irregular, o amor romântico desliga o indivíduo de situações sociais mais amplas de uma maneira diferente. Proporciona uma trajetória de vida prolongada, orientada para um futuro previsto, mais maleável; e cria uma história compartilhada que ajuda a separar o relacionamento conjugal de outros aspectos da organização familiar, conferindo-lhe uma prioridade especial.

A durabilidade do relacionamento via correspondência parece ter respondido por si qualquer autoquestionamento que tenha sido feito pelos dois em algum momento.

O amor romântico suscitaria a questão da intimidade. Ela seria incompatível com a "luxúria", não tanto porque o ser amado é idealizado – embora esta seja parte da história – mas porque presume uma comunicação psíquica, em encontro de almas que tem caráter reparador. O outro, seja quem for, preencheria um vazio que o indivíduo sequer reconhece

³²⁶ GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Op. Cit., p.56.

que possui, até que a relação seja iniciada. E este vazio teria, para Giddens³²⁷ relação direta com a auto-identidade: em certo sentido, o indivíduo fragmentado se tornaria inteiro.

O amor romântico fez do *amour passion* um aglomerado específico de crenças e ideais equipado para a transcendência; o amor romântico pode terminar em tragédia e se nutrir na transgressão, mas também produz triunfo, uma conquista de preceitos e compromissos mundanos. Tal amor se projeta em dois sentidos: apóia-se e idealiza o outro e projeta um curso do desenvolvimento futuro.

Se o *ethos* do amor romântico é simplesmente compreendido como o meio pelo qual uma mulher conhece o seu “príncipe”, isso para Giddens³²⁸ parece superficial. Embora na literatura, como na vida, às vezes as coisas se passem deste modo, a conquista do coração do outro é, na verdade, um processo de criação e uma narrativa biográfica mútua. A heroína amansa, suaviza e modifica a masculinidade supostamente intratável do seu objeto amado, possibilitando que a afeição mútua transforme-se na principal diretriz de suas vidas juntas.

O caráter intrinsecamente subversivo da idéia do amor romântico foi durante muito tempo mantido sob controle pela associação do amor com o casamento e com a maternidade; e pela idéia de que o amor verdadeiro, uma vez encontrado, é para sempre. Quando o casamento, para a maioria da população, efetivamente era para sempre, a congruência estrutural entre o amor romântico e a parceria sexual estava bem delineada.

Com a intensificação do diálogo epistolar, a partir de 1880, a ambigüidade permanece. A amizade é sempre afirmada e reafirmada pelos dois. É por amigos que eles se tratam até os últimos dias da correspondência. É como amigos muito íntimos, confidentes, inseparáveis (apesar da distância física), e sempre disponíveis ao outro que agem durante todo o período da correspondência. E o verbo agir não é impróprio nesse universo de papel

³²⁷ GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Op. Cit., p.56.

³²⁸ *Ibid.*, p. 57.

ou nessa “morada” subjetiva dos dois, pois os rastros das ações são também, muitas vezes registrados e comentados.

O pedido por um livro, uma informação, um conselho, um “puxão de orelha”, um trabalho para um amigo desempregado, um ombro para chorar, o nome de um médico, um roteiro de viagem, um dinheiro emprestado, a presença nos piores momentos da vida, até mesmo a hospedagem na casa segura, no país estranho, quando se é expulso do próprio país.

Nessa inquestionável amizade a despeito de qualquer coisa, nenhum pedido parece ter deixado de ser atendido pelo outro, nem mesmo uma carta deixou de ser respondida, afinal como disse Mario de Andrade a Anita Malfatti: “carta não respondida queima por dentro”.

Desse mesmo diálogo epistolar intenso e ambíguo, entre ondas de amor e amizade, os personagens também emitem ondas de erotismo. O erotismo que permeia as entrelinhas do texto é entendido como Freud³²⁹ o definia, ou seja, como um impulso, um desejo de união (ser um) com os objetos do mundo, que tanto pode levar à paixão mística quanto à paixão por outra pessoa ou à expressão artística, por exemplo.

O erotismo, segundo Bataille³³⁰, articula-se em torno de dois movimentos opostos: a busca de continuidade dos seres humanos, a tentativa de permanência além de um momento fugaz, versus o caráter mortal dos indivíduos, sua impossibilidade de superar a morte. Para Bataille, as pessoas se lançariam nessa busca de permanência porque carregam consigo uma espécie de “nostalgia da continuidade perdida”. Continuidade esta que nos leva ao Banquete de Platão, onde ele expressa essa idéia.

Aristófanes, um dos convidados do Banquete, conta que, antes do surgimento de Eros, a humanidade se compunha de três sexos: o masculino, o feminino e o andrógino. Os seres andróginos eram redondos e possuíam quatro mãos, duas faces, dois genitais, quatro orelhas e uma cabeça. Esses seres, por sua própria natureza, se tornaram muito poderosos e resolveram

³²⁹ BRANCO, Lúcia Castello. *O que é erotismo*. São Paulo: Editora brasiliense, 1989, p.10.

³³⁰ *Ibid*, p.10.

desafiar os deuses, sendo, por isso, castigado por Zeus, que decidiu cortá-los em duas partes. Assim eles ficaram fracos e úteis, porque seriam mais numerosos para servirem aos deuses.

Após essa divisão, os novos seres, mutilados e incompletos, passaram a procurar suas metades correspondentes³³¹: “Quando se encontraram, abraçaram-se e se entrelaçaram num insopitável desejo de novamente se unirem pra sempre”. E daí se originou Eros, o impulso para recompor a antiga natureza e restaurar a antiga perfeição.

Quando se afirma perceber o erotismo permeando a correspondência é no sentido freudiano de impulso, de sexualidade, que não necessariamente vai resultar em relacionamento sexual. Ele já é, por si, pela expressão, pelo desejo de continuidade e de união.

Percebe-se o relacionamento dos dois através da correspondência da mesma maneira que a arte pode ser percebida como um processo humano que se circunscreve ao domínio de Eros e que se realiza como expressão dessa nostalgia de completude e de conexão com o cosmo.

A comunicação que se estabelece entre os dois é nitidamente erótica. O prazer em escrever para o outro não é, em primeira instância, intelectual ou racional, embora a razão possa interferir através de julgamentos. A figura que um representa para o outro é sempre sensual: ou agrada ou desagrada, ou toca e conecta ou é indiferente. No caso é visível a admiração recíproca.

Outra confusão que se percebe nas interpretações da correspondência do imperador e da condessa, refere-se a não distinção dos conceitos de erotismo e de pornografia. Terreno perigoso e polêmico, mas necessário para que se possa clarear um pouco mais o ponto de vista.

³³¹ BRANCO, Lúcia Castello. *O que é erotismo. Op. Cit.*, p.10.

Quando se reduz o conceito de sexualidade às relações sexuais, o de erotismo ao comportamento sexual e a pornografia ao que é de extremo mau gosto, as interpretações tornam-se simplistas e ineficazes. Não é difícil ouvir que é impossível “enxergar” erotismo na correspondência porque elas não dizem nada sobre sexo. Logo se percebe que, para muitos, o erotismo só estaria presente se houvessem “conversas picantes” alusivas ao sexo - como as cartas trocadas entre a Marquesa de Santos e o pai de Pedro II, D. Pedro I, que descreviam, com riqueza de detalhes as relações sexuais e os desejos sexuais de cada um. Longe de tentar classificar as cartas de Pedro I, que merecem outro estudo, elas costumam ser interpretadas ora como eróticas, porque contém a intenção sexual explícita, e ora como pornográficas, porque o componente sexual explícito nelas parece chocar alguns e remeter ao “mau gosto”.

Parece que, ao senso comum, a intenção sexual velada e de “bom gosto” seria erótica e a explícita, de “mau gosto”, seria a pornográfica. É muito difícil trabalhar com esses conceitos, bastante imprecisos. Eles são perigosos e parciais, como qualquer tentativa de compreensão e análise da pornografia que não contextualize o fenômeno e que não considere os valores, as idéias e as normas de conduta em vigor no grupo social e no momento histórico em que determinada obra ou comportamento foram considerados pornográficos, segundo Branco³³².

Se é impossível determinar as variantes do conceito de pornografia numa única definição, torna-se ainda mais difícil e perigoso tentar demarcar rigidamente os territórios do erotismo e da pornografia. Entretanto, Branco³³³ aponta alguns traços específicos aos dois fenômenos que nos permite estabelecer uma diferenciação razoavelmente nítida entre eles.

Para Branco, o que confere um aspecto de “nobreza” ao erotismo é, para os defensores dessa distinção, o fato de ele não se vincular diretamente à sexualidade, enquanto a pornografia exibiria e exploraria incansavelmente esse aspecto. Concordamos com a definição

³³² BRANCO, Lúcia Castello. *O que é erotismo. Op. Cit.*, p.18.

³³³ *Ibid.*, p. 19.

de Branco, mas trocaríamos a palavra sexualidade por relação sexual, mas de acordo com a nossa concepção. A pornografia, nesta concepção exibiria e exploraria unicamente a relação sexual e os órgãos genitais.

Outro aspecto apontado por Branco³³⁴ se refere ao caráter moralizante da distinção entre erotismo e pornografia. Se o erotismo é “nobre” exatamente por esconder a relação sexual, e a pornografia “grosseira” porque revela, é evidente que, em última instância, todo impulso sexual, natural ao ser humano, deverá ser considerado também grosseiro e vulgar.

A etimologia da palavra *pornografia* já enfatiza certo aspecto comercial, consumista, que se transformou em objetivo prioritário de qualquer material pornográfico após a industrialização. Do grego *pornos* (prostituta) + *grafo* (escrever), o termo pornografia designa a escrita da prostituição, ou a escrita acerca do “comércio do amor sexual”, segundo o dicionário de Aurélio Buarque de Hollanda. Essa idéia de comércio é encontrada já na palavra *pornos*, derivada do verbo *pernemi*, que significa vender.

Lucia Castelo Branco³³⁵ destaca o aspecto comercial da pornografia e da ideologia subjacente aos seus textos. Para ela, de maneira geral, é necessário que acreditemos e compactuemos de alguma maneira com algumas idéias, sentimentos e desejos dos personagens de muitos textos pornográficos, para que possamos encontrar prazer em sua leitura.

De forma geral, é necessário acreditar no domínio da superioridade masculina para encontrar prazer na mocinha submissa, ao lado do macho autoritário e insaciável. É preciso aceitar e apoiar a situação de desigualdade social em que vivemos para encontrar prazer nas relações desiguais entre patrão e empregada (quando de uma forma ou de outra, ela é obrigada a ceder), e é fundamental crer, sobretudo na preservação do casamento burguês, já que essas ousadias só têm lugar fora do lar e se constituem em estratégias para ajudar a

³³⁴ BRANCO, Lúcia Castello. *O que é erotismo*. Op. Cit., p. 20.

³³⁵ *Ibid.*, p. 24.

manter o casamento, a torná-lo menos monótono. Existe aí uma forma subliminar de comércio, que se efetua através da troca de determinados valores por uma dose “razoável” de prazer³³⁶.

O erotismo, ao contrário, corresponde a uma modalidade não utilitária de prazer exatamente porque propõe o gozo como fim em si. Ele seria um fenômeno poderoso e subversivo exatamente porque caminha em direção à reunião dos seres, à sua imersão na origem e à sua reintegração na ordem natural do universo, segundo o mito platônico.

A pornografia insiste sempre na mutilação dos seres, no gozo parcial, superficial e solitário, nas relações exclusivamente sexuais, que excluam qualquer tipo de sentimento, além de veicular valores que, ao invés de subverter a ordem, procuram preservá-la e até enobrecê-la. Ela reduziria totalmente a sexualidade às relações sexuais e a superficialidade das relações humanas, onde a quantificação é privilegiada e o falo representa o símbolo maior de todo o prazer.

As conexões paixão-morte, segundo Branco³³⁷ atravessam a literatura do Ocidente e vestem diferentes roupagens, de acordo com o momento histórico em que se manifestam. Tanto nesse caso, como na literatura ocidental, Eros e morte permanecem irremediável e paradoxalmente unidos e não é por obra do acaso.

Para Freud, haveria em nosso inconsciente duas forças antagônicas: Eros, o impulso de vida e Tanatos, o impulso de morte. Essas forças viveriam em conflito, uma vez que caminham em direções opostas, mas o prazer dos seres humanos não se vincularia necessariamente à vida, podendo algumas vezes estar intimamente aliado a Tanatos, à morte.

Reich e Marcuse, mais tarde reformularam algumas concepções de Freud e compreenderam Tanatos não como um princípio natural do indivíduo, mas como resposta

³³⁶ BRANCO, Lúcia Castello. *O que é erotismo. Op. Cit.*, p. 24.

³³⁷ *Ibid.*, p. 24.

³³⁷ *Ibid.*, p. 30.

humana à repressão sexual que nos é imposta pela vida em sociedade. Para eles, a agressividade, a violência, a destruição são formas de prazer aprendidas no convívio social e na prática repressiva das sociedades. Toda a literatura ocidental estaria, portanto, profundamente marcada pelo crivo da repressão sexual, que se manifestaria, sobretudo, através dessa conexão Eros – morte. O que explicaria o porquê de termos associado à história do imperador e da condessa a uma história romântica, já que não estamos imunes a esta conexão Eros - morte.

Sendo a história do erotismo no Ocidente profundamente marcada pela repressão, e estando a repressão evidentemente aliada à morte, não há como negar, conforme Branco³³⁸, que, em nossa cultura, o par Eros – morte funcione muitas vezes como elemento denotador de nossa sexualidade reprimida.

Bataille³³⁹ construiu o seu conceito de erotismo baseado numa observação totalmente biológica: a reprodução assexuada e sexuada dos seres. E concluiu que para se originar uma nova vida, é necessário que uma antiga vida se desfça, deixe de existir. Na reprodução assexuada, a célula se divide em dois núcleos no momento de seu crescimento, ou seja, de um núcleo resultam dois. Para ele, houve o desaparecimento ou a morte de um ser para que houvesse o nascimento de outro.

Na reprodução sexuada é necessário que o espermatozóide e o óvulo deixem de existir para que se origine novo um ser. A vida seria, para ele, produto e decomposição da própria vida. E estamos irremediavelmente marcados por este impulso resultante de duas forças antagônicas, mas complementares: a vida e a morte. O que move o indivíduo no erotismo é o desejo de permanecer através da fusão com o outro, o desejo de continuar, de superar a morte.

³³⁸ BRANCO, Lúcia Castello. *O que é erotismo. Op. Cit.*, p. 33.

³³⁹ Ver: BATAILLE, Georges. *O erotismo*. Porto Alegre: L&PM, 1987.

Mas essa fusão com o outro seria sempre momentânea e fugidia, e estaria condenada a desaparecer para que os indivíduos continuem existindo como seres distintos. A fusão total, duradoura e eterna só seria possível através da morte dos indivíduos. Eros é movido por um desejo extremo de vida, de permanência e continuidade, que fatalmente culminaria em um desejo de fusão, numa ânsia de perda de identidade, no abismo da morte. Daí o orgasmo ter sido batizado pelos franceses de *petit mort*.

Se o impulso de morte é consequência da sexualidade reprimida, conforme apontam Reich e Marcuse, ou se é algo natural e biologicamente determinado, como aponta Bataille, não podemos ter certeza. Mas prefere-se acreditar que nossa anatomia não tenha nunca o poder de definir o nosso destino. Continuamos a insistir que absolutamente todos os aspectos que envolvem a sexualidade humana são históricos e culturalmente construídos.

O sociólogo Francesco Alberoni³⁴⁰ tentou decifrar o erotismo, mas a partir das diferenças culturais, e não biológicas, existentes entre homens e mulheres. Dois aspectos abordados por ele nos chamaram a atenção por virem ao encontro de nosso olhar sobre a correspondência do imperador e da condessa: a inserção do erotismo na amizade e a conceituação do homem sedutor.

Para Alberoni³⁴¹, ao surgir na amizade, o erotismo a princípio é apenas um acréscimo, ou um desejo de conhecer melhor o outro. Para ele, somente a intimidade erótica é capaz de revelar aspectos desconhecidos e profundos da pessoa. A confiança gerada pela amizade permitiria um abandono tranquilo.

O erotismo que aparece através de uma relação de amizade seria, por definição, bilateral. Cada um se esforçaria para dar ao outro o que julga lhe possa dar prazer, respeitando a sua liberdade. No relacionamento amoroso que nasce da amizade, já existe uma *afinidade eletiva* e também aquele respeito à liberdade do outro, o reconhecimento do limite que, no

³⁴⁰ Ver: ALBERONI, Francesco. *O erotismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

³⁴¹ *Ibid.*, p. 177.

amor explosivo, é encontrado com dor e tormento. A amizade deixaria ao homem suas fantasias de liberdade, isto é, de poder interromper a relação quando quiser. Daria à mulher a segurança de uma continuidade de afetos, defendendo-a do medo da perda.

A amizade erótica é difícil. Porque a amizade possui uma estrutura granular. Não é necessário que o amigo esteja próximo, em contato com a pele. Não é exclusiva e se preocupa essencialmente com o prazer do amigo, com quem quer que ele o procure.

A *amizade amorosa* é possível também quando um dos dois está apaixonado e o outro não. O primeiro, então, ama apaixonadamente, possui um erotismo sacral. O outro, ao contrário, sente-se acima de tudo amado, adorado. Em um sistema voluntarístico onde ambos devem dizer “a verdade”, esta situação não poderia persistir. Posto o dilema “ou me ama ou não me ama”, a relação deveria terminar. O terreno da amizade, ao contrário, permite o seu desenvolvimento. Ser amigo³⁴² significa admitir a diversidade, tolerar uma separação entre os desejos recíprocos. Significa, acima de tudo, não colocar alternativas, dilemas, coações.

A pessoa que não está apaixonada, mas que se sente amada assim, não faz perguntas. Aceita o prazer do amor do outro, aceita também sua adoração. O apaixonado por sua vez, não se sente constrangido a decidir. Sente a amizade do outro como um refúgio seguro. Não será abandonado sem uma palavra. Sabe que o outro sente por ele um afeto sincero, que é leal. Este tipo de amor assimétrico produz, em geral, um fortíssimo erotismo recíproco. Com a condição de que a pessoa apaixonada não ponha alternativas totais, mas contente-se com o amor que lhe é dado e tome o erotismo como prova suficiente de amor.

A amizade erótica é, para Alberoni³⁴³, governada pelo registro da amizade, descontínua, extraordinária, livre. Só pode existir se o enamoramento se explica, ainda que resistindo docemente. Fornece ao enamoramento somente um quadro descontínuo de expressão, porém lhe assegura também algo precioso: a duração. Porque mesmo a amizade é

³⁴² ALBERONI, Francesco. *O erotismo. Op. Cit.*, p. 179.

³⁴³ *Ibid.*, p. 180.

concebida para sempre. O desenfreamento erótico, a “bolha de tempo”, o “arrepio” nela podem encontrar seu nicho. Através desse tipo de erotismo uma pessoa apaixonada pode viver as emoções eróticas mais intensas ao lado do objeto do seu amor, mesmo que o outro não esteja tão enamorado como ela. O erotismo possui uma regra de perfeição que une os seres humanos através do desejo de encontrar uma felicidade ainda maior. “A filigrana de encontros de amizade acrescenta-se a filigrana dos períodos esplendentes, das revelações eróticas e isto, por si só, tende a criar um relacionamento duradouro.”.

Pelo fato de a maioria das cartas da condessa ter sido queimada pelo imperador, existe a dificuldade em afirmar muitas coisas, porque não sabemos muito do que foi escrito por ela. Mas a correspondência, como se apresenta, mostra, a meu ver, muito da amizade erótica ou amorosa colocada por Alberoni. Consegue-se perceber um ritmo, conforme já mencionei. Um início mais formal que se estende, coincidentemente ou não, até a morte do conde de Barral, depois se intensifica e apresenta nuances de uma intimidade maior, que aos poucos parece cristalizar-se até o final. No diálogo epistolar, o imperador apresenta-se como o amigo que traz o elemento erótico para o relacionamento e a condessa como o elemento que se sente amado e admirado.

Outro aspecto de contribuição de Alberoni é sobre a sua observação sobre o que vem a ser o homem sedutor e que também, a meu ver, assemelha-se muito à maneira com que o imperador se coloca na correspondência. Ao tentar desvendar a figura do sedutor acredita-se que Alberoni consegue expandir um pouco o conceito e distanciar-se bastante dos estereótipos que geralmente lhe são associados.

Para Alberoni, *a cultura ocidental dominante enfatiza, estimula, impõe* uma necessidade no erotismo feminino de momentos suaves, de mudanças graduais, quase invisíveis. Isso, é claro, não exclui as inúmeras exceções. E ao desejo do homem valoriza e o interpreta como uma invasão, uma intrusão apressada e violenta. Para ele, a cultura ensina e

valoriza certa continuidade no comportamento feminino e uma descontinuidade no comportamento masculino. O ritual de admissão (feminino), as carícias, o abraço carinhoso e forte, seriam maneiras de reduzir ao mínimo a descontinuidade masculina.

As regras de namoro da cultura ocidental pedem que o homem acompanhe o ritmo da mulher (com certeza, intencionais para reforçar as diferenças e imprimir-lhe uma delicadeza), desculpe-se pela intrusão, que seja atencioso, divertido, cortês, emocionalmente disponível, que aceite a opinião livre e expressa da mulher e sua vontade. Dentro do entendimento ocidental dominante sobre o desejo feminino, a mulher quer ser seduzida, excitada, mas segundo os seus tempos, os seus ritmos, de forma harmoniosa. Quer ser envolvida pelas emoções.

Alberoni não diz, mas parece ter certeza de que, em geral, os homens não sabem corresponder a esse modelo de comportamento com muita competência. Porque é justamente aí que se insere o sedutor. Instala-se no âmago do espírito feminino, adere a ele, funde-se com ele até desaparecer. O grande sedutor, seria aquele que encanta as mulheres e libera o seu erotismo, fala com elas como se fosse uma mulher. E a diferença estaria justamente na maneira como fala, como escolhe as palavras e como diz.

Nessa “educação sentimental ocidental”, onde a mulher geralmente é ensinada a não gostar da “violência” do desejo masculino, o grande sedutor age de maneira tranquilizadora, persuasiva, segura. Geralmente demonstra a segurança do pai e a compreensão da mãe. Diz somente o que uma mulher diria. Fala do corpo feminino com a delicadeza que se espera da mulher. Evoca e fala de sensações das quais somente as mulheres gostam de falar. O grande sedutor tem paciência, dá-lhe tempo para se preparar, para fantasiar, para se encantar, para se excitar e para se entregar. Jamais mostra o seu desejo, a sua urgência. A cada instante faz à mulher a promessa que ela foi ensinada a esperar: não lhe peço para mudar, não uso violência para com você, não quero nada para mim. E torna-se, ao mesmo tempo, tranquilizador como

os pais, alegre e impaciente como a amiga adolescente, cúmplice como o espelho, fazendo como se a mulher se sinta admirada, descobrindo-se, fantasiando. O sedutor³⁴⁴ conhece e interiorizou as fantasias femininas e a toca como tocaria uma amiga. Quando a mulher se entrega nem mesmo sabe por que o fez, tal a naturalidade com que tudo aconteceu.

Para Alberoni³⁴⁵, o inexperiente, ao contrário, é tímido, desastrado, portador de certa urgência sem palavras, explosiva, incapaz de se tornar urgência do outro. A urgência do tímido seria violenta, nua. E a mulher perceberia essa violência como dupla, a do desejo e da repressão. O gaguejar do tímido o revela. O grande sedutor situa-se no extremo oposto. Torna sua a necessidade da mulher, identifica-se com ela. Sua voz hipnótica dá voz ao seu desejo, às suas fantasias, dissolve seus medos e a leva a realizar o que a fez fantasiar.

Pode-se considerar como grande sedutor somente aquele que sabe conduzir o jogo até o final. Mesmo abandonando a mulher, deve deixar sempre uma boa recordação de si mesmo. Para ele, poucos homens conseguem isto.

Na carta de 15 de março de 1877³⁴⁶, o imperador mostra o seu desejo, mas sempre com o cuidado de colocar em primeiro lugar o desejo da condessa:

“Condessa

Hoje deixo a Itália sentindo que você não a tivesse percorrido em minha companhia. Felizmente d’aquí há um mês estarei aí e se você quiser que de boas conversas teremos! Creia que as saudades crescem todos os dias – o mato custa a romper – e muita falta me têm feito suas cartas que julgava seriam freqüentes à medida que eu me aproximasse. Quem sabe se hoje não chegará uma: porque você agora escreve - me, - vá lá uma francesice! – à tour de role. Adeus!

Hoje estou um pouco mau, - embora a culpa seja de você – e por isso agora termino. Não sabe a raiva que me faz receber jornais de ontem de Paris e nem uma linha de você. Mas não vá ter medo de nosso encontro e fugir ainda mais de quem já estimou tanto. Com efeito é preciso que eu largue esta pena que eu

³⁴⁴ ALBERONI, Francesco. *O erotismo*. Op. Cit., p. 87.

³⁴⁵ *Ibid.*, p. 87.

³⁴⁶ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada*. Op. Cit., p.236.

*queria que tivesse penas como um passarinho para voar até –
bem sabe onde! (...)
Seu e sempre seu
P.”*

Em 18 de novembro de 1883 a condessa de Barral escreve de Grande Garenne par Neuvy Sur Barangeon³⁴⁷, na França, e no final da carta acrescenta uma observação:

*“(...) Confesse que passamos dias bem felizes devidos à
confiante amizade que nos consagramos há tantos anos e que
embora a manifestação dessa amizade seja outra, nem por isso é
menos viva. Assim sinto eu, e se um dia o tornar a ver será como
se o tivesse visto na véspera. Sempre com o mesmo prazer.
C. de Barral”*

Ao se despedir, na carta de 22 de janeiro de 1881, a condessa de Barral³⁴⁸ faz uma síntese dos sentimentos e escreve:

*“(...) Aceite minha dedicação, meu amor, meu respeito, minha
geografia, meu Museu de Versailles, enfim, tudo quanto posto
junto, faça uma farofa da velha amizade da
C. de Barral”*

O jeito sedutor do imperador parece que se modifica um pouco quando está perto de se encontrar com a condessa de Barral em suas viagens. Mesmo respeitando o desejo dela, parece que lhe é difícil segurar a ansiedade. No ano de 1876, ao saber que iria vê-la, na França, no mês de Julho, termina todas as suas cartas com: “*Tomara já o mês de julho!*” É impressionante a frequência da frase. Ao se aproximar da França em abril de 1877, tenta justificar a ansiedade e recuperar o antigo posto³⁴⁹:

³⁴⁷ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890. Op. Cit.*, p.227.

³⁴⁸ *Ibid.*, p. 167.

³⁴⁹ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada. Op. Cit.*, p. 246.

“Condessa

Não quero que durante a minha estada perto de você haja de minha parte seja o que for que possa parecer-lhe menos amizade de quem tanto lhe quis e sempre quererá.

Já há de ter recebido meu telegrama de Weimar. Se minha delicadeza intencional desagradou-lhe perdoe – me; porém confesse que não pensa mais que eu esquecesse o dia 13. (Dia do aniversário da condessa)

Tudo mais de sua carta de 14 que me magoou, embora provando que você não é indiferente à minha afeição há de ser completamente respondido quando você dentro de poucos dias reconhecer que não mereço o que me escreveu.

Não quero, ainda que o deseje, que você me acuse de injusto, e por isso não discutirei nossa recíproca afeição dizendo apenas que o que mais tenho sofrido é a ausência de você.

Muito me tem tardado o dia de depois de amanhã, e deveras ficado profundamente melancólico quando reflito que passado estes meses só por cartas lhe mostrarei que não tem melhor amigo do que eu.

Por que há de você julgar sempre que não lhe quero como sempre lhe quis nos tempos de que também me recordo todos os dias?

Adeus! Meu abraço a nosso rapaz e pense como eu, somente no imenso prazer de nos encontrarmos de novo... Adeus, até depois d’amanhã.

Seu e sempre seu

P.

Reli sua carta e rasguei-a. Não quero perturbar a alegria de depois d’amanhã – ao menos minha.”

Nessa teia de ambigüidades em que eles tecem o exercício de si mesmos, entre ondas de amor romântico, erotismo e reafirmações constantes de amizade, um discurso sempre se destaca dos demais, dependendo do momento. Os últimos nove anos da correspondência parecem emblemáticos, pois representam também os últimos anos da vida de nossos personagens e, a meu ver, o momento do discurso amoroso mais intenso.

Palavras à deriva

“(…) O amante fala por pacotes de frases, mas não integra essas frases num nível superior, numa obra; é um discurso horizontal: nenhuma transcendência, nenhuma salvação, nenhum romance (mas muito de romanesco)”.³⁵⁰

Roland Barthes

Diferente da amizade que os nossos personagens afirmam e reafirmam em cada carta, o amor nem mesmo é mencionado. Para que ele tenha certa visibilidade no diálogo epistolar da condessa e do imperador, recorreu-se a concepção de Roland Barthes³⁵¹ sobre o discurso amoroso.

Ao escrever *Fragmentos de um discurso amoroso*, Barthes partiu do princípio de que não se devia reduzir o amante a um simples sujeito sintomal, mas antes fazer ouvir o que há em sua voz de inatual, quer dizer, de intratável. Ele substituiu a descrição do discurso amoroso por sua simulação e devolveu a esse discurso sua pessoa fundamental, que é o *eu*, a fim de pôr em cena uma enunciação, não uma análise. Daí emerge um perfil, que está sendo proposto, que não é psicológico, mas estrutural porque oferece à leitura um lugar de palavra, o lugar de alguém que fala em si mesmo, amorosamente, em face do outro (o objeto amado), que não fala.

Para Barthes, o discurso amoroso é de uma extrema solidão. Apesar de ser falado por milhares de sujeitos, não é sustentado por ninguém, sendo completamente relegado pelas linguagens existentes, ignorado, depreciado, zombado e excluído não apenas do poder, mas também de seus mecanismos, como a ciência, a arte e os saberes. E nos lembra que, “quando um discurso é assim lançado por sua própria força na deriva do inatual, deportado para fora

³⁵⁰ BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. São Paulo: Martins Fontes, 2003

³⁵¹ *Ibid.*

de toda gregariedade, nada mais lhe resta além de ser o lugar, por exíguo que seja, de uma afirmação³⁵².

Para Barthes³⁵³ *Dis-cursus*, é originalmente, ação de correr de cá para lá; são idas e vindas, “caminhos”, “intrigas”. O amante não pára de correr dentro da própria cabeça, de encetar novos caminhos e de intrigar contra si mesmo. Seu discurso existe unicamente por ondas de linguagem, que lhe vêm ao sabor de circunstâncias ínfimas, aleatórias.

Para ele, esses cacos de discurso podem ser chamados de *figuras*. E esta palavra deve ser entendida ginástico ou coreográfico, no sentido grego, como um gesto do corpo apanhado em ação e não contemplado em repouso. Como o que é possível imobilizar do corpo tenso. Assim, diz Barthes, o amante presa de suas figuras: ele se entrega a um esporte meio louco, esfalfa-se, como o atleta; fraseia, como o orador; é apanhado, siderado num papel, como uma estátua. A figura é o amante em ação. Ele continua³⁵⁴:

Pouco importa, no fundo, que a dispersão do texto seja rica ali e pobre acolá; existem tempos mortos, muitas figuras têm fôlego curto; algumas, sendo hipóstases de todo o discurso amoroso, têm a raridade mesma – a pobreza – das essências: que dizer do Langor, da Imagem, da Carta de amor, pois que é todo o discurso amoroso tecido de desejo, de imaginário e de declarações? Mas aquele que sustenta esse discurso e recorta-lhe os episódios não sabe que, como bom sujeito cultural, não deve se repetir, nem se contradizer, nem tomar o todo pela parte; sabe apenas que o que lhe passa pela cabeça em dado momento é marcado como os traços de um código.

(...) Ao longo de toda a vida amorosa, as figuras surgem na cabeça do sujeito amoroso sem nenhuma ordem, pois dependem a cada vez de um acaso (interior ou exterior).

(...) Nenhuma lógica liga as figuras, determina sua contigüidade: as figuras não pertencem a nenhum sintagma, a nenhuma narração: são Eríneas, agitam-se, chocam-se, apaziguam-se, reúnem-se, afastam-se, sem mais ordem do que uma revoada de mosquitos. O dis-cursus amoroso não é dialético, pois gira como um calendário perpétuo, uma enciclopédia da cultura afetiva (no amante, um quê de Bouvard e Pécuchet).

³⁵² BARTHES, Roland. *Fragments de um discurso amoroso*. Op. Cit., p. XVI.

³⁵³ *Ibid.*, p. XVI.

³⁵⁴ *Ibid.*, p. XIX.

(...) O amante fala por pacotes de frases, mas não integra essas frases num nível superior, numa obra; é um discurso horizontal: nenhuma transcendência, nenhuma salvação, nenhum romance (mas muito de romanesco). Todo episódio amoroso pode, decerto, ser dotado de um sentido; ele nasce, desenvolve-se e morre, segue um caminho que é sempre possível interpretar segundo uma causalidade ou uma finalidade, até mesmo se for preciso moralizar (“Eu estava louco, agora estou curado”, “O amor é um engodo do qual se deverá doravante desconfiar”, etc): é a história de amor, submetida ao grande. Outro narrativo, à opinião geral que deprecia toda força excessiva e quer que o próprio sujeito reduza o grande jorro imaginário pelo qual é atravessado, sem ordem e sem fim, a uma crise dolorosa, mórbida, da qual é preciso curar-se (“Isso nasce, cresce, faz sofrer e passa”, exatamente como uma doença hipócrita); a história de amor (a aventura) é o tributo que o amante deve pagar ao mundo para reconciliar-se com ele. Completamente diverso é o discurso, o solilóquio, o a parte, que acompanha essa história, sem jamais conhecê-la.

Barthes³⁵⁵ entende a *carta de amor* como um corpo apanhado em ação, com uma dialética particular, ao mesmo tempo vazia (codificada) e expressiva (carregada da vontade de significar o desejo). E capta a estrutura ou a dinâmica da carta de amor a partir das cartas escritas pelo jovem Werther³⁵⁶, o personagem de Goethe, ao mesmo tempo em que faz uma analogia com o pensamento de Freud.

Para ele, quando Werther (em exercício junto ao embaixador) escreve a Charlotte, sua carta obedece ao seguinte plano: 1. Que alegria pensar em você! 2. Encontro-me aqui num meio mundano, e, sem você, sinto-me sozinho; 3. Encontrei alguém (a senhorita B...) que se

³⁵⁵ BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. Op. Cit., p.45.

³⁵⁶ Os Sofrimentos do Jovem Werther (1774) é uma obra-prima da literatura mundial, marco inicial do romantismo e uma das primeiras obras de Johann Wolfgang Von Goethe. Trata-se de um romance epistolar de cunho autobiográfico, ainda que Goethe tenha cuidado para que nomes e lugares fossem trocados e, naturalmente, algumas partes fictícias acrescentadas, como o final. Neste livro, o suposto Jovem Werther envia por um longo período cartas ao narrador que, no próprio livro, através de notas de rodapé, afirma que nomes e lugares foram trocados. O romance é escrito em primeira pessoa e com poucas personagens. Na época ocorreu, na Europa, uma onda de suicídios, de tão profundo que Goethe fora em suas palavras. Num estilo completamente adverso a Fausto, mas não menor que neste. Werther é marcado por uma paixão profunda, tempestuosa e desditosa, ou seja, marcada pelo fim trágico. Com o suicídio do protagonista, devido ao amor aparentemente não correspondido, J. W. Goethe põe um pouco de sua vida na obra, pois ele também vivera um amor não correspondido, apesar de, evidentemente, não ter cometido o ato de se matar. Para o herói, a vida só tem um sentido: Charlotte. E ela o leva à morte, como já dito. Para Goethe, outra Charlotte, dessa vez real, o faria padecer sobre uma das muitas paixões que arrecadou durante sua vida. Na época havia supervalorização dos sentimentos, as pessoas se guiavam pelos sentimentos e se identificavam com as obras que retratavam sofrimento. Acreditavam que a única solução para seus problemas era a morte.

parece com você e com quem posso falar de você; 4. Faço votos de que nos possamos reunir.

– Uma única informação é variada, ao modo de um tema musical: *penso em você*. Que quer dizer isto, ‘pensar em alguém’? Quer dizer: esquecê-lo (sem esquecimento, não há vida possível) e despertar muitas vezes desse esquecimento. Muitas coisas, por associação. Inserem você em meu discurso. ‘Pensar em você’ não quer dizer nada mais do que esta metonímia. Pois, em si, esse pensamento é vazio: não o penso; simplesmente, faço-o retornar (na medida mesma em que o esqueço). É a esta forma (a este ritmo) que chamo ‘pensamento’; *nada tenho a dizer a você*, senão que este nada é a você que o digo.

Em carta³⁵⁷ escrita em Boston, em 12 de junho de 1876, o imperador segue a dinâmica apontada por Barthes. Primeiro, expressando a alegria de pensar nela:

*“Condessa
Não imagina o prazer que suas cartas me causaram. Não pensei que as saudades chegassem a tanto; também considero a Você como uma das minhas melhores afeições. Você também se lembra todos os dias do viajante? Queria enviar-lhe o meu diário; mas o tempo é muito escasso e disse à Isabel que podia comunicá-lo a Você.”*

Em seguida tenta lhe mostrar o lugar onde se encontra e a reafirmar a sua solidão, confirmando que, como desejo, a carta de amor espera resposta; impõe implicitamente ao outro que responda – e sem esta resposta, sua imagem se altera, torna-se outra.

Barthes lembra uma carta de Freud à sua noiva em que este a adverte sobre os significados de ignorar as cartas enviadas. Para Freud, sem respostas, tudo seria reduzido há perpétuos monólogos a respeito de um ser amado que, não sendo retificados nem alimentados pelo ser amado, resultariam em idéias errôneas quanto às relações mútuas, e nos tornariam estranhos um ao outro quando nos reencontrássemos e achássemos as coisas diferentes daquilo que, sem confirmação, imaginávamos. Aquele que aceitar as ‘injustiças’ da

³⁵⁷ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada. Op. Cit.*, p.183-184.

comunicação, e continuar a falar suavemente, carinhosamente, sem que lhe respondam, este conquistará um grande domínio: o da Mãe.

Mesmo preocupado com a visão da condessa de Barral, que segundo Magalhães Jr.³⁵⁸ começava a se turvar pela catarata, o imperador, suavemente se colocava fora dos domínios da mãe:

“Já antecipei a resposta a sua carta última de 18 de maio – um mês quase, e estou a pouco mais de 10 dias de aí! Peço-lhe que não canse os seus olhos. Uma palavrinha basta; mas é excelente para quem viaja e acha-se às vezes tão só no meio do maior borborinho.

Devo sair daqui a pouco – e por isso continuarei logo a minha carta; contudo direi desde já que o Niágara é surpreendente. Que oceano a despejar-se! Que efeito quase infernal senti eu debaixo de parte da cascata! Até esta noite!”

Diante da impossibilidade de um encontro com algum conhecido em comum com a condessa, o imperador comenta sobre amigos e notícias comuns aos dois:

“A nossa amiga Mme. Planat³⁵⁹ há de pular de contente com a folha que lhe mando da árvore que sombreia a sepultura de Channing, que visitei antes d’ontem.

E a morte de George Sand? Tenho seguido as notícias de lá. Os 50 anos ainda não me pesam muito.”

E, por último, a carta do imperador cumpre a risca o desfecho proposto por Barthes, registra o desejo de um novo encontro, investindo mais uma vez nas inúmeras variações do singelo “penso em você”. Como Werther, ele esquece por um minuto a condessa, mas ela está presente nas suas associações, através de Mme. Planat, da morte de George Sand, na solidão que sente em um país estranho e desperta:

“Mando-lhe lembranças do Niágara, cujo aspecto excede a nossa expectativa. (...) Também lhe envio uma caixinha com a vista d’uns ‘rapids’ de S. Lourenço.

³⁵⁸ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada. Op. Cit.*, 183-184.

³⁵⁹ Madame Planat de La Faye

Tenho tanto para contar-lhe! Quem me dera já e já o nosso encontro. Se você não tem saudades eu vou as sentindo cada vez mais.

Adeus! Não tenho tempo mais. Quando terei cartas suas? Escreva-me sempre que não cansar seus olhos. Meu abraço a nosso rapaz e creia-me se possível, cada vez mais Seu P.³⁶⁰

Em *A Fofoca*, Barthes³⁶¹ explora a mágoa sentida pelo sujeito amoroso quando constata que o ser amado está envolvido numa fofoca, e ouve falar dele de um modo comum. Para ele³⁶²:

A fofoca reduz o outro a ele/ela, e essa redução me é insuportável. O outro não é para mim nem ele nem ela; não tem senão seu próprio nome, seu nome próprio. O terceiro pronome é um pronome mau: é o pronome da não-pessoa, ele ausenta, ele anula. Quando constato que o discurso comum apodera-se de meu outro e o devolve a mim sob a forma exangue de um substituto universal, aplicado a todas as coisas que não estão presentes, é como se eu o visse morto, reduzido, guardado numa urna na parede do grande mausoléu da linguagem. Para mim, o outro não poderia ser um referente: você é sempre apenas você, não quero que o Outro fale de você.

A carta/diário escrita pela condessa de Barral no dia 30 de março de 1882³⁶³ expressa muito da sua indignação por ver o imperador envolvido em uma situação³⁶⁴ que ela considera injusta e onde a figura dele passa a ser reduzida - primeiramente pelos comentários de cortesãos, depois através dos jornais. Ela conta:

“(...) O jantar foi muito bom mas agitado pela notícias telegráfica de haverem sido roubadas as jóias de S.M. a Imperatriz do Brasil. Nem posso supor que semelhante coisa possa ser possível.”

No dia seguinte a Condessa comenta:

“Estou morta por saber isso o que foi. Talvez descuido no dia 14 de março, não é assim? Já lhe furtaram a sua comenda de

³⁶⁰ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada*. Op. Cit., p.183-184.

³⁶¹ BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. Op. Cit., p.199.

³⁶² *Ibid.*, p.201-202.

³⁶³ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a suas majestades – 1859-1890*. Op. Cit., p. 200.

³⁶⁴ Trata-se do episódio do roubo das jóias da coroa, a que já nos referimos.

*brilhantes num dia de gala. Já furtaram oito belos brilhantes dados por V.M. ao Conde d'Eu. Enfim pesca-se bem no paço da cidade. Mas que desaforo, e que negligência na política interior de sua casa? Quem seria o ladrão?"*³⁶⁵

Depois, a condessa conheceu os fatos por meio dos periódicos cariocas, que curiosamente chegavam a Roma. As informações deixavam-na perplexa:

*"Li no jornal que foi o irmão do Pedro Paiva quem roubou os brilhantes e nem sei lhe dizer quanto isso me penalizou. [...] Mas que audácia! Estou morta pelas cartas que me devem contar esse fato. A sua, de 18, só diz que as jóias foram roubadas; mas nem então V. sabia por quem, nem me dava o menor detalhe, senão que tinham furado as portas; e eu fiquei na mesma até ler o jornal. Diga como V. soube, conte tudo e agora adeus (...)."*³⁶⁶

O diário epistolar prossegue, com outra carta datada de 22 de abril de 1882³⁶⁷, redigida pela condessa:

"Recebi os jornais e cartas que contam o achado das jóias. Li tudo com muita atenção e a impressão de nojo que me ficou de tudo nem a sei exprimir a V. M. Longe de mim o pensamento de que V.M. exercesse a menor influência sobre a marcha da polícia e da justiça, mas, soltarem os acusados sobre os quais pesam suspeitas tão graves, pelo mero fato de se terem achado as jóias, é um flagrante de imoralidade, e eu digo com não sei que jornal que na lama donde se tiraram os brilhantes, se enterrou a justiça. Quem me dera poder conversar disso tudo com meu amigo e Senhor para saber toda a verdade mas essa ventura nunca terei. [...]. Fez muito bem de protestar contra a acusação de ter intervindo na marcha de justiça e de ter fechado as portas do Palácio a esses homens. Compreendo quanto isso lhe havia de magoar por causa do Pedro Paiva, mas estou persuadida que ele mesmo deve compreender que V.M. não podia nem devia proceder de outra maneira. Eu nem me lembro desse Manuel de Paiva felizmente e muito contente fiquei quando vi que o pobre Rafael só tinha sido

³⁶⁵ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a suas majestades – 1859-1890. Op. Cit.*, p. 200.

³⁶⁶ *Ibid.*, p.208-209.

³⁶⁷ *Ibid.*, p. 208.

vítima de sua boa fé, ausentando-se do Paço, onde deveria talvez ter pernoitado se tal era sua obrigação. (...)

Fico ainda inquieta com tudo quanto pode sair dessa triste aventura, e indignada com certo folhetim que promete de continuar bulindo com uma doente digna de toda compaixão! Escreva-me tudo com a maior confiança, pois bem conhece minha descrição, e dela não precisa porque esse negócio é todo do domínio público. Que bobagem essa mascarada do chefe de polícia, essas barbas postiças que não iludem a ninguém, e para que iludir?”

Em *o intratável*³⁶⁸, Barthes aborda o amor como um valor que o sujeito afirma contra tudo e todos. Ele enfatiza:

Apesar das dificuldades de minha história, apesar dos mal-estares, das dúvidas, dos desesperos, apesar dos ímpetos de abandonar tudo, não paro de afirmar em mim mesmo o amor como um valor. Todos os argumentos que os mais diversos sistemas empregam para dissimular, limitar, esmaecer, em suma, depreciar o amor, escuto-os, mas obstino-me: “Sei disso, mas mesmo assim...” Atribuo as desvalorizações do amor a uma espécie de moral obscurantista, a um realismo-farsa, contra os quais ergo o real do valor: oponho a tudo “o que não vale a pena” no amor a afirmação do que nele vale. Essa teimosia é a profissão de amor; sob o concerto das ‘boas razões’ de amar de modo diferente, de amar melhor, de amar sem estar enamorado, etc., uma voz teimosa se faz ouvir que dura ‘um pouco mais de tempo’: voz do intratável amoroso.³⁶⁹

Essa voz teimosa, que se faz ouvir, que dura um pouco mais de tempo e é a voz do intratável amoroso, emerge em diversos períodos da correspondência, mas fala desconcertantemente mais alto durante a crise do império brasileiro através do personagem do imperador.

Na ocasião da crise do império no Brasil, onde se intensificam as agitações nas ruas comandadas por abolicionistas e republicanos, por uma tentativa de recuperação política do regime pela monarquia, com a decretação da reforma eleitoral, para o que se punham de acordo conservadores e liberais e a irrupção de uma campanha objetivando o protecionismo

³⁶⁸ BARTHES, Roland. *Fragments de um discurso amoroso*. Op. Cit., p.15.

³⁶⁹ *Ibid.*, p. 15.

industrial, as cartas diárias de Pedro II soam contraditoriamente suaves, persistentes e teimosas. É a própria voz do intratável amoroso:

“8/01/1880

Condessa,

Agora estou muito cansado e encalorado. Adeus! Que saudade de tudo, tudo! Boas noites!

9 – Nada de novo a não ser sua carta tão boa de 14 do passado. Como saborearíamos o jantarinho bem perto um do outro para conversarmos à nossa vontade! Saiba ao menos que seu amigo lhe quer sempre o mesmo e que suas cartas o alegram neste deserto que nem d’ele tem o sossego. Se confio que tudo se arranje é porque sei que faço o que devo para que isso se consiga, e tenho grande fé na justiça. Vivo aflito, sobretudo, porque faltam-me os amigos, entre os quais prima você, mas o estudo e a leitura e outras ocupações de espírito não me dão tempo para desesperar-me como outros. Esta é que é minha feliz natureza, e nada mais. Se me pusesse a fantasias livremente o que não posso realizar decerto que não teria resignação. Porém, basta de desabafo, e venha tudo o que você quiser mandar-me. Como irá o seu calo? Quem me dera estar aí para consolá-la da perninha estendida! Porque anda tudo tão disparatado neste mundo? Que fornalha está agora aqui. Adeus! E ainda adeus com boas noites de repetirem-se(...)”³⁷⁰

Na carta acima, vislumbramos bem a referência de Barthes a Werther, personagem de Goethe, quando este deveria escrever, naquela manhã, uma carta ‘importante’ – da qual depende o êxito de certa empresa - mas em vez disso escreve uma carta de amor –não enviada. Ao contrário, o nosso imperador/personagem a envia, preocupado que está com o calo da condessa de Barral. Tal como Werther, ele abandona alegremente tarefas insípidas, escrúpulos razoáveis, condutas reativas, impostos pelo mundo, em prol de uma tarefa inútil, oriunda de um dever vivo: o dever amoroso. Como o personagem de Goethe, o imperador faz discretamente coisas loucas; junto com a condessa, a única testemunha de sua loucura.

³⁷⁰ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada. Op. Cit., p.305.

Barthes³⁷¹ conclui: “O que o amor desnuda em mim é a *energia*. Tudo o que faço tem um sentido (posso *viver* sem gemer), mas esse sentido é uma finalidade inapreensível: nada mais é do que o sentido da minha força (...)”

Em *o ausente*, o autor³⁷² explora um dos fortes componentes das correspondências privadas: a ausência do outro. Como as cartas nem sempre se constituem em documentos “verdadeiros” conforme afirma Ionta³⁷³, pois obedecem as estratégias sociais e as próprias do gênero narrativo, são documentos agonísticos, que tensionam as fronteiras entre *exibir-se x ocultar-se; presença x ausência; distância x proximidade; oralidade x escrita; realidade x ficção*. O gênero epistolar é móvel e fluido em suas estratégias de linguagem e em seus limites discursivos. Para Barthes³⁷⁴, *ausência* é todo episódio de linguagem que encena a ausência do objeto amado – sejam quais forem sua causa e duração – e tende a transformar essa ausência em provação de abandono.

Ele novamente cita Werther, para quem só existe ausência do outro, pois é o outro que parte, e sou eu quem fica. O outro está em estado de perpétua partida, de viagem; é, por vocação, migrador, fugidio; eu sou, eu que amo, por vocação inversa, sedentário, imóvel, à disposição, à espera, plantado no lugar, *em sofrimento*, como um pacote num canto obscuro da estação. A ausência amorosa vai apenas numa direção, e pode ser dita apenas a partir de quem fica – e não de quem parte: *eu*, sempre presente, constitui-se apenas diante de ti, sempre ausente. Dizer a ausência é desde logo postular que o lugar do sujeito e o lugar do outro não podem permutar; quer dizer: “Sou menos amado do que amo.”

³⁷¹ BARTHES, Roland. *Fragments de um discurso amoroso*. Op. Cit., p.16.

³⁷² *Ibid.*, p. 35.

³⁷³ IONTA, Marilda Aparecida. *As cores da amizade na escrita epistolar de Anita Malfatti, Oneida Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade*. Op. Cit., p. 101.

³⁷⁴ BARTHES, Roland. *Fragments de um discurso amoroso*. Op. Cit., p.35.

Em carta de 21 de outubro de 1880³⁷⁵, o imperador expressa a sensação de “ser menos amado do que ama” causada pela ausência amorosa. Ele diz:

“Condessa

*10bro-(...) Espero carta de você. Esta noite receberá um abraço em troca do seu. **Porque é que você há de pelo menos parecer gostar menos de mim do que eu de você** – mas hoje só aguardo impaciente sua carta. Esta sai às 3 h. Vou para a festa do Cruzeiro. As festas não têm mais o ruge-ruge – frou-frou tão agradável e você ainda em cima rusga comigo em suas cartas. Ah, se você estivesse aqui eu me vingaria. O que não digo a você supra-o sua afeição e tome o abraço bem apertado de seu*

*e
Sempre seu amigo,
D.P.”*

Sempre presente está a ausência da condessa de Barral, sempre sentida e sempre registrada por Pedro II. Sete anos depois da carta anterior, ele continua:

“Florença 26 de fevereiro de 1877

Condessa

Acabo de chegar, e li sua carta de 22. Não receio indigestão de cartas suas o apetite da saudade é valente (...)

Seu

*P”*³⁷⁶

Ao citar Werther, Barthes nos lembra que há períodos no processo amoroso em que suportamos bem a ausência do outro. E nos sentimos ‘normais,’ como ‘todo mundo’ que suporta a partida de uma ‘pessoa cara’. Nesse período, agimos como sujeitos perfeitamente desmamados; alimentamos-nos, *enquanto esperamos*, de outras coisas além do seio materno. Essa ausência bem suportada, para Barthes³⁷⁷, nada mais seria do que o esquecimento. Somos então, intermitentemente, infiéis. Esta é a condição de nossa sobrevivência; pois, se não fosse possível o esquecimento, se morreria. O amante que não esquece *algumas vezes* morre por excesso, cansaço e tensão de memória, como Werther. O mais dramático é que acordamos

³⁷⁵ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada*. Op. Cit., p.371.

³⁷⁶ *Ibid.*, p. 234.

³⁷⁷ BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.35.

muito depressa desse esquecimento. E prontamente se instaura uma memória, uma perturbação. (...) No dia de 23 de fevereiro de 1876 o imperador escreve³⁷⁸:

“Condessa

(...) Conte-me sua vida aí. Minha filha lhe referirá o que temos feito; porém creia que olho sempre com imensas saudades para os quatinhos do anexo do hotel Leuenroth.

(...) Mais alimento às saudades. Deveras que o mundo é infinito para os amigos que não viveram sempre juntos.

Quanto mais teria de escrever; mas supre-o você. Adeus! Meu abraço a nosso caro rapaz, e creia que ninguém é mais amigo seu que seu

P.”



Ao fundo o Hotel Leuenroth, Friburgo-RJ, em foto tirada por D. Pedro II³⁷⁹

Nessa carta é perceptível a sua aceitação em se separar um pouco da condessa, ‘sem chorar’, assumindo o luto da relação, esquecendo um pouco, conforme Barthes. Afinal, ele tem uma vida independente dela, tem realizado algumas coisas além de escrever cartas e pensar nela. Ela pode se informar das novidades da vida com a filha dele, ele não quer contar.

³⁷⁸ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada*. Op. Cit., p. 159.

³⁷⁹ Disponível na Internet via [www](http://www.albertomarques.blogspot.com). Url: albertomarques.blogspot.com. Arquivo capturado em novembro de 2008.

As novidades não são importantes e ele não escreveu para falar delas. Logo em seguida surge o desejo e a necessidade pela figura da privação. Esta obsessão que ora transforma as cartas em lamúrias repetitivas de saudade e mais saudade foi percebida por Raimundo Magalhães Jr.³⁸⁰ e associada à certa falta de criatividade do imperador, além de “falta de jeito” para escrever cartas. Na verdade, Magalhães Jr. flagrou o imperador/amante como uma presa de suas figuras, “esfalfelando-se” como um atleta, siderado num papel, como uma estátua, conforme Barthes tão bem definiu o escritor de cartas amorosas. Dois anos depois, o imperador continua a narrar a mesma ausência sentida:

“Rio 15 de Agosto de 1880”³⁸¹

Condessa

Noite da Glória – cheio de saudades. Em que estará você pensando? Vou ler e depois – Quer ainda estas boas noites de Atenas? Você nem imagina como eu quero a você. Adeus!(...)”

Para Barthes, essa ausência do outro segura minha cabeça debaixo da água; pouco a pouco, sufoco, meu ar se rarefaz; é por essa asfixia que reconstituo minha ‘verdade’ e prepara o Intratável do amor.

Barthes³⁸² aponta a figura do *ciúme* nos fragmentos dos discursos amorosos. Ele utiliza a definição de Littré, para quem o ciúme é definido como um sentimento que nasce no amor e que é produzido pelo temor de que a pessoa amada prefira outro. Como referência escolheu Freud: “Quando amo, torno-me muito exclusivista. Ser ciumento é conforme. Recusar o ciúme, “ser perfeito,” é portanto transgredir uma lei.

Conclui Barthes³⁸³, “como ciumento, sofro quatro vezes: porque sou ciumento, porque me reprovo por sê-lo, porque temo que meu ciúme fira o outro, porque me deixo sujeitar por uma banalidade: sofro por ser excluído, por ser agressivo, por ser louco e por ser comum.”

³⁸⁰ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada. Op. Cit.*, p. 159.

³⁸¹ *Ibid.*, p. 356.

³⁸² BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso. Op. Cit.*, p.67.

³⁸³ *Ibid.*, p.69.

No diálogo epistolar de nossos personagens, Madame Ristori, amiga do imperador, parece ser o único alvo de pequenos comentários, da condessa de Barral, algumas vezes sutilmente ciumentos, outras vezes nem tanto. Mas com certeza, é a pessoa capaz de despertar certo “sofrimento” na condessa de Barral. De Roma, em 3 de abril de 1882³⁸⁴ ela escreve sua carta/diário, que inicia no dia 3 e termina em 19 do mesmo mês:

*“(...) Sábado 8.
Como este dia lhe fará inveja Nabucodonosor rex!³⁸⁵ ...
Aleluia em S. Carlos, visita ao bom Javari para lhe dar as
boas-festas, e de noite soirée em tout petit comité chez Mme.
Ristori enquanto a Marquesa³⁸⁶ realmente ainda muito bela (à
la lumière) só me falava nel caro Imperatore!³⁸⁷ E queria saber
se é verdade que ele deve chegar a 20 deste mês em Viena onde
está esperado! Ora realmente dei uma gargalhada homérica –
Ele a 20 em Viena e eu em Roma?!!! Mas voltemos ao Tosti.
(...)”*

Ironizando o interesse de Mme. Ristori pelo imperador, e do próprio imperador pela amiga distante dele, mas próxima dela, a condessa comenta a beleza de Ristori ao mesmo tempo em que zomba da ingenuidade da mulher que ainda não havia percebido que, se o imperador estivesse mesmo para chegar a Viena, naturalmente ela, a condessa de Barral, já estaria lá em sua companhia. À sua maneira, demarcou bem o seu território, mostrou *quem* é a preferida e expôs o seu temor. Em outra carta de 1881, sem especificação do mês³⁸⁸, a condessa tenta parecer natural:

*“Eu mandei Sua carta a Mme. Ristori, fiquei sabendo que ela
mora 48 Boulevard Malesherbes se não quiser que eu saiba de
Sua correspondência que d’ailleurs (aliás) eu acho muito
natural para lhe dar parabéns dos sucessos da Sobrinha. Vous
aves du temps pour tout.”³⁸⁹*

³⁸⁴ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890. Op. Cit.*, p. 204.

³⁸⁵ O Arquivo Nacional explica a expressão utilizada pela condessa como uma gozação à inveja que sentirá o imperador e o apelida de Nabucodonosor.

³⁸⁶ Mme. Ristori recebeu o título de Marquesa de Ristori bem como a nomeação de dama de honra da Rainha Margarida.

³⁸⁷ ...no querido imperador!

³⁸⁸ DE BARRAL, *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890. Op. Cit.*, p.176.

³⁸⁹ Você tem tempo para tudo!

Ao final ironiza o tempo que dispõe o imperador para mais uma correspondência pessoal revelando o ciúme.

Na dialética particular do discurso amoroso, a figura do *coração*, é, para Barthes³⁹⁰, a palavra que vale para todo tipo de movimentos e desejos, constituindo-se em objeto de dom – quer ignorado, quer rejeitado.

O coração, como o órgão do desejo, que infla, fraqueja, etc., como o sexo, é retido e encantado, no campo do imaginário. Para o autor, a inquietude em que se concentram todos os movimentos e ‘problemas’ do coração se resume na pergunta: “O que o mundo, o que o outro vai fazer de meu desejo?”

Este coração³⁹¹, que é o que acredito dar, que é o que resta de mim, uma vez extraído todo o espírito que me atribuem e que não quero, este coração que me resta no coração é o coração pesado: pesado do refluxo que o encheu dele mesmo (apenas o amante e a criança têm o coração pesado). Ao retornar de Roma para o Rio de Janeiro, com o coração doado e pesado, o imperador escreve em 7 de junho de 1880³⁹²:

*“(...) Não imagina o quanto você me faltou durante esta viagem. Se me quer muito quanto mais lhe quero eu como melhor consolo para a vida que levo! Felizmente achei suas cartas acabadas a 30 de abril e a 4 de maio. Creia que a todas queimo e que ‘preciso’ de que você me diga ‘tudo’ e ‘tudo’. Sou o mesmo que lhe inspirou tamanha afeição e de nada me esqueço tudo revivendo em mim com o mesmo viço de uma afeição de 30 e tantos anos. Ah, se lhe contasse tudo o que imaginei nas lindas noites dos campos do Paraná! **A idade não tem podido contra um coração todo seu.** Desculpe-me se lhe falo assim. Você não sabe como a estimo, e tudo posso dizer a quem tão bons conselhos sempre me deu. Ah, se você estivesse agora aqui ou eu em Roma como apreciaríamos a nossa afeição inabalável! Mas quisera dizer, porém prefiro que você adivinhe tudo o que acrescentaria ao que já escrevi. Vou ler para dormir. Adeus! E ainda adeus! Mande-me como puder em sua próxima carta um*

³⁹⁰ BARTHES, Roland. *Fragments de um discurso amoroso*. Op. Cit., p.91.

³⁹¹ *Ibid.*, p. 91.

³⁹² MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada*. Op. Cit., p.338.

pouco do que você sente por mim tão e tão longe de quem lhe quer cada vez mais. Adeus! Vou enfim dormir.”

“O outro está doendo em mim”³⁹³

“(…) Querer como lhe quero é muito bom; porém sofre-se muito na ausência sobretudo na minha posição (...)”³⁹⁴
D. Pedro II

O amor que sugere o diálogo epistolar da condessa e do imperador possui também uma relação muito íntima com o adultério, o sofrimento, a ausência, a paixão idealizada e seus tormentos, contido no mito de *Tristão e Isolda*.

Como a correspondência dos dois, que ora se descola de suas vidas reais para narrar o universo subjetivo de cada um, e ora retrata o cotidiano dessas vidas com tamanha riqueza de detalhes, é também impossível, às vezes, desconectar as ondas de amor que inundam a correspondência de suas próprias biografias. Ao mesmo tempo em que o perfil amoroso dos nossos personagens emerge na correspondência através dos fragmentos dos discursos da condessa e do imperador, o amor não pode deixar de ser entendido no quadro das suas significações históricas e culturais, porque é um produto social e discursivo. Assim, *o mito de Tristão e Isolda*, uma das histórias que nós, ocidentais, construímos e contamos sobre o amor, portanto, tem um papel muito forte dentro da matriz cultural do ocidente e do nosso entendimento sobre o sentimento.

Se em quase toda história de amor há um pouco de Tristão e Isolda, a meu ver, na relação do diálogo epistolar da condessa e do imperador com as suas biografias, há muito. Para Denis de Rougemont³⁹⁵, o amor feliz não tem história. Só existem romances do amor mortal, ou seja, do amor ameaçado e condenado pela própria vida. O que o lirismo ocidental exalta não é o prazer dos sentidos nem a paz fecunda do par amoroso. É menos o amor

³⁹³ BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. Op. Cit., p.71.

³⁹⁴ DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890*. Op. Cit., p. 232.

³⁹⁵ ROUGEMONT, Denis de. *História do amor no ocidente*. São Paulo: Ediouro, 2003, p.24.

realizado do que a *paixão* de amor. E paixão significa sofrimento. A sociedade ocidental – e cujos costumes nesse aspecto quase não mudaram ao longo dos séculos - compele o amor - paixão, em nove entre dez casos, a assumir a forma do adultério.

Para ele³⁹⁶, afirmar que “o amor-paixão significa, de fato, o adultério, é insistir na realidade que o nosso culto do amor disfarça e ao mesmo tempo transfigura: é revelar o que esse culto dissimula, rechaça e se recusa a nomear para nos permitir um abandono ardente àquilo que não ousaríamos reivindicar”.

E a julgar por nossas literaturas, o adultério parece ser uma das ocupações mais importantes a que se dedicam os ocidentais. Para ele, o ocidental ama, no mínimo igualmente, tanto o que destrói como o que assegura “a felicidade dos cônjuges.” Questionando a origem dessa contradição, a atração pelo proibido, o gosto pela infelicidade e o conceito de amor que ele sugere, Rougemont, parte do mito europeu, o *Romance de Tristão e Isolda*, para investigar a história do amor no ocidente.

Em seu livro³⁹⁷, ele se propõe a considerar *Tristão* não uma obra literária, mas um tipo de relação entre o homem e a mulher num determinado grupo histórico: a elite social, a sociedade cortês e impregnada de cavalaria dos séculos XII e XIII. Apesar de o grupo ter desaparecido há muito tempo, suas leis ainda seriam as nossas, de uma forma oculta e difusa. Profanadas e renegadas por nossos códigos oficiais, essas leis tornaram-se ainda mais incômodas, pois somente exerceriam poder sobre os nossos sonhos.

Para Rougemont, não é preciso ter lido o *Tristão* de Bérout ou de Bédier nem ter ouvido a ópera de Wagner para sentir na vida cotidiana a força nostálgica de tal mito. Ele defende a idéia de que o mito se manifesta na maioria de nossos romances e filmes, no êxito obtidos por estes, na satisfação que despertam no coração dos burgueses, poetas, malcasados e jovens que sonham com amores miraculosos. O mito age onde quer que a paixão seja

³⁹⁶ ROUGEMONT, Denis de. *História do amor no ocidente. Op. Cit.*, p. 25.

³⁹⁷ *Ibid.*, p.29-34.

sonhada como ideal, e não temida como febre maligna; onde quer que sua fatalidade seja chamada, invocada, imaginada como uma bela e desejada catástrofe, e não como catástrofe.

Seria apenas uma lenda de adultério? - Pergunta Rougemont, referindo-se ao mito. E o adultério, enfim, é apenas isso, não passa disso em muitos casos; mas é frequentemente, muito mais: uma atmosfera trágica e apaixonada, além do bem e do mal, um belo drama ou um drama terrível. Enfim, é um drama, um romance. E através da interpretação de Rougemont do mito de *Tristão e Isolda* reconhecemos muitos componentes desse amor também na correspondência entre a condessa e o imperador.

No decorrer da leitura da correspondência, é muito difícil, ao menos para mim, tentar estabelecer um distanciamento de nossos próprios conceitos sobre o tema. Quando os sujeitos amorosos e seus discursos são percebidos, as associações entre eles e suas biografias parecem vir automaticamente. Logo, o nosso olhar ocidental sobre o amor passa a estabelecer relações entre a intensa correspondência de quase 50 anos e a existência de um amor que era impossível de se realizar naquele momento. Nunca saberemos. Mas isso não anula as suas semelhanças com o mito de *Tristão e Isolda* e nem impede que pensemos um pouco mais nas concepções que nossa cultura possui sobre “amores impossíveis” ou o amor cortês.

O amor cortês surgiu no ocidente como uma reação contra a anarquia brutal dos costumes feudais. No século XII³⁹⁸, o casamento havia se tornado para os senhores um puro e simples meio de enriquecimento e de anexação de terras oferecidas em dote ou prometidas em herança. Quando o negócio fracassava, repudiava-se a mulher. O pretexto do incesto, curiosamente explorado, não sofria objeção por parte da Igreja: bastava alegar, sem muitas provas, um parentesco até o quarto grau para obter a anulação. A esses abusos, que suscitaram querelas infundáveis e guerras, o amor cortês opõe uma fidelidade independente

³⁹⁸ ROUGEMONT, Denis de. *História do amor no ocidente. Op. Cit.*, p. 48.

do casamento legal e fundada exclusivamente no amor. Chega ao ponto de declarar que o amor e o casamento não são compatíveis.

Rougemont³⁹⁹ continua: misterioso amor, que se conforma com as leis que o condenam! (...) Será que para melhor se conservar? Será que encontramos na correspondência dos dois a preferência pelo que obstrui a paixão e impede a felicidade, tal e qual o mito de *Tristão*?

Ele aponta no comportamento da princesa e do cavaleiro uma exigência ignorada por ambos, *mais profunda que a sua própria felicidade*. Nenhum dos obstáculos que encontram é objetivamente insuportável, mas eles renunciam a cada passo. Eles não perdem uma única oportunidade de se separar. Isso é visível na correspondência, às vezes até mesmo sem a necessidade de recorrer às biografias.

Nossos personagens já estão casados quando se conheceram e assim permanecem quando iniciaram a correspondência. Nos primeiros anos, somente a condessa de Barral visita o imperador quando vem de Paris ao Brasil. Muito mais tarde é que o imperador faz a sua primeira viagem a Europa e visita a condessa. Enquanto ela está casada, tem muitos afazeres e cuida pessoalmente da educação e da saúde frágil do filho Dominique. O filho se recupera, entra na universidade e a condessa enviúva. Ele sugere que os dois venham morar no Brasil para que ele possa ajudá-los de perto. Ela escolhe ficar em Paris. Os obstáculos vão surgindo e vão se diluindo para que surjam outros. No final, com a queda da monarquia, o imperador exila-se em Paris, no princípio, na casa da condessa.



Família Imperial exilida na residência da condessa de Barral, em Voiron - 1890⁴⁰⁰

³⁹⁹ ROUGEMONT, Denis de. *História do amor no ocidente*. Op. Cit., p. 49.

⁴⁰⁰ SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. Op. Cit., p. 483.

Pouco tempo depois morre a imperatriz, em 28 de dezembro de 1889, e tanto o ex-imperador quanto à condessa estão viúvos. Quando não parece mais haver obstáculos, morre a condessa, em 14 de janeiro de 1891, e, em 5 de dezembro do mesmo ano, morre o ex-imperador.



Texto escrito por D. Pedro II gravado na lápide do túmulo da imperatriz Teresa Cristina⁴⁰¹



Retrato póstumo de D. Pedro II – 1891. Foto de Nadar⁴⁰²

⁴⁰¹ SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. Op. Cit., p. 488.

⁴⁰² *Ibid*, p. 490.

M

3

Le Comte de Barral, Marquis de Montferrat et la Comtesse de Barral, Marquise de Montferrat, Monsieur Jean-Dominique et Mademoiselle Marie-Marguerite de Barral, le Général Comte de Fontenoy, Commandeur de la Légion d'Honneur, Monsieur et Madame de Souza Portugal, la Comtesse Leptie, le Comte et la Comtesse Albert de Fontenoy, le Vicomte et la Vicomtesse de Montsaunin, Monsieur et Madame Emile Rabot et leur fille, Monsieur Charles de Mandres, Lieutenant au 16^{ème} Dragons, Madame Eugénie de Mandres et leur fille, Mademoiselle Marcelle Leptie, Messieurs Pierre, Robert et Gaston de Fontenoy, Mademoiselle Yvonne de Fontenoy, le Comte et la Comtesse de Dancie et leur fils, Mademoiselle Marguerite de Montsaunin, Monsieur L. de Souza Portugal, la Vicomtesse de Villers, la Comtesse de Beaufranchet Douaiviere, le Général de Division Comte d'Autemarre d'Erville, Grand-Croix de la Légion d'Honneur, et la Comtesse d'Autemarre d'Erville, le Comte Edgard de Barral, Chevalier de la Légion d'Honneur, et la Comtesse Edgard de Barral, le Colonel N. Carneiro da Rocha, le Vice-Amiral M. Carneiro da Rocha, Madame L. Carneiro da Rocha, Monsieur et Madame L. Carneiro da Rocha, Monsieur A. Carneiro da Rocha, ancien Ministre, Sénateur du Brésil et Madame A. Carneiro da Rocha, Dona Caetana Carneiro da Rocha, Dona Clara da Rocha Rodrigues Mendes, la Marquise de Barral, la Comtesse Albert de Pierre de Bernis et ses enfants, le Général de Division Vicomte de Pierre de Bernis, Commandeur de la Légion d'Honneur, et la Vicomtesse de Pierre de Bernis, la Baronne A. de Pierre de Bernis, la Marquise Dupuy de Quinquarian et ses enfants, le Baron, et la Baronne Albert de Montesquieu et leurs fils, le Comte et la Comtesse de Beaufranchet et leurs filles, le Comte Charles d'Autemarre d'Erville, Messieurs Edouard et Edgard, Mademoiselles Marie et Eugénie de Barral, la Comtesse de Nadaillac Douaiviere, Monsieur et Madame de Heydellot, le Comte de Barral, le Vicomte et la Vicomtesse de Barral et leurs enfants.

Ont l'honneur de vous faire part de la perte douloureuse qu'ils viennent de faire en la personne de

Madame Louise, Marguerite Portugal de Barros
Comtesse de Pedra Branca,
Comtesse de Barral,

Ancienne Dame d'honneur de Sa Majesté l'Impératrice du Brésil
et Gouvernante de Leurs Altesses les Princesses Impériales,
Dame d'honneur de Son Altesse Royale Madame la Princesse de Joinville

leur mère, belle-mère, grand-mère, belle-sœur, nièce, tante, grand-tante,
arrière grand tante et cousine.

Décédée en sa Villa de Saint-Johange par Neuilly-sur-Barangeon (Gers),
le 13 Janvier 1891, munie des Sacraments de l'Eglise, à l'âge de 74 ans.

Rien pour Elle.

Administration Episcopale du Diocèse - 29 rue des Deux Pères - 92001 - St-Denis - 92001 - St-Denis

Rougemont indaga: qual é o verdadeiro tema da lenda? A separação dos amantes? Sim, ele responde, mas em nome da paixão e do amor pelo próprio amor que os atormenta, para exaltá-lo e transfigurá-lo – em detrimento de sua felicidade e de sua própria vida.

Nessa história que lemos através da correspondência, onde a distância é o tema central, o mito de *Tristão* continua agindo e surpreendendo. Rougemont⁴⁰⁴, lembra Valéry: “somente as perguntas ‘tolas’ podem nos instruir, e tudo o que é considerado evidente esconde algo que está longe de sê-lo.” A sua pergunta “tola” a respeito do mito é a mesma que nos faremos aqui: Tristão ama Isolda? O imperador amaria a condessa?

Para Rougemont⁴⁰⁵:

Os personagens do mito se encontram numa situação apaixonadamente contraditória: amam, mas não se amam; pecaram, mas não podem arrepender-se, pois não são responsáveis; confessam-se, mas não desejam curar-se, nem mesmo implorar o perdã.. Como todos os amantes, eles se sentem arrebatados para além do bem e do mal, numa espécie de transcendência das nossas condições comuns, num absoluto inefável, incompatível com as leis que governam o mundo, mas que eles sentem como mais real do que este mundo.

É de suas próprias dores que eles sentem compaixão. E nossos personagens também: o imperador parece mais feliz na infelicidade do amor e na sua vida de rei, do que em uma vida comum em qualquer outro lugar. O mesmo se refere à condessa: sua ‘solidão’ na corte francesa, suas ‘dificuldades’ em criar um filho sozinha, as incapacidades físicas que vão surgindo com a idade, ‘a falta do amigo’ e até mesmo ‘as maliciosas injustiças’ dirigidas a ela através dos jornais brasileiros representam uma infelicidade de amor mais feliz do que uma vida em comum.

Este *egoísmo* aparente de tal amor denuncia que, como no mito, nossos personagens parecem que *mais amam o amor e o próprio fato de amar*, do que ao outro. Tal qual Tristão, o imperador parece gostar de sentir amor, muito mais do que ama Isolda/condessa. E a

⁴⁰⁴ ROUGEMONT, Denis de. *História do amor no ocidente*. Op. Cit., p. 53.

⁴⁰⁵ *Ibid.*, p. 55.

condessa, conformada, pouco faz para retê-lo perto de si: basta-lhe um sonho apaixonado. Precisam um do outro para arder de paixão, mas não um do outro tal como cada um é; *precisam mais da ausência do que da presença. A separação dos amantes resulta assim de sua própria paixão*, diz Rougemont⁴⁰⁶, e do amor que têm por sua paixão, mais do que seu objeto vivo.

Como Tristão, que muito sofre por perder a sua amiga, o imperador não consegue “se curar da moléstia da saudade”, como ele próprio diz. No entanto, ele já sente, no fundo da noite que vem, despontar a flama secreta, reanimada pela ausência⁴⁰⁷.

Rougemont⁴⁰⁸ fala da questão do *obstáculo* na paixão. Ele se pergunta se esse obstáculo seria apenas um pretexto, necessário ao progresso da paixão, ou estaria ligado à paixão de uma maneira muito mais profunda? Não seria o próprio objeto da paixão, se descermos ao fundo do mito e examinarmos a correspondência a partir deste olhar?

É interessante observar que, da mesma maneira que o mito, quando se trata de circunstâncias sociais que ameaçam os amantes (os casamentos, por exemplo), tanto Tristão quanto o nosso personagem imperador salta o obstáculo, arriscando-se a sofrer as conseqüências (os jornais e periódicos da época estão aí para mostrar as ironias quanto às viagens, os encontros dos dois, as implicações políticas do suposto ‘caso de amor’, etc.). Mas a paixão parece ser tão irresistível que eles – Tristão e imperador – esquecem a dor e o perigo na embriaguez do seu ‘jogo amoroso’.

Para Rougemont⁴⁰⁹, enquanto o perigo é apenas uma ameaça exterior, a proeza com a qual Tristão/imperador o vence é uma afirmação de vida. Fala o autor⁴¹⁰ da satisfação pelo amor infeliz:

⁴⁰⁶ ROUGEMONT, Denis de. *História do amor no ocidente. Op. Cit.*, p. 58.

⁴⁰⁷ *Ibid.*, p. 58.

⁴⁰⁸ *Ibid.*, p. 59.

⁴⁰⁹ *Ibid.*, p.60.

⁴¹⁰ *Ibid.*, p. 68-69.

Paixão quer dizer sofrimento, coisa sofrida, preponderância do destino sobre a pessoa livre e responsável. Amar o amor mais do que o objeto do amor, amar a paixão por si mesma, desde o “amavam amare” de Santo Agostinho até o romantismo moderno, é amar e procurar o sofrimento. Amor-paixão: desejo daquilo que nos fere e nos aniquila pelo seu triunfo. É um segredo cuja confissão o ocidente jamais tolerou e não cessou de recalcar – e de preservar!

Há uma ligação da paixão, do gosto da morte que ela dissimula, com certo modo de conhecer que, por si só, definiria nossa psique ocidental. Por que o homem ocidental deseja sofrer essa paixão que o fere e que toda a sua razão condena? Por que deseja esse amor cujo esplendor só pode ser o suicídio?

A ‘deliciosa tristeza’ que nossos personagens experimentam é aquilo que pode levá-los até o ponto de alcançarem, sem querer, a ‘verdadeira vida’ declamada pelos poetas. Mas essa ‘verdadeira vida’ é a vida impossível. É apenas um dos nomes da morte, diz Rougemont⁴¹¹, o único nome pelo qual ousaríamos chamá-la – embora fingindo rejeitá-la.

Para ele⁴¹², o romântico ocidental é aquele para quem a dor, especialmente a dor amorosa é um meio privilegiado de conhecimento. Ele deseja em segredo o obstáculo e, se for preciso, ele o cria e o imagina. É a saudade e a lembrança que o comovem, já que a presença é inexprimível e não possui uma duração sensível.

O amor feliz não tem história na literatura ocidental. Rougemont nos desafia a pensar numa suposta Sra. Isolda, esposa de Tristão. Onde estaria a graça para os ocidentais? Onde estaria o amor? Podemos perguntar o mesmo da história de nossos personagens: onde estaria o amor se a condessa fosse casada com o imperador? Uma condessa/imperatriz? O amor só poderia estar na história recheada pela impossibilidade, pela distância, e alimentada e vivenciada pela correspondência. Este é o lugar do amor, recíproco e infeliz. Onde o que se deseja não se tem ainda – é a morte – e o que se possuía, se perde – o prazer da vida. Só que

⁴¹¹ ROUGEMONT, Denis de. *História do amor no ocidente*. Op. Cit., p. 70.

⁴¹² *Ibid.*, p. 71.

essa perda não é sentida como um empobrecimento, pelo contrário, como algo magnífico e perigoso. Acredita-se que se vive bem mais quanto mais perigosamente.

Para Rougemont⁴¹³, na medida em que o *amor-paixão* renova o mito em nossas vidas, já não podemos ignorar a condenação radical que ele representa para o *casamento*. Ele⁴¹⁴ questiona a glorificação da paixão: De onde ela viria? Já que para os gregos e romanos o amor era uma doença (Menandro), na medida em que transcende a volúpia, que é o seu fim natural. É um ‘frenesi’, diz Plutarco: “Alguns pensaram que era um furor... Assim, aqueles que estão apaixonados devem ser perdoados, como se estivessem doentes”. Em *Fedra e O banquete*, Platão⁴¹⁵ fala de:

Um furor que vai do corpo à alma para perturbá-la com humores malignos. Não é o amor que ele louva. Mas há outra espécie de furor, ou de delírio, que não se engendra sem a intervenção de alguma divindade, nem se cria na alma a partir de nós mesmos: é uma inspiração inteiramente estranha, uma atração que age externamente, um arrebatamento, um rapto indefinido da razão e do sentido natural. Será chamado, a justo título de entusiasmo, que significa, ‘endeusamento’, pois esse delírio procede da divindade e nos impulsiona para Deus.”

Assim é o amor platônico⁴¹⁶: delírio divino, arrebatamento da alma, loucura e suprema razão. “O amante está junto do ser amado ‘como no céu’, pois o amor é a vida que ascende por degraus de êxtase para a origem única de tudo o que existe, longe dos corpos e da matéria, longe do que divide e distingue, para além da infelicidade de ser o que se é e de ser dois no próprio amor”. Para Rougemont⁴¹⁷:

Eros é o desejo total, a aspiração luminosa, o impulso religioso original elevado à sua mais alta potência, à extrema exigência de pureza que é extrema exigência da unidade. Mas a unidade última é a negação do ser atual em sua sofredora multiplicidade. Assim, o impulso supremo do desejo conduz

⁴¹³ ROUGEMONT, Denis de. *História do amor no ocidente*. Op. Cit., p. 74.

⁴¹⁴ *Ibid.*, p.80.

⁴¹⁵ *Ibid.*, p.80.

⁴¹⁶ *Ibid.*, p.80.

⁴¹⁷ *Ibid.*, p.81

àquilo que é o não desejo. A dialética de Eros introduz na vida algo totalmente estranho aos ritmos da atração sexual, um desejo que não decresce jamais, que nada mais pode satisfazer, que até mesmo desdenha e foge à tentação de se realizar em nosso mundo, porque só deseja abraçar o Todo. É a superação infinita, a ascensão do homem para o seu deus. E esse movimento é sem retorno.

Para Rougemont⁴¹⁸, as origens iranianas e órficas do platonismo são ainda mal conhecidas, mas indubitáveis. E por intermédio de Plotino e de Areopagita, tal doutrina foi transmitida ao mundo medieval. Antes de Roma os celtas trouxeram um princípio espiritual mantido pelo colégio sacerdotal dos druidas. Acreditavam numa vida além da morte e a idéia da morte que domina tudo e tudo *descobre*. O que demonstra, para Rougemont, as antigas origens do desejo de morte, presente no amor do ocidental.

Outro ponto que nos faz lembrar a dialética platônica é a concepção dos celtas para a figura da mulher. Considerada um ser divino e profético, é a *Véleda* dos *Mártires*, o fantasma luminoso que surge na visão do general romano perdido em seu devaneio noturno: “Sabes que sou fada?”, pergunta ela. Este Eros revestido de mulher seria um símbolo equivocado, pois tenderia a confundir a atração do sexo e o Desejo *sem fim*. Ela seria bela e desejável em si, mas de natureza fugidia.

Para Rougemont⁴¹⁹, mais perto de nós do que Platão, dos druidas, das seitas gnósticas e órficas estaria a crença maniqueísta, onde o dogma fundamental é a natureza divina ou angelical da alma, prisioneira das formas criadas e da noite da matéria. Ele acredita⁴²⁰ que toda concepção dualista, maniqueísta, vê na vida dos corpos a própria infelicidade e na morte o bem último, o resgate da culpa de ter nascido, a reintegração no Uno e na luminosa indistinção. Eros, nosso desejo supremo, só exalta nossos desejos para sacrificá-los. A realização do Amor nega todo amor terrestre. E sua felicidade nega toda felicidade terrestre.

⁴¹⁸ ROUGEMONT, Denis de. *História do amor no ocidente. Op. Cit.*, p. 81.

⁴¹⁹ *Ibid.*, p. 86.

⁴²⁰ *Ibid.*, p. 88.

Considerado do ponto de vista da vida, tal Amor só poderia ser uma infelicidade total. Este seria o grande fundo do paganismo oriental-ocidental, sobre o qual o mito de *Tristão e Isolda* e nossa concepção de Amor se destaca.

Ele questiona: por que, justamente, ele se destaca? Qual ameaça ou interdição obrigou a doutrina a se dissimular? Para Rougemont⁴²¹, todas as religiões tendem a sublimar o homem e terminam por condenar sua vida “finita”. O deus Eros exaltaria e sublimaria nossos desejos, congregando-os num Desejo único que finalmente os nega. A finalidade última dessa dialética é a negação da vida, a morte do corpo. Como a Noite e o Dia são incompatíveis, o homem crê que pertence à Noite, só pode encontrar a salvação deixando de ser, “perdendo-se” no seio da divindade. Mas, em virtude do dogma da encarnação do Cristo em Jesus, o cristianismo subverte completamente essa dialética.

Em vez de a morte ser o último termo, ela torna-se a condição primeira. O que o Evangelho chamaria de “morte para si mesmo” seria o *começo* de uma vida nova, *já no mundo terreno*. Não é a fuga do espírito para fora do mundo, mas o seu pleno regresso ao seio do mundo! Uma recriação imediata, uma reafirmação da vida, não da vida antiga nem da ideal, mas da vida presente que o espírito recupera.

Na pessoa de Jesus Cristo, as trevas “receberam” verdadeiramente a luz. E todo homem nascido de mulher que creia nisso renasce do espírito a partir de agora: morto para si mesmo e morto para o mundo, pois o eu e o mundo são pecadores, mas restituído a si mesmo e ao mundo, pois que o Espírito quer salvá-los.

A partir daí, o amor já não será fuga e recusa perpétua do ato. Ele começa além da morte, mas volta-se para a vida. E essa conversão de amor faz aparecer o *próximo*. Amar torna-se então uma ação positiva, transformadora. Eros buscava a superação no infinito. O amor cristão é a obediência no presente.

⁴²¹ ROUGEMONT, Denis de. *História do amor no ocidente*. Op. Cit., p. 91.

O próprio amor humano se encontra assim transformado. Enquanto os místicos pagãos o sublimavam até torná-lo um deus e simultaneamente o consagravam à morte, o cristianismo o restituiu à sua ordem, santificando-o então pelo casamento. Este amor concebido à imagem do amor de Cristo por sua Igreja pode ser verdadeiramente recíproco. Isso porque ele ama o outro como ele é, em vez de amar a idéia do amor ou seu mortal e delicioso ardor. Dizia São Paulo: “é melhor casar do que viver abrasado”.

Para Rougemont⁴²², as doutrinas secretas só se tornaram poderosas no Ocidente nos séculos em que se viram condenadas pelo cristianismo oficial. *Por isso, o amor-paixão, forma terrestre do culto de Eros, invadiu a psique das elites que eram mal convertidas e que sofriam com o casamento.* Portanto, o amor-paixão surgiu no Ocidente como uma das repercussões do cristianismo (e especialmente de sua doutrina do casamento) nas almas ainda habitadas por um paganismo natural ou herdado, no começo do século XII, com o nome de *cortezia* ou amor cortês.

O que o amor cortês exalta, através da poesia dos trovadores europeus, é o amor à margem do casamento, pois o casamento significa apenas a união dos corpos, enquanto o “Amor”, o Eros supremo, é a projeção da alma para a união luminosa, para além de todo amor possível nesta vida. Esses amantes estariam ligados pelas leis da *cortezia*: o segredo, a paciência, a moderação, que não seriam exatamente sinônimos de castidade, mas de retenção. Nessa ligação, o homem sempre seria o *servo* da mulher, “uma bela que sempre diria não.”

Na pessoa de Jesus Cristo, as trevas “receberam” verdadeiramente a luz. E todo homem nascido de mulher que creia nisso renasce do espírito a partir de agora: morto para si mesmo e morto para o mundo, pois o eu e o mundo são pecadores, mas restituído a si mesmo e ao mundo, pois que o Espírito quer salvá-los. A partir daí, o amor já não será fuga e recusa

⁴²² ROUGEMONT, Denis de. *História do amor no ocidente. Op. Cit.*, p. 98.

perpétua do ato. Ele começa além da morte, mas volta-se para a vida. E essa conversão de amor faz aparecer o *próximo*.

Amar torna-se agora uma ação positiva, uma ação transformadora. Eros buscava a superação no infinito. O amor cristão é a obediência no presente. O *amai vossos inimigos* exprime o abandono do egoísmo, do eu de desejo e angústia; a morte do homem isolado, e o nascimento do próximo.

Para Rougemont⁴²³, no final do século XVII a França sofre ou aproveita, como queiram, o primeiro eclipse do mito de *Tristão* nos costumes e na filosofia. A organização da sociedade feudal pelo Estado acarreta profundas modificações nas relações sentimentais e nos costumes. O casamento torna-se novamente a instituição de base: atingindo um ponto de equilíbrio sem precedentes, mantido com grande dificuldade nos séculos seguintes. A conveniência das classes e a conformidade das “qualidades” tornam-se a medida ideal do bom casamento. É a partir do século XVII “racional” que os nossos costumes se separam das crenças religiosas e se adaptam às leis da razão do século, renegando o absoluto cristão. A análise da paixão, tal como fez Descarte, sua redução a categorias psicológicas perfeitamente distintas, as hierarquias racionais de qualidades, méritos e faculdades, conduziria necessariamente à dissolução do mito e de seu dinamismo original. Para o autor, *o mito de Tristão* só exerce seu poder onde desaparecem todas as categorias morais – para além do Bem e do Mal, no transporte e na transgressão do espaço onde a moral prevalece.

Spinoza também exerceu uma grande influência sobre os costumes ocidentais, mas somente dois séculos depois. Para ele⁴²⁴, *o amor é um sentimento de alegria acompanhado da idéia de uma causa exterior*. E isso acontece quando a causa exterior é um Deus com o qual nossa alma poderia se identificar. Spinoza despreza o “obstáculo”. Para ele, as paixões humanas estariam *sempre* ligadas a paixões contrárias, nosso amor ao ódio e nossos prazeres

⁴²³ ROUGEMONT, Denis de. *História do amor no ocidente*. Op. Cit., p. 281.

⁴²⁴ *Ibid.*, p. 283.

às nossas dores. Não haveria uma causa isolada que nos determine puramente. Entre a alegria e sua causa exterior haveria sempre uma separação, um obstáculo, que poderia ser a sociedade, o pecado, a virtude, nosso corpo ou nosso eu distinto. Daí viria o ardor da paixão. É por isso que o desejo de união total se ligaria indissolivelmente ao desejo da morte que liberta. Por não existir sem a dor, a paixão faz com que desejemos nossa perda.

Rougemont⁴²⁵ destaca um trecho do texto de Mariana Alcoforado: “Agradeço-vos do fundo do coração o desespero que me fazeis sentir e desprezo a tranquilidade em que vivia antes de nos conhecer... Adeus! Amai-me sempre, fazei-me sofrer ainda os piores tormentos!”. Já no final do século XVIII, Julie de Lespinasse dirá: “Eu vos amo como se deve amar: em pleno desespero”.

No século XVIII, antes de Rousseau, a distinção do espírito e da carne, que sucede à separação do espírito e da alma crente, resulta na divisão do ser em inteligência e sexo. Quando todo o obstáculo é destruído a paixão não tem onde se agarrar. O deus do Amor já não é o destino severo, mas uma criança impertinente. Do pudor que antes era considerado natural, só se conserva o necessário para a retórica do desejo e nada para a retórica do amor. “Bela virtude”, diz Madame D’Epinay, “que prendemos com alfinetes”.

Rougemont considera o século XVIII como o século que se considerava curado do mito de *Tristão*. Mas, por excessiva educação, substituiu a licenciosidade por uma afetação de facilidades voluptuosas. O eclipse do *mito de Tristão* faria surgir a sua antítese absoluta: Don Juan, que mesmo não sendo uma invenção do século XVIII, desempenhou, em relação ao personagem, o mesmo papel de Lúcifer em relação à Criação na doutrina maniqueísta. Extremamente contraditório, D. Juan⁴²⁶:

É ao mesmo a espécie pura, a espontaneidade do instinto, o espírito puro em sua dança desvairada sobre o amar do possível. É a infelicidade perpétua, mas também a procura de

⁴²⁵ ROUGEMONT, Denis de. *Op. Cit.*, p. 283.

⁴²⁶ *Ibid.*, p. 287.

uma mulher única, jamais encontrada pelo erro incansável do desejo. É a avidez insolente de uma juventude renovada em cada encontro e também a fraqueza secreta de quem não pode possuir porque não é o bastante para ter.

Para o autor, desde a Regência até Luís XVI, D. Juan reinou nos sonhos de uma aristocracia desprovida do heroísmo feudal. Um Richelieu ou um Lauzun na mais alta sociedade, um Casanova ao nível da aventura celerada, tais são os modelos que substituem o ideal destruído pelo século XVII.

Rousseau, no seu romance *A Nova Heloísa*, não apresenta um renascimento do mito de *Tristão*. O que nele renasce é o estado de alma suscitado entre os imitadores dos trovadores por uma doutrina que eles secularizavam porque dela conheciam somente a retórica profana. Para Rougemont, o ponto principal de ruptura de Rousseau com o mito de *Tristão* é que o romance culmina no casamento, no triunfo do mundo santificado pelo cristianismo, ao passo que a lenda glorificava na morte a dissolução completa dos laços terrestres.

Homem do século XVIII, Stendhal, em seu tratado *De l'amour*, mostra como se pode fazer uma clássica profanação do *mito de Tristão* à luz do racionalismo. É dele o prefácio: “Embora fale de amor, esse pequeno volume não é um romance e, sobretudo, não é divertido como um romance. Trata-se unicamente da descrição exata e científica de uma espécie de loucura muito rara na França...”. Stendhal batiza essa loucura de amor–paixão.

*Maîtresse-em-titre*⁴²⁷

*“Nada falta a um rei, salvo
as delícias de uma vida
privada.”*

Bruyère

A relação da condessa com o imperador também está dentro de um campo de forças políticas onde as batalhas entre republicanos e monarquistas se tornam cada vez mais acirradas, sobretudo na segunda metade do século XIX, refletindo intensamente na correspondência. Apontada como amante do imperador, a condessa de Barral, na maior parte das vezes, era escolhida como alvo para atingir o imperador e a monarquia.

Uma breve incursão pela história nos mostra que, do século XVI ao século XVIII, a posição de amante do rei, a *Maîtresse-em-titre*, foi tão oficial quanto a do primeiro-ministro. Esperava-se que cumprisse certos deveres – sexuais e outros – recompensados por títulos, honrarias e um papel influente na corte. Ela encorajava as artes – teatro, literatura, música, arquitetura e filosofia. Usava seu encanto como uma arma contra os embaixadores estrangeiros. Acalmava o rei quando ele se zangava, animava-o quando estava desanimado, encorajava-o à grandeza em seus momentos de fraqueza. Assistia à missa diariamente, dava esmolas para os pobres e entregava suas jóias ao Tesouro em épocas de guerras⁴²⁸.

No final do século XVII⁴²⁹, o papel da amante real em uma grande corte era considerado tão indispensável que até mesmo os reinos alemães mais rígidos seguiram o costume francês. Frederico III, eleitor de Brandemburgo (1657-1713), um príncipe apaixonado pela esposa e que desprezava a infidelidade, escolheu uma bela senhora da corte como sua amante oficial e a encheu de jóias, embora nunca a tenha tocado.

⁴²⁷ Amante real oficial

⁴²⁸ HERMAN, Eleanor. *Sexo com reis: 500 anos de adultério, poder, rivalidade e vingança*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005, p. 15.

⁴²⁹ *Ibid.*, p. 17.

A revolução francesa, para Herman, fez desaparecer a glorificação da amante enfeitada com as jóias da coroa. As amantes reais continuaram abundantes, mas tinham expectativas bem menores que as de suas predecessoras mais afortunadas. Não recebiam títulos de duquesa ou condessa, nem palácios, castelos, renda vultuosa, um lugar no Conselho ou magníficos aposentos no palácio. As amantes reais do século XIX esperavam apenas ter uma casa confortável na cidade, algumas jóias, crédito na modista mais em voga e algum poder capaz de garantir os convites para as melhores festas.

Os reis europeus envolviam-se em relações sexuais com diversas mulheres ao mesmo tempo, mas apenas uma mulher tinha o título de amante oficial de *maîtresse-en-titre*. Diferente das insinuações, onde a beleza e os favores sexuais aparecem como os únicos requisitos procurados pelo rei, esperava-se da amante real beleza interna e externa, boa índole, um intelecto perspicaz e um espírito sagaz. O rei deveria ansiar por suas conversas, pela sensação de prazer que sentia em sua presença, pelo riso que provocava nele, senão a corte faria comentários sobre a falta de atrativos da amante oficial.

Pra Herman⁴³⁰, com ou sem beleza, com ou sem talentos sexuais, as amantes bem-sucedidas de um rei tornavam-se insubstituíveis, fazendo vibrar cada um de seus cinco sentidos. Estavam prontas a conversar animadamente, mesmo cansadas, a fazer sexo a qualquer momento, mesmo doentes, a atender a todos os seus caprichos, servir suas comidas preferidas, confortá-lo quando estivesse aborrecido, massagear seus pés, decorar suas casas e educar seus filhos ilegítimos – algumas vezes de outras mulheres. E tudo deveria ser feito com alegria. Ficar indisposta era um crime imperdoável.

Raramente uma rainha extenuava-se para agradar o rei. Seu comportamento não importava já que ela seria sempre um acessório permanente do palácio e a amante poderia ser dispensada a qualquer momento.

⁴³⁰ HERMAN, Eleanor. *Sexo com reis: 500 anos de adultério, poder, rivalidade e vingança*. Op. Cit., p. 42.

Do século XVI ao século XVIII, o rei alçava a amante ao seu nível majestoso e a abrigava em aposentos do palácio. Já no século XIX, o monarca, em vez de elevar a amante à sua posição eminente, apesar de desconfortável, descia de bom grado ao nível dela. Escapava de sua prisão dourada refugiando-se na casa burguesa e limpa, que oferecia calor humano, conforto e privacidade impossíveis de encontrar na corte.

A rainha, parte do triângulo amoroso aristocrático, era treinada desde o nascimento para assumir o seu papel. A probabilidade de o futuro marido ter uma amante, portanto, não era estranha. Bastava-lhe olhar em sua própria corte e notar as amantes do pai, tios e irmãos.

A princesa Guilhermina, ao casar-se com o príncipe Frederico Guilherme da Inglaterra, recebeu, em 1726 o precioso conselho de sua mãe, a rainha Sofia Dorotéia da Prússia: “Ele (o príncipe e futuro marido) tem boa índole e é gentil, mas muito tolo. Se você tiver bom senso suficiente para tolerar suas amantes, poderá manipulá-lo como quiser⁴³¹”.

Educadas em estufas, uma princesa era retirada com aspereza de sua terra e jogada em um distante e nada afetuoso país estrangeiro, onde desconhecia o idioma, sabendo que provavelmente nunca mais veria a família e os amigos. No início, a noiva e futura rainha era a estrela da corte. Assim que as festividades do casamento terminavam, porém, os holofotes se voltavam para a atraente e nova amante do rei.

Apesar da posição elevada, a rainha era submetida ao poder do marido como qualquer outra mulher do reino. Era o rei que decidiria se sua mulher usufruiria de aposentos reais espaçosos no centro do palácio ou ficaria confinada em quartos frios em uma ala distante. Se viveria em rico esplendor ou em extrema penúria; e era ele quem ditava os eventos reais que a rainha compareceria e quando ela deveria permanecer nos seus aposentos.

Os cortesãos imitavam o rei no tratamento à rainha. Se a tratasse com respeito, eles também o faziam. Comportavam-se do mesmo modo se ele a ignorasse ou insultasse. Se a

⁴³¹ HERMAN, Eleanor. *Sexo com reis: 500 anos de adultério, poder, rivalidade e vingança*. Op. Cit., p. 61.

rainha quisesse ser presença significativa na corte, precisaria da permissão do marido. Contudo, o apoio era, em geral, incerto, dependendo do tratamento da rainha para a amante.

Muitas das amantes reais européias eram casadas, antes ou depois de sua ligação com o rei ou durante a relação por imposição do monarca, pois se pensava, segundo Herman, que o casamento conferia uma capa de respeitabilidade à amante do rei. A aprovação tácita do marido legitimava uma relação ilícita: se a amante solteira engravidasse, se transformaria em foco de estigma social; se fosse casada, estava protegida.

Em 1855, o marido da amante de Napoleão II resumiu o seu papel: “Sou marido modelo. Nunca vejo ou ouço nada.” Era comum o desejo de muitos homens em ceder a mulher para o “bem do seu país” e muitas vezes isso se traduzia em enriquecer rapidamente. Outras vezes a resignação era fundamentada segundo um mito antigo em que Anfitrião ficou furioso ao descobrir que sua mulher o traía. Mas quando soube que seu rival era Júpiter, rei dos deuses, acalmou-se imediatamente

Como se vê, a prática do triângulo amoroso entre a aristocracia é um costume bastante comum ao longo da história ocidental. O Brasil conheceu a *maîtresse-em-titre* de D. Pedro I, a marquesa de Santos, mas até hoje não teve certeza da existência da amante de D. Pedro II. Essa vontade de saber despertou rumores intensos na imprensa carioca do século XIX e refletiu no diálogo epistolar de nossos personagens.

Em carta de 19 de maio de 1882⁴³², a condessa de Barral comenta as insinuações dos folhetins cariocas.

“Já tardava que minha vez não chegasse, pois que a liberdade da imprensa de nossa terra não respeita a ninguém. Apesar de não querer me afligir com semelhantes coisas devo-lhe confessar que sinto certa curiosidade em saber o papel que vão me fazer representar num nojento ‘feuilleton’⁴³³ da ponte do

⁴³² DE BARRAL, Condessa. *Cartas a Suas Majestades, 1859-1890. Op. Cit.*, p.215.

⁴³³ Pasquim, Folhetim

Catete⁴³⁴ e o que virá depois desta frase - amanhã é o dia da condessa! Quando dancei eu com V.M. na minha vida? Quem será o bicho peçonhento que escreve esses folhetins?⁴³⁵ Até agora eu tive invejosos mas não pensava ter inimigos, e o que mais sinto é a pena que V.M. naturalmente deve sentir vendo desrespeitar sua velha amiga! Mas que se pode livrar de uma destas?

É um triste e amargo fruto de uma amizade de 20 anos e de uma lealdade a toda prova nem lhe quero mais falar nisso porque ninguém melhor de que V.M. me defenderá contra essas abomináveis calúnias - os homens lançam ao desprezo calúnias, mas as mulheres não podem ter essa coragem principalmente quando são velhas e que coisas dessa natureza vêm ferir o pundonor de um filho! E tudo isto veio da imoral soltura de um ladrão valha-nos Deus! – Eu estou certa, como aqui estou lhe escrevendo, que V.M. foi incapaz de intervir na marcha da justiça nem de pugnar por seu criado (embora isso lhe fosse doloroso) se ele tinha cometido um crime, mas consentir que ele continue a residir na sua quinta depois desse escândalo creio que não deveria o fazer senão depois que um processo regular tivesse feito reconhecer a inocência dele e o verdadeiro ladrão Mas deixar pairar a menor suspeita sobre Seu caráter e parecer fechar os olhos sobre coisas que nem são de sua competência julgar nem perdoar isso não.

Quanto as escandalosos feuilletons – Isso só se deveria levar a chicote, e se um dia não se punir Severamente libelista não sei onde irá parar a realeza e a Sociedade Brasileira.⁴³⁶

(...) Adeus meu Senhor, mas digam lá o que quiserem nunca alterarão os sentimentos de amizade e de dedicação que há tantos anos lhe consagra a condessa de Barral”

Nesta carta, a condessa de Barral refere-se ao roubo das jóias da coroa, conforme já citamos aqui. Sua indignação por não ser poupada pelos folhetins denuncia um pouco do teor das insinuações que lhe eram dirigidas. Alvo fácil, barato e certo, as mulheres ainda são atualmente utilizadas pelos adversários para tentar derrubar candidaturas políticas. No caso da condessa de Barral, era-lhe aferida por alguns jornais republicanos uma conotação de “figura ultrapassada da monarquia”, associada às antigas amantes reais, peças indispensáveis

⁴³⁴ Nota do Arquivo Nacional: A frase, “num nojento pasquim da ponte do Catete” foi colocada depois, na entrelinha pela condessa.

⁴³⁵ Nota do Arquivo Nacional: Ela fala no plural porque havia muitos como *O Corsário* e *A Gazeta da Tarde* que eram implacáveis e sempre se dispunham a atacar o imperador e pessoas que o cercavam.

⁴³⁶ Nota do Arquivo Nacional: Sua veemência não encontrava eco. D. Pedro II não reprimia a imprensa e admitia os oposicionistas e até libelista.

nas cortes ocidentais desde o século XVI. Misto de preconceito de gênero, aliado à oposição política, acrescido pela crescente moralização da sexualidade do século XIX, em diversas situações a condessa de Barral se viu no olho do furacão.

Em 1883 ela voltou ao Brasil, pela última vez, para assistir ao casamento de seu filho Dominique, que depois da morte de seu pai, passou a usar o nome Conde de Barral, com a brasileira Maria Francisca Paranaguá. Na véspera do casamento, segundo Magalhães Junior⁴³⁷, em 4 de maio de 1883, o jornal *Gazeta de Tarde*, de José do Patrocínio, publica na primeira página, o artigo intitulado *É contra a etiqueta*, que dizia que o casamento da filha do Visconde de Paranaguá com o conde de Barral era um fato particular, com o qual nada tinha a ver a imprensa, mas uma circunstância o levava a vencer o escrúpulo de ocupar-se do assunto: a anunciada presença do imperador e da imperatriz ao casamento, celebrado na capela do Palácio Isabel, com a presença de testemunhas da família reinante.

Para a *Gazeta da Tarde*, o imperador não podia ter “expansões discordes com todos os seus atos anteriores.” Sustentava que a posição do imperador o obrigava a “não aparentar mais dedicação aos seus amigos particulares do que aos amigos da nação, aos que haviam servido ao mesmo tempo à sua pessoa, às instituições vigentes e à pátria.” E acrescentava:

Manifestar pela família dos aios de seus filhos mais simpatia e considerações do que pelos servidores da pátria é um erro que não pode ser perdoado. Ora, o imperador nunca se dignou de requintar tais finezas nem aos militares duque de Caxias, general Osório, conde de Porto Alegre, visconde de Pelotas e tantos outros, nem aos estadistas Paraná, Rio Branco, São Vicente, Torres-Homem e outros, nem aos literatos Gonçalves Dias, José de Alencar, Macedo, José Bonifácio, José Maria do Amaral. Todos esses vultos salientes da nossa nacionalidade tem passado esquecidos pela consideração imperial e alguns mesmo espesinhados pela mais dolorosa ingratidão. O imperador, sem mais nem menos, sem decreto legislativo, reveste duas famílias de um caráter principesco. Já vimos fato semelhante no primeiro, mas tratava-se do reconhecimento de filhos naturais do imperador. No caso atual, é simplesmente

⁴³⁷ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada*. Op. Cit., p. 414.

uma amizade de portas à dentro, mas com toda a ostentação de publicidade; é uma predileção caseira que vem romper com o cerimonial da monarquia. Por que não foi o imperador acompanhar o enterro do duque de Caxias? Pó que não fez o mesmo também com o general Osório, que morreu quando membro do poder executivo, de que o imperador é o chefe?

Para José do Patrocínio⁴³⁸, o imperador estava diabético e, portanto, suas reações não eram normais. E escreveu:

Na fase da diabetes o fato que mais avulta é o consórcio Barral-Paranaguá. Nunca vossa majestade foi mais ousado na ostentação do poder pessoal. Uma simpatia particular de vossa majestade é um fenômeno, que encheu de pasmo a todo o povo desta capital e que levou o Jornal do Comércio a escrever estas palavras: A assistência dos soberanos a um ato em que SS.MM. Imperiais tinham de ficar em segundo plano, deu ontem a uma festa de família realce a ilustre nunca vistos, ainda, em não se tratando de ‘príncipes de sangue’. Semelhante fato não podia deixar de ter poderosa repercussão política e a verdade é, que nos jornais de amanhã, vemos pronunciados os seus sintomas. Vossa majestade soube, quorum magna pars fruit, quão desorganizada está a situação liberal. Demais disso era pública, desde antes da reunião, a antipatia que votava a maioria liberal ao Sr. Visconde de Paranaguá. O próprio Sr. Visconde de Paranaguá tinha perfeito conhecimento de que não podia mais contar com os seus amigos e a prova deu-a no pedido de demissão do dia 3. Vossa majestade recusou-lhe a demissão e, não contente com essa recusa, quando procedeu do mesmo modo com o Sr. Saraiva, vai converter em príncipes de sangue os membros da família do presidente do Conselho.

Patrocínio assinala ainda que o imperador quisera segurar no poder o “compadre do genro de Sua Majestade”, declarando⁴³⁹:

O seu pronunciamento pessoal, em certos casos, é, pois, um perigo sério, é um atentado contra a liberdade parlamentar. Vossa majestade conhece bem os seus homens para poder calcular que força dá ao Sr. De Paranaguá a sua assinatura no auto do casamento de sua Exma. filha. Foi, portanto, um crime contra a constituição a presença de vossa majestade a esse

⁴³⁸ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada. Op. Cit., p. 418.

⁴³⁹ Ibid., p. 418.

consórcio, igualando arbitrariamente aos dos príncipes brasileiros.

O governo respondeu às críticas de Patrocínio através de um artigo anônimo publicado no *Jornal do Comércio*⁴⁴⁰:

Quanto ao fato de assistirem SS.MM. Imperiais ao casamento do filho da Sra. Condessa de Barral, e que provocou tamanha censura, basta ponderar que esse casamento foi ato de caráter inteiramente particular, tendo sido feita a cerimônia no palácio Isabel, isto é, na residência de sua augusta filha. Disse, porém, a Gazeta que essa foi uma expansão discorde com todos os seus atos anteriores. A ilustrada redação não foi bem informada. O imperador tem sempre demonstrado quanto preza os seus mestres e os de suas filhas. Lembraremos, por exemplo, o que ele fez pelo bispo de Crisópolis, a quem mais deveu os cuidados de sua educação; acompanhou o seu féretro desde o paço de São Cristóvão até o convento da Lapa, e não cessa de dar provas de quanto o respeitava. Ao marquês de Sapucaí, recordaremos ainda, também não escasseou provas análogas, e visitou-o em sua última enfermidade. O procedimento do Imperador tem sido determinado pelo desejo de evitar que suas relações particulares sejam interpretadas sob o ponto de vista político. Nunca teve validos, e até acusam-no de não saber grangear amigos. Não obstante, porém, é menos exato que o Imperador, como diz a Gazeta, haja recusado provas de elevado apreço aos mais ilustres generais, aos mais notáveis estadistas e aos mais distintos literatos. Percorremos a longa lista de nomes lembrados pela Gazeta. Referiu-se em primeiro lugar ao Duque de Caxias a ao general Osório, Marquês de Herval. Não se recorda, porém, a ilustrada redação de fatos aliás de data recentíssima. O Duque de Caxias foi mestre de armas do Imperador e seu amigo, sem que entretanto essa circunstância influísse para a política; o Imperador visitou-o várias vezes, durante a sua enfermidade, e assistia à missa fúnebre por sua alma na Igreja da Cruz dos Militares. O general Osório, desde a primeira viagem do Imperador ao Rio Grande do Sul, em 1845, era seu conhecido, e muitas vezes o Imperador o visitou então na sua barraca de comandante do 2º regimento de cavalaria que acompanhava Sua Majestade pela campanha do Rio Grande. Quando morreu o general Osório, o Imperador conduziu o seu caixão desde o desembarque na ilha do Bom Jesus até o lugar onde está depositado no asilo dos inválidos. (...) Não há, pois, clamorosa injustiça por parte da ilustrada redação? (...)

⁴⁴⁰ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada*. Op. Cit., p. 419.

(...) *As famílias do Visconde do Rio Branco e do Dr. Joaquim Manuel de Macedo poderão dizer se o Imperador os esquecia. O mesmo poderão dizer as do Marquês de Paranaguá e do Marquês de São Vicente, aos quais aliás mais conhecia como políticos. O talento de José de Alencar foi sempre apreciado pelo Imperador, que, sabemos, muitas vezes manifestou-lhe pessoalmente este apreço. Quanto a Gonçalves Dias, apelaremos para todos os membros do Instituto Histórico que estimavam como Sua Majestade o ilustre literato.*

(...) *O certo é, embora não possa ser isso por todos reconhecidos, que o Imperador estima e considera todos os brasileiros de real merecimento, ainda que não se aproximem dele; evitando, todavia, como dissemos, que as suas relações particulares reflitam na política.*

Magalhães Jr. conta que a polêmica continuou por mais alguns dias. Na coluna intitulada *Mixed Pickles*, de 11 de maio, assinada com o pseudônimo de *From-Batty*, o tema foi a nova censura ao imperador pelo comparecimento “com seus camaristas, ao casamento do filho da condessa de Barral.” O (A) colunista comentava⁴⁴¹:

Devia, portanto, sua majestade comparecer como Pedro de Alcântara Rafael Gonzaga e não como imperador do Brasil ao casamento de Dominique. Vestia a sua casaca, tomava o seu chapéu claqué, calçava as luvas, acendia um havana e dirigia-se à casa de sua filha. Nada mais natural e mesmo lógico. Mas como a coisa se fez, com todo o aparato oficial, de carro imperial, com a cavalaria atrás, o Mota Maia fardado, o Miranda Reis agaloado, a majestade esteve descoberta e o Poder Moderador sem referenda.

Em 17 de maio, a *Gazeta da Tarde* ainda insistia no assunto e escrevia um novo artigo declarando que o imperador não fora ao casamento das filhas do visconde do Rio Branco que haviam se casado quando o pai era chefe de gabinete. O jornal⁴⁴² afirmava ainda que D. Pedro II protegia e favorecia o sogro de Dominique, já que os outros “ilustres” brasileiros “nunca haviam provado de Sua Majestade senão as desigualdades do seu trato e da sua estima, mantida sempre no grau de uma perfeita função pública.”

⁴⁴¹ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada*. Op. Cit., p. 420.

⁴⁴² *Ibid.*, p. 421.

Em 21 de maio, a mesma *Gazeta da Tarde*⁴⁴³ denunciava outra vez o despotismo do imperador: “*L’État c’est moi...* a frase do amante saciado de Maintenon (Louis XIV) pode ser hoje repetida pelo Imperador..”

Entre tantas histórias sobre amantes reais européias, é interessante assinalar a comparação irônica que José do Patrocínio fez do imperador D. Pedro II à Louis XIV e da condessa de Barral à Madame de Maintenon, conhecida como a professorinha da França.

Das inúmeras histórias amorosas de Louis XIV, os personagens mais intensos e diretamente ligados a ele foram as duas amantes, Madame de Montespan e Madame de Maintenon. Em um determinado momento as suas histórias se entrelaçam.

Françoise d’Aubigné, a futura Madame de Maintenon, segundo Craveri⁴⁴⁴, teve uma história extraordinária. Nascida na prisão de Niort, onde seus pais cumpriam pena por conspiração contra o cardeal Richelieu, em novembro de 1635, e crescida na pobreza, viúva de um escritor paraplégico.

Aos 16 anos fugiu da casa de sua madrinha, onde passou a infância, e casou-se com Paul Scarron, escritor,



Madame de Maintenon⁴⁴⁵

25 anos mais velho, endividado, declaradamente libertino e paralisado por uma artrite deformante. A casa de Scarron, conta Segrais⁴⁴⁶, “era o ponto de encontro de tudo o que havia de mais letrado na corte e todos os espíritos mais brilhantes de Paris”.

Depois de receber o título de marquesa, conseguiu casar secretamente com Luis XIV. Sobre Maintenon, a duquesa de Lesdiguières⁴⁴⁷, autoridade em boas maneiras, registrou:

⁴⁴³ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada. Op. Cit.*, p. 421.

⁴⁴⁴ CRAVERI, Benedetta. *Amantes e rainhas: o poder das mulheres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 235.

⁴⁴⁵ Disponível na Internet via www.internaute.com/madame_de_maintenom.jpg. Arquivo capturado em novembro de 2008

⁴⁴⁶ CRAVERI, Benedetta. *Amantes e rainhas: o poder das mulheres. Op. Cit.*, p. 239.

“Além de ser muito bonita e de uma beleza que não cansa, é doce, reconhecida, reservada, fiel, modesta, inteligente e, cúmulo do agradável, serve-se do seu espírito só para divertir ou para fazer-se amar.” Assim, Madame de Maintenon a foi recebida no *beau monde* parisiense.

Benedetta Craveri⁴⁴⁸ afirma que Maintenon fazia parte de um grupo de mulheres do seu tempo “que refletia de maneira sistemática sobre a especificidade da condição feminina e consciente de seu ‘valor,’ reivindicava o direito de decidir sobre a própria vida.” As *preciosas*, como eram chamadas, foram vítimas de uma campanha satírica virulenta, a começar pela genial gozação das *Princesas ridículas* de Molière.

Viúva em 1660, passou a freqüentar os salões de Madame de Sévigné, estreitando amizade com Madame de Montespan. O que as unia era a paixão comum por uma esgrima verbal praticada com as armas da inteligência, da argúcia, da ironia e da elegância. No início de 1670, Maintenon aceitou encarregar-se dos filhos ilegítimos do rei Luís XIV com Madame de Montespan, mantidos então em uma casa isolada na periferia de Paris, em sigilo, por medo de represálias do marido de Montespan.

Luís XIV foi se interessando por Maintenon a partir das visitas que fazia aos filhos - com certeza advém daí as comparações com a condessa de Barral. O rei reconheceu os filhos que teve com Montespan e os levou para a corte junto de Maintenon, agora responsável pela educação religiosa dos príncipes.

A proximidade dos dois é relatada por madame Sévigné⁴⁴⁹ em carta à sua filha: “Montespan não faz outra coisa a não ser chorar, ultrajada, claro, com a preferência dada à loura moçoila, porém muito mais com a profunda amizade que o rei demonstra por Madame de Maintenon, com a qual passa tardes inteiras.”

Com relação à Madame de Maintenon, as suposições de biógrafos e historiadores apontam para este período, quando ela completou 44 anos, o início de seu relacionamento

⁴⁴⁷ CRAVERI, Benedetta. *Amantes e rainhas: o poder das mulheres. Op. Cit.*, p. 240.

⁴⁴⁸ *Ibid.*, p. 241.

⁴⁴⁹ *Ibid.*, p. 249.

com o rei. E foi neste mesmo período que a amante Madame de Montespan acabara de viver junto do rei Luís XIV um episódio que chocou a França e a monarquia.

Athénaïs de Montespan tornou-se conhecida como a amante mais empenhada em manter a sua posição e destronar a *maîtresse-en-titre* (amante oficial) Louise de La Vallière, de Luís XIV. Em 1667, Madame de Montespan costumava visitar La Voisin, uma “bruxa” que morava nos arredores de Paris e praticava quiromancia, lia cartas de tarô, fazia horóscopos, balbuciava em línguas estranhas e atendia pessoas mediante um pagamento vultuoso.



Madame de Montespan⁴⁵⁰

La Voisin⁴⁵¹ criava e vendia loções para embelezar a pele, além de fórmulas mágicas para aumentar os seios e firmar as coxas flácidas. Dependendo do pedido, também fazia vodu para incapacitar ou matar um inimigo, realizava abortos, fornecia veneno para ser administrado a maridos incômodos e celebrava missas negras com sangue de bebê morto.

“Amiga” de Louise de La Vallière, a *maîtresse-en-titre* que queria derrubar, Madame de Montespan participava das refeições do rei, amante e rainha, e colocava as poções de amor de La Voisin (misturas de sangue de bebê morto, ossos e intestinos, mais partes de sapos e morcegos) na carne e no vinho do rei. Parece que, subitamente, o rei apaixonou-se por Madame de Montespan.

Em 1674, Louise de La Vallière retirou-se, humilhada, para um convento. Madame de Montespan tornou-se então a amante do rei por mais de uma década. Em seguida, o rei interessava-se e “adquiria” outras amantes, mais novas, mas sempre mantendo Madame de Montespan no título.

⁴⁵⁰ Disponível na Internet via [www](http://www.zam.mch.mii.lt/Parodos/Antra_sale3.htm). Url: [zam.mch.mii.lt/Parodos/Antra_sale3.htm](http://www.zam.mch.mii.lt/Parodos/Antra_sale3.htm). Arquivo capturado em novembro de 2008.

⁴⁵¹ HERMAN, Eleanor. *Sexo com reis: 500 anos de adultério, poder, rivalidade e vingança*. Op. Cit., p. 108.

O declínio de Madame de Montespan começou em 1679, quando a polícia de Paris iniciou uma investigação sobre as numerosas alegações de envenenamento na cidade. As suspeitas recaíam em algumas das mais importantes damas do país que – depois de visitarem a bruxa La Voisin – tinham-se tornado viúvas ricas após o súbito falecimento de maridos inoportunos. Algumas dessas senhoras preferiram partir da França imediatamente a enfrentar um interrogatório.



La Voisin⁴⁵²

No ano seguinte, 218 pessoas foram interrogadas – algumas sob tortura – e 36 foram executadas por espada, corda ou patíbulo. A investigação policial era como uma teia de aranha gigantesca que crescia e atingia as classes sociais mais elevadas. Havia uma “dama” em especial, entre as várias acusadas intimadas, que ocupava uma posição tão eminente e era tão poderosa que não ousaram mencioná-la. Em 1680, La Voisin foi morta no cadafalso jurando categoricamente que essa mulher jamais fora sua cliente. Porém, logo depois sua filha admitiu que a senhora em questão era Madame de Montespan, a amante do rei há 13 anos e mãe de seus filhos. A jovem relatou ⁴⁵³:

Cada vez que alguém novo incomodava Madame de Montespan, cada vez que sentia diminuir os favores do rei, vinha correndo procurar minha mãe em busca de um remédio, e então minha mãe chamava um de seus padres para celebrar uma missa e enviava à Madame de Montespan os pós que deveria administrar ao rei.

Descreveu as missas negras nos anos 1666-1668 para obter favores do rei, celebradas em capelas abandonadas e ministradas pelo abade de Guiborg – destituído de suas funções sacerdotais – com o santo cálice preso à virilha de Madame de Montespan:

⁴⁵² Disponível na Internet via [www](http://www.nndb.com). Url: www.nndb.com. Arquivo capturado em novembro de 2008.

⁴⁵³ HERMAN, Eleanor. *Sexo com reis: 500 anos de adultério, poder, rivalidade e vingança*. Op. Cit., p. 114.

Em uma dessas missas, vi minha mãe trazer uma criancinha...obviamente prematura...e colocá-la em uma bacia na qual Guiborg cortou sua garganta, derramando o sangue em um cálice...onde consagrou seu sangue e a hóstia...declarando os nomes de Madame de Montespan e do rei. (...) o corpo da criança foi incinerado no forno do jardim e as entranhas foram levadas no dia seguinte por minha mãe...para serem destiladas junto com o sangue e o corpo consagrado...essa mistura foi vertida em um recipiente de vidro que Madame de Montespan buscou mais tarde...”

Relatos sobre as ossadas de crianças encontradas no jardim de La Voisin levaram a polícia a escavá-lo. Foram descobertos os restos de 250 crianças – abortados, natimortos, prematuros, além dos sacrificados vivos. Havia um pequeno forno no pavilhão do jardim onde La Voisin poderia queimar o corpo de uma criança caso fosse muito grande para enterrá-lo.

Para que o rei não virasse chacota, as testemunhas que haviam mencionado o seu nome foram executadas ou presas em masmorras solitárias ou distantes até a morte. Madame de Montespan permaneceu em Versalhes por mais uma década, oferecendo festas e deslumbrando os convidados com sua inteligência. Mas as visitas do rei eram raras e sempre em companhia de outras pessoas, e ele jamais bebia ou comia algo que ela lhe oferecesse.

Em 1683, morreu a rainha Maria Teresa. Já viúvo, o rei casou-se secretamente com Madame de Maintenon, já que ela não aceitava o papel de concubina, mas também não podia aparecer publicamente como a mulher do rei. Por esta condição, aparecia à corte e ao país como uma perigosa intrigante que escondia sua relação cheia de culpa detrás da fachada da compostura. Além disso, não recebia nenhum gesto de reconhecimento formal, era privada de toda garantia e dependia exclusivamente da benevolência do rei.

Parece que o único lugar em que Madame de Maintenon possuía certa legitimidade era no Instituto Real de Saint-Louis, em Saint-Cyr, inaugurado em 1686. O colégio devia a ela a sua existência e realização e tinha como objetivo proporcionar educação e dote a 250 meninas provenientes de famílias da nobreza falida financeiramente. O modelo pedagógico era inspirado em Fénelon, exposto no tratado *Da educação das moças* (1687).

Quase no final de sua vida, desiludida com a corte, constatou⁴⁵⁴: “Quando se desfruta do favor real, não se tem mais amigos: a posição que se ocupa se torna objeto de inveja, e todos querem se aproveitar; não há mais sombra de sociabilidade, de liberdade, de simplicidade; tudo se torna astúcia, cálculo, complacência forçada, adulação desmedida e aspereza.”

Quando Louis XIV estava irremediavelmente doente, Maintenon deixou Versalhes antes mesmo de sua morte para não correr o risco de receber o tratamento humilhante reservado às favoritas e passou em Saint-Cyr os três anos e meio que ainda lhe restavam viver.

Independente de república ou monarquia, a figura da amante é sempre vista como perigosa, dona de poderes imensamente ampliados diante de um rei ou presidente “enfeitiçado.” A Maintenon que Patrocínio associou à condessa de Barral, à primeira vista sem tantos “poderes” quanto Madame de Montespan, mas possuidora dos seus “perigos.” Através do sexo, ativa no imaginário o mito de Eva, pecadora e irresistível, que convida Adão para embarcar no universo do prazer, em detrimento das responsabilidades.

Em vez de se conformar com o “seu lugar” (inferior ao da nobreza) na sociedade, Maintenon resolveu estudar. Com isso desenvolveu diversas habilidades, entre elas a de freqüentar e fazer amizades nos salões da aristocracia. Assim, apesar dos estigmas da pobreza, de filha de ex-presidiário, de esposa de um homem considerado “libertino”, teve obstinação e “atrevimento” em ascender socialmente. Ao mesmo tempo, era considerada bonita, inteligente, generosa e se destacava pela religiosidade. Com tantos atributos acabou ocupando o lugar da *Maîtresse-em-titre* Madame de Montespan a ponto de fazer com que o rei se casasse secretamente com ela e com ela permanecesse até a sua morte.

⁴⁵⁴ HERMAN, Eleanor. *Sexo com reis: 500 anos de adultério, poder, rivalidade e vingança*. Op. Cit., p. 259.

Utilizando a figura da amante, os discursos da imprensa tentam sensibilizar a população pelo viés da moralidade, investindo na denúncia da sexualidade egoísta e perigosa. Encarados do ponto de vista moral, as práticas e idéias que não se conformam aos padrões morais vigentes são considerados *vícios*, pois os seus contrários, os padrões, são tratados como *virtudes*. Apontando publicamente a figura da amante, o *vício* do rei ganha visibilidade e aparece como um defeito doentio, uma disposição habitual para o mal ou pecado. E, sobretudo: como um impulso reprovável e incontrolável, decorrente de uma imperfeição que torna o governante incapaz de seguir sua destinação natural⁴⁵⁵.

Nessa perspectiva moral, as racionalizações que justificam o moralismo ligam-se às idéias de hábito para o vício, que seria uma espécie de segunda natureza, de impulso incontrolável causado por imperfeição ou defeito que gera uma conduta quase instintivamente viciosa, de corrupção e desvio das normas. Portanto, um comportamento deliberado.

No caso da condessa e do imperador, as insinuações dos jornais não objetivam a “correção” de hábitos do rei, mas a vigilância como captação dos momentos de risco, de desvio-depravação, além da estigmatização, o vício por natureza, a corrupção-depravação sedimentada ou irreversível, que devem ser apontados, condenados publicamente e sinalizados.

Assim as racionalizações moralistas que se valem da repressão sexual utilizadas pela crítica oferecem a idéia de proteção aos indivíduos contra o vício e às instituições sociais contra os viciosos. Estão também devolvendo o “remédio amargo” aos seus criadores, ou seja, se o Estado regula a sexualidade através da família, sendo o sexo também uma questão política, nada mais compreensível que as críticas opositoras questionem a sexualidade dos governantes. Talvez, se as críticas ao menos colocassem em dúvida a moral sexual vigente na época.

⁴⁵⁵ CHAUI, Marilena. *Repressão sexual: Essa nossa (des)conhecida. Op. Cit.*, p.118.

Voltando aos nossos personagens e aos incômodos que causaram no século XIX, nos reportamos mais uma vez à *Gazeta*⁴⁵⁶, que agora expunha a sua crítica sob o título de *É contra a etiqueta*, questionando Dominique, o conde de Barral. Como ele casou-se “vestindo a farda do corpo diplomático francês”⁴⁵⁷, o jornal afirmava que não daria qualquer importância ao fato se não tivesse surgido uma dúvida. E acrescentava:

S. Excia. Mandou dizer a Gambetta, ao grande Gambetta, o seguinte: Não me merecendo confiança o vosso governo, peço-vos que me ponhais em disponibilidade. O governo de Gambetta mandou demitir o secretário de segunda classe. Não sabemos se o Sr. Conde de Barral foi de novo incluído no quadro do corpo diplomático francês e é por isso que perguntamos: S. Excia. Fardou-se de diplomata com direito, ou por mera fantasia. É costume dos europeus agaloarem-se para deslumbrar os selvagens; provavelmente para tal feito foi que o Sr. Conde se vestiu de fardão...

Magalhães Jr. conta que, após a cerimônia de casamento, Dominique e a esposa, Maria Francisca, se dirigiram a Petrópolis junto com a família imperial, que se deslocara ao Rio de Janeiro para assistir à cerimônia.

Em 15 de maio, a condessa de Barral oferecia em Petrópolis, no recém inaugurado Hotel Orléans, um grande baile ao corpo diplomático estrangeiro, para a apresentação do casal.



Hotel Orléans – Petrópolis - RJ⁴⁵⁸

Carl von Koseritz, na época em visita a Petrópolis, fala em seu livro dos hotéis petropolitanos e seus “ilustres” hóspedes: “A cidade conta com numerosos estabelecimentos de qualidade, principalmente hotéis, como, entre outros, o Beresfort, o MacDonald, o

⁴⁵⁶ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada. Op. Cit., p. 421.*

⁴⁵⁷ Dominique vestia a farda de secretário de legação e ostentava as condecorações da Ordem da Rosa e de Carlos II, da Espanha.

⁴⁵⁸ Disponível na Internet via [www. Url: petropolisnoseculoXX.zip.net](http://www.petropolisnoseculoXX.zip.net). Arquivo capturado em novembro de 2008

Orléans, sendo este o mais aristocrático. Lá vive a velha condessa de Barral, a quem o imperador visita diariamente, etc....⁴⁵⁹”.

Dando continuidade à campanha contra a monarquia, José do Patrocínio inicia uma série de folhetins, estampados na primeira página da Gazeta da Tarde, sob o título de *A sociedade do Rio de Janeiro*. Segundo Magalhães Jr.⁴⁶⁰ os dados contidos nos folhetins eram traduzidos e transcritos da revista russa, publicada em francês, intitulada *Méssager de Saint-Petersbourg*. A Gazeta da Tarde provocava os leitores para que os interpretassem como uma série de cartas ou correspondências, datadas de Bucareste e assinadas por “Um diplomata”.

Segundo a *Gazeta*, “o diplomata europeu teria sido acreditado junto ao governo do Brasil e que, depois de haver aqui residido vários anos, representava hoje o seu país na Rumânia.”

Em algumas dessas correspondências fictícias, publicadas de 1 de setembro de 1885 a março de 1886, a condessa de Barral é nomeada pessoalmente e aparece como um poder acima dos partidos, do governo e do próprio imperador. Alguém cuja vontade era lei. O personagem Diplomata fala através de Patrocínio:

Entende o imperador que pelo fato de haver uma condessa educado à futura imperatriz do Brasil não se lhe pode negar coisa alguma. A mais de um ex-ministro ouvi eu dizer que, no Brasil, se fazia tudo quanto desejava a condessa; ela queria que fosse ministro de Estado o Sr. F. D.⁴⁶¹ e esse senhor foi ministro, quis que ocupasse a pasta de chefe de certa legação importante na Europa um protegido seu e conseguiu; exigiu por telegrama o lugar de cônsul geral em Paris para seu compadre e lavrou-se a nomeação. Lembrou a conveniência de edificar-se uma igreja de proporções colossais, em Petrópolis, e a igreja

⁴⁵⁹ Carl von Koseritz era um imigrante alemão, residente no Rio Grande do Sul e que por um curto espaço de tempo chegou a morar no Rio de Janeiro. Em meados da década de 1850 veio a se tornar jornalista, tendo lançado o seu grande jornal em 1864: “Koseritz Deutsche Zeitung”, onde em 1883 ele publica o relato de sua viagem. Em 1885, este texto, juntamente com outros veio a ser publicado em livro na Alemanha, com o título de “Bilder aus Brasilien”, que foi mais tarde traduzido e publicado no Brasil com o título de “Imagens do Brasil”.

KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. Tradução de Afonso Arinos de Mello Franco. 1941. Biblioteca Histórica Brasileira, Livraria Martins Editora.

⁴⁶⁰ MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada*. Op. Cit., p. 423.

⁴⁶¹ Segundo Magalhães Jr. ele referia-se, provavelmente a Franklin Doria, o futuro Barão de Loreto.

está se edificando. Queixam-se no Rio de Janeiro, de que qualquer aventureiro sem mérito algum, qualquer estrangeiro desconhecido em seu país sendo recomendado ao imperador pela condessa de Barral ou pelo conde de Áquila, seu cunhado e amigo⁴⁶², consegue do Brasil o que quiser: emprego, honras, considerações, dinheiro do contribuinte, concessão de empresas industriais e até a maior intimidade na casa imperial.

Em outro folhetim, falam de um piquenique realizado em Petrópolis e da conduta do imperador:

Uma vez, em Petrópolis, arranjou a Sra. condessa de Barral um piquenique na cascata de Itamaraty; foi convidado o corpo diplomático. O visconde de S.⁴⁶³ encarregado dos arranjos da festa, mandou servir o 'gouter sur le gazon'; o imperador sentou-se na relva, de pernas cruzadas, ao lado da ...(aqui suprimimos o nome da senhora); parecia um verdadeiro árabe. Armou-se de uma perna de peru e de meia taça de champanhe, e sem servir-se de talheres, deu o exemplo da semcerimônia.

O Cavaleiro de Saint-Georges, amigo particular da condessa, é a única voz que destoa da unanimidade, ainda no século XIX⁴⁶⁴:

A fama de sua intervenção na política imperial era bem maior que a realidade, mas essa notícia, mesmo exagerada, ou por isso, enchia a sua casa de postulantes a todos os empregos imagináveis, deputados aspirantes a pastas ministeriais, diplomatas à caça de informações. Em consequência das suas relações pessoais com a dona da casa, os 'leaders' de todos os partidos e os homens de consideração em todos os ramos da administração, da política, das ciências, da arte e da literatura aí se encontravam igualmente. A casa de Mme. De Barral parecia uma pequena corte ao lado da grande, com menos etiqueta e mais jovialidade. Sorridente, a condessa, jovem ainda, mas com os cabelos já brancos, recebia com aquela especial graça que conquistava todos os corações, sempre achando a

⁴⁶² O conde de Áquila, marido da princesa Januária e cunhado do imperador. Abrigara-se na Inglaterra depois da queda dos Bourbons no Reino das Duas Sicílias e exigira do diplomata Pereira de Andrade, dinheiro público para pagar as suas dívidas. Recebendo 14.000 libras esterlinas do diplomata, deu motivo para violentas críticas dos jornais republicanos. Como solução para o caso, o governo mandou descontar as 14.000 libras, parceladamente, da pensão que o Brasil anualmente pagava à princesa Januária e seu marido.

⁴⁶³ Provavelmente o médico oftalmologista e visconde de Silva, Antônio Joaquim de Araújo e Silva, que segundo Wanderley Pinho (p.293) ambicionava o título brasileiro que o imperador parecia recusar, não se sabendo bem qual o motivo. Houve quem levantasse como causa o ciúme da condessa de Barral. Para Magalhães Jr. (p.428) o ciúme poderia ser gerado pela assiduidade do visconde junto à condessa que também era sua paciente.

⁴⁶⁴ PINHO, Wanderley. *Salões e damas do segundo reinado*. Op. Cit., p. 193.

palavra amável para cada um. Havia ali mesa franca para os amigos e sala aberta para recebê-los todas as noites.

Wanderley Pinho, porém, discorda da sentença acima afirmando que a condessa interveio decisivamente na política brasileira, pelo menos duas vezes – “no exercício de uma das poucas atribuições livres e constitucionalmente pessoais do monarca: a escolha senatorial.” É interesse conhecer a detalhada narrativa de Pinho⁴⁶⁵:

Quando subiu à Princesa Isabel, em 1888, a lista de que fazia parte Pereira da Silva, este político que mais de uma vez deixara de ser escolhido pelo Imperador a todos surpreendeu embarcando para a Europa, quando natural era e da tradição ficasse a fazer a corte à Regente. É que ele ia ao que valia, e na Europa estava a condessa de Barral, que podia.

Se sobre o imperador a dama baiana tinha influência, sobre Isabel exercia ascendência: pela amizade, pelo respeito de preceptora, pelo hábito da superioridade infiltrante de quem enriquecera e encaminhara o espírito da herdeira do trono, e habilmente, em conselhos e convivência, deixara a marca do polegar de modeladora na índole e na vontade da disciplina.

Pereira da Silva foi escolhido, a despeito da preferência do gabinete ministerial por Andrade Figueira.

É o que narra a tradição ‘fundada.’

Sobre a nomeação de Carneiro da Rocha, em lugar de Ferreira de Moura para a vaga que no senado deixara Cotegipe em 1889, há documentos rastreantes da ação de Barral que, ainda uma vez, agora junto ao próprio Pedro II, escolhia outro senador, contra a vontade e os compromissos do presidente do conselho, o voluntarioso Visconde de Ouro-Preto.

Saraiva, ao partir para a Europa naquele último ano da monarquia, levava a certeza de que Moura seria o senador. Ouro-Preto prometera influir nesse sentido. Seria o candidato do ministério.

Surpreendido com a notícia de que Carneiro da Rocha fora afinal o escolhido, Saraiva, profundamente irritado, indispôs-se com o chefe do gabinete liberal.

Moura lançava as culpas de sua preterição sobre a condessa de Barral, que agira em favor do irmão de seu procurador na Baía.

Repugnava, porém, a Saraiva conceder a vitória a uma mulher: *‘não conserve – escrevia a Moura – o menor rancor contra o imperador, e nem mesmo contra a nossa infeliz Princesa, tão explorada pelos criados do Paço. Os empenhos da Senhora Condessa de Barral se fossem reais de nada serviriam se a Coroa e o partido liberal fossem servidos por ministros dignos de representarem a nobreza do partido liberal’.*

⁴⁶⁵ PINHO, Wanderley. *Salões e damas do segundo reinado*. Op. Cit., p.169-170.

Uma ‘escolha’ da Barral entre conservadores, outra entre liberais!

É que ela não pertencia a qualquer dos dois partidos constitucionais, mas tinha o seu, formado por legionários e legionárias de ambos aqueles e alimentado de dedicações pessoais.

Se não a encontrarmos agindo, por exemplo, pela eleição direta ou pela abolição, (ainda que em 1868 libertasse o ventre de suas escravas, e em 1880 os cativos que ainda possuía) é que os programas e as maiorias pouco lhe importavam. Mas também não a entrevemos em pequenas intrigas palacianas ou extra-palacianas.

Apenas uma vez pareceu excessiva afoiteza o desembaraço com que manifestou opinião contrária à do ministério que governava e, o que é mais, adversa à do próprio imperador. Foi quando da questão religiosa, dama da imperatriz, quis publicar o seu protesto contra a prisão dos bispos de Olinda e do Pará, indo visitá-los...em carruagem do Paço, os boleiros com librés e botões imperiais.

Menos Egéria inspiradora que distribuidora de graças, praticava a melhor política que se podia reservar uma mulher. Todavia, se em escolher, preferir e conceder fez gratos, criou despeitados.

Na esteira de Pinho, Simões⁴⁶⁶ assinala, a partir do caso da escolha do senador, contado por Wanderley Pinho, que a condessa de Barral, “de uma simples preceptora, tornou-se uma mulher influente e ativa nos últimos anos do Império.”

O espaço aberto do diálogo epistolar entre o imperador e a condessa parece ter representado uma grande teia de transgressões sociais, onde os dois, ao mesmo tempo em que se constroem como sujeitos, refazem as formas tradicionais de relação entre os sexos, ultrapassam os limites sociais entre amizade de homem e mulher, mesclando-a com nuances de erotismo, questionam o papel tradicional de amante real e tecem um espaço alternativo que vai contra a ordem normativa e institucional do casamento e da família.

Esse espaço intersubjetivo da correspondência, e não o relacionamento, escapou dos padrões normativos da sociedade do século XIX, mesmo sob o forte mecanismo de vigilância

⁴⁶⁶ SIMÕES, Ricardo Japiassú. *O escândalo das jóias: o imperador e a condessa de Barral em folhetins cariocas*. Tese de doutorado. USP. 2001.

da corte e dos republicanos, confirmando a insinuação de Gilles Deleuze⁴⁶⁷, para quem é impossível uma administração total da vida humana, um agenciamento completo das subjetividades pelos poderes e pelo sistema.

Se a correspondência escapou dos padrões normativos da sociedade, o mesmo não se pode afirmar sobre o relacionamento dos dois. Por não se encontrar institucionalizado, tal relação despertou comentários e críticas capazes de ultrapassar o terceiro século. E, apesar de terem causado contrariedades em nossos personagens, nossas personagens representaram apenas um *outro* elemento no conjunto de técnicas necessárias à fabricação de si, da reinvenção de si mesmo e da transposição de limites que já estavam praticando com o diálogo epistolar.

⁴⁶⁷ DREYFUS, H. e RABINOW, P. In: *Michel Foucault uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense, 1995, pp.231-249

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Correspondência que é, antes de qualquer coisa, “experiência de liberdade, de novidade, de transformação, da transgressão dos limites do ir além daquilo que se é, da invenção de novas possibilidades de vida.”
Michel Foucault⁴⁶⁸

Geralmente as conclusões carregam a ilusão de que é possível revelar verdades ocultas sobre um objeto de estudo. Talvez até revelem dependendo do objeto estudado e do tipo de estudo feito, mas não é o caso deste. Não escavamos atrás de verdades e tão pouco nos deparamos acidentalmente com uma, portanto nada além de nosso próprio olhar sobre o objeto de estudo pode figurar nestas considerações finais.

Primeiramente, inspirados por Foucault constatamos que tanto a Condessa de Barral quanto o imperador D. Pedro II constituíram-se como sujeitos no espaço intersubjetivo de seu relacionamento através da escrita epistolar. Conforme já falamos, segundo as teorias de base pós-estruturalistas e as teóricas feministas, o indivíduo se produz a partir de práticas cotidianas que ele dirige sobre si mesmo, as “tecnologias de si”, entre as quais Foucault⁴⁶⁹ incluiu a prática da escrita epistolar.

Esse espaço intersubjetivo da correspondência, e não o relacionamento, escapou dos padrões normativos da sociedade do século XIX, mesmo sob o forte mecanismo de vigilância da corte e dos republicanos, confirmando a afirmação de Gilles Deleuze, de que é impossível uma administração total da vida humana, um agenciamento completo das subjetividades pelos poderes e pelo sistema.

⁴⁶⁸ LARROSA, Jorge. A libertação da liberdade. In: PORTOCARRERO, V.; BRANCO, G. C. (orgs) *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2000.

⁴⁶⁹ DREYFUS, H. e RABINOW, P. In: *Michel Foucault uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense, 1995, pp.231-249

Como não acreditamos em um eu profundo supostamente escondido sob o véu das aparências ou em uma essência imutável, a subjetividade que nos referimos, aproxima-se de Heidegger, que a associa a uma “morada” e não está vinculada a uma interioridade/essência do ser, mas a uma noção processual que aponta não para “o que somos,” mas para “quem somos”. Com esse deslocamento do verbo “ser” para “estar” a subjetividade torna-se mais fluida e em constante construção.

E nesse espaço do relacionamento epistolar, tanto o imperador quanto a condessa, puderam exercer alguma autonomia e liberdade na fabricação de si mesmos, apesar da forte vigilância em que eram submetidos. A liberdade a que nos referimos é a liberdade que Foucault define como “a experiência da novidade, da transformação, da transgressão dos limites do ir além daquilo que somos, da invenção de novas possibilidades de vida⁴⁷⁰”. Assim como a liberdade, a idéia de “autonomia” está aqui associada à busca de saídas do estado de submissão que lhes fora imposto socialmente e não se aproxima da noção de livre-arbítrio.

Acredito que no relacionamento através da correspondência, os dois encontraram uma certa autonomia e liberdade para agir e encontrar a si mesmos. Para a mulher condessa de Barral, o relacionamento não deixou de representar uma prática de liberdade propícia à auto-elaboração ética e mais uma estratégia para driblar as forças do poder disciplinador e normatizador que esquadrihavam os corpos e a sexualidade feminina no século XIX. Enquanto a maioria das mulheres do século XIX se restringia à vida doméstica, casamento e família, a condessa de Barral ousou investir também na sua relação com o imperador.

Nesse sentido, D. Pedro II também ousou investir em um relacionamento baseado na livre escolha, nas afinidades e no campo da vontade própria. E isso coloca os dois como produtores de si mesmos e não apenas como produto das instituições sociais.

⁴⁷⁰ LARROSA, Jorge. A libertação da liberdade. In: PORTOCARRERO, V.; BRANCO, G. C. (orgs) *Retratos de Foucault. Op. Cit.*

O relacionamento deles através da escrita epistolar pode ser entendido como uma “tecnologia do eu,” no sentido apontado por Foucault:

*Como um conjunto de técnicas que permiten a los individuos efectuar, por cuenta propia o con la ayuda de otros, cierto número de operaciones sobre su cuerpo y su alma, pensamientos, conductas, o cualquier forma de ser, obteniendo así una transformación de si mismos con el fin de alcanzar cierto estado de felicidad, pureza, sabiduría o inmortalidad...*⁴⁷¹

Como já afirmamos, a escrita epistolar permite ao indivíduo criar uma literatura de si, e essa literatura é tão transgressiva quanto aquela que objetiva transpor os limites da linguagem, pois se trata de reinventar a si mesmo, de transpor o limite do que somos no espaço do “entre.” Assim, as cartas produzem uma literatura de si que torna visíveis dois aspectos importantes: o caráter intersubjetivo/dialógico da produção da subjetividade e exibem especialmente o estatuto ético e estético da fabricação de si.

Esse aspecto estético da escrita epistolar é entendido a partir de Baumann⁴⁷², que utiliza a noção de “esboço de si” para destacar o caráter de auto-estilização da correspondência, onde um eu “forma”, um eu “acontecimento”, um eu “como tarefa a ser realizada”, um eu “versátil que se constitui como ficção” em e mediante o ato de escrever.

Dessa forma, pode-se afirmar que **as literaturas de si** produzidas pela condessa e pelo imperador, **são esboços de si mesmos** e desvelam o “eu” como uma forma plástica que se esculpe no espaço intersubjetivo da correspondência. Eles tentam **delinear a si** mesmos aos olhos do outro e essa tentativa dos autores-personagens nos leva às idéias de Antonio Candido⁴⁷³ sobre o romance moderno. Para ele:

⁴⁷¹ FOUCAULT, Michel. Tecnologias del yo. In: MOREY, M. *Tecnologias del yo, y otros textos afines*. Barcelona: Paidós, 1990, p. 48.

⁴⁷² BAUMANN, Gerhart. Apud. ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

⁴⁷³ CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. In: *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1974, PP.58-59.

No romance, o escritor estabelece algo mais coeso, menos variável, que é a lógica do personagem. A nossa interpretação dos seres vivos é mais fluida, variando de acordo com o tempo ou as condições da conduta. No romance, podemos variar relativamente a nossa interpretação do personagem; mas o escritor lhe deu, desde logo, uma linha de coerência fixada para sempre, delimitando a curva de sua existência e a natureza do seu modo de ser. Daí ser ela (o personagem) mais lógico, mais fixo do que nós.

As cartas da condessa de Barral, a meu ver, expõem o esboço de um “eu” intenso onde transparece a imagem de uma mulher múltipla, que não se enquadra nos contornos definidos de vítima e heroína. No início da correspondência ela exhibe uma mulher ciente de suas responsabilidades profissionais, uma “humilde criada” do imperador, como ela mesma diz, sempre disponível e disposta a dar notícias dos familiares, especialmente de Leopoldina e Isabel e de Francisca, a irmã do imperador. Essa serviçal e amiga delineada pela condessa também não se mostrava rígida, pelo contrário, não se intimidava e nem deixava de expor as suas idéias⁴⁷⁴ e seus estados de espírito⁴⁷⁵, exibia a mãe devotada de Dominique⁴⁷⁶, preocupada com as crianças abandonadas⁴⁷⁷, com os rumos que os seus negócios estavam tomando⁴⁷⁸.

É interessante lembrar que este parágrafo de uma das cartas da condessa, citado anteriormente (nota 10) sobre a possibilidade dela se desfazer do engenho e dos escravos por causa das dívidas explica o fato dela ter acabado com a escravatura na sua propriedade anos antes da abolição ter sido assinada. As poucas referências existentes sobre esse assunto caracterizam o seu ato como heróico, certamente e equivocadamente, por se servirem do que

⁴⁷⁴ “...”Eu não gosto de ser Bairrista e sou Brasileira e não Baiana”... p. 44.

⁴⁷⁵ “...”O jantar não prestou, fiquei de tão mau-humor que certamente os hóspedes não puderam exaltar minha natural amabilidade” p. 98

⁴⁷⁶ “Está de volta meu rapaz e eu muito contente de ver que minhas apreensões eram exageradas.” p. 105.

⁴⁷⁷ “Onde é o asilo dos Meninos desvalidos? Também eu visitei hoje as obras que estão fazendo as Irmãs de Caridade e muito gostei da Superiora que é realmente uma Senhora de mão cheia! Assim a tivesse ela cheia de mais dinheiro! Quando V.M. tiver algumas migalhas não se esqueça dela, nada será mais útil nem tão bem empregado.” P. 105.

⁴⁷⁸ “Tenho andado aflita com meus negócios da Bahia. O Pedroso nem fiado quer comprar meu Engenho São João. Creio que me verei na dura necessidade de me desfazer dos escravos, máquinas, bois, etc e de deixar as terras aí para o que der e vier mais tarde. Dê-me um bom conselho” ...p.105

Nietzsche⁴⁷⁹ classificou de história monumental, ou seja, aquela história que se caracteriza por um tipo de conhecimento histórico povoado por modelos de grandezas, por iniciadores e grandes heróis.

Como se vê, não era esse tipo de heroína que a condessa de Barral esboçava, na sua escrita de si, mas sim o da mulher preocupada com os rumos dos negócios, a procura de um conselho que botasse fim a seu dilema e fosse capaz de resolver o seu problema financeiro. Nem por isso retratou-se menos humana.

Com o tempo, na medida em que a correspondência torna-se muito freqüente e bem mais intensa, algumas características da “humilde criada” esculpida pela condessa, intensificam-se, outras sofrem apenas algumas variações, dependendo da situação em que ela se encontra no momento da escrita. Cada vez mais ela coloca o próprio corpo presente na carta, exibindo variações da intensidade dos seus sentimentos. A meu ver, destacando as características passionais e tempestivas que ela deseja mostrar de si.

Em suas cartas, o imperador desvela um eu bastante semelhante ao que foi tecido na maioria das suas biografias e em nenhum momento assemelha-se ao herói construído pela história monumental. Elas expõem o esboço de um “eu” onde transparece a imagem de um homem com uma vida interior bastante intensa, que transcende os modelos sociais masculinos do século XIX. Ele exhibe um homem amante da literatura e das artes e é em torno dessas paixões que constrói amizades, cultiva admirações, elabora roteiros de viagens e escreve suas observações e críticas. O cotidiano que as narrativas do sujeito Pedro exhibe, é um cotidiano tão comum, repleto de “acordei e tomei banho!”, “depois fui passear”, “brinquei com os meus netos”, “tomei as lições de minhas filhas”, “li a tarde inteira”, que se torna muito difícil encontrar conexões com o D. Pedro II, imperador. Até mesmo quando se encontrava a bordo

⁴⁷⁹ NIETZSCHE, F. Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida. In: *Considerações intempestivas*. Lisboa: Editoria Presença, São Paulo: Martins Fontes, 1976.

de um navio, no meio das batalhas da sangrenta guerra do Paraguai, ele exibia comentários sobre o tempo, seus enjôos no mar, a beleza da noite e nenhum sobre a guerra.

Em vários momentos de sua correspondência consegue-se compreender as charges que os republicanos faziam quando o retratavam como um rei alienado da realidade brasileira, até mesmo durante a queda da monarquia, que o pegou em Petrópolis, descansando.

Pode se afirmar que o seu esboço era o de um homem resignado com a sua posição social e política, mas que ele definia como “ciente de seus deveres”. Definitivamente, as características e atribuições do “chefe de estado” não faziam parte do personagem esboçado por ele.

Talvez o que se destaque no “eu” desse personagem exibido por ele mesmo seja a disposição incessante de manter um vínculo com ele próprio através do diálogo epistolar com a condessa de Barral, onde ele se expunha constantemente, exercitava o cuidado de si da maneira que lhe era cara, ao mesmo tempo em que criava e recriava a relação sem formato social pré-definido que mantinha com a condessa.

Ao mesmo tempo em que o diálogo epistolar sugere nuances de amor romântico e erotismo, a amizade entre os dois, é, a meu ver, o componente principal do relacionamento que os dois utilizam para praticar a “estética da existência”.

A amizade, a que me refiro é a que Ortega⁴⁸⁰ sintetizou do pensamento foucaultiano:

Para Foucault, a amizade representa uma relação com o outro que não tem a forma, nem de unanimidade consensual, nem de violência direta. Trata-se de uma relação agonística, oposta a um antagonismo essencial, uma ‘relação que é ao mesmo tempo incitação recíproca e luta, tratando não tanto de uma oposição frente a frente quando de uma provocação permanente.’

Relações agonísticas são relações livres que apontam para o desafio e para a incitação recíproca e não para submissão ao outro. O poder é um jogo estratégico.”

⁴⁸⁰ ORTEGA, Francisco. Estilística da amizade. In: *Retratos de Foucault*, p.245-263.

O erotismo e o amor romântico talvez dêem , em alguns momentos, uma forma mais bela ao diálogo epistolar e parecem despertar nos dois o desejo de se esculpirem como personagens melhores que os reais. Mas, dentro da dinâmica da correspondência, a amizade parece transcender às ambigüidades.

Se em um determinado momento, tanto a condessa de Barral quanto o imperador passam a ser presas de um discurso amoroso à deriva emitido por eles mesmos, Barthes não nos deixou esquecer o fato de que o discurso de amor acompanha a história de amor, mas sem jamais conhecê-la. Afinal, ele é tecido de desejo, de imaginário e de declarações, girando como um calendário perpétuo, uma enciclopédia da cultura afetiva e não é dialético. Através dele não podemos conhecer a história de amor, pois nem eles mesmos se conhecem.

Apesar do discurso amoroso se encontrar descolado da história de amor, às vezes ele se aproxima bastante da biografia de nossos personagens. Isso, claro, se entendermos os sujeitos das biografias como sujeitos sujeitos a condições de existências definidas, condições de designação de agentes e condições de exercício.

Estas condições, segundo Scott⁴⁸¹, possibilitam escolhas, apesar de não serem ilimitadas. Da observação da dinâmica de vida da condessa e do imperador, narrada nas próprias cartas, surgiu uma inevitável associação de suas histórias com o mito de Tristão e Isolda. Mas no sentido do amor ao discurso, ao irrealizável, ao distante, ao obstáculo e não apenas como vítimas de um tempo e de uma realidade irremediável.

A relação de amizade entre a condessa e o imperador, fundamentada na autonomia e na liberdade, a parte dos laços matrimoniais e de parentesco, marcada pela confiança, embates, respeito e pela tolerância às diferenças pessoais e sociais, é a meu ver, o grande componente que sustentou o diálogo epistolar por quase quarenta anos.

⁴⁸¹ SCOTT, Joan W. Experiência. In: SILVA, A. L.; LAGO, M. C .S. e RAMOS, T. R. O. *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999, p. 42.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, F., MEIHY, J.C.S.B.E VASCONCELOS, S.G.T. *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997.
- ALBERONI, Francesco. *O erotismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- ALGRANT, Christine Pevitt. *Madame de Pompadour: Senhora da França*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- ANDRADE, Mário de . *A Lição do Guru: cartas a Guilherme Figueiredo: 1937-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989, p. 163.
- ANDERSON, Linda. *Autobiography*. New York: Routledge, 2001.
- ANDRADE, Mário de. *Cartas a Anita Malfatti (1921-1939)*. Ed. Prep. Por Marta Rossetti Batista. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989
- ANDREAS-SALOMÉ, Lou. *Reflexões sobre o problema do amor e O erotismo*. São Paulo: Landy Editora, 2005.
- ANYON, Jean. Intersecções de gênero e classe: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias de papéis sexuais. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo (73) 13-25, 1990.
- ARAÚJO, Nara. La autobiografia femenina, un género diferente? *Debate feminista*, v.8, nº15, 1997, p. 72-84.
- ARFUCH, Leonor. *El espacio biográfico: dilemas de la subjetividad contemporánea*. Argentina: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- ÁRIES, Philippe e BÈJIN, André (org.). *Sexualidades ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ÀRIES, Philippe. *História da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ARISTÓTELES. A amizade. In: *Ética a Nicômanos*. Brasília: UNB, 1991.

- ARISTÓFANES. A revolução das mulheres: a greve do sexo. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- ASSOUN, Paul Laurent. *Freud e a mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BANCO DE DADOS FOLHA. *O século dos venenos: como assassinavam antigamente*. [online] Disponível na internet via www. Url:
http://almanaque.folha.uol.com.br/cotidiano_12set1925.htm.1925. Arquivo capturado em agosto de 2007.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BATAILLE, Georges. *O erotismo*. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- BARÃO DE LORETO. Notícia biográfica da condessa de Barral e de Pedra Branca. Rio de Janeiro: Tip G. Leuzinger e filhos, 1891.
- BARRAL, Condessa de. *Cartas à suas majestades – 1859-1890*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977.
- BARTHES, Roland. *Fragments de um discurso amoroso*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAUMANN, Gerhart. In: ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo I. Fatos e mitos*. São Paulo: Difel, 1967.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo II. A experiência vivida*. São Paulo: Difel, 1967.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- BESSE, Susan. *Modernizando as desigualdades: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil. 1914-1940*. São Paulo: Edusp, 1990.

BIBLIOTECA VIRTUAL DA USP. *A Europa burguesa e a unificação da Itália e da Alemanha*. [on line] Disponível na internet via www. Url:

<http://www.bibvirt.futuro.usp.br/content/download/5768/45055/file>. Arquivo capturado em junho de 2007.

BONAPARTE, Marie. *La sexualidad de la mujer*. Buenos Aires: Editora Paidós, 1964.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e Amado, Janaína (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.183-192.

BRANCO, Lúcia Castello. *O que é erotismo*. São Paulo: Editora brasiliense, 1989.

BRECHT, Leopoldo. Os dias de comuna. In: *Revista espaço acadêmico*. Nº 00, Maio de 2000. Disponível via URL: <Http://www.espacoacademico.com.br/>

BRUSCHINI, Cristina e COSTA, Albertina de Oliveira (orgs.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas, 1992.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. *Cadernos Pagu*, n.11, 1998.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1998.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: 1928-1989*. São Paulo: UNESP, 1990.

CALMON, Pedro. A vida de D. Pedro II: o rei filósofo. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

CAMARGO, Maria Rosa Martins de. Escreva-me urgente...Um estudo dos elos comunicativos na carta. In: BASTOS, M.H.C/CUNHA, M.T.S./MIGNOT, M.C.V.(org.)

CÂNDIDO, Antônio. A personagem do romance. In: *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CARDOSO, Sérgio...(et al.) *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

CASEY, James. *A história da família*. São Paulo: Ática, 1989.

- CARVALHO, Áurea. *A condessa de Barral*. [on line] Disponível na Internet via www. URL: <http://correiodabahia.com.br>. 2004. Arquivo capturado em outubro de 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CERQUEIRA, Carlindo. *Dom Pedro não era amante de Barral*. Rio de Janeiro: 1963, Editora do Exército.
- CHAUÍ, Marilena. *Repressão sexual: esta nossa (des)conhecida*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- CORREIO DA BAHIA. *Herança Filantrópica*. [on line] Disponível na internet via [www](http://www.correiodabahia.com.br). Url: <http://www.correiodabahia.com.br>. 2002. Arquivo capturado em outubro de 2004.
- CORREIO DA BAHIA. *Capitu do segundo reinado*. [on line] Disponível na internet via [www](http://www.correiodabahia.com.br). Url: <http://www.correiodabahia.com.br>. 2002. Arquivo capturado em setembro de 2004.
- CORREIO DA BAHIA. *Paixão outoniça*. [on line] Disponível na internet via [www](http://www.correiodabahia.com.br). Url: www.correiodabahia.com.br. 2002. Arquivo capturado em setembro de 2004.
- CORREIO DA BAHIA. *Salões parisienses*. [on line] Disponível na internet via [www](http://www.correiodabahia.com.br). Url: <http://www.correiodabahia.com.br>. 2002. Arquivo capturado em setembro de 2004.
- COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cadernos Pagu*, 19, 2002, p. 59-90.
- COTRIM, Gilberto. *História e consciência do mundo*. São Paulo: Saraiva, 1995.
- COTRIM, Gilberto. *História e consciência do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1995.
- CRAVERI, Benedetta. *Amantes e rainhas: o poder das mulheres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. “Por hoje é só”...Cartas entre amigas. In: BASTOS, M.H.C/CUNHA, M.T.S./MIGNOT, M.C.V.(Org.) *Destinos das letras – história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002.

- D. LEOPOLDINA. *Cartas de uma imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.
- D. PEDRO II. *Viagens pelo Brasil: Bahia, Sergipe e Alagoas, 1859/1860*. Rio de Janeiro: Bom Texto; Letras & Expressões, 2003.
- DEL PRIORE, Mary. O príncipe maldito: traição e loucura na família imperial. Rio de J DEL PRIORE, Mary. História do amor no Brasil. São Paulo: Contexto, 2005.
- DEL PRIORE, Mary. *Condessa de Barral: a paixão do imperador*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- DERRIDA, Jacques. *Politiques de l'amitié*. Paris: Galiléé, 1994.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DIDEROTI, Thomas. *O que é uma mulher?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- DREYFUS, H. e RABINOW, P. In: *Michel Foucault uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- DUBY, Georges & PERROT, Michelle (org.) *História das mulheres no ocidente: O século XIX*. Vol. IV. Porto & São Paulo: Afrontamento & Ebradil, 1994.
- DUBY, Georges & PERROT, Michelle (org.). *História das mulheres no ocidente: Idade Média*. Vol. II. Porto & São Paulo: Afrontamento & Ebradil, 1992.
- DUBY, Georges & PERROT, Michelle (org.). *História das mulheres no ocidente: O século XX*. Vol. V. Porto & São Paulo: Afrontamento & Ebradil, 1994.
- DUBY, Georges & PERROT, Michelle (org.). *História das mulheres no ocidente: Do Renascimento à Idade Moderna*. Vol. III. Porto & São Paulo: Afrontamento & Ebradil, 1993.
- DUBY, Georges & PERROT, Michelle (org.). *História das mulheres no ocidente: A Antiguidade*. Vol. I. Porto & São Paulo: Afrontamento e Ebradil, 1991.
- ELIAS, Norbert. Do comportamento no quarto. In: *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. ,2001.
- FADERMAN, Lillian. *Surpassing the love of men*. Romantic friendship and love between women from the Renaissance to the present. New York: Quill-William Morrow, 1981.
- FARQUHAR, Michael. *Escândalos reais*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. *Cadernos pagu* (17/18) 2001/02: p.76.
- FEURSTEIN, George. *A sexualidade sagrada*. São Paulo: Siciliano, 1994.
- FLAUBERT, Gustav. *A educação sentimental*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. (Org.) *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, pp.217-250.
- FONSECA, Rubem. *O selvagem da ópera*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- FOUCAULT, Michel. Technologies of the self. In: MARTIN, Luthher H., GUTMAN, Huck, and HUTTON, Patrick (eds) *Technologies of the self: A Seminar with Michel Foucault*. Massachusetts: University of Massachusetts Press, 1988, p. 16-49.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Portugal: Passagens, 1992.

- FOUCAULT, Michel. *L'Ordre Du discours, Leçon inaugurale ao Collège de France prononcée le 2 décembre 1970*. Éditions Gallimard, Paris, 1971.
- FOUREZ, George. *A revolução sexual*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- FREUD, Sigmund. *Sur la sexualité féminine*. Paris: PUF, s/d.
- FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- FROMM, Erich. *A arte de amar*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960.
- GALVÃO, Walnice Nogueira e GOTLIB, Nádia Battela. (org.) *Prezado senhor, Prezada senhora*. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: 1993, UNESP.
- GINER, Josepa Cuco. *La amistad*. Barcelona: Icaria, 1995.
- GOETHE, J.W. *Os sofrimentos do jovem Werther*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GRANDINO, André. *Sexo ou sexualidade*. Porto Alegre: LP&M, 1987.
- GROSSI, Miriam Pilar. *A mulher e a educação diferenciada. Mulher e construção da cidadania*: Porto Alegre, s/d.
- GROSSI, Miriam Pilar. *O masculino e o feminino na educação. IIª Jornada de Estudos Pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre*, 1992.
- HARDING, Sandra. *A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista*. *Revista de Estudos Feministas*, n1, pp.7-31, Florianópolis: 1993.
- HERMAN, Eleanor. *Sexo com reis: 500 anos de adultério, poder, rivalidade e vingança*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- HIGHWATER, Jamake. *Mito e sexualidade*. São Paulo: Saraiva, 1992.

- HITE, Shere. *O relatório Hite sobre sexualidade masculina*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991.
- HITE, Shere. *O relatório Hite: um profundo estudo sobre a sexualidade feminina*. São Paulo: Círculo do livro, 1991.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- IONTA, Marilda Aparecida. *As cores da amizade na escrita epistolar de Anita Malfatti, Oneida Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade*. Campinas, São Paulo: 2004. (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas.
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo veintiuno de España editores & siglo veintiuno de Argentina editores, 2002, p. 67.
- JUNE E. A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- KLEIN, Melanie. *Vida emocional dos civilizados*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- KOLLONTAI, Alexandra. *Marxismo e revolução sexual*. São Paulo, Global Editora, 1982.
- LARROSA, Jorge. A libertação da liberdade. In: PORTOCARRERO, V.; BRANCO, G. C. (orgs) *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2000.
- LAURSEN, N. & WHITNEY, S. *O corpo da mulher*. São Paulo: Abril, 1990.
- LEITE, Miriam L. M. Uma construção inviesada: a mulher e o nacionalismo. *Ciência e Cultura*. São Paulo: SBPC, 42 (2).
- LEMINSKI, Paulo. *La vie en close*. São Paulo: Brasiliense, 2004
- LIBÂNEO, João. *A volta da grande disciplina*. São Paulo: Loyola, 1993.
- LIMA, Isabel Castelo Branco. *A construção freudiana do conceito de sexualidade e a etiologia das neuroses: 1886-1905*. Campinas, São Paulo, 2003 (Doutorado em Filosofia), Universidade Estadual de Campinas.

- LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.
- LIVRO 6. Coleção Barral Monteferrat (Sigla: DBM) Conteúdo: correspondência particular de D. Pedro II com a condessa de Barral. Período: 1865/1881. Arquivo do Museu Imperial. Petrópolis, Rio de Janeiro.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. *Educação & Realidade*, São Paulo: v. 20, nº 2, jul./dez., 1995.
- LUZ, Madel T. (org.). *O lugar da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MAGALHÃES JR. Raimundo. *D. Pedro II e a condessa de Barral*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1956, 436p.
- MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MANTEGA, Guido. *Sexo e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- MARTINS, Vanessa Gandra Dutra. *A construção da sexualidade dos filhos na trama dos discursos e vivências das mães: um estudo de caso em Florianópolis – Santa Catarina*. Florianópolis: 1995. Monografia. (Especialização em Educação Sexual) – Faculdade de Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina.
- MARTINS, Vanessa Gandra Dutra. O trabalho feminino no período de industrialização do século XIX. *Desafio: Revista Interativa de Ciências Sociais*. <http://www.alternex.com.br/~desafio>. Abril, 1998.
-
- _____ A construção social da sexualidade feminina na II metade do século XIX: identidades, desafios e contradições. Florianópolis: 2000. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Educação e Cultura) – Faculdade de Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina.
- MAYEUR, F. *L'Éducation des filles en France au XIX siècle*. Paris: Hachette, 1979.
- MEAD, Margareth. *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 1988.

- MELLO, Guiomar de. Os estereótipos sexuais na escola. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo: n° 15, dez. 1975.
- MONIZ, Heitor. *O Brasil de ontem*. Rio de Janeiro: Livraria Leite Ribeiro, 1928
- MONTAIGNE. *Ensaio*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.
- MONTEIRO, Rosa. *Paixões: amores e desamores que mudaram a história*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- MOREIRA, Maria Eunice (org.) *História (s) da Literatura*. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 2003.
- MOZART, Monteiro. *A vida amorosa de D. Pedro II*. Rio de Janeiro: s/d.
- NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Uma mulher de espírito, nunca envelhece!* [on line] Disponível na Internet via www. URL: [http:// correiocabahia.com.br](http://correiocabahia.com.br). 2002. Arquivo capturado em setembro de 2004.
- NEGRÃO, Esmeralda V. & Amado, Tina. *A imagem da mulher no livro didático: estado da arte*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1990.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.
- NIETZSCHE, F. Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida. In: *Considerações intempestivas*. Lisboa: Editoria Presença, São Paulo: Martins Fontes, 1976.
- NNDB: TRACKING THE ENTIRE WORLD. *La Voisin*. Disponível na Internet via www. URL: [http:// www.nndb.com](http://www.nndb.com). Arquivo capturado em agosto de 2007.
- NUNES, César Aparecido. *Desvendando a sexualidade*. São Paulo: Papirus, 1987.
- NUNES, César Aparecido. *Filosofia, Sexualidade e Educação: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar*. Campinas: 1996. (Doutorado em Educação) – Área de Filosofia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

- OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. *Elogio da diferença: o feminino emergente*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.
- ORSINI, Elisabeth. *Cartas do coração: uma antologia do amor*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- ORTEGA, Francisco. *Para uma política da amizade. Arendt, Derrida e Foucault*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- OVÍDIO, 43 aC - 17d.C. *A arte de amar*. Porto Alegre: L&PM, 2001.
- PARKER, Richard G. *Corpos, prazeres e paixões*. São Paulo: Best Seller, 1991.
- PARTRIDGE, Burgo. *Uma história das orgias*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004.
- PASSETTI, Edson. *Éticas dos amigos: invenções libertárias da vida*. São Paulo: Imaginário, 2003.
- PAULA, Sérgio Góes de. *Um monarca da fuzarca*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1983.
- PEDRO, Joana Maria. *Mulheres faladas, mulheres honestas: uma questão de classe*. Florianópolis: UFSC, 1994.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. *Revista Catarinense de História*. Florianópolis, nº2, 1994.
- PERROT et alii. (org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia da Letras, 1991.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.
- PINÃ, Carlos. Sobre la naturaleza Del discurso autobiográfico. *Anuário Antropológico*, nº 88, 1991, p. 95-126.

- PINHO, Wanderley. *Salões e damas do segundo reinado*. São Paulo: Livraria Martins - Editora, 1942.
- PLATÃO. *Apologia de Sócrates e o Banquete*. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- POMPÉIA, Raul. *As jóias da coroa*. São Paulo: Nova Alexandria, 1997.
- PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/ UNESP, 1997.
- PRIORE, Mary Del. *História da criança brasileira*. Campinas: Contexto, 1992.
- PRIORE, Mary Del. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005
- PRIORE, Mary Del. *O príncipe Maldito: traição e loucura na família imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. *Cultura histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995.
- RANKEM-HEINEMANN, Uta. *Eunucos pelo reino de Deus*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1988.
- REED, Evelyn. *Sexo contra sexo ou classe contra classe*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- REICH, Wilhem. *A função do orgasmo*. 15ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1989.
- REICH, Wilhem. *A revolução sexual*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- REVISTA DO I.H.G.B/Ba, nº 83.
- RICHARD, Nelly. Feminismo, experiência y representación. *Revista Iberoamericana*, v.62, nº176-177, 1996, p. 733-744.
- ROMERO, Elaine (org.). *Corpo, mulher e sociedade*. Campinas: Papyrus, 1995.
- ROQUETE, J. J. *Código do Bom-Tom ou Regras da civilidade e bem viver no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ROSALDO, M. & LAMPHERE, L. (org.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- ROUGEMONT, Denis de. *História do amor no ocidente*. São Paulo: Ediouro, 2003.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da educação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A, 1992.
- RYCROFT, Charles. *A idéias de Reich*. São Paulo: Cultrix, 1971.
- SABINO, Inês. *Mulheres ilustres do Brasil*.s/d.
- SADLIER, Darlene. Os debates sobre a mulher/gênero na teoria crítica literária feminista nos Estados Unidos. *Fazendo Gênero*, UFSC-UEPG, Florianópolis: s/d.
- SAFFIOTI, H.I.B. *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SAINT- GEORGES. *La comtesse de Barral et Pedra Branca*. Paris: 1891, Revue Mensuelle du monde latin.
- SMITH, Rosemberg Carroll. *The female World of love and ritual: relations between women in nineteenth-century America*. Disorderly conduct. Visions of Gender in Victorian America. New York/ Oxford: Oxford University Press, 1986.
- SCHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital (orgs.) *Dicionário de Mulheres do Brasil*.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCOTT, Joan W. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da, Lago, Mara Coelho de Souza e RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs.) *Falas de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.
- SEVCENKO, Nicolau (org.) *História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SIMÕES, Ricardo Japiassu. *O escândalo das jóias: o imperador e a condessa de Barral em folhetins cariocas*. São Paulo: USP, 1995, Dissertação de Mestrado.
- SOARES, Jô. *O xangô de Baker Street*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

- SOHIET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- SPIVAK, Gayatri C. Estudos de La subalternidad: Desconstruyendo la historiografia. In: CUISCANQUI, Silvia y Barragan, R. *Debates post coloniales: uma introducción a los estudios da La subalternidad*. La Paz, Bolívia: Publicaciones Sierpe, s/d.
- STONE-MEDIATORE, Shari. Chandra Mohanty y la revalorización de la“experiencia”. *Hiparquia* v.10, nº 1, 1999, p. 85- 110.
- SOUBLIN, Jean. *Memórias imaginárias do último imperador do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- STENDHAL. *Do amor*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- STOLLER, Robert. *Masculinidade e feminilidade: Representações de gênero*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- STONE-MEDIATORE, Shari. Chandra Mohanty y la revalorización de la experiencia. *Hiparquia*, v.10, nº1, p.85-110.
- TIN, Emerson (org.) *A arte de escrever cartas: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lúpsio*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2005.
- VAINFAS, Ronaldo (org.). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- VALENTIM, Benício da Silva. A mulher na evolução do Brasil. *Revista do I.H.G.B.* Julho - Setembro, 1951.
- VANNUCCI, Alessandra (org.). *Uma amizade revelada: correspondência entre o imperador dom Pedro II e Adelaide Ristori, a maior atriz de seu tempo*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2004.
- VASCONCELOS, Naumi. *Os dogmatismos sexuais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

VIANNA, Lúcia Helena. Tinta e sangue: o diário de Frida Kahlo e os ‘Quadros’ de Clarice Lispector. In: *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, v.11. n.1, pp.71-86, 2003.

VINCENT-BUFFAULT, Anne. Da amizade. *Uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

WERNECK, Maria Helena. *O homem encadernado: Machado de Assis na escrita das biografias*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

WERNER, Dennis. *Culturas humanas: comida, sexo, magia e outros assuntos antropológicos*. Petrópolis: Vozes, 1987.

WIKIPÉDIA: ENCICLOPÉDIA LIVRE. *A comuna de Paris*. [on line] Disponível na internet via www. Url: www.pt.wikipedia.org/wiki/Comuna_de_Paris. Arquivo capturado em junho de 2007.

WIKIPÉDIA: ENCICLOPÉDIA LIVRE. *Francisca Atenas*. [on line] Disponível na internet via www. Url: www.pt.wikipedia.org/wiki/Francisca_Atenas. Arquivo capturado em junho de 2007.

WIKIPÉDIA: ENCICLOPÉDIA LIVRE. Catherine Deshayes.[on line] Disponível na internet via www. Url: www.pt.wikipedia.org/wiki/Catherine_Deshayes. Arquivo capturado em agosto de 2007.